



Culturas e Turismo

Reflexões Sobre o Património, as Artes e a Comunicação Intercultural

Moisés de Lemos Martins e Rosânia da Silva (Eds.)



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade



UMinho Editora
Atas



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade

EDITORES

Moisés de Lemos Martins
Rosânia da Silva

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins
Moisés de Lemos Martins

FOTO CAPA
rohith vishaal (Pexels)

DESIGN
Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO
Marisa Mourão

REVISÃO
Isabel Macedo
Sofia Salgueiro
Vitor de Sousa

EDIÇÃO UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2021

ISBN 978-989-8974-56-3

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48>

Os textos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos/as respetivos/as autores/as. © Autores. Esta obra encontra-se sob a licença internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Culturas e Turismo

Reflexões Sobre o Património, as Artes e a Comunicação Intercultural

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra a parcela de financiamento base com a referência UIDB/00736/2020). O evento documentado neste livro, "Congresso Internacional sobre Cultura e Turismo", que se realizou em Maputo em 2018, teve também apoio no âmbito da "Knowledge for Development Initiative", pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (nº 333162622) no contexto do projeto *Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*.

<i>Turismo, Culturas e Comunicação Intercultural: Uma Breve Introdução</i> , Moisés de Lemos Martins e Rosânia da Silva	7
I - Turismo, Cultura e Arte	12
<i>Notas Sobre Museus, Exposições e Discursos de Representação do Passado e do Presente</i> , Alda Costa	13
<i>Turismo, Arte e Contextos Periféricos. Considerações em Torno das Artes Plásticas Africanas</i> , José Carlos Venâncio	25
<i>O Turismo Como Experiência e Como Desejo de Território e de Viagem</i> , Moisés de Lemos Martins	34
<i>Um “Turismo Literário”: Percursos Africanos Pela Literatura</i> , Sueli da Silva Saraiva	42
<i>“Viagens na Minha Terra”: A Literatura e a Cultura no Fomento do Turismo</i> , Adelino Timóteo e Sara Jona Laisse	52
<i>Propósito e Abordagem na Pesquisa Transdisciplinar do Campo do Património Cultural</i> , Armando Jorge Lopes	65
II - Turismo, Desenvolvimento e Comunicação	75
<i>Turismo: Um Instrumento de Mudanças Sociais</i> , Ana Maria Pinho Guina e José Augusto Guina	76
<i>Turismo e Desenvolvimento – Desafios à Comunicação Intercultural</i> , Lurdes Macedo	87

<i>Identidade e Cultura. As Identidades Culturais num Mundo Globalizado. A Lusofonia Enquanto Possibilidade Intercultural</i> , Vítor de Sousa	92
<i>Moçambique na Rota do Jornalismo de Viagens</i> , Madalena Oliveira	105
<i>Qualidade Sistémica no Setor do Turismo</i> , Ivo Domingues	116
III – Património Cultural: Festividades, Artesanato e Gastronomia	124
<i>A Semana Santa de Braga: Impacto Económico, Perfil do Visitante e Satisfação</i> , João Cerejeira, Isabel Correia e Sílvia Sousa	125
<i>Festa Religiosa em Dois Contextos – Brasil e Portugal</i> , Benalva Vitorio e José Gabriel Andrade	136
<i>Desafios da Política Patrimonial no Contexto da Timbila Moçambicana</i> , Vítor Chibanga	146
<i>Turismo Cultural, Gestão e Trabalho Artesanal Oleiro no Sul de Goiás (Brasil)</i> , Jean Carlos Vieira Santos	158
<i>A Valorização da Gastronomia Tradicional na Mafalala e o Seu Impacto no Turismo da Cidade de Maputo</i> , Alda Damas e Célia Mazuze	170
IV - Roteiros e Paisagens Turísticas	182
<i>Explorações e Impactos do Turismo: Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional</i> , Carlos Estrela Brito e Sandra Manuel Perides Pereira Lopes Estrela Brito	183

<i>A Relação Dialética Turistas/Moradores em Baependi (Minas Gerais): Percepções Diferentes Sobre a Mesma Produção Socioespacial</i> , Magno Angelo Kelmer e Annaelise Fritz Machado	195
<i>Paisagens Culturais e Património da Mafalala: A Casa de Eusébio</i> , Dulámito Ardichir Aminagi	209
<i>O Desenvolvimento da Atividade Turística na Cidade de Capitólio (Minas Gerais/ Brasil) Baseado nos Atrativos e Opções de Lazer Existentes</i> , Annaelise Fritz Machado, Magno Angelo Kelmer e Zilpa Helena Lovisi de Abreu	217
<i>Estudo Longitudinal da Adequabilidade da Estrutura Organizacional ao Negócio: O Caso da Petromoc, SA</i> , José Francisco Marcos Manjate e J. M. Vilas-Boas da Silva	230

Turismo, Culturas e Comunicação Intercultural: Uma Breve Introdução

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.1>

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>
moisesm@ics.uminho.pt

Rosânia da Silva

Universidade Politécnica, Maputo, Moçambique
<https://orcid.org/0000-0002-1467-7077>
rpsilva@apolitecnica.ac.mz

O turismo cultural tem crescido de forma significativa no mundo atual. E dado que a cultura é um sistema de valores, tradições e modos de vida (Williams, 1958), hoje praticamente todas as viagens turísticas podem ser consideradas culturais (Smith & Richards, 2013). Na definição de Raymond Williams (1958), o turismo cultural compreende dois aspetos essenciais: a cultura contemporânea, entendida como modos de vida; e o desenvolvimento da cultura do indivíduo e do grupo, na divulgação do património e da tradição.

A cultura não se prende apenas com as atividades de uma elite, selecionada e educada para formular juízos estéticos, a respeito do sistema de valores, tradições e modos de vida de uma comunidade específica. A cultura é também a vida, assim como os interesses das pessoas comuns. A cultura é não apenas o passado e a tradição (história e património), e de igual modo as expressões criativas (obras de arte, performances), mas também os modos de vida dos indivíduos, os seus hábitos e costumes.

Muitos turistas têm vindo a interessar-se pela cultura de outras populações, no mundo inteiro, tal como se interessam por espaços históricos, monumentos, museus e galerias.

O turismo é parte integrante dos estilos de vida do nosso tempo, com a mobilidade geográfica e o usufruto cultural a desempenharem um papel central. E ao mesmo tempo, em muitos países e regiões, constitui um sector económico essencial, porque dele depende muitas vezes o crescimento. Foi, aliás, deste modo que as políticas na área do turismo se tornaram veículos decisivos para políticas económicas sustentáveis.

Esta tendência das políticas económicas sustentáveis articula-se com o desenvolvimento de uma sociedade orientada para a prestação de serviços avançados, em que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) desempenham um papel fundamental. É, de facto, através das TIC que os destinos mais remotos podem tornar-se acessíveis. E ao facultarem espaços virtuais, que podem ser consultados previamente, as TIC podem até concorrer para criar novas oportunidades de atração de turistas a áreas periféricas ou longínquas.

As novas tecnologias constituem o principal motor de incentivo ao processo de co-criação entre públicos, tanto de turistas como locais. O sector turístico tem, assim, a potencialidade de promover encontros entre comunidades locais e visitantes, como estratégia, tanto para manter vivo o património material e imaterial, como para estimular o diálogo intercultural e as práticas intergeracionais.

À medida que as práticas turísticas levam os povos a entrar em contacto uns com os outros e se estabelecem relações entre as populações, logo emergem as questões da identidade e da alteridade. E as questões que se colocam são as seguintes: até que ponto os indivíduos que vivem nos lugares visitados pelos turistas são influenciados, nas suas práticas culturais e artísticas e nas representações que têm de si mesmos, pelas experiências que os turistas lhes transmitem? De que modo os turistas absorvem, transformam e incorporam o que veem e experimentam? Quais os impactos culturais, sociais e económicos desta relação?

Estudos de campo realizados nos últimos anos salientam a capacidade de agência e performance das populações locais, que hoje são compreendidas como sujeitos ativos, que constroem representações da sua cultura para os turistas, representações baseadas quer nos seus próprios sistemas de referência quer no modo como estes interpretam os desejos dos turistas, num contexto em que a relação entre o local e o global mudou radicalmente.

Sendo de complexidade crescente, o mundo contemporâneo, o desenvolvimento do turismo e a proliferação de redes translocais e transnacionais ilustram esta nova realidade, que impede o local de se cumprir num espaço fechado. Inscrito, é certo, num território, mas ligado a outros espaços por inúmeras redes, o local é doravante dependente do mundo exterior.

Para discutir estas questões, realizou-se entre os dias 26 e 27 de novembro de 2018 o congresso internacional “Cultura e Turismo: Desenvolvimento Nacional, Promoção da Paz e Aproximação Entre Nações”, na Universidade Politécnica, em Maputo, Moçambique. Este evento, coorganizado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, reuniu estudantes, investigadores e profissionais das áreas de estudos culturais, comunicação, turismo e de outros campos das ciências sociais e humanas, assim como todos os interessados em debater o papel da cultura e do turismo no desenvolvimento nacional, na promoção da paz e na aproximação entre as nações.

Alguns dos trabalhos apresentados neste congresso foram selecionados para publicação neste livro, que conta com 21 artigos, de investigadores oriundos de vários

continentes¹ e se encontra dividido em quatro secções, subordinadas aos temas “Turismo, Cultura e Arte”, “Turismo, Desenvolvimento e Comunicação”; “Património Cultural: Festividades, Artesanato e Gastronomia” e “Roteiros e Paisagens Turísticas”.

A primeira parte abre com um texto de Alda Costa, intitulado “Notas Sobre Museus, Exposições e Discursos de Representação do Passado e do Presente”, onde a autora analisa as primeiras iniciativas para a criação de museus em Moçambique, os órgãos de acompanhamento e tutela da área do património cultural, e ainda, as medidas adotadas para a conservação do património cultural do país. De seguida, o artigo de José Carlos Venâncio, intitulado “Turismo, Arte e Contextos Periféricos. Considerações em Torno das Artes Plásticas Africanas”, reflete sobre a arte contemporânea africana e o seu potencial impacto no desenvolvimento do turismo em África e, especificamente, em Moçambique. Por sua vez, Moisés de Lemos Martins discute o fenómeno turístico enquanto experiência e como desejo de território e de viagem. Partindo de um olhar fenomenológico e sócio-antropológico, o autor desenvolve um ponto de vista que configura o turismo como uma atividade cultural, refletindo sobre a experiência da viagem, as massas, as máquinas, o património e os territórios, olhando as potencialidades de encontro que estes podem propiciar.

Os dois artigos que se seguem exploram as potencialidades da literatura na promoção do turismo. “Um ‘Turismo Literário’: Percursos Africanos Pela Literatura”, de Sueli da Silva Saraiva, e “‘Viagens na Minha Terra’: A Literatura e a Cultura no Fomento do Turismo”, da autoria de Adelino Timóteo e Sara Jona Laisse, realçam o modo como os enredos literários potencializam a construção de imagens e narrativas que podem levar o turista a viajar, percorrendo, eventualmente, caminhos propostos nas obras literárias.

Por sua vez, o trabalho “Propósito e Abordagem na Pesquisa Transdisciplinar do Campo do Património Cultural”, de Armando Jorge Lopes, encerra esta parte do livro. Centrando a análise em dois parâmetros da investigação científica, o propósito e a abordagem, o autor vê a cultura como um super-sistema, constituído por sistemas que interagem entre si, salientando a complexidade que envolve a investigação de uma determinada temática neste contexto.

Na segunda secção deste livro, intitulada, “Turismo, Desenvolvimento e Comunicação”, no artigo “Turismo: Um Instrumento de Mudanças Sociais”, Ana Maria Pinho Guina e José Augusto Guina refletem sobre o fenómeno do turismo enquanto agente de mudança, quer do indivíduo/turista, quer da sociedade em que este está inserido.

Os dois textos que se seguem nesta secção trazem para o debate um conjunto de desafios relacionados com o desenvolvimento do turismo e a sua relação com as identidades e as relações interculturais. Lurdes Macedo, no artigo “Turismo e Desenvolvimento – Desafios Comunicação Intercultural”, convoca os desafios que esta relação coloca à comunicação intercultural. A autora considera que o desenvolvimento deve ter por base um debate largamente participado sobre o futuro das

¹ É a origem diversa dos autores que justifica que nesta obra se combinem diferentes versões ortográficas da língua portuguesa.

sociedades. Depois, no artigo intitulado “As Identidades Culturais num Mundo Globalizado. A Lusofonia Enquanto Possibilidade Intercultural”, Vítor de Sousa reflete sobre a relação entre identidade e cultura e encara a lusofonia como possibilidade intercultural, transcultural, crítica e inclusiva. De seguida, Madalena Oliveira discute o lugar de Moçambique na rota do jornalismo de viagens, interrogando que representações são construídas sobre este país.

A encerrar esta secção, Ivo Domingues apresenta uma reflexão teórica, intitulada “Qualidade Sistémica no Setor do Turismo”, centrando a análise na qualidade de três dimensões do sistema turístico: o ambiente, a paisagem e o destino.

Iniciando com dois textos sobre festividades religiosas, “Património Cultural: Festividades, Artesanato e Gastronomia” é a terceira secção desta obra. João Cerejeira, Isabel Correia e Sílvia Sousa apresentam o estudo “A Semana Santa de Braga: Impacto Económico, Perfil do Visitante e Satisfação”. É aí traçado o perfil do visitante deste evento cultural. Em termos gerais, é objetivo do estudo concorrer para o desenvolvimento de programas e estratégias eficazes de marketing turístico. Por outro lado, em “Festa Religiosa em Dois Contextos – Brasil e Portugal”, Benalva Vitorio e José Gabriel Andrade dão conta dos resultados de um estudo comparativo sobre dois Santuários Marianos – Monte Serrat (São Paulo, Brasil) e Monte do Sameiro (Braga, Portugal). Os autores discutem os pontos de aproximação e distanciamento entre as festas religiosas no Brasil e em Portugal e analisam a inter-relação entre cultura, turismo e religião.

Nos três artigos seguintes são explorados aspetos centrais na promoção da cultura e do turismo das regiões: as expressões musicais, o artesanato e a gastronomia. Em “Desafios da Política Patrimonial no Contexto da Timbila Moçambicana”, Vítor Chibanga analisa os desafios que a timbila enfrenta enquanto património cultural imaterial moçambicano e mundial e reflete sobre as medidas a adotar para a sua salvaguarda. Neste sentido, apresenta uma contextualização histórica dos fatores que conduziram à elevação da timbila a património cultural da humanidade, em 2005, e debruça-se também sobre as relações estabelecidas entre o Estado e as comunidades praticantes de timbila. Por sua vez, Jean Carlos Vieira Santos, no trabalho intitulado “Turismo Cultural, Gestão e Trabalho Artesanal Oleiro no Sul de Goiás (Brasil)”, analisa a produção e a gestão do trabalho artesanal oleiro. O autor questiona os processos de desenvolvimento e promoção desta arte popular nas cidades turísticas da mesorregião sul do estado de Goiás (Brasil), considerando que é fundamental atender aos estudos sobre as ressignificações sociais das relações que o meio físico estabelece com a atual condição social dos artesãos, em cidades que sofrem profundas transformações provocadas pelo turismo. Por sua vez, Alda Damas e Célia Mazuze encerram esta secção com um estudo sobre a gastronomia tradicional do bairro da Mafalala em Maputo (Moçambique). No trabalho “A Valorização da Gastronomia Tradicional na Mafalala e o Seu Impacto no Turismo da Cidade de Maputo”, estas autoras analisam a importância do turismo gastronómico para o desenvolvimento local, propondo um conjunto de pratos e bebidas a serem explorados e valorizados no contexto turístico da cidade de Maputo (e.g., badjia, mathapa). Este estudo propõe-se contribuir para a promoção da dimensão histórica, cultural e turística da região, através dos sabores e aromas das iguarias locais. Acima de outros aspetos, esta prática gastronómica é fonte essencial de rendimento para muitas mulheres do bairro.

A última secção deste livro intitula-se “Roteiros e Paisagens Turísticas” e conta com cinco textos. Carlos Estrela Brito e Sandra Manuel Estrela Brito apresentam “Explorações e Impactos do Turismo. Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional”. Trata-se de um estudo em que Moçambique é encarado como um destino internacional, com um fluxo turístico apreciável, comprovado pelo seu impacto a nível sociocultural, económico e ambiental. Concluem os autores que este fenómeno deve ser discutido e aprofundado. Depois, Magno Angelo Kelmer e Annaelise Fritz Machado apresentam o trabalho “A Relação Dialética Turistas/Moradores em Baependi (Minas Gerais): Percepções Diferentes Sobre a Mesma Produção Socioespacial”. Os autores analisam neste estudo a presença da atividade turística religiosa no Município de Baependi, no sul do Estado de Minas Gerais (Brasil), onde viveu Nhá Chica, beatificada por Roma, em 2013. Além disso, procuram compreender o processo de reprodução do espaço, assim como o modo da sua reprogramação para a mercantilização e o consumo.

No trabalho que se segue, intitulado “Paisagens Culturais e Património da Mafalala: A Casa de Eusébio”, Dulámito Ardichir Aminagi reflete sobre as razões que levam a que aquele lugar, em ruínas, seja considerado como património e estructure a memória coletiva do bairro, alimentando a história do bairro da Mafalala. No texto seguinte, Annaelise Fritz Machado, Magno Angelo Kelmer e Zilpa Helena Lovisi de Abreu discutem o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Capitólio, Minas Gerais (Brasil). Os autores conduziram uma investigação qualitativa, com uma amostragem não probabilística, entrevistando os moradores locais, assim como os representantes do poder público e das forças vivas locais, com o intuito de apresentar as atrações turísticas e as opções de lazer existentes na cidade. A finalizar *Culturas e Turismo: Reflexões Sobre o Património, as Artes e a Comunicação Intercultural*, José Francisco Marcos Manjate e J. M. Vilas-Boas da Silva apresentam um estudo de caso na empresa Petróleos de Moçambique, tendo como unidades de análise o negócio, a estrutura e os sistemas de informação.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020. É ainda apoiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (n.º 333162622) no contexto do projeto *Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*

Referências

Smith, M., & Richards, G. (2013). *The Routledge handbook of cultural tourism*. Routledge.

Williams, R. (1958). *Culture and society: 1780-1950*. Penguin.

I - Turismo, Cultura e Arte

Notas Sobre Museus, Exposições e Discursos de Representação do Passado e do Presente

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.2>

Alda Costa

Direção de Cultura, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

<https://orcid.org/0000-0003-4725-9063>

alda.costa@uem.mz

Resumo

Apresenta-se a experiência colonial e pós-colonial de Moçambique no que se refere à protecção dos bens materiais e imateriais do património cultural produzidos neste território e resultado dos contactos – de diversa natureza – que tiveram lugar entre povos que aí se encontraram. Referem-se, no contexto da colonização, as primeiras intenções e iniciativas de estabelecimento de museus (a partir do século XIX), a criação de um órgão com funções de valorização do património (a Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique [CMRHM] em 1943) e sua acção até à independência de Moçambique (1975), bem como diferentes acções e medidas tomadas a partir dessa altura com vista à conservação dos testemunhos do passado (incluindo o passado colonial) para as gerações vindouras, à gestão do seu uso e às suas funções no contexto pós-colonial (Lei de Protecção Cultural, 1988; aprovação de políticas e demais instrumentos). A partir das experiências mencionadas, de investigação já realizada e das reflexões feitas pretende-se contribuir para aprofundar estudos neste domínio.

Palavras-chave

património cultural, museus, Moçambique, colonial/pós-colonial

Introdução: O Património no Passado

Este texto é resultado de uma investigação pessoal, de uma prática de anos e de reflexões no domínio do património cultural e das representações identitárias e

pretende ser uma contribuição para o projeto *Memórias, Culturas e Identidades: O Passado e o Presente das Relações Interculturais em Moçambique e Portugal*, desenvolvido pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. O texto, tal como os textos de outros investigadores envolvidos, foi apresentado no congresso sobre cultura e turismo onde se deu a conhecer o projecto.

Conceitos em Transição: Património, Património Cultural e Museu

O património cultural, integrando colecções diversas (principalmente de história, etnologia/etnografia e arte) e/ou conservado em alguns dos poucos museus existentes, está em grande parte associado à missionação e à colonização, foi colectado, preservado e exibido em nome da salvação, da civilização, da necessidade de conhecer e do desenvolvimento económico. Este património tem vindo a ser reavaliado em função da sua relevância para a construção da identidade cultural moçambicana, a sua relação com a história do continente e do mundo e continua aberto a novas reavaliações e reformulações, num processo fluido, sem fim.

Reconhecendo a narrativa eurocêntrica e as noções de cultura presentes no tempo, refiro o contexto gerador de parte do património que aqui abordo, ao mesmo tempo que identifico algumas questões para reflexão e consideração.

A História: Das Primeiras Recolhas de Objectos aos Primeiros Museus

Sobre as primeiras iniciativas de recolha de produtos naturais e de objectos da cultura material e o seu envio para a então capital, a Ilha de Moçambique, ou para Lisboa, Bento (1993) refere instruções régias do fim do século XVIII (1782) orientando para a recolha desses produtos e materiais e seu envio a partir das ilhas de Querimba. Mencionam-se, neste contexto, para além de plantas e conchas, tambores de guerra dos maconde e dos macua, instrumentos musicais, mobiliário simples (bancos), armas tais como arcos, flechas e azagaias, entre outros. Informação adicional sobre um grande número de objectos da cultura material deste território chegou até nós através de Hendrik Pieter Muller e Johannes François Snelleman, da Sociedade Real Holandesa de Geografia, que registaram e desenharam, no fim do século XIX, na região sul e na zona do Zambeze, numerosos objectos de múltiplos usos.

Muitos destes objectos são híbridos, resultado de formas e elementos decorativos africanos, orientais e europeus. Com o tempo, parte dessas colecções que se foram constituindo, em particular as colecções privadas, de acesso restrito, começaram a abrir-se ao público. O museu público passou a afirmar-se como um espaço de representação, já não de representação de um monarca, mas sim de um Estado, de uma ideia de nação, de construção de uma imagem nacional e de um império. Em Portugal, as designadas colecções coloniais (esculturas, instrumentos musicais e agrícolas, máscaras, vestuário, trabalhos de missanga, cerâmica e objectos de arte...) até aí

reunidas também se abriram, pelo menos em teoria, ao público. Passaram a constituir o Museu Colonial (1871) que foi mais tarde anexado à Sociedade de Geografia de Lisboa, criada alguns anos depois (1875) e a quem se devem, nos anos seguintes, diversas acções ao serviço da construção do império colonial.

O Museu Provincial (Atual Museu de História Natural)

Nasceu, também neste contexto, o Museu Provincial (o actual Museu de História Natural) em 1913 (Portaria n. 1:095-A, de 29 de Julho). Representar os recursos e o modo de ser da colónia foi o objectivo do estabelecimento desse museu instalado na nova capital, a cidade de Lourenço Marques, hoje Maputo. Associado à realização de uma exposição agrícola, comercial e industrial por ocasião do “Congresso Anual da Associação Sul-Africana para o Progresso da Ciência”, o museu iniciou, a partir daí, as relações com o Museu de Pretória. A União Sul-Africana (1910) tinha à época, principalmente, museus de história natural e museus de perfil geral incluindo, às vezes, objectos etnográficos locais. Este tipo de museu, que se tornou um centro de investigação e de exposição respeitado, deve ter influenciado o museu local e o perfil que adoptou.

A par do conceito de museu conservatório ou repositório até aí dominante, surgia, fruto da época, um museu que acompanhava o progresso das ciências e servia a instrução. Pessoas, animais, minerais e plantas situavam-se na mesma escala e, por essa razão, o museu incluiu também “artefactos indígenas”. O que se considerava, na época, um objecto etnográfico ou uma curiosidade (“curio”) suscitava debate e numerosas interrogações sobre o seu uso educativo, sobretudo na metrópole colonial. A sua apresentação e exposição também levantavam preocupações, recomendando-se a procura da classificação mais adequada para a ciência e para a educação.

Neste museu, e neste edifício (Vila Jónia, desde 1916), também aconteceu pela primeira vez, em 1918, uma exposição de belas artes organizada por residentes locais onde se mostraram obras de artistas de Portugal e da então União Sul-Africana (1910), fruto da relação existente entre a colónia e a sua vizinha. Nessa época, as colecções públicas de arte eram praticamente inexistentes nas cidades da União Sul-Africana e a pintura e escultura locais não integravam os museus existentes, nem suscitavam interesse (Carman, 2011). Em Moçambique praticava-se, ao que sabemos até ao momento, apenas a caricatura. A arte africana, a arte nativa, não era considerada arte, era considerada como parte da etnografia. Assim, pertencentes a instituições ou a colecções privadas de residentes e/ou colecionadores, as obras de arte presentes na exposição mostravam na colónia, para além do trabalho de alguns artistas da União, o caminho que se ia fazendo em Portugal com vista ao desenvolvimento e afirmação da arte portuguesa e também as tendências museográficas que iam sendo seguidas e que seriam “reproduzidas” na colónia, nos anos seguintes.

Uma Mudança de Olhar em Relação à Cultura Material/Arte Africana

A partir dos anos 30 do século XX, já no contexto da ditadura salazarista e da organização do Estado Novo em Portugal e de uma nova política colonial, e também porque os outros países o faziam, assistiu-se a algum interesse em relação à arte africana e à cultura material africana, em geral. A publicação do livro *Arte Indígena Portuguesa*, em 1934, iniciativa do escultor Diogo de Macedo e do poeta Luís de Montalvor, profusamente ilustrado, introduz uma mudança de olhar em relação à cultura material africana (equiparando-a às “artes universais”) ainda que tal tenha acontecido no contexto de massificação da ideia de representação do império e das colónias. Como refere Mendes (2002), de manipsos e feitiços interrogados sobre a função ocupada no grupo social de origem, os objectos passaram a responder pelas suas propriedades formais à sensibilidade estética dos europeus.

Recorrendo a diversos meios, publicações, exposições, realizações cénicas, prémios, concursos, incentivo aos artistas para viagens de exploração artística das colónias ou mesmo a sua fixação, encomendas, entre outros, a estratégia de massificação das convenções de representação do império visava reduzir o desinteresse que havia, em geral, pelos “motivos coloniais” e o desconhecimento existente sobre os mesmos na sociedade portuguesa da época. Para Coombes (2012), as exposições coloniais eram mais eficazes do que os museus (etnográficos, em particular) na difusão do projecto colonial, uma vez que apelavam a uma participação popular que os museus não conseguiam. O espaço aberto, as aldeias “simuladas”, as representações das diferentes culturas, as atracções e todo o ambiente criado permitiam que o visitante viajasse “metaforicamente” sem sair do lugar e se tornasse participante do evento.

Em Portugal não foi diferente. Sucederam-se diversas exposições e houve vários apelos à criação de um museu que divulgasse o “Império Colonial”, um museu colonial de arte e etnografia ou um museu de arte colonial. Sentida como uma necessidade por alguns, esta ideia contrastava com o desinteresse geral de muitos. Esse desinteresse era demonstrado pelo nível de recepção da cultura material africana em Portugal, o reduzido número de visitantes às exposições sobre estas temáticas – como por exemplo, à “Exposição de Arte Gentílica – África Portuguesa” (cerca de 600 peças) realizada em 1936, no âmbito da “Semana das Colónias” – e os comentários e gargalhadas dos visitantes ou a indiferença de jornais, críticos e mesmo artistas.

A mesma falta de educação artística era apontada na capital da colónia onde se ignorava, como dizia Felisberto Ferreira (1933, 1938), a desenvolvidíssima intuição estética do indígena. A ele se deviam diversas chamadas de atenção sobre a arte africana e a realização na cidade de Lourenço Marques, em 1935, da palestra “Da Arte Indígena: Um Ensaio Sobre os Macondes” e, mais tarde, em 1949, de uma exposição de escultura dos maconde também acompanhada de uma palestra. A valorização estética da produção artística africana feita por alguns não questionou ou problematizou, em momento algum, a colonização portuguesa, a sua legitimidade e a sua “acção civilizadora”. Permaneceram dominantes o paradigma da arte africana

como manifestação estética dos “primitivos” e as concepções e estereótipos culturais consolidados sobre os “negros” e a representação de África e dos africanos.

A Colecção de Etnografia e as Representações dos Africanos Pela Mão dos Artistas Europeus

Novos desenvolvimentos foram tendo lugar nos museus e na vida cultural da colónia. O Museu Provincial/Museu Dr. Álvaro de Castro recebeu um taxidermista, Alberto Peão Lopes, a quem se devem muitas das transformações verificadas no museu quando mudou de instalações (onde ainda hoje se localiza), à procura de mais espaço para integrar os diversos exemplares da fauna moçambicana. Peão Lopes deve ser também o autor dos bustos de tipos indígenas aí existentes, sabendo nós da sua participação em algumas das exposições de arte da época. Neste mesmo contexto de ampliação e remodelação do museu, a colecção de etnografia, que era considerada, por alguns dos que se interessavam por arte, pobre, foi objecto de nova apresentação. As exposições desta colecção, ao longo do tempo, e a forma como as culturas locais foram sendo estudadas (bem como as teorias que iam sendo seguidas) merecem ser objecto de estudo pois influenciaram outras instituições públicas e coleccionadores. Muito raramente os objectos africanos apareceram associados à arte durante o período referido, sendo do domínio da etnografia ou do artesanato (*craft*). Alguns destes objectos mereceram, contudo, apreciação e serviram de inspiração a artistas.

Merecem igualmente ser estudadas as diversas representações dos africanos negros feitas pelos artistas europeus. É, por exemplo, o caso do escultor Silva Pinto, chegado à colónia em 1938 e que aqui acabou por se fixar, e a quem se devem também algumas “cabeças de tipos indígenas” que apresentou, ainda nesse ano, numa exposição. O programa que o Núcleo de Arte (1936) lhe destinara era ambicioso e visava, entre outros projectos, o estudo etnográfico das “raças mais distintas da colónia” e a “reprodução de costumes e cenas indígenas” (Costa, 2013, p. 107).

O acervo do museu incluía ainda móveis e outros objectos de interesse artístico e histórico que passaram a fazer parte do fundo inicial de uma Galeria de Arte e História da Colónia de Moçambique fundada em 1938 (Diploma n.º 607/1938, 1938), dependente da Repartição Central de Instrução Pública. A galeria não se desenvolveu, apesar de ter havido algum interesse e iniciativas visando o desenvolvimento das artes plásticas na colónia, o conhecimento da arte africana, a procura de uma síntese entre as influências europeias e africanas e diversas reivindicações sobre a necessidade de um museu ou galeria de arte. Os museus e as galerias de arte existentes nas cidades da África do Sul, vizinhas de Moçambique, apareciam como um exemplo a seguir, embora só se tenham começado a desenvolver profissionalmente a meio do século XX. Parte do acervo reunido no Museu Provincial/Museu Dr. Álvaro de Castro foi, mais tarde, integrado em outros museus estabelecidos nas décadas de 50 e 60. Está ainda por pesquisar o acervo desta galeria. Crescera, entretanto, o número de artistas a viver na colónia, o número de alunos dos cursos oferecidos pelo Núcleo de Arte e das escolas locais, das exposições e de oportunidades de desenvolvimento artístico.

Sinais de Profissionalização

O ex-Museu Provincial (Museu Dr. Álvaro de Castro/Museu de História Natural), depois das obras de ampliação e remodelação, conheceu, apesar das continuadas dificuldades, alguns avanços. O seu quadro de pessoal integrou, a partir de 1948, uma nova ocupação/profissão (naturalista) e em 1959 ficou subordinado ao Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM), o que lhe permitiu, durante alguns anos, uma nova dinâmica. Em 1963, por ocasião do cinquentenário do museu, Manuel Simões Alberto, colaborador do IICM, escreveu algumas notas sobre as colecções etnográficas do museu (Alberto, 1963, p. 111). Apesar dos critérios discutíveis usados para a sua selecção, as colecções eram consideradas como “bastante valiosas e interessantes para (...) avaliar (...) algumas facetas da vida psíquica e afectiva dos nativos”, mas pouco numerosas e sem a variedade desejável (Alberto, 1963, pp. 111-112). Critérios de selecção e classificação mais científicos estavam a ser usados, mas eram ainda muitas as dificuldades para determinar que objecto “manufacturado por nativos de cor negra num estado incipiente de cultura merecia ser considerado documento etnográfico e exposto numa colecção etnográfica em qualquer museu” (Alberto, 1963, p. 112).

A Ação da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique e a Conservação do Património Cultural: Alguns Exemplos

Fruto da política cultural do Estado Novo e da aprovação do Diploma Legislativo n.º 825 (Diploma n.º 825/1943, 1943), criando a Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM), assistia-se nestes anos a diversas acções de classificação e de conservação e restauro do património cultural que procuravam garantir a legitimidade histórica da ocupação. A esta comissão “cumpria investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da Colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico-histórico e promover a sua propaganda cultural e turística” (Diploma n.º 825/1943, 1943, Art. 10). Em simultâneo com a conservação valorizava-se assim “o esforço colonizador das gerações passadas, quer como meio de cultura arqueológica e histórica, quer como motivo de interesse turístico” (Diploma n.º 825/1943, 1943, Preâmbulo). O papel da CMRHM incluía a constituição de colecções e museus, dirigidos directamente ou por delegação em outras entidades.

Alguns exemplos dessas acções são o Museu Freire de Andrade (actual Museu Nacional de Geologia, nas atuais instalações desde 1992) fundado em 1943, o Museu Histórico-Militar instalado na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, objecto de intervenção orientada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, aberto ao público em 1955, o Museu Comandante Ferreira de Almeida (actual Museu Nacional de Etnologia) em Nampula, inaugurado em 1956 no contexto da visita do presidente da República Portuguesa à colónia e, alguns anos mais tarde, entre 1969 e 1972, os museus da ilha de Moçambique: o Palácio de S. Paulo, o Museu da Marinha e o Museu de Arte Sacra.

Vale a pena determo-nos sobre a intervenção levada a cabo na Fortaleza (classificada por via da Portaria n.º 5:093, de 3 de abril de 1943 [Portaria n.º 5:093/1943, 1943] e na época, em ruínas). A reconstituição efectuada (a partir das ruínas existentes) e os processos de patrimonialização (monumentalização/musealização) enquadravam-se na acção legitimadora da colonização portuguesa, na sua antiguidade e, conseqüentemente, na preservação da memória dos colonizadores. O museu aí instalado integrou um acervo constituído por bens móveis recolhidos em diversos locais de Moçambique que se distribuía, a partir de 1955, por diversas salas: a sala das fortalezas, a sala das armas, a capela, entre outras. Uma parte do acervo incluía bens móveis integrados no monumento como, por exemplo, a coluna e o arco pertencentes à primeira fortaleza construída, Sofala (1505), há muito desaparecida, recuperados das suas ruínas e usados, simbolicamente, para marcar a legitimidade histórica da colonização. Muocha (2018) aborda, com considerável detalhe, este processo em dissertação de mestrado recentemente defendida e inicia, ao nível académico, uma reflexão necessária.

Nesta mesma óptica, legitimadora da colonização portuguesa, se enquadra o estabelecimento do Museu Regional Comandante Ferreira de Almeida de Nampula. A sua criação, a partir da colecção reunida pelo chefe do posto administrativo de Larde/Moma, envolveu diversos funcionários administrativos da região Norte de Moçambique. Foram reunidos “objectos e utensílios fabricados pelo indígena, bem como as manifestações do seu génio artístico, em vias de se adulterarem ou até mesmo se perderem” (Costa, 2013, p. 161). Entre os seus objectivos, que não podiam ser mais claros, mencionavam-se os seguintes: (a) proporcionar ao europeu um conhecimento mais profundo da vida indígena, preparando-o melhor para a sua missão civilizadora; e (b) proporcionar ao indígena um documento vivo de comparação entre o seu grau de civilização e o atraso em que viveram os seus antepassados.

As exposições organizadas, no contexto da abertura ao público do museu, mantiveram-se até à independência de Moçambique (1975). Manter este e outros museus estabelecidos na colónia revelou-se muito difícil.

A Independência de Moçambique e os Legados do Império: O Património, os Museus, as Exposições e o Futuro do Património

O Passado Colonial e a História e Cultura Africanas

Como se entendeu o património cultural criado e patrimonializado/musealizado durante o período colonial em Moçambique independente (1975)? Como se fez a transição desses bens culturais para um contexto de rejeição do colonialismo e de afirmação da identidade nacional pós-independência? A par do resgate da história e da cultura africanas até aí negadas e subalternizadas foi oficialmente (através de legislação e de princípios orientadores) expressa a importância de conservar, como símbolo da determinação, como memória da humilhação e dominação e como fonte

de inspiração e ensinamento para as gerações vindouras, os testemunhos do passado, incluindo “os da presença colonial estrangeira em Moçambique” (Resolução n.º 4/1979, 1979). A presença colonial abrangia aqui, neste documento, não apenas a presença portuguesa, mas também outras presenças referindo-se “as feitorias árabes, feiras comerciais, vias de penetração (...) e missões religiosas de todas as crenças” (Resolução n.º 4/1979, 1979, Alínea 2c). Como se conciliava esta continuidade pós-colonial da conservação do património cultural com a ruptura que a independência e o fim do colonialismo significavam? Como coexistiam a narrativa colonial e a narrativa da luta libertação, legitimadora da recuperação da identidade nacional e da sua afirmação? Até que ponto, como se interrogou Cossa (2001), os testemunhos do passado eram considerados como objectos de importância histórica e cultural e não apenas vestígios da colonização? Assistiu-se, de facto, no contexto pós-colonial, e em paralelo, à manifestação de atitudes, quer de rejeição, quer de inclusão, de adopção e adaptação a novos usos deste património. No que se refere à arte pública foram desmontadas estátuas localizadas em lugares simbólicos, fizeram-se alterações à toponímia e descontinuaram-se museus, como foi o caso, paradigmático, do Museu Histórico-Militar localizado na Fortaleza. Mas, em geral, pode considerar-se que o património herdado, os objectos-testemunho da narrativa colonial foram apropriados e “reinvestidos” de uma nova simbologia de resistência à ocupação colonial nas políticas seguidas como fazendo parte de uma identidade colectiva em construção ainda que fossem (continuam a ser) múltiplas as avaliações sobre essa herança e, frequentes, as tensões e as disputas. São escassos e fragmentados os estudos existentes localmente sobre estas questões e urge sistematizar as opiniões e percepções manifestadas a este propósito. O estudo de Feijó (2009) é elucidativo do que acabamos de referir e das posições conflituosas sobre o passado colonial.

Remodelação de Exposições e Novos Museus: Alguns Exemplos

Assim, no período que se seguiu à independência do país, foi oficialmente reconhecida a importância dos museus, assumiram-se os museus existentes e o património neles conservado, ainda que se tenham preconizado remodelações ao nível das exposições e seus conteúdos, e enfatizou-se a sua função educativa e a necessidade de alargamento da rede existente. Reconheceu-se também a inexistência de profissionais, a inadequação de infraestruturas e a carência de meios e orçamentos. Ao Serviço Nacional de Museus (Portaria nº 39/1976, 1976) foi atribuída a competência de organizar museus e exposições em todo o país, nomeadamente de história das sociedades e de história natural. O actual Museu de História Natural, assim rebaptizado em 1976, reabriu em 1977, depois de obras de conservação e de reajustamento que incluíram, entre outras, a galeria etnográfica e o jardim exterior. Na inauguração esteve presente o presidente da República, o que demonstra a relação do novo poder com a cultura. Neste período, prioridade foi dada à história e cultura do povo moçambicano e à história da luta de libertação tendo sido criados o Museu da Revolução (1978) e o Museu Arqueológico de Manyekeni (1979) envolvendo o Partido Frente de Libertação de Moçambique e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em particular,

o seu Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA). O DAA deu continuidade ao trabalho arqueológico desenvolvido no âmbito do IICM e da CMRHM. Desde a independência (1975), a universidade alargara a sua acção, em colaboração com arqueólogos de diversos países e da Suécia, em particular, e trabalhava em diversas zonas do país. Esta colaboração permitiu revelar “objectivamente” aspectos desconhecidos da história mais antiga de Moçambique, fundamentando passados distantes anteriores à presença e colonização portuguesa. O papel desempenhado pela UEM na preservação do património cultural e natural, papel este já sublinhado por investigadores de diferentes áreas, é mencionado em Costa (2018). Tratava-se de dar corpo a uma das tarefas que lhe foram atribuídas quando passou a chamar-se Universidade Eduardo Mondlane (1976): “mergulhar as suas raízes na realidade nacional, procedendo de forma sistemática e organizada à investigação e recolha do nosso património histórico, cultural, artístico, científico e técnico” (Machel, 2001, p. 35).

O Museu Histórico-Militar, instalado na Fortaleza, foi encerrado. Nele, “a humilhação não tem limites” considerava a reportagem da revista *Tempo* (“Museu Histórico-Militar do Colonialismo em Moçambique”, 1976, p. 12) a propósito das exposições aí presentes. Iniciou-se um longo processo visando “repensar” o museu e propondo uma releitura e uma reinterpretação do seu acervo. Não seria fácil (Muocha, 2018). A proposta de aí instalar um Museu de História da Ocupação Colonial e da Resistência (existe um projecto detalhado datado de 1987) encontrou resistências e, consequentemente, poucos apoios, recursos financeiros em particular, para a sua concretização. Construir uma narrativa histórica mais equilibrada e integrando as perspectivas e as vozes dos seus diferentes actores revelou-se (continua a revelar-se) difícil. Apesar dessa dificuldade pode considerar-se que esse projecto foi iniciado, nunca terminado, e que continua a ser desenvolvido, com recurso a diferentes actividades de divulgação histórica e de interpretação. Mouzinho de Albuquerque desceu do pedestal onde se encontrava, está no jardim da Fortaleza, em frente à sala Ngungunyane, onde, simbolicamente, se encontra o imperador de Gaza “regressado” do exílio em 1985. A Fortaleza continua a ser um local privilegiado não apenas de mudança, mas também de mais conhecimento, reflexão, questionamento e discordância. Porque como escreveu um dos seus visitantes: “esta é a nossa História quer se queira ou não”¹.

Um importante projecto, há muito desejado, o projecto do Museu Nacional de Arte, iniciado em Maputo logo depois da independência, envolvendo Malangatana e outros artistas, só alguns anos mais tarde seria retomado. Não sem tensões. Tratava-se de reunir uma colecção e de abrir uma exposição que representasse Moçambique independente. Que artistas “estavam à altura” de representar visualmente a nação que se afirmava? Os artistas e as suas obras podem representar momentos particulares da vida de uma nação. Em Moçambique colónia, os africanos negros tinham, em geral, sido excluídos dessa possibilidade. Como podia ser contada essa história? Que heranças culturais podiam ser consideradas? Quem era artista moçambicano? A abertura ao público aconteceu apenas em 1989 e a proposta de exposição permanente, com algumas concessões, seguiu a narrativa oficial da construção da nação, valorizando

1 Opinião registada no livro de visitantes da Fortaleza de Maputo, em 23 de setembro de 2017.

os artistas que melhor articulavam o seu trabalho com essa narrativa, deixando de lado outras heranças e as complexas relações culturais estabelecidas entre colonizadores e colonizados. Para trás ficou uma outra proposta de exposição que foi, recentemente, trazida para reflexão numa acção de formação de curadores. Esta procura continua a interpelar-nos porque, acredito, há narrativas plurais da história da arte e esta história é uma história sempre aberta, incompleta.

Uma campanha de preservação e valorização cultural (1978–82), realizada a nível nacional pelo órgão estatal responsável pela cultura, constituiu, a par de outras realizações, um importante momento de reflexão sobre a cultura moçambicana. Envolveu um número considerável de pessoas, comunidades e agentes, e recolheu dados e objectos sobre a história e a cultura alargando assim o interesse e o conhecimento sobre o património cultural, desenvolvendo as colecções existentes, proporcionando aos participantes a oportunidade de decidir sobre o que consideravam seu património. Nem tudo correu como previsto. Apesar de todas as fragilidades e limitações, a preservação do património cultural suscitou o interesse de muita gente e diversos programas aconteceram com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Foi igualmente aprovada a Lei n. 10/88 (Lei de Protecção Cultural, 1988), de 22 de dezembro que determina a protecção dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Em 1991, fruto de diversos esforços, a Ilha de Moçambique teve a sua candidatura aprovada e passou a constar na lista do património mundial. Tem sido laboratório para experimentar, construir, reflectir, procurar respostas sobre como tratar o(s) património(s) em presença, as intervenções mais adequadas, o envolvimento e a participação dos cidadãos.

Do Museu Regional de Nampula ao Museu Nacional de Etnologia

O Museu Regional de Nampula (o ex-Museu Comandante Ferreira de Almeida) conheceu actividade considerável nos primeiros anos após a independência, mas eram muitas as prioridades de então e poucos os recursos para as materializar. Após vários anos a funcionar sem as condições profissionais básicas, esteve fechado durante alguns anos até reabrir, em 1993, em moldes diferentes, como Museu Nacional de Etnologia. Conduziu este processo o Departamento de Museus, do órgão estatal responsável pela cultura, e dele se foi dando conta através de diferentes meios. Soares (1991), então coordenador do programa, refere os seus objectivos, atribuições, fases previstas e actividades. Materializá-lo não foi fácil. A exposição permanente com que reabriu ao público, “Moçambique: Tradições Culturais”, resultou de um projecto de guião de exposição que vinha sendo preparado e que recebeu, posteriormente, diversas contribuições adicionais. Destaco, entre muitas outras, a contribuição do antropólogo Eduardo Medeiros, do curador Christian Siegumfeldt e do designer de exposições e educador Carsten Henriksen. Os dois últimos trabalharam no museu ao abrigo da cooperação cultural que a Dinamarca e a Suécia, durante vários anos, tiveram com Moçambique. A criação formal do museu ocorreu alguns anos mais tarde (Decreto n. 19/96, 1996). Esta história, também complexa, merece ser pesquisada e analisada e esse processo já teve início. A exposição permanente e outras exposições, organizadas nos anos seguintes, ainda estão presentes no museu.

Em Jeito de Conclusão

No novo contexto político e social de Moçambique em que o papel do Estado se reduziu, reduziu-se também a capacidade dos órgãos de preservação do património cultural e dos seus departamentos especializados, mas, ao mesmo tempo, o campo do património cultural tem vindo a alargar-se. Da herança oficial para o objecto quotidiano, da antiguidade para os testemunhos mais recentes da actividade humana, da materialidade dos artefactos para a imaterialidade das representações e o saber fazer (Cachat, 2018). Multiplicaram-se os actores públicos e privados e o envolvimento da sociedade, sob diversas formas, é cada vez maior. A legislação e regulamentação existentes são fundamentais para guiar a intervenção dos diferentes actores, mas faltam especialistas, a diversos níveis, recursos, uma atitude crítica para com a história e a memória. Falta também equacionar, de forma mais adequada, a inter-relação do património cultural com o desenvolvimento económico e social, em particular, a educação e o turismo e procurar o equilíbrio desejável entre a patrimonialização e o turismo cultural. O surgimento recente de novos profissionais interessados em participar nesta procura já iniciou esse caminho. Novos domínios do património têm suscitado interesse e não têm faltado propostas de exposições nem de novos museus.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (n.º 333162622) no contexto do projeto *Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*

Referências

- Alberto, M. S. (1963). Notas sobre algumas colecções etnográficas do Museu Dr. Álvaro de Castro. *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 5, 109-124.
- Bento, C. L. (1993). *As ilhas de Querimba ou de Cabo Delgado: Situação colonial, resistências e mudança (1742-1822)* [Dissertação de doutoramento não publicada]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Cachat, S. (2018). *Ilha de Moçambique: Uma herança ambígua*. Alcance Editores.
- Carman, J. (2011). Art museums and national identity. In G. Jantjes, M. Pissarra, J. Carman, & L. van Robbroeck (Eds.), *Visual century: South African art in context 1907-2007* (pp. 20-41). Wits University Press.
- Coombes, A. E. (2012). Museums and the formation of national and cultural identities. In B. M. Carbonell (Ed.), *Museums studies. An anthology of contexts* (pp. 260-272). Wiley-Blackwell.
- Cossa, G. P. (2001). O desenvolvimento do Museu Nacional de Arte e a problemática da preservação do nosso legado cultural. In *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa* (pp. 59-65). Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus.
- Costa, A. (2013). *Arte em Moçambique: Entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (1932-2004)*. Babel; Verbo.
- Costa, A. (2018). Preservar e valorizar o património cultural dos moçambicanos: Histórias e reflexões do passado e do presente. In Y. Froner (Ed.), *Património cultural e sustentabilidade: Ação integrada entre Brasil e Moçambique* (pp. 13-23). Editora São Jerónimo; IEDS.

Decreto n. 19/96, de 1996-06-11, Boletim da República, I Série, n.23, 30 Suplemento de 11 de Junho de 1996 (1996).

Diploma n.º 825/1943, de 1943-02-20, Boletim Oficial, n.8, de 20 de Fevereiro de 1943 (1943).

Diploma n.º 607/1938, de 1938-08-17, Boletim Oficial, I Série, n.33, de 17 de Agosto de 1938 (1938).

Feijó, J. (2009). *Do passado colonial à independência: Os discursos do semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003)*. Periplo.

Ferreirinha, F. (1933, 23 de dezembro). Da importância social da arte. *Ilustrado*, (17), 404-405.

Ferreirinha, F. (1938). Da arte indígena: Um ensaio sobre os macondes. *Seara Nova*, (545), 382-384.

Lei de Protecção Cultural. Lei n.º 10/88, Boletim da República, I Série, n.51, de 22 de Dezembro de 1988 (1988)

Machel, S. (2001). Discurso do Presidente Samora Machel aquando da atribuição do nome Eduardo Mondlane à universidade. In *Vinte e cinco anos da UEM* (pp.17-40). UEM.

Mendes, C. J. B. (2002). *Manipções e batuques: Recepção da cultura material africana e da música afro-americana em Portugal nas décadas de 1920 e de 1930* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa].

Muocha, M. M. (2018). *A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a construção de memórias colectivas em Moçambique: Do colonial ao pós-colonial* [Dissertação de mestrado, Universidade Eduardo Mondlane].

Museu Histórico-Militar do Colonialismo em Moçambique (1976, 22 de agosto). *Tempo*, 307, 18-26.

Portaria n.º 5:093/1943, Boletim Oficial, I série, n.14, de 3 de Abril de 1943 (1943).

Portaria n. 1:095-A, de 29 de Julho de 1913, Boletim Oficial, n.º32, de 9 de Agosto de 1913 (1913)

Portaria n.º 39/1976, Boletim da República, I Série, n.18, de 14 de Fevereiro de 1976 (1976).

Resolução n.º 4/79 de 3 de Maio. Boletim da República, I Série, n.50, de 3 de Maio de 1939 (1979).

Soares, P. (1991). A protecção do património cultural em Moçambique e o programa do Museu Nacional de Etnologia. In *III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa* (pp. 65-72). Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus.

Turismo, Arte e Contextos Periféricos. Considerações em Torno das Artes Plásticas Africanas

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.3>

José Carlos Venâncio

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga, Portugal/
Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0428-1914>
venancio@ubi.pt

Resumo

Na sequência do crescente peso que a cultura tem vindo a assumir nas economias dos países mais desenvolvidos, a arte contemporânea africana é entendida como um potencial fator de desenvolvimento da indústria do turismo em África e, especificamente, em Moçambique. A comercialização a que a arte está ou passará a estar sujeita não representa, no contexto desta discussão, qualquer perigo de empobrecimento estético, desde que as políticas públicas incentivem, por um lado, a produção artística com os meios e as condições necessárias à garantia de qualidade e, por outro, providenciem informação adequada aos potenciais compradores.

Palavras-chave

África, Moçambique, arte contemporânea, turismo, periferia

Ao mercantilizar a arte, o capitalismo contribuiu simultaneamente para
democratizá-la, até certo ponto.
– Will Furtado (2018, p. 46)

O primeiro propósito deste ensaio é o de demonstrar que a arte contemporânea africana pode ser, se não o é já, um importante produto e fator na dinamização do turismo em África e, conseqüentemente, um importante incentivo ao desenvolvimento das respetivas economias e sociedades. O segundo objetivo é o de demonstrar que a comercialização da arte, o equacionamento da componente mercado

no processo produtivo da arte, não conduz forçosamente a um empobrecimento estético da mesma. Fazer-se “boa arte não é, em si, contraditório com o fazer-se bom ganho financeiro”, diz, a esse propósito, Serge Tiroche, co-fundador da Tiroche De-Leon Collection, em entrevista concedida a Tayla Withers (2017, p. 142).

Em conformidade, a reflexão que se segue terá em conta o crescente e reconhecido papel que a cultura, sobretudo após os anos 70 do século passado, vem assumindo, mormente no seio das economias desenvolvidas, contribuindo para o processo de estetização dessas mesmas economias (Reckwitz, 2014) e, conseqüentemente, para a consolidação das chamadas indústrias culturais. Dar-se-á especial atenção às artes plásticas africanas contemporâneas, cujo reconhecimento internacional tem vindo a acontecer a um ritmo significativo, tornando os seus produtos (produzidos localmente ou na diáspora) interessantes aos olhos de colecionadores, galeristas e demais atores que intervêm nos circuitos internacionais da arte.

Por turismo entende-se o conjunto de atividades que envolvem o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, em termos domésticos e internacionais, com um propósito explícito de lazer. O turismo é, na verdade, uma atividade tão velha quanto a condição humana. A curiosidade por outras culturas e vivências e, através dela, granjear um estatuto melhorado na sociedade de origem, como a antropologia tem evidenciado a propósito do estudo dos ritos de iniciação, é, pois, uma atividade ou prática que acompanhou as primeiras formas de organização das sociedades. Em termos industriais, começa a ser explorado no século XIX, na senda da industrialização, da mecanização e do ócio que tais processos vieram proporcionar a uma parte da população. O desenvolvimento dos meios de transporte, mormente das linhas férreas, é outro importante fator a contribuir para a sua emergência. No século XIX emergem e afirmam-se muitos dos hábitos que marcam o nosso quotidiano. A prática do turismo é um deles.

Thomas Cook terá sido o primeiro agente de viagens a servir-se desses meios para implementar as primeiras viagens de turismo coletivo. Nos anos 60 do século passado, no enalço do boom económico que então se verificou, o turismo, nos países industrializados, atinge níveis massivos, condição que se vai alargando progressivamente a grande parte do globo até ao nível de desenvolvimento atual.

O turismo é hoje uma indústria de que os países, a começar pelos mais desenvolvidos em termos económicos e sociais, não prescindem, dadas as receitas económicas que a mesma proporciona. A globalização, o enorme crescimento da mobilidade das pessoas, a implementação e o embaratecimento das passagens de avião com a liberalização do mercado dos transportes aéreos têm contribuído fortemente para o seu incremento. A par de benefícios reconhecidos, como qualquer outra atividade económica, o turismo importa igualmente riscos, que não são, de maneira alguma, de menosprezar.

Os riscos em questão têm a ver com desequilíbrios que a deslocação massiva de pessoas, capitais, hábitos e valores podem causar nas sociedades recetoras. Reconhecem-se, a este respeito, conseqüências a nível ambiental, social, cultural e económico,

fatores desestruturantes nos seus efeitos, cuja superação tem sido possível com a implementação de estratégias inovadoras que têm conduzido ao desenvolvimento de formas de turismo mais sustentáveis, de que o ecoturismo ou turismo da natureza é devedor. A par deste, outros tipos de turismo, com idênticas preocupações quanto à preservação dos ecossistemas, têm sido implementados, como seja o turismo rural, o turismo da natureza com a componente de aventura, assim como no próprio turismo de caça e pesca que, sendo exercitado sob a vigilância de tais preocupações, pode constituir uma via economicamente sustentável para a preservação de espécies num contexto ecológico que é forçosamente diferente do suposto sistema inicial. O turismo cultural, tema central nesta análise, é um dos tipos de turismo que, preservando e dando a conhecer as culturas locais, se enquadra, pela sua própria natureza, no grande chapéu do turismo ecologicamente sustentável.

O turismo, enquanto atividade económica, apresenta ainda algumas outras particularidades. Uma delas é o facto de, diferentemente dos outros sectores da economia, não produzir bens, isto é, dele extraem-se apenas receitas indiretas, relacionadas com a criação de infraestruturas de atração, com instalações de acomodação e, nos últimos anos, com o desenvolvimento acentuado de vias de comunicação, de serviços de acompanhamento (guias turísticos, pessoal da restauração, entre outros) e, em contextos economicamente menos desenvolvidos, com a implementação de estruturas sanitárias e hospitalares.

Muitas destas ações e infraestruturas, implementando o desenvolvimento nas economias e sociedades de receção, acabam por beneficiar, de igual modo, as populações locais, mormente se se adotarem as estratégias adequadas, isto é, políticas públicas capazes de minimizar os efeitos nefastos que a dependência que a atividade turística, exercida muitas vezes como única indústria, gera em tais sociedades e economias.

A situação descrita, os riscos e os benefícios apontados desenham um quadro geral, com uma valência universal, que varia consoante as situações específicas do país ou da região recetores da atividade. As sociedades menos estruturadas, que o mesmo será dizer, menos desenvolvidas, estão mais expostas a esses riscos do que as sociedades mais desenvolvidas. São riscos de descaracterização e até de desintegração, envolvendo processos que as respetivas elites, muitas vezes fragilizadas e deslegitimadas, se revelam incapazes, voluntária ou involuntariamente, de contrariar. E, se este quadro é válido para grande parte do que, a dada altura, se convencionou designar por “terceiro mundo”, ele é ainda mais evidente nas sociedades e economias da África subsariana.

A indústria do turismo é introduzida na África subsariana pelas administrações coloniais. “Até ao início dos anos 60” – escreve Sindiga (1999) – “o turismo era praticado por algumas pessoas ricas da Europa ocidental e da América do Norte, muitos deles interessados na pesca desportiva, na caça desportiva e nos respetivos troféus”, que chegavam aos destinos turísticos de barco (p. 21). Tratava-se, na verdade, de um turismo de aventura que, nos seus propósitos, reproduzia o gosto e as idiossincrasias do século XIX, em muito estigmatizadas pela antinomia civilização versus selvajaria,

quer fosse esta última designação reportada às populações locais, colonizadas ou em vias de o ser, quer aos animais de grande porte de que o continente era rico. Era, pois, um turismo desenvolvido para deleite do indivíduo branco e, como tal, após as independências, na década de 60 do século passado, a atividade foi refreada¹ nos países que enveredaram pela via socialista, pelo alinhamento ao bloco socialista, mormente à União Soviética, que, antes da constituição da Organização de Unidade Africana², em 1963, constituíam o grupo de Casablanca.

Diferente foi a postura dos países alinhados com o mundo capitalista, que o mesmo será dizer, com as antigas metrópoles, que formavam o grupo de Monróvia, ao qual pertenceu o Quênia, talvez o exemplo mais paradigmático quanto à continuação da atividade turística em contexto pós-colonial.

Hoje, com o fim da Guerra Fria e dos seus efeitos em África, com a emergência da conjuntura de globalização já referida, a atividade turística tem vindo a ser implementada por todo o continente, conquanto com algumas limitações que já não decorrem propriamente de posicionamentos político-ideológicos, mas sim da ausência de condições de ordem infraestrutural e financeira. Com base nas estatísticas disponíveis, fornecidas por organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Turismo (UNWTO) ou a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o continente registou desde a década de 90 do século passado um crescimento significativo no que ao turismo diz respeito. Seguindo um estudo deste último organismo (United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD], 2017, p. 14), foram registadas em 1995, no conjunto dos países africanos, isto é, incluindo os da África do Norte, 24.084.000 chegadas internacionais, tendo esse número, em 2015, subido para 52.803.000. O país com o registo do maior movimento de turistas em 1995 foi o Egito, recebendo 3.317.000 turistas. Em 2015, por certo devido à instabilidade política, foi ultrapassado por Marrocos, que registou, nesse ano, 10.177.000 entradas. No que respeita à África subsariana, vem em primeiro lugar a África do Sul, registando, em 2015, o considerável número de 8.904.000 entradas. Moçambique registou, nesse ano, 1.552.000 entradas, um número que, face aos restantes países subsarianos, se revela significativo.

Os dados referentes a 2018, fornecidos pelo UNWTO, no *World Tourism Barometer and Statistical Annex* (World Tourism Organization [UNWTO], 2019), dão conta de um crescimento de 7% em chegadas e dormidas (*overnight visitors*). Um dado interessante a registar a propósito desta conjuntura de crescimento é o de que uma parte significativa desse crescimento, numa relação de quatro para 10 (UNCTAD, 2017), é de turistas provenientes de países africanos. A Tabela 1, referente ao

1 Mesmo em países que, embora próximos da linha soviética, primaram sempre por uma certa neutralidade, como foi o caso de Cabo Verde durante a vigência do regime de partido único, registou-se uma relutância em abrir o país ao turismo por razões (diziam-me) que tinham a ver com os efeitos nefastos, em termos de costumes, que estão sempre apensos à deslocação de turistas.

2 A constituição da Organização de Unidade Africana permitiu a ultrapassagem de alguns dos obstáculos que dividiam o nacionalismo em África e os jovens países africanos, recentemente independentes ou em vias disso. Quanto ao alinhamento político e à divisão condicionada/imposta pela chamada Guerra Fria, não se registou qualquer alteração de princípios, passando a organização a albergar no seu seio ambas as tendências (Venâncio, 2009). Tal não implicou que, dos muitos golpes de Estado de que esses países foram acometidos, não se assistisse à troca do lado do conflito por opção das forças golpistas.

caso específico de Angola, um país que ainda não está propriamente virado para o turismo, exemplifica, de qualquer modo, essa tendência de crescimento a partir de 2006 com o acréscimo do número de chegadas³ de turistas provenientes dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a cuja organização o país pertence.

Países	Chegadas por ano							Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	
África do Sul	9.468	13.328	15.476	25.803	29.217	82.021	94.177	269.670
Moçambique	830	6.227	1.400	1.550	3.089	1.720	2.311	17.127
República Democrática do Congo	694	1.058	1.108	890	446	6.958	9.528	20.682
Namíbia	700	887	1.174	1.225	3.506	54.219	73.614	135.325
Zimbabwe	355	537	573	598	1.317	1.404	970	5.754
Zâmbia	434	516	752	601	1.313	10.976	19.575	34.167
Tanzânia	101	182	191	140	120	380	212	1.326
Botswana	125	138	469	130	88	179	100	1.229
Ilhas Maurícias	74	89	83	104	43	214	20	627
Malawi	45	38	129	98	96	92	52	550
Swazilândia	45	23	120	61	41	58	17	365
Lesotho	70	13	67	19	20	27	17	233
Seychelles	3	1	1	9	7	17	0	38
Total	13.124	23.037	21.543	31.228	39.303	158.265	200.593	487.093

Tabela 1

Fluxo de turistas a Angola provenientes dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral entre 2006 e 2013.

Fonte. Nhulivali, 2017, p. 83.

O turismo cultural é um dos tipos de turismo que, embora pouco desenvolvido, é oferecido por alguns países e regiões na África subsariana. A cultura, o património histórico-cultural e natural, constituem, neste tipo de turismo, o principal motivo da deslocação, pelo que a implementação de políticas de definição e de preservação desse mesmo património se impõe como condição prévia.

No período colonial, o património étnico, quer nos seus aspetos materiais, quer nos espirituais, se não foi simplesmente desprezado, também não foi devidamente considerado. Se o preservavam, também o minorizavam ao “museologizá-lo”, termo que, no propósito desta argumentação, encontra correspondência no de orientalização, devido a Edward Said. Entenda-se, nestes termos, por museologização ou orientalização da cultura africana pré-colonial a identificação da mesma com o que Leclerc (1972/1973, p. 28) designou por “racionalidades mortas”, ou seja, racionalidades condenadas a suprimirem-se na análise etnográfica do século XIX, que tinham como correlato a suposta incapacidade do indivíduo africano de entender e abraçar a modernidade subjacente a essas mesmas análises. O indivíduo africano (leia-se negro)⁴

³ Tendo em conta que muitos dos vistos concedidos pela rede consular angolana como vistos de turismo se destinam a outros visitantes que não apenas a turistas, é de prever que os números apresentados sejam por alguma imprecisão.

⁴ Evidentemente que não foram apenas os negros objeto dessa injustiça. Praticamente todos os povos não caucasianos o foram, conquanto o negro tenha sido, na verdade o menos considerado, o mais

era, então, dado como incapaz de produzir modernidade e, como tal, condenado ao vazio. Restava a sua cultura, a que se designava por “primitiva” (hoje designada por “tradicional”), entendida como sobrevivência de um devir histórico que, na base das ideias iluministas e darwinistas, era suposto ser homogêneo. Modalidades artísticas como a literatura (oral) e as artes plásticas (em madeira, sobretudo) passaram a ser valorizadas por estarem, precisamente, condenadas à extinção. Valorizava-se, concomitantemente, a particularidade de um mundo imagético que não só estava condenado ao desaparecimento, como também era único e parado no tempo. Os objetos de arte consignados a este entendimento, com valência etnográfica e museográfica, passaram a ser procurados por colecionadores, museus e galeristas, sendo, não poucas vezes, objeto de tráfico ilícito.

O colonialismo (moderno) que se seguiu a este momento da descoberta do mundo tradicional africano em nada alterou (se não aprofundou ainda mais) o estigma do indivíduo negro. Se o ensino formal (quase sempre nas línguas da colonização) implementado pelas potências coloniais lhe atribuiu algumas ferramentas em prol da sua dignificação, o certo é que esse ensino foi propositadamente desenhado para que os que dele beneficiassem não atingissem os patamares de reflexão e preparação do que era ministrado aos colonizadores.

Após as independências, o propósito explícito de valorizar este património, arredando muitas vezes o património colonial construído da linha evolutiva e reconstrutiva das identidades nacionais, ficou, na maioria das situações, aquém do desejável. As elites pós-coloniais, por incapacidade própria ou por condicionamento de conjuntura, não lograram, na maioria dos casos, integrar harmoniosamente no Estado moderno, em si decalcado do Estado colonial, as comunidades étnico-linguísticas com os seus valores, vivências e expectativas. Noutros termos: não conseguiram articular o mundo tradicional com o moderno em prol da identidade nacional. Os esforços mais significativos que, de qualquer modo, foram desenvolvidos a esse propósito verificaram-se nos Estados em que se havia seguido a via capitalista no processo de (re) construção nacional. Designações como “socialismo africano”, a par de outras, como “negritude”, “pan-africanismo” e “renascimento africano”, dão nota desse desiderato (Venâncio, 2009, 2014).

Incapacitado de modernidade, o indivíduo africano estaria, assim, também incapacitado de produzir arte moderna. Tal estigma veio a ser contrariado, quer no período colonial, quer no pós-colonial, pela ação de artistas, intelectuais e mecenas europeus (Jahn Janheinz, Ulli Beier, Frank McEwen, Pancho Guedes, entre outros) que, acreditando na potencialidade das culturas africanas tradicionais, diferentemente do que, na verdade, haviam feito os modernistas⁵, incentivaram artistas africanos a

desumanizado. “O Negro representa” – escreve Mbembe (2013/2014) na linha de uma argumentação que já fora desenvolvida por Amílcar Cabral – “representa (...) uma das perturbadoras figuras da nossa modernidade, da qual ele é (...) a parte do mistério e do escândalo” (p. 73).

⁵ Reconhecendo embora a pujança das formas artísticas africanas, os modernistas e outros pintores europeus acabaram por não reconhecer devidamente o contributo recebido. “Parece que Paul Gauguin, homem bastante distraído” – escreve Eduardo Galeano (2009) – “pôs sua assinatura num par de esculturas do Congo. O erro foi contagioso. A partir de então, Picasso, Modigliani, Klee, Giacometti, Ernst, Moore e

produzirem arte moderna, baseados precisamente nas referências das suas culturas de origem. Um desses relacionamentos proveitosos foi o do arquiteto Pancho Guedes com o pintor Malangatana (Chabal, 1994; Costa, 2013; Neves, 2013; Sopa, 2017), levando este último a incorporar nas suas criações a imagética e os demónios da sua cultura de origem. Estabeleceu-se, desta forma, uma ponte entre o que hoje se designa por arte tradicional africana e a contemporânea.

Sendo esta uma das vias da emergência da arte contemporânea africana, outras houve, nomeadamente a que, seguindo o modelo de autonomização das literaturas africanas (quase sempre na língua do colonizador no espaço de língua portuguesa), levou ao surgimento de processos criativos não forçosamente demarcados dos contextos étnicos de produção.

A arte contemporânea africana usufrui hoje (ou começa a usufruir) de reconhecimento internacional, no que discordo ligeiramente de Feliciano de Mira (2019), um dos especialistas em arte contemporânea africana, nomeadamente na de Moçambique. Vários são os factos e acontecimentos que me levam a tal afirmação. A publicação, desde 1994, da prestigiada revista *Nka Journal of Contemporary African Art*, pela Duke University Press, talvez seja dos indicadores mais expressivos. Esta revista vem, no que respeita ao mercado mundial da arte, ombrear com a não menos prestigiada *Oriental Art Magazine*, que vem sendo publicada desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O *Art Africa Magazine*, publicado na África do Sul, assim como muitas outras revistas e iniciativas, têm feito catapultar a criatividade africana contemporânea para os escaparates internacionais. Igualmente importante foi a fundação do Zeitz Museum of Contemporary Art Africa, na cidade do Cabo, dedicado à arte contemporânea africana. O papel do curador e crítico de arte Okwui Enwezor (1963–2019), de origem nigeriana, diretor da Haus der Kunst de Munique até junho de 2018, o primeiro curador africano a ser diretor da Bienal de Veneza, entre outros importantes cargos que desempenhou no universo mundial das artes, entre os quais o de coeditor do *Nka Journal of Contemporary African Art*, é outro indicador da visibilidade que a arte contemporânea africana tem vindo a conquistar. Várias são hoje, na verdade, as plataformas informáticas/empresas empenhadas na divulgação e internacionalização da arte contemporânea africana, com uma atuação global.

E essa afirmação passa igualmente pelo destaque que a ARCOLisboa 2019 deu à arte africana. Maribel Lopez, sua diretora, disse a propósito desse destaque, em entrevista conduzida por Celso Martins, que “o mundo da arte contemporânea, nos últimos anos, tem prestado mais atenção a África, observando a criação contemporânea no continente mais de perto” (Martins, 2019, p. 22)⁶.

Toda essa visibilidade é devida, em parte, à conjuntura atual, marcada pela globalização de economias, valores e gostos. O multiculturalismo como filosofia de vida vai-se

muitos outros artistas europeus também cometeram o mesmo engano, e com frequência” (p. 249).

⁶ A galeria luandense Jahmek foi galardoada, neste certame, ex aequo com a galeria londrina Copperfield, com o Prémio Opening, atribuído pela segunda vez às galerias que pertencem a essa categoria, isto é, galerias com menos de 7 anos de experiência.

impondo paulatinamente, causando o que se poderá designar por democratização da estética e das instâncias de avaliação das obras de arte e, conseqüentemente, dos complexos processos de legitimação e consagração dos artistas.

A título conclusivo, vale referir que, perante a exiguidade e fragilidade dos mercados de arte periféricos, a cujo grupo pertence a generalidade dos mercados de arte africanos, incluindo o moçambicano, o turismo pode servir como um fator de dinamização; sobretudo quando os turistas procuram conhecer mais profundamente as sociedades e culturas visitadas. A arte contemporânea (e, de certa maneira, também o artesanato mais elaborado, não descaracterizado quanto às suas origens) poderá fornecer aos turistas internacionais vivências e recordações profundas da sua estadia e, simultaneamente, disponibilizar-lhes, com a obra de arte que compram, um meio de investimento seguro. Para tanto, devem ser implementadas políticas públicas reguladoras dos respetivos mercados de arte; medidas que assegurem, por um lado, a formação dos artistas, a sua profissionalização (o que passa pela criação de associações profissionais), a formação e existência de galeristas, a emergência de críticos de arte, a abertura e modernização de museus, e por aí adiante, e, por outro, a garantia de qualidade do que é produzido e vendido. A certificação da qualidade da obra de arte é, neste complexo em interação, imprescindível para o desenvolvimento de um fator importante na consolidação de um mercado de arte: a confiança. O mercado torna-se, assim, um fator de qualidade e não de desvalorização estética.

Bem, no caso de Moçambique, na verdade, há muito que a sua arte granjeou notoriedade fora de portas. Malangatana, cuja influência é passível de ser rastreada em muitos dos mais significativos pintores moçambicanos da atualidade, foi um exímio embaixador das artes plásticas moçambicanas. É seguramente um dos grandes nomes da arte contemporânea africana e da arte contemporânea em geral. É, como tal, um importante ativo na promoção do país como destino do turismo cultural.

*Luís Polanah, pintor e antropólogo luso-moçambicano
in memoriam*

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020. É também apoiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (n.º 333162622) no contexto do projeto *Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*

Referências

- Chabal, P. (1994). *Voices moçambicanas. Literatura e nacionalidade*. Vega.
- Costa, A. (2013). *Arte em Moçambique. Entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras 1932-2004*. Verbo.
- Furtado, W. (2018). God's plan. *C& Platform for International Art from African Perspectives*, 9, 44-46.
- Galeano, E. (2009). *Espelhos. Uma história quase universal*. L&PM Editores.
- Leclerc, G. (1973). *Crítica da antropologia. Ensaio acerca da história do africanismo* (F. B. Pinheiro, Trad.). Editorial Estampa. (Trabalho original publicado em 1972)
- Martins, C. (2019, 4 de maio). Maribel Lopez: "Uma feira está em constante estado de observação do mundo da arte". *Expresso*, 22-23.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra* (M. Lança, Trad.). Antígona. (Trabalho original publicado em 2013)
- Mira, F. de. (2019). *Ao correr do olhar. Desafios para uma epistemologia poética*. Almedina; Centro de Estudos Sociais.
- Neves, J. M. (2013). *Encontro com Dori e Pancho Guedes*. Edições Afrontamento.
- Nhulilivali, N. F. J. (2017). *Inventário e análise sociológica das políticas públicas de turismo em Angola* [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/20674>
- Reckwitz, A. (2014). *Die Erfindung der Kreativität. Zum Prozess gesellschaftlicher ästhetisierung*. Suhrkamp Verlag.
- Sindiga, I. (1999). *Tourism and African development. Change and challenge of tourism in Kenya*. Ashgate.
- Sopa, A. (2017). Artes visuais em Moçambique – Um percurso de 100 anos. *Estados de alma das artes em Moçambique. Artes plásticas*, 11-20.
- United Nations Conference on Trade and Development. (2017). *Economic development in Africa. Tourism for transformative and inclusive growth. Report 17*. Nações Unidas. https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2017_en.pdf
- Venâncio, J. C. (2009). *O fato africano. Elementos para uma sociologia da África*. Editora Massangana; Fundação Joaquim Nabuco.
- Venâncio, J. C. (2014). A «África (eternamente) renascida»: Relendo três dos «seus» insígnis pensadores: Léopold Sédar Senghor, Frantz Fanon e Amílcar Cabral. *Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía y Historia*, 14, 185-195. <http://hdl.handle.net/1822/42358>
- Withers, T. (2017). Framing investment. Art Africa in conversation with Serge Tiroche. *ART AFRICA*, 10, 140-145.
- World Tourism Organization. (2019). World tourism barometer and statistical annex. January 2019. *World Tourism Barometer*, 17(1). <https://doi.org/10.18111/wtobarometereng>

O Turismo Como Experiência e Como Desejo de Território e de Viagem

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.4>

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>
moisesm@ics.uminho.pt

Resumo

O ponto de vista que vou desenvolver sobre o turismo não se prende com uma análise económica, nem sequer com uma análise política *stricto sensu*. Vou configurar o turismo como uma atividade cultural. Por esta razão, o ponto de vista que vou desenvolver sobre o turismo é fenomenológico e sócio-antropológico. Não vou refletir, pois, sobre o negócio (*nec/otium* – não/lazer; atividade, trabalho, comércio), mas sobretudo sobre ócio (*otium* – tempo livre de atividade).

Palavras-chave

cultura de massas, experiência da viagem, experiência eletrónica, território, turismo cultural

Um Desejo de Território

Gostaria de começar por assinalar que o turismo reflete a nossa atual obsessão por um território e pela viagem num território¹. Digo obsessão, porque se trata de um movimento que corresponde a estratégias de regresso ao território, a um território

¹ As figuras de territorialização, desterritorialização e reterritorialização foram desenvolvidas, sobretudo, por Deleuze e Guattari, primeiro em *Anti-Oedipe* (1972), e depois em *Mille Plateaux* (1980) e em *Qu'Est-Ce Que la Philosophie?* (1991). A ideia que eu proponho aqui é a de que a atual mobilização tecnológica do humano, total (Jünger, 1930/1990) e infinitamente (Sloterdijk, 2000), para uma qualquer competição, um qualquer mercado e uma qualquer estatística, teve como consequência um movimento de desterritorialização suprema (Martins, 2007, 2010b, 2019), com a consequente perda dos três acentos do tempo, os quais Paul Celan (1971/1996) entendia como definidores da condição humana: o agudo da atualidade, o grave da historicidade e o circunflexo, que é um sinal de expansão do tempo, da eternidade.

físico e espiritual, na procura de possibilidades de encontro com o outro, quando os atuais territórios nos oferecem, cada vez mais, paisagens, atmosferas e ambientes eletrônicos, sendo a nossa vida uma circum-navegação de territórios digitais e virtuais (Maffesoli & Martins, 2011; Martins, 2012, 2017b).

Começo, pois, por figurar o turismo como uma estratégia humana de regresso ao território e à viagem num território (físico ou espiritual), na procura de uma resposta à aceleração da nossa época e à sua mobilização eletrônica. Uma tal resposta é feita de estratégias híbridas, por vezes ambíguas, e sempre complexas, como híbrido, ambíguo e complexo é o humano, na travessia tecnológica, que está convocado a fazer. Com efeito, não é possível esquivarmo-nos, hoje, ao debate sobre a técnica e ao papel que as novas tecnologias, que incluem os média, “têm na redefinição da cultura, ou seja, na delimitação do humano” (Martins, 2010a, p. 84). Porque este é o nosso tempo e não temos outra época para viver senão esta, a da mobilização tecnológica do humano, precisamos de estar à altura destas circunstâncias (Martins 2010b, 2011/2017a, 2012).

Quando, hoje, perguntamos a alguém onde mora, o mais habitual é a resposta ser-nos agora dada em tempo: a 10/15 minutos de carro do emprego; ou então, a meia hora de autocarro da universidade. Medido em tempo, um lugar como que já não é sobretudo um território, um espaço, um sítio que se habita. Penso, no entanto, que o atual frenesim do turismo nos revela uma consciência um tanto infeliz, ou seja, um certo mal-estar (Martins, 2015). É que o território é hoje um lugar por onde se viaja de GPS, com o espaço a ser medido por coordenadas. Cada vez mais a experiência que temos do território é eletrônica. Os filmes publicitários de territórios são eletrônicos; os territórios, mostrados nos portais da internet, dão-nos a ver paisagens virtuais, bem distantes das paisagens reais; as viagens e os destinos para viagens procuramo-las em portais eletrônicos de agências turísticas; os bilhetes para destinos turísticos compramo-los através da internet.

Sem dúvida que a experiência eletrônica expande a nossa capacidade de efabular, de contar histórias, de fazer narrativas, usando recursos de vários média, que compreendem vários formatos técnicos e várias linguagens: fotografias; postais ilustrados; selfies; vídeos; filmes e outros média (Martins, 2020b).

Existe, no entanto, qualquer coisa de melancólico, nesta viagem, que é em larga medida digital e virtual, com paisagens, atmosferas e ambientes eletrônicos (Martins, 2017b). Viajar através de sites web, portais, redes sociotécnicas, repositórios digitais e museus virtuais é uma experiência um tanto melancólica, porque mais do que fruir as coisas mesmas, fruímos as imagens delas, em selfies no Facebook, ou no Instagram, consumimos imagens que se consomem aí.

A esta experiência eletrônica, a um tempo digital e virtual, alguns dão-lhe o nome de “abandono do território”, de “desterritorialização”. Porque na aceleração e na mobilização tecnológicas, deixámos de ter fundamento sólido e seguro, território conhecido e controlado, e identidade estável e garantida.

A Experiência da Viagem

O segundo aspeto que vou desenvolver neste ensaio é a experiência da viagem, que é sempre uma possibilidade de encontro – de encontro com o outro e de encontro com a natureza². Mas a viagem eletrónica, ao encontro do outro e da natureza, não tem o corpo do outro, nem a rugosidade da natureza. Tem, sim, sobretudo, ficções do outro, simulacros, efervescências e euforias do outro, e mesmo o espetáculo do outro – os quais, nas palavras de Guy Debord (1967/1991), não passam de “guardiões do sono da razão” (p. 16; entenda-se, da razão do outro: da sua diferença, diversidade e autenticidade)³.

Eu diria que o turismo é uma arte das ligações, sabendo nós, pelo *Banquete* de Platão (1986), que uma arte das ligações é uma erótica. Portanto, não é falso dizer que o turismo é uma erótica, que tem *sex-appeal*, como diz Mario Perniola (1994/2004) dos objetos técnicos. Os territórios, tal como os seus povos e culturas, são experienciados, enfim, vividos, pelo turista. E como experiência, o turismo envolve, hoje, todos os aspetos da vida quotidiana do próprio turista, no local para onde se desloca: compras, refeições, bebidas, entretenimento, diurno e noturno. É tanto como experienciar os monumentos do mundo, o próprio turista torna-se parte do produto turístico que vivencia.

A cultura, no seu sentido amplo, que é o sentido antropológico, é fonte sempre crescente de experiências e possibilidades. Por essa razão, podemos dizer que todo o turismo é cultural. O turismo, hoje, é um “fenómeno social total”, nos exatos termos com que o antropólogo Marcel Mauss (1966) caracterizou os fenómenos que totalizam a existência.

De facto, hoje, o turismo envolve a vida inteira de um turista. Podemos imaginá-lo a ir de manhã à praia, à tarde a um museu e à noite a dar uma volta pela parte antiga de uma cidade. E é bem provável que o primeiro encontro de um turista com a cultura seja com o menu de um restaurante, e com o empregado e a comida desse restaurante, perto de uma estância turística. A motivação do turista é aprender, descobrir, experimentar e consumir as atrações culturais, tangíveis e intangíveis, num destino turístico (Piñeiro-Naval & Sierra, 2018, pp. 10–16).

2 Todos nós andamos a ensaiar o humano, o que quer dizer, a ensaiar uma ideia de viagem. Mas, necessariamente, de uma viagem atribulada, cheia de perigos e obstáculos a transpor. Andamos a ensaiar a viagem como errância, enigma e labirinto, e também como rugosidade, viscosidade e incerteza. Todos andamos a ensaiar a viagem como dúvida, embora, da mesma maneira, como memória de caminhos já andados e de experiências já vividas. Retomo de João Guimarães Rosa, em *Grande Sertão – Veredas*, a figura de “travessia”, que aponta para uma viagem particularmente rugosa, incerta, enfim, para uma viagem difícil (Guimarães Rosa, 2011).

3 A ideia de “crise da experiência” começa por ter um equivalente em Benjamin (1992) na figura de “crise do narrador”, e parece hoje em fase imparável pela aceleração tecnológica do nosso tempo. Agamben (1978/2000) fala da impossibilidade em que nos encontramos, hoje, de nos apropriarmos da nossa condição propriamente histórica, o que torna “insuportável o nosso quotidiano” (p. 20). Perniola (1991/1993, 1994/2004), por sua vez, ao caracterizar a experiência contemporânea, introduz o conceito do “já sentido” e interroga-se sobre o *sex appeal* do inorgânico, que tem tanto de fascinante como de inquietante. Quanto a Baudrillard (1981), conhecemos o seu conceito de realização do real como simulacro.

E essas atrações, ou seja, esses produtos, referem-se a um conjunto de características materiais, intelectuais, espirituais e emocionais, distintivas de uma sociedade, que compreende artes e arquitetura, património histórico e cultural, património culinário, literatura, música, indústrias criativas e culturas vivas, e que compreende, ainda, os seus sistemas de valores, crenças e tradições (Pinto-Coelho & Pinto, 2018). Aqui temos, pois, o turismo como um fenómeno social total, porque envolve a vida de um indivíduo e a condiciona em todos os seus aspetos.

O Turismo, as Massas e as Máquinas

O turismo é um fruto da civilização das “massas e das máquinas”, nos exatos termos em que Ernst Jünger (1930/1990, p. 108) caracterizou os séculos XIX e XX. Mas sendo o turismo um acontecimento da modernidade, é justo ter presente a observação do sociólogo moçambicano, Elísio Macamo (2005), sobre o facto de Moçambique ter entrado ambigualmente na modernidade, uma vez que o fez através da colonização.

Como fenómeno de massas, o turismo nasceu por meados do século XIX, com a sociedade industrial e a distinção entre tempo de trabalho e tempo de lazer, e desenvolveu-se sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, com a afirmação do estado de bem-estar social – o *welfare state*.

Afirmou-se, então, num primeiro momento, à volta de três Ss: *sand*, *sun* e *sea* (areia, sol e mar). Mas podemos dizer que o turismo é a experiência que as massas têm da viagem – uma mobilização por máquinas, desde a escolha de destinos na internet, até à reserva de alojamento e à reserva do voo numa ligação eletrónica, com uma agência de viagens, para destinos remotos, exóticos e arcaicos, cada vez mais experienciados como acontecimentos únicos: singulares, diferentes e autênticos. Enfim, tais experiências, que Pine e Gilmore (1998, p. 97) designam como “memoráveis”, vão ser imediatamente ecoadas e perpetuadas como “instantes eternos”, através de fotografias, selfies, imagens panorâmicas e vídeos. Bem significativo e muito adequado é, no entanto, o facto de o livro de Michel Maffesoli, *L'Instant Éternel*, publicado em 2000, ter como sub-título “o regresso do trágico nas sociedades pós-modernas”, porque a experiência turística é, sem dúvida, uma experiência um tanto melancólica. Mas este aspeto apenas o desenvolvo no ponto seguinte.

A Porta e a Ponte

Neste ponto, vou analisar o turismo, retomando duas formas sociais exemplares, que Georg Simmel (1988, pp. 161–168) identifica como fadoras de socialidade: a “porta” e a “ponte”. A “porta” permite a saída para o encontro do outro. É preciso sair de si próprio e do seu lar para encontrar o outro. A *polis*, ou seja, a cidade dos homens, nasce deste encontro. O bem coletivo, o que quer dizer, a ideia de comunidade como totalidade, que integra as margens (minorias, migrantes, exilados, refugiados, debilitados, incapazes) nasce deste movimento que a “porta” simboliza, como movimento altruísta, cooperativo e solidário (Martins, 2019).

A ponte é, pois, um recurso de socialidade, uma mediação, lá onde o caminho fica bloqueado e sem saída. É um recurso que estabelece a circulação entre pessoas e que permite manter a utopia de uma comunidade. E o turismo assume hoje esta condição: permite a circulação fora de portas, como ponte, permite desbloquear caminhos tapados e horizontes fechados. Na cultura global, aberta pelas tecnologias da informação e da comunicação, predominam, de facto, os fluxos, incluindo os fluxos de pessoas, “turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores convidados e outros grupos e indivíduos em movimento” (Piñeiro-Naval & Serra, 2018, p. 10).

No entanto, o modo como o turismo se faz “porta” e “ponte”, e também “etnopaisagem” (Appadurai, 1996, p. 33), enferma, a meu ver, de um mal. Não o vejo a abrir para um sentido de comunidade, porque não tem a *polis* como horizonte, não projeta uma utopia, nem constitui uma promessa coletiva. O turismo não existe em função da comunidade. O turismo realiza-se (consuma-se) no consumo. É daí a sua tragédia: é um “instante eterno”, na expressão de Maffesoli (2000), mas não é a configuração da eternidade do humano, o que apenas a promessa de um horizonte de comunidade lhe poderia facultar. É isso, aliás, o que nos é lembrado pelo poeta argentino, Jorge Luís Borges (1966/1988), em “The Unending Gift”: “na promessa algo há de imortal; nela alguma coisa vive para sempre”. A *polis* tem, pois, uma exigência de cidadania e o turismo, de um modo geral, contraria esta exigência.

O turismo, muitas vezes, é multidão, são massas, aceleradas e mobilizadas para o consumo, por máquinas poderosas de transporte (por terra, mar e ar: aviões, cruzeiros, comboios, viaturas automóveis...), além de poderosas indústrias, de hotelaria, de viagens e de férias.

Vou, todavia, de seguida, apontar para uma possibilidade de comunidade no turismo. Será esse o objeto do próximo e último ponto, em que articulo a atividade turística com o património.

O Turismo e o Património

O meu propósito, neste último ponto, é interrogar a estratégia turística de regresso ao território, através do património, que é uma estratégia em que a indústria turística investe cada vez mais. A relação do território com o património é evidente, pelo menos em três dimensões: o património é por natureza de ordem espacial; a geografia económica e cultural contemporânea dá-lhe atenção; a sociedade toma-o como um bem económico e cultural.

Caraterizemos, agora, o património. O património compreende um entrançado de bens materiais e imateriais, um entrançado de bens, que inclui um domínio material e tangível, de paisagens naturais e de conjuntos edificados, sítios e monumentos, e que também compreende uma dimensão imaterial, de tradições orais e práticas sociais (Ashworth et al., 2007).

A utilização do passado, ou seja, as práticas de patrimonialização, decorre de um processo social seletivo de construção (ou de ativação) e regulação, de acordo com uma

escala de valores e significados, com consequências materiais (Carvalho & Fernandes, 2012). O atual processo de aceleração e mobilização tecnológica do humano para o digital e o virtual, com a consequente perda do fundamento seguro, do território conhecido e da identidade estável, a que já aludi, tem como efeito uma feroz reação para preservar memórias e criar identidades. É a esse movimento que chamo de uma nova estratégia de regresso ao território, uma nova estratégia com novas práticas de territorialização. Numa estratégia feroz e desesperada, que dá vazão a este desejo obsessivo de regresso ao território, o património compreende jardins, literatura, indústria, caminhos de ferro, arquitetura militar e industrial, gastronomia, e chega a compreender espaços de reclusão, sofrimento, tragédia ou privação.

Nota Conclusiva

Tal como já assinaléi atrás, os territórios são portas e pontes para o encontro com o outro, são possibilidades de encontro. E são mesmo pontos de encontro. E, ao serem pontos de encontro, constituem-se como possibilidades de construção da *polis*, como possibilidades de construção da comunidade. Ora, no património também está o outro, seja o património espaço físico (bem tangível, material), seja o património espaço mental (bem intangível, imaterial). Daí que possamos falar de encontros com o património, que são, todavia, cada vez mais, encontros mediados por recursos digitais. E os cidadãos, tanto usam média digitais para comprar e vender património, em leilões da internet, como usam média digitais para aprender a história dos lugares dos objetos. É um facto, para muita gente, e sobretudo para os mais jovens, o digital é hoje, a ponte, e mesmo a porta de entrada nas experiências com o património.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020. É também apoiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (n.º 333162622) no contexto do projeto *Memories, cultures and identities: How the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*

Referências

- Agamben, G. (2000). *Enfance et histoire*. Payot & Rivages. (Trabalho original publicado em 1978)
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press.
- Ashworth, G., Graham, B., & Tunbridge, J. (2007). *Pluralising pasts: Heritage, identity and space in multi-cultural societies*. Pluto Press.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Galilée.
- Benjamin, W. (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Relógio d'Água.

- Borges, J. L. (1988). *Elogio da sombra. Obras Completas (1952-1972)* (Vol. II). Teorema. (Trabalho original publicado em 1966)
- Carvalho, P., & Fernandes, J. L. (Eds.). (2012). *Património cultural e paisagístico. Políticas, intervenções e representações*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Celan, P. (1996). *Arte poética. O meridiano e outros textos*. Colibri. (Trabalho original publicado em 1971)
- Debord, G. (1991). *A sociedade do espectáculo* (F. Alves & A. Monteiro, Trad.). Mobilis in Mobile. (Trabalho original publicado em 1967)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1972). *L'anti-Oedipe*. Éditions de Minuit.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux*. Éditions de Minuit.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1991). *Qu'est-ce que la philosophie?* Éditions de Minuit.
- Guimarães Rosa, J. (2011). *Grande sertão - veredas*. Editora Nova Fronteira.
- Jünger, E. (1990). *L'état universel - Suivi de la mobilisation totale*. Gallimard. (Trabalho original publicado em 1930)
- Macamo, E. (Ed.). (2005). *Negotiating modernity: Africa's ambivalent experience*. Zed Books.
- Maffesoli, M. (2000). *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Denoël.
- Maffesoli, M., & Martins, M. L. (2011). À propos de l'imaginaire des médias. *Sociétés*, (111), 5-9. <http://hdl.handle.net/1822/23797>
- Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. [https://doi.org/10.17231/comsoc.12\(2007\).1092](https://doi.org/10.17231/comsoc.12(2007).1092)
- Martins, M. L. (2010a). Linguagem, verdade e conhecimento. As ciências da comunicação e o contemporâneo. In A. S. da Silva, J. C. Martins, L. Magalhães, & M. Gonçalves (Eds.), *Comunicação, cognição e média* (Vol. 1; pp. 76-86). Faculdade de Filosofia Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/1822/24118>
- Martins, M. L. (2010b). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. Damásio (Eds.), *Teorias e práticas dos media. Situando o local no global* (pp. 267-279). Edições Universitárias Lusófonas. <http://hdl.handle.net/1822/24250>
- Martins, M. L. (2012). Média digitais: Híbridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44, 49-60. <https://doi.org/10.3917/soc.111.0017>
- Martins, M. L. (2015). Os estudos culturais como novas humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(1), 341-361. <http://hdl.handle.net/1822/40655>
- Martins, M. L. (2017a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Grácio Editor. (Trabalho original publicado em 2011)
- Martins, M. L. (2017b). Prefácio: A circum-navegação de atmosferas e paisagens tecnológicas. In H. Pires, M. Curado, F. Ribeiro, & P. Andrade (Eds.), *Cibercultura: Circum-navegações em redes transculturais de conhecimento, arquivos e pensamento* (pp. 11-18). Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/49352>
- Martins, M. L. (2019). A comunicação e a informação na cultura. *Maremagnum*, (23), 33-40. <http://hdl.handle.net/1822/61843>
- Martins, M. L. (2020a). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira, H. Machado, J. Sarmento, & M. C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)* (pp. 149-157). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>
- Martins, M. L. (2020b). Tecnologia e literatura: As narrativas transmediáticas. *Letras de Hoje*, 55(1), e34786. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2020.1.34786>

- Mauss, M. (1966). *The gift; forms and functions of exchange in archaic societies*. Cohen & West.
- Perniola, M. (1993). *Do sentir* (A. Guerreiro, Trad.). Presença. (Trabalho original publicado em 1991)
- Perniola, M. (2004). *O sex appeal do inorgânico* (C. David, Trad.). Ariadne. (Trabalho original publicado em 1994)
- Pine, B. J., & Gilmore, J. H. (1998). Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, 76(4), 97-105.
- Piñeiro-Naval, V., & Serra, P. (2018). *Cultura, património e turismo na sociedade digital: Uma perspetiva ibérica* (Vol. I). UBI - Labcom.
- Pinto-Coelho, Z., & Pinto, R. (2018). Discursos e imagens do turismo cultural. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 5(2), 7-21. <https://doi.org/10.21814/rlec.335>
- Platão. (1986). *O banquete*. Europa-América.
- Simmel, G. (1988). *La tragédie de la culture et autres essais*. Rivages.
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Christian Bourgois.

Um “Turismo Literário”: Percursos Africanos Pela Literatura

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.5>

Sueli da Silva Saraiva

Instituto de Linguagens e Literaturas, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Brasil
suelisaraiva@unilab.edu.br

Resumo

Entre as várias motivações que levam uma pessoa a viajar, talvez a mais nobre seja a de refazer ou percorrer caminhos imortalizados por obras literárias e, mais recentemente, cinematográficas. O continente africano é pródigo na produção de um fértil imaginário de viajantes, desde os aventureiros e exploradores de séculos passados, aos turistas contemporâneos. Dois enredos literários potencializam a construção de imagens e narrativas moçambicanas e angolanas, pela via do romance, descrevendo árduos processos de mudanças políticas e sociais enquanto revelam caminhos para uma inestimável revelação cultural. Apresentam-se nos textos, os espaços e paisagens literários da fantástica viagem de trem pelo interior de Angola, em *Mãe Materno Mar*, de Boaventura Cardoso (2001), e a maravilhosa travessia do rio para a fictícia ilha Luar-do-Chão de *Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra*, de Mia Couto (2003). São obras em que o deslocamento se faz por paisagens poéticas, revelando horizontes geográficos, sociais e humanos que a experiência literária pode despertar.

Palavras-chave

turismo literário, romance, “*Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra*”, “*Mãe Materno Mar*”

Amanhece
sobre as cidades do futuro.
E uma saudade cresce no nome das coisas
e digo Metengobalame e Macomia
e é Metengobalane a cálida palavra
que os negros inventaram
e não outra coisa Macomia.

(...)
 Oh. as belas terras do meu áfrico País
 e os belos animais astutos
 ágeis e fortes dos matos do meu País
 e os belos rios e os belos lagos e os belos peixes
 e as belas aves dos céus do meu País
 e todos os nomes que eu amo belos na língua ronga
 macua. suaíli. changana.

—José Craveirinha, “Hino à Minha Terra”

Introdução

Sair em turismo é um ato humano de voluntariamente abandonar o “devaneio de refúgio” da casa, ninho ou concha (Bachelard, 1957/1993, p. 425) e aceitar o desafio de estar por um tempo limitado num espaço outro, desconhecido, diferente ou novo. Tal fenômeno social se dá quase sempre pela satisfação de, emprestando ainda palavras de Bachelard (1957/1993) abrir “todas as portas da simples curiosidade, que tentaram o ser por nada, pelo vazio, por um desconhecido que não é nem mesmo imaginado” (p. 343). Fora da experiência real, pode-se considerar o espaço literário como propício às relações simbólicas e semióticas de um “turismo” pelas paisagens da imaginação, como nos ensina o poeta João Cabral de Melo Neto, nos versos de “Literatura e Turismo”: “certos autores são capazes/de criar o espaço onde se pode/habitar muitas horas boas:/um espaço-tempo, como o bosque” (Neto, 2016, s.p.).

Porém, quando se trata de abordar a relação entre cultura e turismo como elementos de trocas sociais e de conhecimentos, o termo “turismo literário” surge como parte integrante do chamado “turismo cultural”, mas não necessariamente se confunde com ele ou com o objetivo esperado da “literatura de turismo” (que, por sua vez, não se confunde com “literatura de viagem”). Nas reflexões de Quinteiro e Baleiro (2014):

apesar de no estudo da relação entre literatura e turismo, assistirmos a uma prevalência natural de textos que pertencem à “literatura de viagens”, a “*literatura de turismo*” [ênfase adicionada] contempla um conjunto de textos mais amplo, já que ela se torna possibilidade sempre que *se estabelece uma associação entre um determinado lugar e um texto literário* [ênfase adicionada]. (p. 13)

Embora as autoras associem obrigatoriamente uma visita *in loco*, pós-leitura, para que de fato se consolide a “literatura de turismo”¹, nestas breves considerações, distinguimos o termo “turismo literário”, que pode se limitar à visita imaginária de um

¹ “Quando a relação entre o mundo da imaginação (onde o leitor estabelece as conexões entre texto e lugar/autor e lugar/personagem e lugar) e o mundo físico (os lugares geográficos para os quais os textos remetem) se concretiza, por via de uma deslocação do turista ao lugar literário, é que podemos falar de “literatura de turismo” (Quinteiro & Baleiro, 2014, p. 15).

espaço literariamente construído e que, embora ficcional, remeta às características culturais das sociedades ali representadas.

Por exemplo, ao estudar, pela via da literatura, a capital angolana, Luanda, como uma "cidade literária" ainda colonizada, Tania Macêdo (2008) argumenta que, do mesmo modo que na geografia moderna, "as cidades são examinadas não apenas enquanto paisagens geográficas", mas como espaços investidos de função e funcionalidade, "as cidades literárias não são apenas espaço narrativo, na medida em que podem ser aproximadas de outras formações discursivas" (pp. 30–31). Ou em palavras de Bachelard (1957/1993), "o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido" (p. 19).

Os espaços ou "paisagens propícias", emprestando a expressão do saudoso Ruy Duarte de Carvalho, percebidos pela imaginação de leitores das literaturas africanas dos séculos XX/XXI, apresentam "dimensões cuja representação transporta uma enorme carga informacional e simbólica, tanto enquanto lugar de convivência como enquanto lugar de conflito" (Noa, 2008, p. 26).

Embora Francisco Noa refira-se especificamente à literatura moçambicana, podemos nos valer de suas reflexões acerca da figuração de espaços de representação ficcional em dois romances, moçambicano e angolano. São enredos que, sem se configurarem como "literatura de turismo" nos termos acima referidos, guiam o leitor por novos espaços de "invenção literária" (Noa, 2003), os quais talvez o leitor jamais visite presencialmente, mas que marcam indelével e positivamente a sua imaginação sobre lugares e pessoas.

Sandra Pesavento (1999) recorda que "o escritor, como espectador privilegiado do social, exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento" (p. 10), transfigurando o real para revelar "os sonhos de uma comunidade que projeta no espaço vivido as suas utopias" (p. 13). Assim, quando o poeta Craveirinha deu voz aos "futuros cidadãos de uma nação que ainda não existia" ("Poema do Futuro Cidadão"), e desafiou os que corrompiam o "sangue dos nomes" nos versos de "Hino à Minha Terra", o mestre moçambicano estaria projetando, sobretudo, a utopia libertária na geografia africana. De outro modo, para além da denúncia da ocupação dos espaços colonizados, seus versos comoviam pelo chamado à identidade de resistência e identidade territorial (Haesbaert, 1999, 2006).

Dois romances africanos do início deste milênio compartilham, além da criação de "uma cidade do pensamento", também características que levam o seu leitor a "viajar" por espaços e paisagens imaginariamente turísticos.

Em *Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra* Mia Couto (2003) tece uma viagem narrativa que começa na travessia do grande rio rumo à fictícia ilha Luar-do-Chão, enquanto, em *Mãe Materno Mar*, o angolano Boaventura Cardoso (2001), pela voz de um narrador-guia em terceira pessoa, conduz o leitor numa viagem de trem que parte do interior rumo à capital Luanda. Trata-se de um passeio fantástico por

turbulentos cenários da geografia angolana do final do século XX. São obras em que os deslocamentos das personagens se fazem paisagens poéticas, revelando horizontes geográficos, sociais e humanos despertados pela experiência turística literária.

Embarques Poéticos: Percorrendo Moçambique e Angola

Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra narra a viagem do retorno de Marianinho, personagem central e narrador, à sua ilha natal para o funeral do avô. A “fotografia” de abertura é uma sublime imagem do entardecer durante a travessia do rio em direção à ilha Luar-do-chão. Um cartão postal melancólico e poético:

cruzo o rio, é já quase noite. Vejo esse poente como o desbotar do último sol. A voz antiga do Avô parece dizer-me: depois deste poente não haverá mais dia. E o gesto gasto de Mariano aponta o horizonte: ali onde se afunda o astro é o mpela djambo, o umbigo celeste. (Couto, 2003, p. 15)

Embora Marianinho não seja propriamente um turista, no sentido estrito do termo, ele o é em seu sentido informal: “aquele cuja presença é imprevisível e inconstante” (Houaiss, 2001, s.p.). Vindo da cidade após muitos anos afastado da ilha, o cidadão universitário desembarca na casa familiar já em situação de estranho no ninho, cumprindo a profecia do avô, em sua partida quando criança: “eu volto Avô. Esta é a nossa casa [disse Marianinho]. / – Quando voltares, a casa já não te reconhecerá – respondeu o Avô” (Couto, 2003, p. 45).

De tal modo, os leitores têm a oportunidade de, ao lado do narrador, realizar um percurso de descobertas daquele espaço insular que é metáfora e metonímia do país que se construía nas primeiras décadas de independência. A cena da chegada, momento em que um turista iniciaria, de fato, a sua visita, revela em Marianinho um comportamento impetuoso, de quem desconhece os costumes dos locais, o que não raro pode ser interpretado como insulto pelo povo anfitrião:

quando me dispunha a avançar, o Tio me puxa para trás, quase violento. Ajoelha-se na areia e, com a mão esquerda, desenha um círculo no chão. Junto à margem, o rabisco divide os mundos – de um lado, a família; do outro nós, os chegados. Ficam todos assim, parados, à espera. Até que uma onda desfaz o desenho na areia. Olhando a berma do rio, o Tio Abstinência profere: – O Homem trança, o rio destrança.

Estava escrito o respeito pelo rio, o grande mandador: Acatara-se o costume. (Couto, 2003, p. 26).

Sendo o rio, “o tempo”, o grande mandador, todos ali ficam parados, pacientemente à espera, até que uma onda desfaz o desenho na areia que separa os dois mundos, o “da ilha” e o “do continente”, mas também o “dos vivos” e o “dos mortos”, conforme o narrador confirma, na sequência desta cena: “nada demora mais que as cortesias africanas. Saúdam-se os presentes, os idos, os chegados. Para que nunca haja ausentes” (Couto, 2003, p. 26).

Ao chegar a Luar-do-Chão, o que chama a atenção do narrador Marianinho são as marcas da destruição, ruínas: "dói-me a ilha como está, a decadência das casas, a miséria derramada pelas ruas. (...) À primeira vista, tudo definha" (Couto, 2003, p. 28). Mas, acrescenta imediatamente: "no entanto, mais além, à mão de um olhar, a vida reverbera, cheirosa como um fruto em verão: enxames de crianças atravessam os caminhos, mulheres dançam e cantam, homens falam alto, donos do tempo" (Couto, 2003, p. 28).

Aos olhos desse narrador-personagem em jeito de turista, a casa da família se afigura um espaço de refúgio em meio da impotente paisagem da ilha – a "decadência das casas, a miséria derramada pelas ruas..." (Couto, 2003, p. 28), uma paisagem contrastante com a figura imponente da casa, que merece admiração e respeito do narrador, que a personifica para o leitor/turista: "a grande casa está defronte a mim, desafiando-me como uma mulher. Uma vez mais, matrona e soberana, a Nyumba-Kaya se ergue de encontro ao tempo. (...) Eu teria residências, sim, mas casa seria aquela, única, indisputável" (Couto, 2003, p. 29).

O leitor é apresentado àquela casa como alguém que chega a um local de visitação em viagens de turismo. Ela é referenciada como a "Nyumba-Kaya", e explica-se que o nome homenageia os familiares do norte e do sul. Ela simboliza o corpo e a alma da família Mariano e é o espaço de integração: "nyumba" é como se denomina "casa" nas línguas do norte, e "kaya" é como se faz no sul. Ou seja, é um símbolo de união entre os polos deste lugar ficcional que metaforiza a nação Moçambique em suas múltiplas faces. A casa e a ilha afiguram-se como espaços interpostos naquele "mosaico incompleto", um termo caro a Rita Chaves (2005), "no qual as peças se perderam e/ou foram inadequadamente colocadas. O desenho, portanto, revela-se confuso" (p. 215).

A visita do mais-jovem Mariano ao seu espaço de nascença, ao seio de sua família e seus antigos fantasmas, será oportunidade para uma confrontação e "acerto de contas" com a sua ancestralidade, conformada pela ilha e pela grande casa familiar. Conforme o avô lhe revela: "você não veio a esta ilha para comparecer perante um funeral. Muito ao contrário, Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento. Para colocar o nosso mundo no devido lugar" (Couto, 2003, p. 64).

Tal é a magnitude da tarefa que o mais-velho atribui ao mais-novo: conhecer a si mesmo, conhecer os segredos da ilha e de sua gente e trazer para a ilha um necessário entendimento do complexo processo de mudanças sociais instaurado na colonização, lutas de independência, guerra civil e seus rescaldos que culminaram nas novas bases de poder.

Francisco Noa (2008) diz sobre *Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra* que "a concentração da narrativa num espaço físico, quase cósmico, a ilha, afinal o verdadeiro criador e desenhador do caráter das personagens intervenientes, acentua a importância da figuração do espaço enquanto modo particular de fazer mundos" (p. 27). Neste "modo particular de fazer mundos", Mia Couto apresenta-nos um narrador/turista acidental apenas na aparência, pois era "o que veio de fora, mas era de dentro" (Couto, 2003, p. 173). Afinal, foi o próprio que se fez guia acompanhante do leitor-turista no percurso fantástico de uma viagem de reconhecimento social e cultural.

Ombro a ombro eles percorrem os espaços da ilha, da casa, do rio, entre outros, e o leitor chega ao final da leitura com alguma sensação de familiaridade não apenas com o Marianinho, seu parceiro de viagem, mas com todas as personagens que lhes são apresentadas ao longo do caminho. Afinal, conclui Noa (2008): “apesar de essas mesmas personagens vaguearem por outros espaços: a casa, o rio, o cemitério, a igreja (...), a ilha é, para todos os efeitos, o espaço de convergência da história e da própria leitura” (p. 27).

Viajando agora por terras angolanas, o leitor de *Mãe, Materno Mar* estará, igualmente, numa narrativa de viagem (nada a ver com a clássica literatura de viagem). Junto com o jovem Manecas, personagem central, e outras centenas de personagens adjacentes e figurantes, o narrador em terceira pessoa conduz a imaginação pelas desventuras que se iniciam num comboio (trem) de Malange a Luanda. A narrativa alegórica se desenrola num tempo fantástico em que a viagem vai durar extraordinários 15 anos em um trecho que normalmente seria vencido em horas. A falta de soluções para os problemas surgidos ao longo do caminho vai mudando os destinos dos passageiros como mudam-se as paisagens.

A narrativa inicia, precisamente, pela janela do comboio em movimento, numa perspectiva de contemplação do viajante Manecas. Já tendo transcorrido 1 hora da viagem, o leitor-turista embarca na leitura pelos olhos do jovem, que observa o rápido “passar da paisagem”:

corriam verdejantes, os floridos campos, montanhas, vales, as miúdas ermas campinas, as plantas terras, o tempo era aquele minuto átimo, a flecha zupante, o olhar se distendendo naquele espaço corrido, correndo, o tempo se afirmando e se negando, ele, pensativo, a mãe..., o espaço e o tempo, os ares, tudo a correr, célere, vez e quando um ocioso vagar, sob o olhar complacente do céu oceânico, a montanha estava a se deslocar e se aplanava esquecida de si, embevecida na brincadeira chã, olha só! (Cardoso, 2001, p. 35)

Como dito, o enredo em sua originalidade revela “um universo específico, situado num espaço particular da geografia de Angola” (Chaves, 2007, p. 114): o interior do país em deslocamento para a capital. Assim, ao contrário de grande parte das narrativas angolanas que privilegiam as paisagens luandenses, em especial os seus musseques, a história de Manecas, o jovem que sonhava com o mar da capital, se inicia no interiorano Malange e percorre as pequenas cidades e matas até a chegada tardia em Luanda.

A dinâmica de sobrevivência dos passageiros em seu trânsito interminável converte “o espaço desenhado [em] uma casa em movimento”, conforme observa Rejane Vecchia (2007, p. 328). O comboio, na vagareza de seu deslocamento vai possibilitando o “detalhamento da terra” (Vecchia, 2007, p. 328), e por extensão o detalhamento de uma dinâmica social que envolve o interior do trem, as estações e seus arredores em uma profusão de espaços coletivos, onde os viajantes se organizam, se solidarizam, se conflitam e se conformam.

Todos os passageiros tinham percebido que era melhor permanecerem ali na estação de Cacusó, apesar de sem nenhum conforto, a se aventurarem a andar por aí com o risco de perderem a vida. Todos foram assim se conformando com aquela situação. (Cardoso, 2001, p. 75)

O personagem central, Manecas, ao contrário do que ocorre com o personagem moçambicano Marianinho, faz o caminho do interior para a capital, mas passará pelo mesmo processo de aprendizado, como analisa Carmem Secco (2001): "a viagem para ele se converterá, portanto, em aprendizagem e travessia identitária rumo às raízes africanas que tanto o colonialismo, como o marxismo ortodoxo dos primeiros tempos da Independência não cultivaram e, muitas vezes, reprimiram" (pp. 16–17).

De outro modo, não sendo o narrador em primeira pessoa, ele não é o companheiro frequente do leitor e, por vezes, desaparece em meio à multidão de passageiros-personagens; ou talvez, ganha o necessário distanciamento para observar as nuances das imagens que se movimentam ao seu redor.

A agitação da inusitada comunidade contrasta ainda com a imobilidade do trem. Onde quer que os viajantes cheguem, os espaços se metamorfoseiam, ganham novas formas, cores, cheiros, vida; e isso se dá principalmente pelas ações da chamada "terceira classe". Foi assim que na primeira parada forçada em Cacusó, após uma inevitável noite mal dormida no interior do trem, o dia amanhece, a tarde chega, e não ocorrendo o conserto da locomotiva, o espaço começa a se transfigurar:

três da tarde a estação parecia uma praça, as mulheres tinham montado trempes por todo o lado e de as panelas fumarentas vinham gostosos cheiros anunciando os pratos que daí a pouco iam ser servidos em mesas de chão estendido, os coloridos panos a servirem de toalhas, os comensais agachados ou deitados debaixo das árvores. (...) Que se via, os passageiros bem falantes das primeiras carruagens estavam pouco à vontade, as mulheres tinham encomendado às senhoras da terra a confecção dos alimentos, que elas não estavam habituadas a cozinhar ao ar livre, sem fogão a gás, água canalizada, as prateleiras recheadas com tudo o que fosse necessário para as panelas. Depois, estavam com etiquetas para comer, as finuras, não tinham o hábito de se sentar no chão. (Cardoso, 2001, p. 46)

O leitor "segue viagem" acompanhando com o narrador a (des)organização espacial que faz sobressair o processo de divisão social: os passageiros, talvez da segunda, mas certamente, os da terceira classe, imbuídos do cotidiano de sobrevivência estavam à vontade; enquanto os endinheirados da primeira classe sentiam-se perdidos na ausência de seus apetrechos modernos. Assim, "ao descrever o espaço do comboio e o modo de ser de seus personagens 'Mãe, materno mar' realiza o resgate plural de muitas feições que dialeticamente convivem o tempo todo" (Vecchia, 2007, p. 329).

Ao dar relevância aos passageiros da "terceira classe", descrevendo sua iniciativa e prontidão para conviver com as agruras da situação, a narrativa opta deliberadamente por uma classe em detrimento de outra, como se invertendo a "lógica" do turismo

que tende a desprezar os espaços periféricos das cidades. Veja-se o exemplo da segunda parada, em Ndalatando, em que o comboio permanece por 6 meses:

a praça da cidade tinha um movimento inusitado pois fora invadida pelas quitadeiras de Luanda e muitos vendedores ambulantes que também viajavam naquele comboio. De modo que, o espaço daquele mercado municipal era pequeno, tinha muitos vendedores nos terrenos adjacentes, uma área de quase meio quilometro em volta do mercado... (Cardoso, 2001, pp. 108–109)

À noite (...) motivo de quase todas as brigas eram as endiabradas treze raparigas dos óculos escuros que estavam em todos os locais de animação. Os homens de Ndalatando (...) à noite pandegavam, eram os pardos gatos miando em todos os cantos. (...) Que se falava que até o camarada chefe também andava por lá a gatinhar. (Cardoso, 2001, p. 109)

E mesmo diante do cenário radicalmente alterado, do urbano para a mata fechada, entre Canhoca e Luinha, os passageiros foram se amoldando ao local, a começar pelos da “terceira classe”:

a pouca distancia da linha férrea a vegetação se adensava para se transformar numa mata cerrada, os verdes capins ainda aljofarados (orvalhados). Não tinha ali nada que assinalasse presença humana, uma sanzala perdida naquela imensidão de verde, uma estrada onde se pudesse ver gente e carros passar... (Cardoso, 2001, p. 137)

E então:

debaixo das árvores se jogavam às cartas, as mulheres lavavam a roupa num riacho que descobriram ali perto, as quitadeiras de Luanda foram vendendo os seus produtos num improvisado espaço, a equipa de futebol passava o dia a brincar com a bola (...), as igrejas foram demarcando terrenos (...), os homens de negócios passavam horas a conversar entre eles... (Cardoso, 2001, p. 139)

Os eventos ocorridos em torno do espaço-trem vão interferindo na visão de mundo dos indivíduos e convocando o leitor/turista para novas formações discursivas e este chega ao final da viagem com a satisfação de ter participado daquele “modo particular de fazer mundos” e de jamais esquecê-los, como um turista que verdadeiramente aproveitou a experiência.

Considerações Finais

Sílvia Quinteiro e Rita Baleiro (2014) defendem acertadamente que “na categoria ‘literatura de turismo’ incluem-se os textos literários que têm a capacidade de acrescentar valor turístico a um lugar” (p. 12). Referem-se, neste caso, ao espaço físico conhecido pelo leitor primeiramente como espaço da narrativa (denominado pelas autoras por “lugar literário”). No entanto, consideremos que, no final das contas, cada leitor construirá o seu destino turístico imaginário de acordo com os proventos da leitura empreendida.

De tal modo, na ideia de “turismo literário” que aqui esboçamos, a literatura deve proporcionar descobrimentos e encantamentos singulares que até dispensam a visita ao lugar literário, embora esta sempre seja estimulada.

Ao longo das duas narrativas brevemente aqui referidas, pressupôs-se que o leitor acompanhou a viagem de (trans)formação dos personagens. Ambos os jovens representantes da geração moçambicana e angolana do final do século XX, símbolo da reconstrução de seus países após o fim da era colonial. Entre tantas visitas, o leitor testemunhou os momentos em que a experiência das tradições e as imposições da modernidade africanas alegoricamente atrasaram um enterro e uma viagem de trem que seria corriqueira. Ao retornar para o seu “devaneio de refúgio” (Bachelard, 1957/1993, p. 425), após a profunda viagem de leitura, o leitor fecharia o seu livro e, estando presente no espaço geográfico exposto literariamente (Angola e Moçambique) ou em qualquer parte do mundo, saberia que aquela viagem jamais existirá além da imaginação.

Um turismo literário empreendido com a leitura de *Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra e Mãe Materno Mar* não desperta apenas os fascinantes descobrimentos de eventos e situações que, embora ficcionais, mantêm estreita verossimilhança com as realidades ali representadas. São narrativas que alimentam a imaginação como “lugar turístico”, cumprindo o dever de todo texto literário bem desenvolvido. Quando as ações enredadas são guiadas pela sensibilidade do escritor que atravessou a “fronteira de sombra” e escutou as “vozes que vazaram o sol” (Couto, 1986/2013), o leitor-turista compra passagem para um lugar especial e, guiado pelo seu narrador, chegar ao mais belo recanto, onde ecoam as “vozes que vazaram o sol” (p. 17).

Referências

- Bachelard, G. (1993). *A poética do espaço* (A. de P. Danese, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957)
- Cardoso, B. (2001). *Mãe, materno mar*. Campo das Letras.
- Chaves, R. (2005). *Angola e Moçambique: Experiência colonial e territórios literários*. Ateliê Editorial.
- Chaves, R. (2007). Ruy Duarte de Carvalho: A educação pela terra. In *A kinda e a misanga: Encontros brasileiros com a literatura angolana* (pp. 109-116). Nzila Editorial; Cultura Acadêmica, 2007.
- Couto, M. (2003). *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. Companhia das Letras.
- Couto, M. (2013). *Vozes anoitecidas*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1986)
- Haesbaert, R. (1999). Identidades territoriais. In Z. Rosendahl & R. Corrêa (Eds.), *Manifestações da cultura no espaço* (pp. 169-190). Ed uerj.
- Haesbaert, R. (2006). Território, poesia e identidade. In R. Haesbaert (Ed.), *Territórios alternativos* (pp. 143-158). Contexto.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Editora Objetiva.
- Macêdo, T. (2008). *Luanda, cidade e literatura*. Editora Unesp.
- Neto, J. C. de M. (2016). *A literatura como turismo*. Editora Alfabeta.
- Noa, F. (2003). *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Editorial Caminho.

Noa, F. (2008). *A letra, a sombra e a água: Ensaios & dispersões*. Texto Editores.

Pesavento, S. J. (1999). *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano*. Editora da UFRGS.

Quinteiro, S., & Baleiro, R. (2014). Uma personagem à procura da literatura: A ficção literária e a prática turística. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 24.

Secco, C. L. T. R. (2001). Prefácio. In B. Cardoso, *Mãe, materno mar* (pp. 11-31). Campo das Letras.

Vecchia, R. (2007). Entre passado, presente e futuro, o materno mar. In R. Chaves, T. Macêdo, & R. Vecchia, (Eds.), *A kinda e a misanga: Encontros brasileiros com a literatura angolana* (pp. 325-334). Cultura Acadêmica; Nzila Editorial.

“Viagens na Minha Terra”: A Literatura e a Cultura no Fomento do Turismo

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.6>

Adelino Timóteo

Escritor freelancer, Moçambique
AdelinoTimóteo@gmail.com

Sara Jona Laisse

Escola Superior de Gestão Ciência e Tecnologia, Universidade Politécnica, Maputo, Moçambique
<https://orcid.org/0000-0001-8877-8340>
saralaisse@yahoo.com.br

Resumo

A obra literária é composta por características e códigos que influenciam o leitor. Assim sendo, defendemos que, propondo textos ou obras literárias que sugiram lugares e aspectos culturais sobre Moçambique e colocando-as ao dispor do turista, este poderá sentir-se influenciado a procurar conhecer esses lugares ou culturas, o que poderá consequentemente impulsionar o desenvolvimento económico. Desse modo, aventamos a possibilidade de que a produção literária de um país, em primeira instância, e a produção cultural, em segunda, possam fomentar o turismo. Assim, a nossa análise seguirá uma metodologia exploratória descritiva, num estudo que pretende estimular o turismo, a partir das potencialidades da literatura e da cultura; recorrendo à fundamentação teórica em Horellou-Lafarge e Segré (2003/2010), Jauss (1993), Iser (2001) e Laisse (2015). Serão consideradas as seguintes modalidades de análise: mapeamento de textos que sugiram locais turísticos e representações culturais moçambicanas, que julgamos possam ser utilizados para o estabelecimento de correlações entre aspectos reais e ficcionais ou a mimetização da sociedade, que possam alavancar o turismo cultural, sugerindo locais por visitar. Esta proposta tem fundamento na ideia de que existe uma relação que pode ser estabelecida entre uma obra e o seu leitor, que tem a ver com a função da literatura junto ao público e a função social do escritor. Esperamos com esta pesquisa contribuir com uma proposta de catálogo de obras literárias, bem como de lugares culturais ou históricos, que, aliadas a um levantamento mais exaustivo, possam captar turistas e visitantes para Moçambique.

Palavras-chave

influência de texto, turismo cultural, literatura e cultura, Moçambique

Uma das mais antigas formas de viajar assenta especialmente no consumo do turismo cultural. Na actualidade, este tipo de turismo continua a ser o sustentáculo da actividade turística em diversos países e regiões. De facto a cultura, na maioria dos casos, constitui um trunfo importante para o desenvolvimento do turismo e para a captação de turistas e visitantes. Ela é o grande vetor que torna possível conhecer os pormenores de uma cidade, vila, aldeia ou, ainda, de um dado momento histórico. (Marujo, 2015, s.p.)

A Literatura e a Sociedade: Do Desenvolvimento Humano ao Desenvolvimento Económico

Na abordagem a este tema, duas acepções deverão ser levadas em conta. A primeira, a de que o texto literário é um objecto de arte, um lugar povoado por símbolos e consequentemente de sugestão. Além disso, tal como o afirma Culler (1997, p. 9), é um lugar de representação, a partir do qual a realidade deve ser, claramente, distinguida da representação, que em seu dizer os símbolos e as representações são uma forma de se apreender a realidade a partir de ideias, podendo ser o mais transparente possível. Eles não são a realidade, mas representam-na.

A segunda, a de que o texto literário, sendo um objecto de arte, é também lúdico e a sua ludicidade, na maior parte das vezes, é o que apreende a atenção do leitor. É no âmbito desse aspecto relevante da leitura que pretendemos propor textos que possam, depois de lidos, captar a atenção de leitores, sugerindo-lhes o conhecimento de lugares e culturas moçambicanas. Será assim que, em nosso entender, se pode fomentar o turismo cultural através da literatura.

Fomentar o turismo cultural a partir da literatura consistirá em colocar, ao dispor dos turistas (prováveis leitores), obras literárias que sugiram culturas e lugares de Moçambique para visitar. A base para acreditarmos que isso seja possível fundamenta-se no quadro teórico da receção do texto literário e na influência que o texto literário pode provocar no leitor. Estes aspetos foram estudados por Horellou-Lafarge e Segré (2003/2010), Jauss (1993) e Iser (2001), que abordam o conceito de horizonte de expectativas, afirmando que a leitura de um texto coloca o seu leitor perante uma expectativa sobre a questão estética desse mesmo texto, a finalidade a que a obra se destina e, por fim, sobre os valores sociais que ele veicula. Para o presente texto interessa-nos trabalhar com expectativas sociais que um texto pode provocar no turista-leitor.

Assim, iremos propor a disposição de textos literários, cujo contexto abra campo para a exploração do turismo cultural. A ideia que temos é a de que, lendo esses textos,

os turistas se sintam estimulados a conhecer os lugares e culturas representados e os visitem; o que impulsionaria o desenvolvimento humano, o desenvolvimento intelectual e o desenvolvimento turístico.

O turismo cultural tem conhecido diferentes definições e descrições. Abaixo encaixa-se um quadro-resumo (Tabela 1) de algumas delas, na perspectiva de diferentes autores citados por Marujo (2015).

Tabela 1

Definições de turismo cultural.

Fonte: Marujo, 2015, s. p.

Autores	Definição/descrição
Wood (1984)	Os exemplos de situações nas quais o papel da cultura é contextual, e em que a sua função é formar o turista numa situação geral e sem uma perspectiva particular de uma identidade cultural específica.
Smith (1992)	Abarca o pitoresco ou a cor, os vestígios de uma vida em processo de extinção que permanece na memória humana com as suas casas antiquadas, os seus telhados artesanais, os seus carros... o seu artesanato e trabalhos manuais alheios a todas as técnicas industriais.
Silberberg (1995)	Aquelas deslocações realizadas para fora do lugar habitual de residência cuja motivação principal ou parcial é o interesse nos aspectos históricos, científicos ou de estilos de vida oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição.
Richards (1996)	O modo como os turistas – aquelas pessoas que viajam fora dos seus locais de residência – consomem a cultura.
McIntosh e Goeldner (1999)	Todos os aspectos do turismo através dos quais os viajantes aprendem sobre a história e o património de outros ou sobre os seus actuais estilos de vida e formas de pensar.
Prentice (2001)	Turismo construído, oferecido e consumido, explícita ou implicitamente, como uma apreciação cultural, quer como experiência, quer como um ganho de conhecimento.
Beni (2003)	A afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do ser humano em distintas épocas, representado a partir do património e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte.
McKercher e Cros (2002)	O turismo cultural é definido como uma forma de turismo que se baseia nos bens culturais de um destino e os transforma em produtos que podem ser consumidos por turistas.
Smith (2003)	O turismo cultural é o envolvimento passivo, activo e interactivo com as culturas e comunidades, através do qual o visitante ganha novas experiências de carácter educativo, criativo e divertido.
Craik (2003)	Excursões frequentes a outras culturas e lugares para aprender acerca dos seus povos, estilos de vida, património e artes, representantes genuínos dessas culturas e dos seus contextos históricos.
Petroman et al. (2013)	Refere-se às formas de arte (cultura) na área urbana e rural de uma região ou país, e define-se como um movimento de pessoas para as atracções culturais longe do seu local de residência habitual com o objetivo de assimilar informações e experiências culturais.
Marujo et al. (2013)	O turismo cultural caracteriza-se pela motivação do turista em conhecer e vivenciar lugares onde o seu alicerce está baseado na história de uma determinada sociedade.

A referência a essas definições e descrições servirá, para contextualizar, mais adiante, a escolha de textos literários que permitem dar a conhecer lugares e representações de culturas moçambicanas. O cerne deste estudo é a informação que esses textos podem dar e não a conceptualização do conceito de turismo cultural, daí que não nos alongaremos nesse desiderato. Apenas recordamos que o roteiro turístico que propomos se situa no âmbito da sugestão do tipo de turismo cultural advogado por Craick (2003, como citado em Marujo, 2015; ver Tabela 1).

Importa, a partir de agora, mostrar as circunstâncias do país, no qual pretendemos que esse tipo de turismo seja fomentado.

Do ponto de vista geográfico, Moçambique tem 11 províncias, nomeadamente: Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa.

Falar deste país, do ponto de vista cultural, implica sempre ter em linha de conta a sua dimensão multicultural e multilingue, daí que traçar um roteiro cultural, através da literatura ou em contexto real, implique ter que se cruzar uma multiplicidade de saberes, sob o risco de nunca se ter uma cartografia completa dos seus roteiros culturais e linguísticos. Ainda assim, existe sempre a possibilidade de se estabelecer algumas balizas, como, por exemplo, a indicação da existência de, pelo menos, 11 grupos étnicos, considerando os dados mais recentes advogados por Nhapulo (2010), que fala na existência dos grupos bitonga, tsonga e shopi, nguni, tsonga, complexo zambeze, shona, maconde, macua-lomwé, yao, marave e swahili. Estes dados são diferentes dos apresentados por Rita-Ferreira (1976, como citado em Lopes, 2013), que apresenta os seguintes grupos étnicos: chopi, ngoni, tsonga, povos do baixo zambeze, shona-karanga, makonde, macua-lomue, yao, marave e muçulmanos da costa litoral norte. Este último não é mencionado por Nhapulo (2010). No atlas de 1960, citado em Jairoce (2012), vêm mencionados os seguintes grupos: thonga-shangane, chopi-bitonga, nguni-swazi, complexo zambezi (povos cruzados, karanga-shona, ma-konde, macua-lomué, nhanja-yao e maravi)¹.

Naquilo que concerne às línguas moçambicanas é de se destacar os dados mencionados por Nhampoca (2015), que faz referência à existência de 40 línguas moçambicanas; deste grupo, algumas são línguas e outros são dialectos. A autora não faz a distinção dessas línguas, nem das suas variações e no mesmo texto apresenta como recurso válido a classificação da Ngunga (2004) que advoga a existência das seguintes línguas moçambicanas: kiswahili, kimwani, shimakonde, ciyao, emakwa, ekoti, elomwe, echuabo, cinyanja, cisenga, cisena, cinyungwe, cishona, xitswa, xitsonga, gitonga, cicopi, xironga, swazi e zulu.

Para além dessas línguas e grupos étnicos, importa destacar, por ser importante para o fomento do turismo cultural, um levantamento que consta de Silva (2010)², que nos traz alguns exemplos de danças, nomeadamente: mapiko, lingundumbwe, tahura, tamadune; tufo, maulide, damba; n'sope; masseve; nhau; caluto; utsi, mandowa, madhokodo,

1 A grafia depende de cada fonte consultada.

2 Retirado de <http://mozambique-tradicional.com/Mo%25C3%25A7ambique--tradicional.php>

makwaia, mukapa, gundula, cikurise, djagadja, mapadza; makwai; makharra, gibhavane, zorre; chigubo, marrabenta. E ainda um conjunto de instrumentos musicais que traduzem ritmos musicais dos moçambicanos, a saber: timbila, xitende; valimba, tambores de muxungwe; chiizambi, phiane, chigovia, tambor; enipiti/xiquitsi; mbiraou xitata ou kalimba; txakari; cacanari. Estes são alguns dos exemplos que convinha pesquisar e saber se foram exaltados pela nossa literatura e se podem ser sugeridos aos turistas.

Existe um outro conjunto de manifestações artísticas moçambicanas não abordadas nesta pesquisa ainda em construção. Entretanto, a partir de um conjunto de obras literárias moçambicanas que fomos lendo aleatoriamente, encontrámos alguns elementos que nos podem alicerçar neste início de um desenho de cartografias literárias que podem contribuir para o fomento do turismo. Neste estudo, iremos, numa primeira parte, mencionar lugares e sítios cantados pela literatura e, numa segunda parte, abordar uma miscelânea de manifestações culturais que podem ser encontradas em diversas obras literárias.

Turismo Cultural em Moçambique: Vertente de Lugares

A literatura moçambicana é sistematicamente atravessada por várias correntes e linhas. Mas entre elas há uma marca instigante, que nos oferece o seu corpus numa atmosfera de diálogo entre as vozes que a corporizam. Se nalguns casos esse diálogo flui nas costas do Índico, noutros decorre do seu *hinterland*. Nele encontramos os autores em demanda, numa busca que traz a ressonância dos lugares, os cheiros das suas gentes, dentro de uma cartografia que emana as particularidades de cada lugar. Neste contexto, começemos pelo extremo sul do país, repassando pelas páginas de *O Olho de Hertzog* (2010), de João Paulo Borges Coelho. Nesta obra, a estória de Hans Mahrenholz, oficial do exército alemão que chega a Lourenço Marques, no ano de 1919, em busca de rastilho de um mulato, com ascendência grega, fruto de mestiçagem, que decorre da encruzilhada entre povos, que vão deixando marcas. Coelho (2010) insinua-se, pois, o seu desafio é ressuscitar lugares e nomes de referência de Lourenço Marques, "de outro tempo que terá de convocar" (p. 15).

O livro virá a ser assim um roteiro, que nos leva a deleitar-nos com um mercado municipal, *O Africano*, *O Brado Africano* (a par da figura pitoresca e de referência, o João Albasini, o seu precursor). Uma narrativa densa, ainda assim instigante, que recupera marcas do *Grémio Africano*, da praia da Polana, do navio fundeado no porto local. Confrontando o Índico. Coelho (2010, p. 14) faz o inventário de navios, que iluminam a outros lugares: Niassa, Beira.

O Olho de Hertzog virá a ser, por isso, um itinerário a pé (Coelho, 2010, p. 24), pela história de Moçambique, transcendido destes lugares nostálgicos, de um passado saudoso, que rastreia o presente, de um passado que interpela e interfere na actualidade, demonstrando-se que os alicerces de uma nação estão nas marcas seculares que revisita, funcionando esta obra como um cartão-de-visita, que nos faz reconhecer a tabuleta Wenela (Coelho, 2010, p. 82), mostrando-nos aventuras e curiosidades de conhecer a vizinha África do Sul, com os seus *compounds*, onde confluem gentes de Moçambique.

A obra procura reconstituir o passado, numa teia que ressuscita esses lugares pictóricos e emblemáticos transvertidos pela miragem e que ainda assim nos engancham, pela vitalidade que se nos oferece, descrevendo personagens femininas exóticas, que nos ampliam a vontade de seguir esse olho emprestado, suscitado pelo desembarque no Niassa, de contingentes militares alemães, aquando da Segunda Guerra Mundial, num rastilho até ao fim.

O Olho de Hertzog sugere-nos ser, por isso, o olho de Coelho (2010) em diálogo com a sua escrita e que tende a iludir-nos, levando-nos para Machangulo (p. 51), a Salamanca, a Bela Vista, Ponta Malongane (p. 62), a Ponta Torres, do outro lado do esteiro (p. 104), ou à suave encosta de Zitundo, lá “onde os albatrozes fazem ninhos nas torres de metal enferrujado” (p. 83), ao outro extremo da actual província de Maputo, palco de “aterrorizadores batuques e macabras cerimónias” (p. 94), onde os olhos arregalados de Coelho arregram-se, à rebeldia dos pés descalços do velho Josefate Ngwetana e às galinhas, pilões, esteiras, aos nhamessoros com uma frente que brilha, “contudo, de astúcia” (p. 98). Neste olhar que assume a errância e enraizamento, damo-nos conta de que nos afastamos “um pouco para sentir a terra, invadido pela volúpia de olhar os lugares e poder nomeá-los” (Coelho, 2010, p. 107). Não se trata de um olhar indiferente, mas de entrosamento, tal como o faz na Inhaca:

por qualquer Razão desconhecida nunca se preocupou Deus em entender a sua sombra protectora à nossa Ilha da Inhaca, espalhando nela os seus templos. Talvez por isso haja aqui muito sol e pouca sombra nos meses do fim do ano, muita malária. (Coelho, 2010, p. 11)

Coelho persegue uma herança já cimentada, por vozes perturbadoras e prazerosas da literatura moçambicana, como o Calane da Silva em *Dos Meninos da Malanga* (1982) e em *Xixandarinha na Lenha do Mundo* (1987); ou um dos seus mais profícuos percursores: Virgílio de Lemos, que no livro *Negra Azul* revisita Lourenço Marques e afirma:

“Viagem pela rua dos casinos”
 (ao Fernando Ferreira / ao Reinaldo F.)
 A velha rua dos casinos ri-se
 velha cigana, tempo
 que vai a rua para dar
 um ar da sua graça:
 na noite, guerras de sedução,
 passeiam-se velhas e jovens
 putas, marinheiros, músicos,
 mangas de alpaca.
 Corpos que se exibem, sexos
 que ejaculam,
 do solitário deserto
 ao imprevisível vulcão.
 (Lemos, como citado em “[0421] Virgílio de Lemos, a Rotura Com o Colonialismo”, 2018)

Sobre os lugares, Coelho tem muito a dizer. E insiste-o nas obras *A Cidade dos Espelhos* (2011); *Ponta Gêa* (2017); *As Duas Sombras do Rio* (2003), numa demanda em que ele se permite, como Mia Couto em *Terra Sonâmbula* (1992) e Nelson Saúte em *Narradores da Sobrevivência* (2000), deixar a cidade do Maputo, cruzar a fronteira da guerra, até ao rio Zambeze (pela N1, a estrada – há pouco povoada de machibombos calcinados e em torresmos). Depois deste trânsito e uma paragem pela Beira, será nas orlas do *Rio dos Bons Sinais* (2008), recuperado por Saúte, em Quelimane, na Zambézia dos palmares, das senhoras donas dos prazos, na Zambézia do chazeiros e sisais, a Zambézia do Naparama Kindzu, que os três escribas se reencontram num diálogo pervertido sobre a terra despojada pela guerra civil. Naquela “estrada morta” é recuperada a memória e a vitalidade.

Paulina Chiziane junta-se-lhes. Lança a âncora, fixando-se nos cenários coloniais, ainda hoje muito presentes, que muito recordam a obra de Emílio de San Bruno, em *Zambeziãna: Cenas da Vida Colonial* (Bruno, 1999).

Os navegadores correram de aldeia a aldeia, derramando sangue, profanando túmulos, pervertendo a história, fazendo o impensável. A Zambézia abriu seu corpo de mulher e se engravidou de espinhos e fel... Foi assim que começou a história de José muitos séculos do seu nascimento. (Chiziane, 2010, p. 69)

Neste olhar de afeto, Coelho desdobra-se num entrecruzamento com as vozes que o antecedem, na sua transposição a Catembe e Xefina. Curiosamente, uma Xefina já dissecada e glosada pelo prolixo escritor Juvenal Bucuane, em *Xefina e Zevo* (1989/2009). Bucuane recupera a ilha, uma ilha-terra, ilha-prisão, chão de protesto e revolta, de amores e desamores, é um lugar dimanado por Bucuane, que a procura aludir.

É verdade que os etno-espacos não são lineares nem compartimentos estanques. Há um fluir num princípio de vasos comunicantes, por isso, com *Mulheres de Cinza* (Couto, 2015) e em “O Bebedor do Tempo” do livro *Estórias Abensonhadas* (2003), de Mia Couto, mapeámos o Mussorize, em Manica, Manjacaze, em Gaza e encontramos o húmus do seu chão fértil de rebeldias. A viagem/leitura leva-nos ao Limpopo, e nisto, passando por Inhambane, narrada por Elton Rebello, no seu livro *Nyandayeyo* (1990), descrevendo Govuro, concretamente Mambone. Lembrando ainda em *Balada de Amor ao Vento* (2004), de Paulina Chiziane, que fala sobre Sarnau e Mwando, que protagonizam uma estória de amor, fazendo corpo com a fome e a guerra civil, com o desafio do feminismo no século XX, livros de imagens pungentes e dolorosas, que omitem o panorama paisagístico, para dar corpo à revolta, à fome, a substâncias a que se recorre para se suportar o sofrimento.

Rebello, um dos ativistas culturais da Beira dos finais da década de 1980, através da página “Diálogo”, do *Diário de Moçambique*, que é contemporâneo de Bahassane Adamodjy, conta a história da cidade da Beira, nas páginas dos seus livros *Mussodjy* (1993), no qual Xipangara é uma presença indelével e em *Milandos de um Sonho* (2001), evocando o Mussiquite, zona do Matacuane, bairro que se situa junto ao quartel do Matacuane, onde as tropas coloniais desfrutavam da consolação de mulheres negras com as quais multiplicaram a espécie, o que originou uma grande

mestiçagem. Esse itinerário poderá prosseguir para Quiteve, nas margens do Rio Púnguè, onde se poderá assistir aos mais insígnies rituais do deus Zuze, através da obra *Contos e Lendas* de Carneiro Gonçalves (1981), contraponto da sereia, que ilude os seus apaixonados, levando-os ao precipício.

Outros escritores e poetas oferecem-nos um manancial de referências cartográficas e geográficas deste país, sustentáculo de tecidos pélvicos diferentes, de especiarias do oriente. Território de ilhas, objetos-sujeitos de evocação de poetas, como de produtores. Não conhecemos nenhuma ilha que não tenha sido cantada, homenageada por escribas. Tratando do mar como o mais antigo meio que coloca os povos em contacto, alguns dimanaram o Atlântico, o Mediterrâneo, atravessaram as tormentas do Cabo das Agulhas. Entre nós, a ilha que mais apaixonou almas e fecundou escritos no céu útero é a Ilha de Moçambique. Lília Momplé, em *Ninguém Matou Suhura* (1988), oferece-nos uma descrição assombrosa sobre ela, especialmente sobre o Litine, o Esteu e a Marangonha, apanham a contra-costa e, em pouco tempo, estão na praia.

A Ilha de Moçambique é deveras assediada, seduzida por um séquito de poetas que a amaram. Nenhum deles amou mais do que o outro o seu chão, por isso, o amor da ilha aos poetas reparte-se por frações iguais. Mesmo que não desejemos repetir o que dela tenha sido evocado, há sinais, signos, que nos devolvem a Muípite, berço da nação. Oprimida pelas águas que a cercam como uma misteriosa muralha, a Ilha de Moçambique ao longo dos anos vai seduzindo poetas, desde Luís de Camões e Tomás António Gonzaga que nela viveram, até Jorge de Sena, Alberto de Lacerda, Rui Knopfli, Luís Filipe Castro Mendes, Alexandre Lobato, Luís Carlos Patraquim, Eduardo Pita, Eduardo White, Virgílio de Lemos, Nelson Saúte, Adelino Timóteo e Sangare Okapi, que redimensionaram o seu espaço e cartografaram a sua geografia, num encanto que a sobreleva, apesar de claros sinais de decadência que a enfermam.

Os poetas pertencem à humanidade e, por isso, são parte integrante do património da ilha. Nenhuma ilha é tão rica para recusar o galanteio, os cânticos dos donos da insularidade que a reinventariam. A “ilha de coral” não só seduziu os pangaios e as caravelas que a assediaram no século XV como também vem repetindo os seus galanteios a aventureiros, estranhos e pessoas comuns, que nela encontram a sua morada de acolhimento.

Um outro poeta que cantou a ilha e que não pode deixar de ser mencionado é Luís Carlos Patraquim, que na sua obra *Vinte e Tal Novas Formulações e uma Elegia Carnívora* (1991) exalta esta ilha (Muípite) e a sua cidade de pedra e cal; o seu mais cantado produto de beleza, m'siro; a dança n'sope e o cartão de visitas, o minarete.

A ilha é um misto de osmose macua, swahili, árabe e português, línguas que lá se falam. Virgílio de Lemos traduz este misticismo em versos, falando das mulheres crioulas da ilha, das makuas, kimoenes e do seu m'siro. A ilha é para a pléiade de poetas que lhe revisitam o corpo, o fermento da sua identidade. É, praticamente um símbolo de viagem de migração. O tal barco, como diria Sangare Okapi, na sua obra *Mesmos Barcos ou Poemas de Revisitação do Corpo* (2007).

Sinónimo de cumplicidade e afeto, como nos sugere Eduardo White, poeta do amor, na sua obra *Homoíne* (White, 1987):

amo-te sem recusas e o meu amor é esta fortaleza, esta Ilha encantada, estas memórias sobre as paredes e ninguém sabe deste pangaio que a Norte e na Ilha traz um amante inconformado. Em tudo habita ainda a tua imagem, o m'siro purificado da tua beleza e das tuas sedes. (p. 12)

A ilha seduzida é por isso a maresia, o fluido libertado pelos corpos ofegantes, na linguagem corporal e turística, pois quem a visita pode sentir esse misto de cumplicidade entre terra/homem/mulher, fundidos numa só palavra. Numa só utopia. Outros autores exaltaram a ilha, a saber: Rui Knopfli, no seu livro *Ilha do Próspero* (1972); Orlando Mendes, no seu poema "Minha Ilha":

por ali estiveram Camões das amarguras itinerantes
e Gonzaga da Inconfidência no desterro em lado oposto.
Era a rota dos gemidos e das raivas putrefactas
e dos partos que haviam de povoar as Américas
com braços marcados a ferro nas lavras e colheitas. (Mendes, como citado em Saúte & Sopa, 1992, p. 39)

A ilha não é só o lugar de fundação da nação literária moçambicana, mas ponto de partida para outros voos. Ela suscita a história, as histórias, as memórias e cumplicidades difíceis de lembrar, como Nelson Saúte no poema "A Ilha dos Poetas" faz questão de evocar.

Depois de Nampula, podemos dar a conhecer Cuamba, província de Niassa, num trajecto com *O Comboio de Sal e Açúcar*, obra cinematográfica de Licínio de Azevedo (1997), também publicada em livro. Em Niassa podem presenciar-se as mazelas de um tempo roubado até às vísceras representadas em *No Reino dos Abutres* (2002), de Ungulani Ba Ka Khosa e ainda através da sua obra *Entre as Memórias Silenciadas* (2013), que nos fala sobre os sertões dos campos de concentração.

E para evadirmos desse pungente desencanto que tolhe a alma de qualquer um, sugerimos uma travessia para Cabo Delgado, de onde, pela mão de Glória de Sant'Ana, por Pemba e pela Ilha de Ibo, com certeza, terra cantada pelo poeta autóctone Júlio Carrilho, através do livro *Dentro de Mim Outra Ilha* (1993).

Fica assim, ainda que de modo inacabado, traçado um roteiro para, através de leituras, promover o turismo cultural em Moçambique.

Turismo Cultural em Moçambique: Vertente de Culturas

Este segundo momento do texto recupera grande parte da informação já estudada em Laisse (2019), em referência à necessidade de se estabelecer, em Moçambique, um cânone multicultural. Esse mesmo e com as representações simbólicas que

contém, especialmente no que à cultura diz respeito, pode ser utilizado como recurso para estimular o turismo cultural. Assim, segue-se uma lista de representações culturais passíveis de serem encontradas em Moçambique.

O lobolo é uma tradição cultural do sul de Moçambique que consiste na entrega de um dote por parte da família do noivo à família da sua noiva. Tem acontecido, de um modo geral, nas etnias tsonga, nguni, bitonga e chope. As suas representações culturais podem ser lidas em alguns dos textos que passaremos a mencionar: *As Mortes de Lucas Mateus* (Cenas I a VI) de Leite de Vasconcelos; *Ser Mulher* de Sant'Ana Afonso; *Niketche* (2002) de Paulina Chiziane e *Sia-Vuma* de José Craveirinha.

Na última obra referida, podemos ainda encontrar a exaltação de danças tradicionais da etnia tsonga como o xigubo, xingomanas, marrabenta e dos xipendanas, para além do som das timbilas, instrumento eleito para Património Cultural da Humanidade, em 2005. As marimbas, artefactos ligados a esse património, são cantadas no "Poema para Eurídice Negra" de Sérgio Vieira (1983), em *Também Memória do Povo*. Estas danças e instrumentos ensinam ou sugerem as tradições dos grupos étnicos tsonga e chope.

Na obra *Niketche* (2002), nome de uma dança, Paulina Chiziane aborda também a poliandria, tradição dos macua lomwé e ainda a poligamia, tradição praticada pelas sociedades patrilineares africanas. Lília Momplé, em *Os Olhos da Cobra Verde* (1997) faz referências à pele aveludada, resultante da utilização de m'siro. Esta tradição, mais a de esticar os lábios vaginais, bezuntando-os com ervas (durante a puberdade, no âmbito dos ritos de iniciação), é realizada pelo grupos étnicos macua-lomwé e makonde.

O pau preto, uma relíquia makonde é exaltado no poema "Se me Quiseres Conhecer" da autoria de Noémia de Sousa (2001). Para além da sua beleza artística, a madeira que dá nome ao pau tem valor turístico e económico. Ainda relativamente a este grupo étnico, Felizmina Velho, através de *Chilendela Maconde Foi Riscada do Mapa* (2001), sugere-nos a aprendizagem sobre tradições ligadas à morte, como o caso de não se dever chorar nos funerais. Ela exalta ainda as tatuagens makonde e a dança do mapiko.

O canhu, uma bebida tradicional do sul de Moçambique é celebrado na *Orgia dos Loucos* (1990) de Ungulani Ba Ka Khosa, autor que em *Ualalapi* (1987) faz referência a outras bebidas tradicionais típicas para os shonas e para o grupo étnico complexo zambeze, nomeadamente: pombe e doro.

Uma das tradições dos nguni, que é a interdição de consumir peixe é também tratada nessa obra. Este autor, Ungulani Ba Ka Khosa, em *Choriro* (2009), também em referência ao complexo zambeze ao ensinar-nos sobre o ritual do mesmo nome, que designa o caos, choro, lamento, luto, uma prática social vivida nesse lugar. Outros símbolos representados no livro são chuanga e chicuacha, gugudas/gogodelas, gugudas ou gogodelas, espingardas de fabrico caseiro, que são artefactos tradicionais dos povos do complexo zambeze.

Em *Nónumar* (2001), Júlio Carrilho, através de referência a expressões mwani, língua intelegível ao swahili, dá-nos a conhecer o lussúngo, pano fino de algodão que as mulheres usam para cobrir a cabeça e o tronco e os mwani, nome utilizado para designar os praeiro naquela região do litoral de Moçambique, a província de Cabo Delgado. Ainda relativamente a essa província, podemos encontrar em *Xigubo* (1995), de José Craveirinha uma alusão a este grupo étnico, que fala a língua do mesmo nome.

Graça Torres, em *Niassa, Terra de Mel...e Leite Amargos* (2005), fala-nos do ajaua, terra habitada pelo povo yao. Para além de outros símbolos, nesta obra podemos encontrar o cindona-ndona, um tipo de jogo praticado por aquele povo, o que nos pode permitir obter algum conhecimento de parte deste grupo étnico. Esta autora, na mesma obra, sugere-nos ainda o conhecimento do cuende, um tambor e do nhau, património cultural e imaterial da humanidade, uma dança do povo marave.

Ficam assim mencionadas algumas representações culturais dos povos de Moçambique, a partir da referência aos grupos étnicos. Certamente que muitas outras obras sugerirão outras representações culturais e promoveriam o turismo cultural, entretanto, elencámos as mencionadas, a maior parte das quais faz parte de um conjunto de obras publicadas entre 2000 e 2011, no país.

Considerações Finais

Através deste estudo descritivo-exploratório, elencámos um conjunto de obras que contêm representação de espaços e de culturas que sugerem lugares para visitar em Moçambique.

Ao defendermos que o roteiro proposto possa contribuir para alavancar o turismo cultural, fazemo-lo recorrendo à ideia de que uma das funções da literatura é a de mime-tizar a sociedade e, conseqüentemente sugerir a existência do objecto representado.

Assim, comprando e lendo as obras literárias mencionadas e outras, certamente, porque existem, o leitor poderá sofrer influência desses textos e sentir-se estimulado a conhecê-los e a fazer o reconhecimento dos lugares e culturas lidos. Isso estimula o desenvolvimento humano, intelectual e turístico, se bem geridos.

Referências

- Adamodjy, B. (1993). *Mussodjy*. Diário de Moçambique.
- Adamodjy, B. (2001). *Milandos de um sonho*. Quetzal Editores.
- Azevedo, L. (1997). *Comboio de sal e açúcar*. Ndjira.
- Bruno, E. de S. (1999). *Zambeziãna: Cenas da vida colonial*. Arquivo Histórico de Moçambique.
- Bucuané, J. (2009). *Xefina e Zevo*. Cadernos Tempo. (Trabalho original publicado em 1989)
- Carrilho, J. (1993). *Dentro de mim outra ilha*. AEMO
- Carrilho, J. (2001). *Nónumar*. Ndjira.

- Chiziane, P. (2002). *Niketche. Uma história de poligamia*. Ndjira.
- Chiziane, P. (2004). *Balada de amor ao vento*. Caminho.
- Chiziane, P. (2010). *O alegre canto da perdiz*. Ndjira.
- Coelho, J. P. B. (2003). *As duas sombras do rio*. Caminho.
- Coelho, J. P. B. (2010). *O olho de Hertzog*. Leya.
- Coelho, J. P. B. (2011). *A cidade dos espelhos*. Caminho.
- Coelho, J. P. B. (2017). *Ponta Gêa*. Caminho.
- Couto, M. (1992). *Terra sonâmbula*. Caminho.
- Couto, M. (2003). *Estórias abensonhadas*. Caminho.
- Couto, M. (2015). *Mulheres de cinza*. Caminho.
- Craveirinha, J. (1995). *Xigubo*. AEMO.
- Culler, J. (1997). Literature and cultural studies. In J. Culler (Ed.), *Literary theory: A very short introduction* (pp. 42–54). Oxford University Press.
- Gonçalves, C. (1981). *Contos e lendas*. Edições 70.
- Horellou-Lafarge, C., & Segré, M. (2010). *Sociologia da leitura* (M. Gama, Trad.). Ateliê Editorial. (Trabalho original publicado em 2003)
- Iser, W. (2001). A ficcionalização como dimensão antropológica da literatura. In H. Buescu, J. F. Duarte, & M. Gusmão (Eds.), *Floresta encantada: Novos caminhos da literatura comparada* (pp. 101–120). Dom Quixote.
- Jairoce, J. (2012, 17 de setembro). Grupos étnicos de moçambique. *Blog Historiando: Debates e Ideias*. <http://jorgejairoce.blogspot.pt/2012/09/grupos-eticos-de-mocambique.html>
- Jauss, H. (1993). *A literatura como provocação: História da literatura como provocação literária* (T. Cruz, Trad.). Vega.
- Khosa, U. B. K. (1987). *Ualalapi*. AEMO.
- Khosa, U. B. K. (1990). *Orgia dos loucos*. AEMO.
- Khosa, U. B. K. (2002). *No reino dos abutres*. Imprensa Universitária.
- Khosa, U. B. K. (2009). *Choriro*. Alcance.
- Khosa, U. B. K. (2013). *Entre as memórias silenciadas*. Alcance.
- Knopfli, R. (1972). *Ilha do próspero*. Minerva Central.
- Laisse, S. (2015). *Moçambique, Surge et Ambula: A interculturalidade no corpus literário obrigatório no ensino secundário geral entre 2004 e 2011* [Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/16237>
- Laisse, S. (2019). Cânone e a interculturalidade no corpus literário obrigatório no ensino secundário geral em Moçambique. In A. Leite, S. Laisse, & V. Pinheiro (Eds.), *Seis reflexões em torno do cânone literário moçambicano* (pp. 11–39). Alcance.
- Lopes, J. (2013). *Cultura acústica e letramento em Moçambique: Em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. Educ.
- Marujo, N. (2015). O estudo académico do turismo cultural. *Revista TURyDES: Turismo y Desarrollo Local*, 8(18). <http://www.eumed.net/rev/turydes/18/turismo-cultural.html>

- Momplé, L. (1988). *Ninguém matou Suhura*. AEMO.
- Momplé, L. (1997). *Os olhos da cobra verde*. Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Ngunga, A. (2004). *Introdução à linguística bantu*. Imprensa Universitária.
- Nhampoca, E. C. (2015). Ensino bilingue em Moçambique: Introdução e percursos. *Working Papers em Linguística*, 16(2), 82–100. <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p82>
- Nhapulo, T. (2010). *Atlas histórico de Moçambique*. Plural Editores.
- Okapi, S. (2007). *Mesmos barcos ou poemas de revisitação do corpo*. AEMO
- Patraquim, L. (1991). *Vinte e tal novas formulações e uma elegia carnívora*. Edições ALAC.
- Rebello, E. (1990). *Nyandayeyo*. AEMO
- Saúte, N. (2000). *Narradores da sobrevivência*. Dom Quixote.
- Saúte, N. (2008). *Rio dos bons sinais*. Dom Quixote.
- Saúte, N., & Sopa, A. (1992). *A Ilha de Moçambique na voz dos poetas*. Edições 70.
- Silva, C. (1982). *Dos meninos da Malanga*. Cadernos Tempo.
- Silva, C. (1987). *Xixandarinha na lenha do mundo*. AEMO.
- Sousa, N. de. (2001). *Sangue negro*. AEMO.
- Torres, G. (2005). *Niassa, terra de mel...e leite amargos*. CEDIMA; Edição da autora.
- Velho, F. (2001). *Chilendela maconde foi riscada do mapa*. Ndjira.
- Vieira, S. (1983). *Também memória do povo*. Associação dos Escritores Moçambicanos.
- White, E (1987). *Homoíne*. AEMO.
- [0421] Virgílio de Lemos, a rotura com o colonialismo. (2018, 17 de novembro). *Ibn Mucana*. <http://ibnmucanapoesia.blogspot.com/2018/11/0421-virgilio-de-lemos-rotura-com-o.html>

Propósito e Abordagem na Pesquisa Transdisciplinar do Campo do Património Cultural

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.7>

Armando Jorge Lopes

Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique/
Gabinete de Qualidade, Universidade Politécnica, Maputo, Moçambique
<https://orcid.org/0000-0001-9395-8987>
ajplopes@uem.mz; ajplopes@apolitecnica.ac.mz

Resumo

O presente artigo põe o enfoque em dois parâmetros científicos, o propósito e a abordagem na pesquisa, cuja clarificação proporciona enquadramentos importantes e úteis para o tratamento de temáticas inerentes à pesquisa ou para a comparação e discussão de diferentes projectos de investigação. Argumento que estes dois parâmetros fornecem os pilares metateóricos nos quais assenta qualquer pesquisa e, no caso vertente, a que envolve o património cultural. Os dois parâmetros ocupam-se do nível de conceptualização da pesquisa, o que implica chegar a decisões sobre o propósito a que a pesquisa se destina e decisões sobre a abordagem à temática a investigar. Os restantes dois parâmetros, que não são objecto deste trabalho, têm a ver com o nível operacional ou de concretização dessas decisões conceptuais sobre o propósito e a abordagem à pesquisa, ou por outras palavras, sobre a sua operacionalização em forma do design da pesquisa e metodologia (controlo e manipulação da pesquisa) e referente aos dados, sua recolha e análise. Neste texto, considera-se que a cultura é um super-sistema constituído por sistemas que interagem entre si, o que nos permite captar a complexidade que envolve a investigação de uma temática, ao mesmo tempo que compreendemos como abordar a pesquisa, ora olhando para um quadro mais amplo, ora olhando para uma das suas partes.

Palavras-chave

parâmetros na pesquisa cultural, postura transdisciplinar, património cultural, reciprocidade

Sobre Dois Parâmetros Científicos

Começo por tratar o parâmetro do propósito e o parâmetro da abordagem à pesquisa, que são, como todos nós aqui sabemos, pesquisadores e estudantes, dois parâmetros científicos fundamentais quando pesquisamos em diferentes campos e, no caso vertente, nos campos da cultura, das identidades e do património. Existem duas formas de tratar a pesquisa em torno de uma temática, nas suas múltiplas componentes: por vezes, procuramos compreender o todo ou uma parte considerável do todo para deixarmos mais claras sobre as possíveis relações entre essas componentes; outras vezes, tentamos identificar partes do todo para estudo no imediato e para, posteriormente, enquadrar essas partes num todo coerente.

Em relação ao propósito da pesquisa, gostaria de referir o seguinte: se o propósito da pesquisa for heurístico ou descritivo, o investigador observa e regista algum aspecto ou algum contexto relacionado com a questão cultural a investigar. A adopção de um propósito heurístico na pesquisa permite-nos, por um lado, descobrir padrões, razões e comportamentos e, por outro, formular hipóteses para futuras investigações. Se o propósito for dedutivo, a investigação começa por uma noção pré-concebida sobre a questão cultural a pesquisar e, assim sendo, a pesquisa dedutiva é orientada por uma hipótese; ou seja, a pesquisa começa com uma questão, a partir da qual se afunila o enfoque da pesquisa, ao mesmo tempo que se investiga essa questão, de forma sistemática.

Quanto ao segundo parâmetro, a abordagem à pesquisa cultural pode ocorrer numa perspectiva sintético-holística, que põe em destaque a interdependência das partes da questão a pesquisar, ou ocorrer numa perspectiva analítico-constituente, que realça o papel das partes constituintes que caracterizam a temática na sua totalidade. Adotar uma perspectiva sintético-holística significa desenvolver uma abordagem a uma temática cultural que nos permita olhar para as partes separadas como um todo coerente. Adotar uma perspectiva analítico-constituente significa desenvolver uma abordagem a uma questão cultural que nos permita identificar e investigar uma componente ou um factor singular de uma questão com múltiplas componentes, ou investigar um conjunto de factores relacionados com a questão. Estas duas perspectivas corporizam o parâmetro da abordagem.

Em síntese, a abordagem sintética vê a pesquisa de um modo holístico, como um conjunto de factores que não são decompostos em unidades separadas para análise. A abordagem analítica selecciona um ou alguns factores em torno da questão para análise mais profunda, por vezes em forma de estudo controlado. Ambas as perspectivas têm implicações para o design da pesquisa e método.

Uma investigação pode ter um propósito heurístico, podendo estar associada a uma abordagem sintética ou a uma abordagem analítica referente à temática a investigar, constituindo-se, assim, em investigação sintético-heurística ou investigação analítico-heurística, respectivamente. Por outro lado, quando o propósito é dedutivo, a pesquisa pode também estar associada a abordagens sintéticas ou abordagens

analíticas, constituindo-se, assim, em pesquisa de natureza sintético-dedutiva ou em pesquisa de natureza analítico-dedutiva, respectivamente.

Sobre a Transdisciplinaridade, Transculturalidade e Translinguismo

A postura tradicional na pesquisa, e obviamente também no processo de ensino-aprendizagem, foi e é disciplinar, porque na análise da questão a investigar se privilegia o enfoque circunscrito aos parâmetros e limites de uma determinada disciplina ou campo de estudo. Posteriormente, a chamada postura interdisciplinar passou a associar e a fazer confluir na análise conhecimentos e habilidades de outras disciplinas.

Quanto à postura transdisciplinar, ela opera com base na crença de que há conhecimento, conceitos, habilidades, atitudes e ações que transcendem as fronteiras de uma área disciplinar. A adoção de uma postura transdisciplinar significa que pessoas de duas ou mais disciplinas ensinam, aprendem e trabalham conjuntamente através de fronteiras disciplinares ou profissionais tradicionais. É claro que a postura transdisciplinar se socorre de posturas interdisciplinares que combinam duas ou mais disciplinas ou campos de estudo. A postura transdisciplinar, e com especial ênfase em relação às ciências sociais e humanas, realça os pontos de convergência entre a teoria científica e a teoria indigenizada, isto é, localizada, que se refere à prática.

A multidisciplinaridade, que envolve múltiplas disciplinas acadêmicas, revela reflexões disciplinares paralelas, colocadas lado a lado para consideração, diferentemente da transdisciplinaridade, que tem um pendor mais integrador e, por isso, socialmente, mais inclusivo. A transculturalidade, postura que busca interesses partilhados e valores comuns, assenta na superação de fronteiras, sendo marcadamente diferente da multiculturalidade, porque na postura da multiculturalidade tende-se a reforçar fronteiras que têm por base heranças culturais do passado: a postura multicultural faz relacionar uma cultura com outra ou outras diferentes, enquanto que a postura transcultural se amplia através de duas ou mais culturas.

A transdisciplinaridade, termo criado, em 1970, pelo psicólogo suíço Jean Piaget (1970) para designar uma determinada postura científica e intelectual, visa estimular novas compreensões da realidade através da articulação de elementos que atravessam disciplinas, e elementos que vão para além das disciplinas, promovendo a maior interação possível entre si, respeitando-se, todavia, as suas individualidades, em que cada uma colabora para um saber comum, e sem nunca se transformarem numa única disciplina. No caso dos estudos da cultura e da linguagem, a transdisciplinaridade visa igualmente desnaturalizar questões de hegemonia cultural e linguística, assumindo-se que o prefixo *trans* do termo é portador de sentido de movimento pluridireccional e recíproco (nunca de sentido único), de ajuda mútua através da experiência e de trocas justas, como acho que deveriam sugerir os conceitos de transculturalidade e translinguismo, cujos contornos em contexto da disciplina da análise do discurso tenho vindo a definir desde o livro *A Batalha das Línguas* (Lopes, 2004/2013, p. 167) e mais recentemente na comunicação na Universidade Presbiteriana Mackenzie (Lopes, 2016), no livro *Com*

Todos os Efes e Erres (Lopes et al., 2016), em comunicações apresentadas em Joanesburgo (Lopes, 2017a), São Paulo (Lopes, 2017b) e no Minho (Lopes, 2017c), e num artigo que a *Revista Linha d'Água* (Lopes, 2018) publicou.

Para melhor definir os contornos da reciprocidade no âmbito da transdisciplinaridade, do translinguísmo e da transculturalidade, recorri a investigações realizadas no seio da psicologia behaviorista, com enfoque nos paradigmas de transferência propostos pelo psicólogo behaviorista americano Charles Osgood (1949), nas suas dimensões da proacção e retroacção. Segundo o psicólogo, a proacção é uma acção que se antecipa a uma situação futura, não ocorrendo apenas como reacção; enquanto que a retroacção é uma acção recíproca, que descreve um evento, estímulo ou processo, cujos efeitos influenciam efeitos de eventos, estímulos ou processos que ocorreram anteriormente.

Através da proacção são visíveis os efeitos numa determinada tarefa dois, e na sequência da execução da tarefa número um; por outro lado, através da retroacção podem-se ver os efeitos da tarefa dois na tarefa um, como aconteceu no passado e como continua a acontecer em relação às transferências linguísticas e culturais, por exemplo, da língua portuguesa para as línguas bantu de Moçambique, enriquecendo, de modo recíproco, as transferências linguísticas e culturais das línguas bantu que, em considerável medida, têm alimentado o português moçambicano (Lopes et al., 2002/2013).

A caracterização conceptual da transculturalidade assenta na noção que o ensaísta cubano Fernando Ortiz desenvolveu na década de 40 do século passado, à luz do seu pensamento sócio-antropológico, nos seguintes termos: “embora os povos subordinados geralmente não controlem aquilo que emana da cultura dominante, eles determinam, até certo ponto, aquilo que é absorvido pela sua própria cultura e aquilo para que é usado” (Ortiz, 1947, p. 230).

No prefácio à obra de Ortiz, Malinowski (1947) observa que este “é um processo no qual se dá sempre qualquer coisa em troca do que se recebe. É um processo no qual as duas partes da equação saem modificadas” (p. xiv).

A transculturalidade, como postura, parece-me, por vezes, mais bem servida por uma pesquisa de natureza sintético-dedutiva: uma pesquisa em que se prevê, por um lado, a articulação entre vários factores que partilham um tronco relacionado e, por outro, a articulação destes com uma determinada legitimidade patrimonial selectiva. São referidas como factores as possíveis intervenções arqueológicas e antropológicas e ainda aquelas que, entre outras, têm por base saberes disciplinares como a arquitectura e a história da arte. Porque o conjunto destes factores é tido como independente, primeiramente trata-se estes factores sinteticamente como um todo composto, para depois verificarmos se em combinação se correlacionam com o processo social de selecção de valores que determinados grupos e subgrupos humanos atribuem a diversos bens culturais.

Transculturalmente, são vários os valores antropológicos, históricos, estéticos, documentais e bibliográficos associados à pesquisa de natureza cultural, como veremos, de seguida.

Sobre o Património, Património Cultural e a Linguagem

A cultura é um fenómeno humano complexo e, em muitos aspectos, algo que se presta a equívocos. A cultura está, em geral, associada a bens materiais e artefactos, à alimentação, à indumentária e às artes. Digamos que a cultura é um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, as percepções, as atitudes, a arte, a moral, a lei, os valores como a dignidade humana, a igualdade, a justiça, e outras capacidades e habilidades que o ser humano adquire como membro de uma sociedade.

Por outro lado, o património, que tem por objectivo a garantia da sobrevivência do indivíduo em sociedade, tem a ver com o conjunto de bens mobiliários e imobiliários, direitos e obrigações, e o património cultural, que é uma representação simbólica da cultura, tem a ver com o sentido público, de identificação colectiva, e que inclui os bens, as manifestações populares e as tradições, tanto materiais como imateriais ou intangíveis. Ao expressar-se por via da cultura dos grupos humanos, o património cultural atribui grande importância às memórias e à selecção dos bens culturais, sendo este legado transmitido para as gerações futuras. Os valores sociais são debatidos no âmbito do património cultural e a atribuição de novos valores constitui-se no cerne da patrimonialização, como mecanismo de legitimação de identidades de diferentes grupos e como processo associado ao turismo cultural, visando a rentabilidade económica e, muitas vezes, objectivos educativos.

É relevante referir neste espírito que a literatura, os costumes e a linguagem se destacam no âmbito dos bens imateriais, sendo a linguagem, e sobretudo a linguagem idiomática, muito complexa e de difícil tratamento analítico, pelo facto de a linguagem, e especificamente a linguagem idiomática, constituir o património imaterial que é o património mais próximo da cultura.

A articulação entre a cultura e a linguagem apoia-se, com frequência, na alegoria, que normalmente opera por dicotomização, expressando a comparação, a símile, a metáfora, o mito ou a fábula, e sendo acompanhada da moral que associa o sentido literal ao sentido figurado na linguagem. A alegoria, que consiste em representar uma ideia abstracta através de símbolos ou imagens poéticas, permite a revelação de um significado escondido, significado este que pode ser moral ou ideológico. A diferença entre a alegoria e a metáfora é que a alegoria utiliza a narrativa para expressar ideias ou ensinar lições, enquanto que a metáfora utiliza palavras para representar ideias. Mas existem outras incursões emergentes, sob forma, por exemplo, da tautegoria. O significado tautegórico, que expressa a mesma coisa, com recurso a palavras diferentes, significa representar apenas a coisa em si mesma, por oposição à representação de uma outra coisa. Schelling (1842/2007) e, antes dele, Coleridge (1884), que, a partir do grego, cunhou o termo “tautegórico” para enfatizar a diferença entre o símbolo e a alegoria, utilizam-no para expressar o mesmo assunto mas com uma diferença, em contraste com a metáfora que é sempre alegórica e que expressa um assunto diferente mas com uma semelhança. A incursão tautegórica apela para o entendimento dos mitos da cultura para que se compreendam os sentidos do tradicional enunciado metafórico, como explica o académico congolês Kitoko-Nsiku

(2005). A articulação entre o conceito da tautegoria e o mundo da mitologia deve, do meu ponto de vista, envolver o alargamento deste conceito, incluindo nele contribuições de domínios da linguística e, sobretudo, enfoques no debate sobre a identidade do significante e do significado e sobre relacionamentos entre si.

Recorrendo a intervenções mitológicas e religiosas, o académico revisita o mito e a sabedoria constantes da passagem do livro de Génesis referente à tentação (Génesis 3) e sugere que, em vez do método alegórico, se utilize o método tautegórico para abordar e interpretar a tríade Deus, mulher e serpente, como símbolos que interagem entre si e que, segundo Kitoko-Nsiku, representam as mesmas coisas (*tauta*). A este propósito, realça o seguinte:

isto significa, por um lado, que Deus paradoxalmente oculta e revela a sabedoria da mulher e da serpente e que, por outro lado, e pelo mesmo simbolismo, a mulher e a serpente também ocultam e revelam a sabedoria de Deus. (Kitoko-Nsiku, 2007, p. 14)

As incursões tautegóricas requerem mais estudos detalhados sobre as convenções e os engenhos retóricos que marcam os pensamentos, as ideias e os argumentos. As convenções e este tipo de engenhos revelam elevados graus de especificidade em cada língua e cultura, e assim sendo, diferentes utentes de línguas recorrem, por um lado, a diferentes engenhos retóricos para marcar funções retóricas como a comparação, o contraste, a expansão, a sequência lógica, por aí adiante, e, por outro, fazem uso de princípios pragmáticos para marcar a transparência, a expressividade, a clareza, a economia, a generosidade, a modéstia, o tacto e a polidez.

De certa maneira, os marcadores discursivos e as funções retóricas como, no caso vertente, a comparação e o contraste de equivalentes traços linguísticos e culturais entre línguas e culturas põem em destaque a peculiaridade, que é uma característica, um traço, uma propriedade ou qualidade essencial, e a idiossincrasia, que é o modo comportamental e a maneira de pensar, peculiar a indivíduos ou grupos de falantes dessas diferentes línguas, como critério-base para a contrastividade linguística e cultural.

Sobre o Conceito da Relação

São relevantes as reflexões sobre o conceito da relação no contexto da discussão sobre os universais linguísticos e culturais. O meu ponto de vista é que o conceito da relação é feito das diferenças à nossa volta e no mundo mais distante, e que nenhuma diferença, por mais pequena que seja ou possa parecer, deve ser esquecida. Ao fazer-se uso da relação como conceito, o que é que realmente se faz? Afastamo-nos gradualmente da exclusiva ideia do universal e, em última instância, afastamo-nos da ideia da globalização. Para tratar da interconectividade e interdependência, o conceito da relação, como património, parece-me mais útil que a ideia da globalização ou que a noção dos universais.

O universal constitui-se como abstracção e como tal orienta-nos sobretudo para o que é considerado principal, fazendo-nos esquecer a pequena diferença. Contrapõe-se a

isto, a relação, que é total, porque a relação nunca é feita de grandes diferenças. Recorro, a este propósito, ao filósofo-poeta da Martinica, Édouard Glissant (2009, como citado em Diawara, 2009) que, comentando o pensamento caribenho, diz:

na Relação, os elementos não se misturam de qualquer maneira, não se perdem de qualquer maneira. Cada elemento pode manter a sua autonomia, a sua qualidade, mesmo quando se acostuma às essenciais qualidades e diferenças dos outros...A única universalidade hoje é a universalidade das relações que têm por base a diversidade em vez da unidade...Tudo é uma Relação de diferenças... (p. 63)

Comparamos e contrastamos estruturas linguísticas e culturais translinguística e transculturalmente, dando, assim, suporte ao que é cientificamente referido por hipótese whorfiana ou hipótese da relatividade linguística, da autoria dos americanos Sapir e Whorf, que tem a ver com a forma como as pessoas veem o mundo, e como essa forma é determinada total ou parcialmente pela estrutura da sua língua nativa (Whorf, 1940, pp. 207–219). Esta posição, em que intervêm fatores de ordem cultural, social, histórica e cognitiva, advoga que as línguas são produto do seu contexto e que, assim sendo, não se pautam necessariamente por regras universais.

Ao reconhecer-se que o português é uma língua pluricêntrica, não idêntica nas suas variedades metropolitanas, tanto linguística como culturalmente, e ao reconhecer que cada um dos centros cria pressões na direcção da sua variedade – não apenas linguísticas, de natureza fonológica, morfológica, sintática, lexical e discursiva, mas também pressões culturais, de natureza variada – e que estas pressões se aplicam tanto diacrónica como sincronicamente, logicamente se deduz que as influências que o português exerce sobre as variedades emergentes do português nos cinco estados africanos e em Timor, assim como as influências que se exercem sobre as línguas indígenas neles faladas, e sobre as restantes variedades pertencentes ao designado “mundo lusófono” são extremamente complexas. Será necessária muito mais pesquisa para identificar e caracterizar melhor os contornos dessas influências linguísticas e culturais, bem como os impactos que daí possam advir.

Ao decidir que considerandos sobre universais não podem, nem devem, excluir considerandos que tratam das diferenças e sobretudo das pequenas diferenças, a pesquisa sobre a representação de bens patrimoniais no âmbito do património cultural torna-se heurística no propósito e sintética na abordagem; dito de outro modo, a pesquisa adquire foros de natureza sintético-heurística, porque se torna eminentemente inclusiva, não sendo atribuída especial importância a nenhum factor, em particular. Na visão patrimonialista do património cultural (Pereiro, 2006), em que se parte do presente, se revisita o passado, projectando-o para o futuro, os bens patrimoniais representam, no tempo e no espaço, e com idêntico enfoque, tanto formas de vida, como identidades de um determinado conjunto de pessoas. A designação, para mim pacífica, de lusofonia e o conceito a usar numa perspectiva translinguística e transcultural poderia revelar-se aqui um bom exemplo de uma questão relevante do património linguístico-cultural no âmbito deste tipo de pesquisa. *Mutatis mutandis*, o conceito

subjacente à designação de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que se refere aos cinco países africanos falantes de português como língua oficial, encontra aqui certamente o devido espaço para a reflexão e análise, uma vez que no futuro bastará que um dos países adopte uma política linguística plurilingue, que defendo desde sempre (Lopes, 1997), para a designação PALOP deixar de ter sentido.

Por outro lado, ao analisar o conjunto de factores associados ao turismo cultural, podemos investigar apenas um único factor como, por exemplo, o da relação, porque acreditamos que este factor só por si é suficiente para fazer prever o desenvolvimento do turismo cultural, envolvendo-nos, assim, no mundo de uma investigação de propósito dedutivo e com uma abordagem analítica, constituindo-se, pois, numa investigação analítico-dedutiva. Nesta perspectiva “mercantilista” do património cultural, sob forma da produção cultural para o outro – o turista –, o enfoque no que é local e no que constitui diferença, por mais pequena que seja, fará certamente prever reduções no desemprego, incrementos no consumo e a promoção do turismo.

Conclusão

Como é que sugiro que se trate o parâmetro do propósito da pesquisa, que pode ser tanto heurístico, como dedutivo, testando-se hipóteses ou teorias? Por outro lado, como é que sugiro, que se aborde o património numa perspectiva sintética, visando captar a temática, por inteiro? Ou como é que sugiro que se aborde o património numa perspectiva analítica, visando captar uma das partes constituintes da temática? As duas abordagens são válidas e úteis, só que cada uma considera diferentes facetas da realidade do património cultural.

Neste artigo foram tratados dois parâmetros, o do propósito e o da abordagem, que se situam ao nível conceptual da pesquisa. É fundamental tê-los bem esclarecidos, em devido tempo, para que posteriormente o investigador possa, com a necessária destreza e confiança, progredir para o nível operacional, em que precisa de tomar decisões sobre o terceiro parâmetro referente ao grau de controlo e manipulação do contexto da pesquisa, e tomar decisões sobre o quarto parâmetro relacionado com os dados da pesquisa, sua recolha e análise.

A adopção de uma postura transdisciplinar na pesquisa é, em termos metodológicos, uma questão atitudinal, o que significa ser-se bidireccional translinguística e transculturalmente como é, do meu ponto de vista, a natureza da transculturalidade, que considero dever ser proactiva e retroactiva, sempre assente na pequena diferença, e sem nunca ser descurada. Os três factores, designadamente, a reciprocidade, a tautegoria e a relação, utilizados no tratamento de temáticas culturais e linguísticas de um povo, no seu seio, entre povos ou através destes foram, no presente trabalho, considerados relevantes para a pesquisa transdisciplinar do campo do património cultural. Tais pesquisas podem, por vezes, ter uma orientação ecléctica, combinando livremente elementos dos dois tipos do propósito e dos dois tipos da abordagem e, assim, fazer esbater a diferença entre a pesquisa que quantifica o património cultural e a pesquisa que analisa os dados qualitativamente, para além da visão do mundo de

que o investigador é portador, quando investiga o património cultural ou qualquer outro campo.

Referências

- Coleridge, S. T. (1884). *Aids to reflection and the confessions of an inquiring spirit*. George Bell.
- Diawara, M. (2009). Conversation with Édouard Glissant aboard The Queen Mary II. In T. Barson, & P. Gorschlüter (Eds.), *Afro modern: Journeys through the Black Atlantic* (pp. 58-63). Tate Publishing.
- Glissant, E. (2009). Glissant's responses to Manthia Diawara in conversations aboard The Queen Mary II. In T. Barson, & P. Gorschlüter (Eds.), *Afro modern: Journeys through the Black Atlantic* (pp. 58-63). Tate Publishing.
- Kitoko-Nsiku, E. (2005). Como explicar os significados extra-linguísticos ou culturais? *Folha de Linguística e Literatura*, 8, 2-10.
- Kitoko-Nsiku, E. (2007). Mythos and wisdom in Genesis 3: 1-24 revisited from an African tautegorical view. *CLÉ*, Yaundé, Camarões.
- Lopes, A. J. (1997). Language policy in Mozambique: A taboo? In R. K. Herbert (Ed.), *African linguistics at the crossroads* (pp. 485-500). Rüdiger Köppe Verlag Köln.
- Lopes, A. J. (2013). *A batalha das línguas: Perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Editora das Letras. (Trabalho original publicado em 2004)
- Lopes, A. J. (2016). Comunicação translinguística e transcultural com enfoque na linguagem idiomática: Uma análise contrastiva discursiva entre o português, xichangana e inglês. *Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura*, 18(1), 22-36. <http://doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v18n1p22-36>
- Lopes, A. J. (2017a, 10 de agosto). *A linha de demarcação entre as políticas linguísticas nos PALOPs e a tradução da Bíblia: Mais vale um pardal na mão que uma perdiz a voar* [Comunicação de abertura]. Seminário de treinamento e supervisão de tradutores da Bíblia, Joanesburgo, África do Sul.
- Lopes, A. J. (2017b, 12 de setembro). *Cutucando a onça com vara longa: Da transdiscursividade à transculturalidade na lusofonia* [Comunicação de abertura]. 7.º Seminário Internacional de Linguística/III Congresso Interdisciplinar de Cortesia/II Simpósio de Linguística Textual: Discurso e Interdisciplinaridade, São Paulo, Brasil.
- Lopes, A. J. (2017c, 23-25 de novembro). *Globalização, diversidade cultural e lusofonias: Circulação trans-espacial da fala portuguesa e sua relação com outras falas* [Comunicação plenária]. III Congresso sobre Culturas—Interfaces da Lusofonia, Braga, Portugal.
- Lopes, A. J. (2018). O aluno universitário moçambicano PL2 e os caminhos da escrita: Um trilho seguro vale mais do que os dois que puseram a quizumba a mancar. *Revista Linha d'Água*, 31(1), 29-49. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v31i1p29-49>
- Lopes, A. J., Mabasso, E. & Langa, P. (2016). *Com todos os efes e erres: Para um léxico de usos idiomáticos —Português-Inglês-Xichangana/With all the bells and whistles: Towards a lexicon of idiomatic usage—Portuguese-English-Shangaan/Kudlaya Nsuna ni Bawa: Ta Kukongoma marito Ya Kufambelana ni Kutirhisa Svivulavulelo—Xiputukezi-Xinghiza-Xichangani*. Liv. Universitária.
- Lopes, A. J., Siteo, S., & Nhamuende, P. (2013). *Moçambicanismos: Para um léxico do português moçambicano*. Editora das Letras. (Trabalho original publicado em 2002)
- Malinowski, B. (1947). Prefácio. In F. Ortiz, *Cuban counterpoint: Tobacco and sugar*. Duke University Press.
- Ortiz, F. (1947) *Cuban counterpoint: Tobacco and sugar*. Duke University Press.
- Osgood, C. E. (1949). The similarity paradox in human learning: A resolution. *Psychological Review*, 56(3), 132-143. <https://doi.org/10.1037/h0057488>

Pereiro, X. (2006). Património cultural: O casamento entre património e cultura. *ADRA-Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*, (2), 23-41.

Piaget, J. (1970). *Science of education and the psychology of the child*. Orion Press.

Schelling, F.W.J. (2007). *Historical-critical introduction to the philosophy of mythology*. Tradução de M.Richey a partir de palestras proferidas por Schelling em 1842. State University of New York Press.

Whorf, B. L. (1940). Science and linguistics. In B. L. Whorf (1956)(pp. 207-219).

Whorf, B.L. (1956). *Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Massachusetts: MIT Press.

II - Turismo, Desenvolvimento e Comunicação

Turismo: Um Instrumento de Mudanças Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.8>

Ana Maria Pinho Guina

Universidade Politécnica, Nampula, Moçambique
aguina@apolitecnica.ac.mz

José Augusto Guina

Universidade Politécnica, Nampula, Moçambique
jguina@apolitecnica.ac.mz

Resumo

O presente artigo procura desvelar reflexões que colocam o fenómeno do turismo como um agente contributivo para mudanças operadas em cada indivíduo que o pratique e daí ser um vector na transformação da sociedade em que está inserido. Mais do que os benefícios económicos que cada turista leva aos seus destinos, o que ele carrega no seu retorno pode representar um início de uma nova personalidade, no modo como encara a vida e pode influenciar os outros. Para tanto, procurou-se por intermédio de pesquisa bibliográfica apresentar vários conceitos de um turismo que vai para além do modo tradicional de o classificar. Deste trabalho pode-se denotar que a maior “bagagem” que o turista leva consigo é a caracterização do seu destino, o que constitui uma consolidação eficaz e duradoira das novas aprendizagens. O aspecto de enriquecimento cultural vem por acréscimo, visto que o fenómeno de partilha actual de informação permite colocar qualquer indivíduo como um cidadão global. Por outro lado, dado tornar-se incontornável a dicotomia turismo e cultura, esta torna-se uma das maiores dinamizadoras que procura cativar os turistas, atraindo consigo toda a conseqüente situação benéfica económica para as comunidades anfitriãs, com um estágio de bem receber muito bem estruturado.

Palavras-chave

turismo, transformação, sociedade, cultura

Introdução

Com este trabalho procura-se desvelar reflexões que colocam o fenómeno do turismo como um agente contributivo para mudanças operadas em cada indivíduo que o pratique e daí ser um vector na transformação da sociedade em que está inserido.

Mais do que os benefícios económicos que cada turista leva para os seus destinos, o que ele carrega no seu retorno pode representar um início de uma nova personalidade, no modo como encara a vida e influencia os outros.

As vivências expressas de um olhar positivo e de um modo directo pelos residentes aos turistas, através de abordagens espontâneas e descontraídas, carregam consigo um manancial de modos de estar, comportamentos, gostos, orgulho de um povo que, partilhados, poderão influenciar a mentalidade de outros povos.

Para tanto, procurou-se por intermédio de pesquisa bibliográfica apresentar vários conceitos de um turismo que vai para além do modo tradicional de o classificar, tendo em particular atenção Moçambique como um destino turístico. Por outro lado, procurou-se obter de turistas de várias origens o seu sentimento pós-turismo.

Ao apresentar este tema foi diligenciado adequar os conceitos que aspiramos expor neste trabalho. O caso do turismo em Moçambique arrebatou-nos, em certa medida, para as questões relacionadas com a sua importância económica, cultural e social.

O turismo é uma das indústrias mais importantes a nível mundial, ocupando em muitos países do norte¹ um lugar de maior importância na estrutura económica. Os países do sul² procuram também desenvolvê-lo através da inscrição de algumas das suas cidades e lugares nos fluxos do turismo global. Naturalmente, trata-se de um tópico que requer da parte das ciências sociais e do desenvolvimento a necessária atenção, através da implementação de pesquisas guiadas por diferentes perspectivas e enquadramentos teóricos e disciplinares.

Mais do que o tão referido “MacDonald’s”, Wood (citado em Azarya, 2004, p. 949) sugere que o turismo é o melhor símbolo da globalização, devido aos fluxos gigantescos de pessoas e às conexões económicas, políticas e socioculturais que eles implicam. Daqui decorre que os lugares turísticos são contextos sociais magníficos para se compreender o modo como a globalização funciona e faz sentir os seus efeitos, nomeadamente no que se relaciona com os processos de fabricação da cultura, entendida como processo e não como produto (Silva, 2004)³.

1 Conceito de norte e sul global, por Bruno Ayllón Pino (2014).

2 Segundo a definição de Ayllón Pino (2014), trata-se de uma “expressão cunhada no final da Guerra fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte...” pelas diferenças nos indicadores socioeconómicos.

3 Trata-se de conceber a cultura como resultado de processos de construção histórica, logo sujeita às mudanças, incluindo as que estão relacionadas com as interações entre locais e turistas, em oposição a uma visão essencialista e estática.

Objectivos do Estudo

O presente trabalho procurará responder às seguintes questões: (a) qual a importância do fenómeno turístico para a economia de Moçambique?; (b) qual o papel do Estado e do poder político local na dinamização do turismo?; e (c) que medidas deverão ser tomadas e por que actores para que o turismo possa funcionar como um instrumento de desenvolvimento, nomeadamente contribuindo para a redução da pobreza absoluta? E, pelo impulso e dinâmica imposta pela globalização, que turismo se espera no futuro?

A compreensão densa destas questões depende de uma abordagem teórico-metodológica que considere, por um lado, o trajecto histórico do país desde as primeiras iniciativas turísticas, e as articulações entre Estado, turismo e desenvolvimento por outro lado.

Subjacente à actividade turística e às implicações que o investimento no turismo pode assumir a nível regional, a inovação não só surge como factor de consolidação da oferta e procura turísticas, mas também de dinamização económica com carácter estruturante.

Para estimular o desenvolvimento de Moçambique é necessário que haja um planeamento capaz. Com os grandes desafios que se apresentam, o desafio da globalização e das novas formas de organização produtiva, reestruturação urbana e o desafio da inclusão social e das novas formas de governação urbana, como grandes contributos para uma democracia mais participada para o desenvolvimento regional e local. Neste sentido, considera-se que qualquer política de desenvolvimento, em regiões menos favorecidas, deve empenhar-se numa abordagem estratégica, na participação local, na definição de acções e tomada de decisões, para se promover um desenvolvimento participativo e estável no país.

Se partirmos do princípio de que ao se relatarm dados inerentes ao turismo está sempre presente o aspecto humano, seus valores, traços culturais, no caso a culinária, a dança, a gastronomia e as obras artísticas, como sendo actividades que atraem cada vez mais turistas para o território moçambicano, veremos que a preservação e manutenção de um ou outro valor do povo ou da região, está directamente dependente de como a população está estruturada e de como assume o papel que esses valores têm para o crescimento da actividade turística e desenvolvimento local. Por isso, a essência da etnografia é a aprendizagem do modo de vida do “nativo” através da prática em conjunto e da partilha com o próprio, e não a mera recolha de informação. Assim, o etnógrafo trata as pessoas como parceiros de interacção e não como “objectos” de estudo, o que é muito importante para alavancar o desenvolvimento com o envolvimento dos povos locais conscientes de cada uma das acções em curso.

Considerados os objectivos e o quadro conceptual, para a realização deste trabalho foi necessário aprofundar a discussão teórica a partir das referências bibliográficas utilizadas para elaborar o estado da arte. Esta revisão bibliográfica incluiu também

pesquisa de legislação, de fontes primárias e de informação em suporte electrónico. A metodologia assentou na combinação de diversos métodos e técnicas de pesquisa usados habitualmente nas ciências sociais. Trata-se da aplicação de uma estratégia metodológica múltipla, cada vez mais utilizada nas pesquisas no âmbito dos estudos africanos. Nenhum destes métodos e técnicas foi utilizado como contraponto aos outros, mas antes como recurso complementar e “cruzado”. Esta estratégia metodológica múltipla, combinada de forma estreita com a teoria, foi utilizada de uma forma flexível.

O Turismo em Moçambique

A analogia da situação turística moçambicana com países que já se projectaram no desenvolvimento turístico há muitas décadas e com condições de património cultural e histórico muito diversas é irrealista. Contudo, torna-se importante olhar para os países que há uma ou duas décadas se encontravam nos princípios nesta matéria e que hoje, partindo de situações equivalentes, têm já uma posição internacional proeminente.

Pela sua situação geográfica, o país tem grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo e, através disso, toda a economia nacional pode dar um salto em frente, desenvolvendo também os parques com diversos ecossistemas, a gastronomia e o artesanato que, além de ser uma forma de receita, seria um meio ocupacional para os artesãos locais, produzindo com maior qualidade e respondendo a padrões internacionais.

O desenvolvimento é um processo longo que exige uma sequência de esforços, de recursos e uma constante imaginação para que um país periférico saiba encontrar as melhores soluções para destruir os factores de subdesenvolvimento e estimular o crescimento económico. Para tal, dada a dinâmica e exigências do turismo, os seus agentes necessitam de um exercício permanente na sua adequação às realidades e necessidades que forem surgindo.

A componente humana do desenvolvimento é outro aspecto importante, sendo que o investimento no turismo passa pela formação profissional cuidadosa e profunda de jovens escolarizados.

Quando se pensa em turismo, conseqüentemente surge a necessidade de uma reflexão sobre os processos de desenvolvimento que a actividade produz sobre esses locais, dado que o ser humano é parte integrante e indissociável do meio ambiente natural e cultural no qual está inserido. Relacionar turismo com desenvolvimento implica analisar mais do que o simples crescimento económico, visto envolver o deslocamento de pessoas para sítios e lugares onde normalmente vivem outras pessoas, e as mais variadas relações de sociabilidade decorrentes desses deslocamentos.

Através do turismo, Moçambique poderá ter uma multiplicidade de alterações na economia e sociedade com a criação de novas valências e serviços que possam perspectivar novos postos de trabalho, rentabilização do património natural e edificado e

pela valorização dos produtos locais, da gastronomia e do artesanato. De acordo com Beni (1998, p. 26), o produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais transformam a matéria-prima em produto acabado, enquanto outras oferecem seus bens e serviços já existentes.

A mobilidade turística é, em larga medida, impulsionada por aquilo que Appadurai (1990) designa de “imaginação global”: formas subjectivas de imaginação do eu e do mundo, que extravasam a arte, o mito ou o ritual (enquanto domínios de indivíduos carismáticos e de especialistas) e se tornam práticas que informam a vida quotidiana das pessoas comuns. Tais práticas permitem a estas pessoas, como refere Greene (1995, p. 16), construir novas imagens sobre a realidade e olhar para as coisas como se elas pudessem ser aquilo que não são.

Com o fim da guerra, Moçambique incorporou-se de novo nas rotas do turismo, possuindo hoje lugares bem conhecidos dos turistas da África Austral e até de fora desta região, como é o caso do arquipélago de Bazaruto, o Parque Nacional de Gorongosa. Nestes destinos estão presentes o exotismo e a diferença que os turistas europeus tanto apreciam.

Para esta rápida recuperação do sector turístico em Moçambique, o Estado desempenhou um papel fundamental. Como acontece em muitos outros sectores económicos, o Estado funcionou como um dinamizador estratégico do sector turístico, ao definir, por um lado, o quadro político-jurídico em que o sector deve operar, e, por outro, ao reconstruir boa parte das infra-estruturas, nomeadamente aero-portuárias, portuárias, rodoviárias e de telecomunicações, das quais o turismo depende fortemente.

A reflexão crítica sobre o desenvolvimento é importante, particularmente quando vinculada à detecção das causas e relações que o permitem compreender e transformar, tomando sempre em consideração que é uma “realidade”, como sublinha Sardan (1990, p. 189), quando propõe que se estude o desenvolvimento como um fenómeno social. Este tipo de abordagem convoca ao debate as propostas mais recentes de Long (1989, 1992, 2001), de Arce e Long (1999) e de Sardan (1995, 2001) em defesa de pesquisas orientadas para os actores sociais. Tendo contribuído para a renovação dos estudos sobre o desenvolvimento, esta abordagem tem subalternizado, contudo, o papel jogado pelas estruturas sistémicas, sobretudo, quando aparece conjugada com um ecléticismo teórico pretensamente a-ideológico.

Apesar destes reparos, o trabalho tem de ser feito com os cidadãos “beneficiários”, em diálogo com eles, reflectindo sobre as suas racionalidades e fazendo a crítica das suas posições sobre a problemática em causa. Para os africanos, em concreto, o desenvolvimento tem um sentido razoavelmente preciso, mas interpelador, centrado na melhoria das condições materiais de existência (acesso aos bens de consumo de uso massificado e aos serviços básicos, como água, educação e saúde).

Esta aspiração colectiva não implica, de forma mecânica, uma “ocidentalização” cultural dos africanos. Tão pouco estes parecem desejá-la. Conquanto se deva reconhecer a sua importância, o desenvolvimento está longe, obviamente, de se esgotar no

acesso a bens de consumo. De facto, tal como o entende Sen (1999, pp. 3–4), a sua realização depende da expansão de outras liberdades, como as políticas e as sociais. Constatando a contradição entre uma opulência sem precedentes e a negação dos bens essenciais à realização da liberdade para a maioria, Sen (1999) propõe um desenvolvimento “doce”, no qual o crescimento económico é combinado com a melhoria das condições sociais e das liberdades individuais.

Estado, Desenvolvimento e Turismo

A qualidade no sector turístico em Moçambique é um objecto de investigação relativamente jovem, sendo a sua aplicação prática ainda mais recente, e a crescente diversificação da oferta turística, bem como o crescente grau de exigência por parte dos consumidores, têm estimulado o interesse pela investigação do fenómeno da qualidade no sector do turismo.

A construção de um país é um processo cumulativo que, em determinados períodos, permite saltos, mudanças de escala, alterando profundamente o tecido económico, social e político. Isso se dá em momentos históricos próprios, em que se formam mercados de consumo de massa; por isso, Todaro (2002) afirma claramente que o desenvolvimento significa mudança de estrutura nas mais diferentes dimensões da esfera da vida social. Assim, sentimos a necessidade de reflectir em relação às diferentes teorias que norteiam os estudos de desenvolvimento e o papel do Estado.

Deste modo, o papel do Estado se situa essencialmente em dois domínios essenciais: criar condições para que o mercado possa funcionar e fornecer bens que o mercado não pode produzir (Smith, 1985). Smith (1985) considera que existe um sistema de liberdade individual em que o governo não tenha que interferir com as actividades produtivas da população; e o mercado deve funcionar com a mínima interferência do Estado.

Um dos objectivos da visita dos turistas não é só o consumo de bens e serviços, como o alojamento e alimentação, mas sim, em especial, o gozar de uma experiência resultante de factores, como a cultura, os monumentos, a paisagem, as gentes, o clima (Baker et al., 2007). Ora, isto quer dizer que a visita acontece a um local público, cidade, região ou país, o que fundamenta e valida a mediação das respectivas autoridades públicas, tal como fundamenta, na mesma linha de raciocínio, Urry (1995), assinalando que a sociedade de consumo tem uma tendência pós-moderna cuja principal característica é a valorização da diversão, do prazer e da imitação.

Análise dos Fenómenos Turísticos

O fenómeno turístico, processo marcadamente internacionalizado nas suas vertentes sócio-culturais e económicas, constitui um fenómeno por excelência de consumo simbólico num processo que pode ser considerado contraditório de massificação e selectividade. A Organização Mundial do Turismo (OMT), no seu Artigo 1, Ponto

1, defende a ideia de que “o turismo deve estar ao serviço da paz e da amizade e compreensão entre os povos”. O que significa que a compreensão e a promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais, são ao mesmo tempo fundamento e consequência de um turismo responsável.

No âmbito internacional, é de destacar o papel decisivo da OMT na melhoria da qualidade em turismo, pelo peso específico que representa para este sector. A União Europeia tem também demonstrado interesse pela qualidade no sector turístico, especialmente através da preparação de documentos dirigidos para a homogeneização da qualidade dos serviços turísticos, de acordo com os fins da própria organização (Sancho, 1998).

No âmbito nacional, a problemática da qualidade representa também uma das preocupações dos responsáveis do turismo. Senão, vejamos no âmbito da qualidade, à disposição das entidades que operam na área do turismo, constitui uma vertente inovadora neste tipo de financiamentos e traduz-se no incremento de um factor de competitividade relevante para esta área, tentando trazer um conjunto de indicadores e variáveis que permitam monitorizar as questões da qualidade, nos planos regional e local, bem como a promoção de estudos com vista à construção desses indicadores, que permitirão definir estratégias para a melhoria do produto turístico.

Um outro aspecto importante está relacionado com as infra-estruturas, em que Moçambique regista algumas lacunas, no que diz respeito à ausência de uma importante variável de alojamentos informais, bem como a natureza muito diversificada do sector da restauração. Estas lacunas possuem uma capacidade evidente para distorcer a imagem da importância nacional do turismo.

Essa realidade mostra com clarividência que o país deve adoptar estratégias mais ou menos activas que vão desde a capacitação do seu capital humano que é para imprimir uma maior dinâmica na realização das actividades e na prestação de serviços cada vez mais de qualidade ao consumidor, tal como se refere Chiavenato (2006).

Contudo, Moçambique deve encarar a questão da capacitação e parceria na área de formação de recursos humanos para a área turística como um investimento e não uma despesa que se destine acima de tudo a capacitar a equipa de trabalho para reduzir ou eliminar a diferença entre o actual desempenho e os objectivos e realizações propostos.

De entre os sectores apresentados como sendo imprescindíveis para o desenvolvimento da actividade turística, entendemos que o da segurança permite garantir que os turistas possam desfrutar de momentos de lazer e diversão num ambiente de harmonia, tranquilidade e ordem sem interferências que provoquem turbulências na sua convivência.

De seguida, a questão da manutenção da imagem do país que só se torna possível graças a actividades que reflectam a realidade nacional e local, desde manifestos

artesanais, danças e cantos, entre outras, que revelem um nível de organização característico da moçambicanidade. Por fim, o sector que assume um papel bastante preponderante na implementação e maturidade do turismo diz respeito ao de transportes e comunicação.

O Papel do Sector dos Transportes e Comunicação na Promoção do Turismo

Entre os elementos básicos da actividade turística (demanda, oferta, espaço geográfico e operadores de mercado), o transporte é um dos componentes desta cadeia. O turismo por definição implica deslocamentos, e o transporte é o facilitador da relação entre oferta e demanda.

O estudo do fenómeno turístico vai envolver as ideias de globalização, da mundialização da economia, dos meios de comunicação e da chamada modernidade. Também é necessário um maior entendimento do processo de fragmentação com a análise da dinâmica dos movimentos de diferenciação, identidade cultural, valorização do lugar e implantação do desenvolvimento local.

A lógica da globalização e da modernidade aproxima os lugares, os povos, pois possui vocação universalista e cosmopolita; torna os lugares interdependentes no desenvolvimento das actividades industriais, comerciais e nas actividades de lazer (Aulicino, 2001). O turismo se posiciona, na economia mundial, como o sector que apresenta as melhores perspectivas em relação ao alcance dos objectivos de políticas governamentais, particularmente quanto à geração de empregos, à captação de divisas, à desconcentração de rendas, à redução de desigualdades regionais e à melhoria da qualidade de vida das populações.

Para trabalhar com os meios de comunicação no que diz respeito à actividade turística, é necessário entender o marketing turístico, como uma ferramenta desse meio, tal como Coriolano (1998) evidencia:

o marketing turístico actua de modo extremamente versátil. Cria expectativas de sucesso amoroso em locais pretensamente sensuais. Enfim, o turismo pode ter um número variado de opções, desde que se trabalhe bem o consumidor de espaços que, ao serem postos nos circuitos de consumo, se transformam em signos. Daí as comunidades receptoras do turismo criarem uma grande expectativa e entrarem num processo de cosmopolitismo, passando a conviver com cidadãos de vários lugares do mundo, possibilidade esta ampliada pela globalização. (p. 38)

A globalização, ao relacionar o local com o global, cria a oportunidade para o lugar ser visto como um produto a consumir, numa concepção de que o mundo é uma grande loja, onde tudo deve ser consumido, o turista é quem vai optar pelo local a ser visitado, apesar de saber que o marketing é o principal responsável por essa demanda.

O desafio do marketing do turismo está em fazer com que os serviços oferecidos para os turistas satisfaçam os desejos e as vontades desse público e que todas as suas expectativas positivas com relação ao lugar realmente ocorram. Uma das preocupações do governo e dos parceiros sociais é a redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico sustentável, com o reforço do programa no desenvolvimento humano e social, dando apoio ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional, e criando um bom ambiente de negócios muito favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada e incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural, com o objectivo de promoção do emprego e formação profissional.

O turismo é um dos fenómenos que melhor caracteriza o modo de viver das sociedades modernas, constituindo uma consequência das necessidades nos domínios de lazer, da cultura, da religião, da actividade profissional e do conhecimento de outras terras e de outros povos. Pode ser definido de diversas formas, de acordo com os interesses e as percepções das entidades envolvidas, sejam elas associações profissionais e empresariais, sector público, investigadores, entre outras (Costa et al., 2004, p. 2).

Além da natureza colateral e sazonal, entre outros, o turismo tem a sua internacionalização como um dos princípios básicos (Baptista, 1997). Com efeito, parece poder dizer-se que a importância turística de um determinado país é particularmente avaliada em função da capacidade que esse mesmo país tem de atrair turistas e investimentos estrangeiros, no âmbito do turismo.

O processo de desenvolvimento do fenómeno turístico tem sido fortemente marcado pela problemática dos impactos ou efeitos socioculturais do turismo nas comunidades de acolhimento, levando alguns autores a considerá-lo como um processo de difusão do modelo ocidental à escala mundial.

A cultura de massas é também favorecida pela necessidade de separar o trabalho do ócio, estabelecendo os momentos de produção e os de consumo e lazer. O lazer passa a ser entendido como o não trabalho, espaço de fuga, sendo interpretado como o tempo liberado das actividades profissionais, como oposição ao trabalho capitalista (Dumazedier, 2004, pp. 53–63).

Ademais, essa cultura está normalmente associada às novas perspectivas que, estabelecidas em relação ao lazer, configuram-se como uma manifestação distanciada, pois na cultura popular pré-capitalista, a produção e o consumo são imediatos, fazem parte do quotidiano do trabalhador. Já, quando tratamos da cultura de massa, temos uma profissionalização das manifestações, com a distinção entre quem produz, o artista, e quem consome, elemento só possível de ser entendido na sociedade capitalista.

Conclusão

Moçambique tem determinadas potencialidades e constrangimentos para o desenvolvimento da actividade turística. Partindo desses pressupostos teremos que

diagnosticar se há vocação turística do território; se há consolidação da procura com a existência de um potencial de mercado que pode vir a ser atraído pelos recursos de forma a possibilitar a comercialização de produtos turísticos; e por último, se há qualificação da oferta, visto existirem recursos que podem ser valorizados e equipamentos que podem ser criados ou requalificados, a fim de consolidar ofertas turísticas.

Nos últimos anos, este sector passou a fazer parte da agenda política do país tendo em vista alcançar o tão aspirado desenvolvimento. Assim, partindo da análise histórica das origens e expansão do turismo, refletir-se-á sobre os discursos e formas de “produção” do turismo por parte do poder político e do capital privado no contexto daquilo que em Moçambique se designa por “luta contra a pobreza absoluta”.

A concretização de um conjunto de projectos de investimentos, articulados entre si em termos de estratégia de desenvolvimento e sincronismo de execução, deve proporcionar um impacto no emprego, a nível regional, como complemento da implementação dos projectos.

Com estas reflexões espera-se que seja dada uma contribuição relevante nos domínios da formulação de políticas e planos de intervenção ao nível do turismo e na formação e capacitação de técnicos nacionais a diversos níveis, para a reformulação das suas práticas nos programas de desenvolvimento do turismo neste país.

Referências

- Appadurai, A. (1990). Disjuncture and difference in the global culture economy. In M. Featherstone (Ed.), *Global culture: Nationalism, globalization and modernity*. Sage.
- Arce, A., & Long, N. (Eds.). (1999). *Anthropology, development and modernities: Exploring discourses, counter-tendencies and violence*. Routledge.
- Aulicino, M. (2001). *Turismo e instâncias: Impactos e benefícios para o turismo*. Editorial Futura.
- Azarya, V. (2004). Globalization and international tourism in developing countries: Marginality as a commercial commodity. *Current Sociology*, 52(6), 949–967. <https://doi.org/10.1177/0011392104046617>
- Baker, S. M., Holland, J., & Kaufman-Scarborough, C. (2007). How consumers with disabilities perceive “welcome” in retail servicescapes: A critical incident study. *Journal of Service Marketing*, 21(3), 160–173. <https://doi.org/10.1108/08876040710746525>
- Beni, M. (1998). *Análise estrutural do turismo*. SENAC.
- Chiavenato, I. (1999). *Gestão de pessoal: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Campus.
- Coriolano, L. (1998). *Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. Annablume.
- Greene, M. (1995). *Releasing the imagination: Essays on education, the arts, and social change*. Jossey-Bass.
- Pino, B. A. (2014). Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (Ccss). In A. Souza (Ed.), *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. ipea.
- Sancho, A. (1998). *Introducción al turismo*. OMT.
- Sardan, O. (1990). Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas do desenvolvimento. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12, 189–198.

Sardan, O. (1995a). La politique du terrain: Sur la production des donnés en anthropologie. *Ênquete*, 1, 71-109.

Sardan, O. (1995b). *Anthropologie et développement: Essai en socioanthropologie du changement social*. Karthala.

Sardan, O. (2001). Les trois approches en anthropologie du développement. *Tiers Monde*, XLII (168), 729-754. <https://doi.org/10.3406/TIERS.2001.1546>

Sen, A. (1999a). *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press.

Sen, A. (1999b). *Pobreza e fomes - Um ensaio sobre direitos e privações*. Terramar.

Silva, M. (Ed.). (2004). *Outros trópicos - novos destinos turísticos. Novos terrenos da Antropologia*. Livros Horizonte.

Smith, A. (1985). *A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Nova Cultural.

Urry, J. (1995). *Consuming places*. Routledge.

Turismo e Desenvolvimento – Desafios à Comunicação Intercultural

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.9>

Lurdes Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0002-1577-1313>
mlmacedo71@gmail.com

Resumo

De acordo com Duarte (2016), os discursos político e mediático associam o fenómeno do turismo ao facto de os cidadãos viajarem, independentemente do que eles vão fazer no destino para onde se deslocam e dos objetivos que pretendem alcançar. Portanto, deveremos questionar essa associação pela confusão que suscita, a partir da premissa de que imergir num outro mundo que não o nosso não corresponde linearmente à participação na indústria capitalista do turismo. Para tornar apetecível o conjunto de bens e de serviços com que organizam a sua oferta, os promotores da indústria turística operam modificações estratégicas no tecido do território, formatando os lugares e as suas gentes de acordo com as exigências da procura turística. É a partir desta dinâmica que inquiriremos a relação entre turismo e desenvolvimento, convocando os desafios que tal inquirição coloca à comunicação intercultural. Sugerem-se algumas pistas para ultrapassar as contradições entre turismo e desenvolvimento, sobretudo, a partir das possibilidades que nos são oferecidas pelas metodologias participativas e ativas. Daqui decorre uma conclusão que parece ser inevitável: mais do que promover as condições e de reunir os meios para o aumento da riqueza, o desenvolvimento deverá ser um debate amplamente participado sobre o futuro das sociedades.

Palavras-chave

turismo, desenvolvimento, comunicação intercultural

Sobre o Turismo

Na sua “Introdução a uma crítica radical do turismo”, publicada no jornal *Mapa*, a 7 de abril de 2016, P. Duarte propõe uma distinção, sem dúvida pertinente, entre fazer turismo e viajar. No entendimento do autor, os discursos político e mediático tendem a associar o fenómeno do turismo ao facto de as pessoas viajarem, independentemente do que elas vão fazer no destino para onde se deslocam. Assim, e no dizer do próprio autor, “instalou-se a ideia de que viajar e fazer turismo seriam sinónimos” (para. 2).

Contudo, deveremos questionar essa confusão a partir de uma premissa: imergir num outro mundo que não é o nosso, o que é quase sempre uma experiência enriquecedora e até transformadora, não corresponde exatamente à participação na indústria capitalista do turismo. Aliás, P. Duarte (2016) define o turismo “como a indústria que manipula as materialidades de que é composto o território para aí fabricar imagens e experiências vendáveis àqueles que viajam” (para. 4). O autor prossegue a sua reflexão enfatizando que, sob a lógica do turismo, patrimónios e identidades são não só recuperados – o que, em teoria, constituiria uma das suas consequências positivas¹ – como também “inventados de raiz”, a fim de ser criada uma oferta diversificada de produtos e serviços nivelados “pela sua capacidade para atrair e seduzir aqueles que viajam” (Duarte, 2016, para. 4). Com isto, o autor conclui que o turismo – denominado como uma “indústria” no nosso tempo – não é mais do que o modo de viajar próprio do capitalismo.

Assim, para tornarem apetecível o conjunto de bens e de serviços com que organizam a sua oferta, os promotores da indústria turística operam modificações estratégicas no tecido do território, formatando os lugares e até as suas gentes de acordo com as exigências da procura turística. É deste modo que se produzem transformações profundas tanto no património histórico, como nas paisagens e nos hábitos que marcam a cultura e a identidade das comunidades que habitam esses lugares. Em territórios convertidos em destino turístico, os habitantes testemunham assim, no seu quotidiano, a concretização de uma das leis fundamentais da sociedade do espetáculo, ao verem aquilo que era vivido transformar-se numa representação.

Estas transformações produzem, naturalmente, inúmeros efeitos colaterais sobre os quais raramente se considera relevante discutir, sobretudo nas esferas política e mediática. Por isso mesmo, encontros científicos com o fim de inquirir as relações entre turismo, desenvolvimento e promoção da paz, como aquele que se realizou em Maputo, em novembro de 2018, configuram-se como espaços de reflexão crítica necessários para se pensar o turismo na sua relação complexa com o desenvolvimento.

É certo que, para dar início a esta curta reflexão, se recorreu a uma crítica que se intitula a si própria de radical, por sua vez publicada num jornal de informação crítica; mas talvez seja esta a abordagem mais útil se quisermos refletir sobre a relação entre turismo e desenvolvimento, sobretudo, se a situarmos em territórios onde

¹ Todavia, a patrimonialização não deixa de ser também um processo de artificialização.

ambos os fatores da equação se encontram ainda bem distantes de esgotar todo o seu potencial. Sublinhe-se que é precisamente nestes territórios, em que o binómio turismo/desenvolvimento é ainda passível de uma gestão cuidada e sustentável, que as possibilidades de evitar os problemas identificados nos lugares transformados pelo turismo são reais e, de igual modo, desejáveis.

Sobre o Desenvolvimento

Pelo seu lado, o desenvolvimento, longe de constituir um conceito neutro ou de suscitar consenso, é assumido como preocupação coletiva, ficando a cargo dos Estados e das organizações internacionais a definição das políticas e das estratégias para a sua promoção. Nos mais diversos pontos do mundo, estes atores parecem empenhados em diligenciar as condições e em reunir os meios necessários para produzir um aumento da riqueza, enquadrando este esforço nas dinâmicas do sistema capitalista. Todavia, e talvez por isso mesmo, nem sempre o bem-estar das populações é tido em conta como fator nesta equação. Daqui é possível concluir que tanto o turismo como o desenvolvimento não podem ser pensados de forma indissociável do sistema capitalista global.

Contudo, e como bem observa Ribeiro (2018), o desenvolvimento é ainda uma miragem para muitos povos, para muitos países e também para muitas camadas sociais. Apesar do investimento em consecutivos planos de desenvolvimento, os objetivos definidos para os mesmos continuam a focar-se em necessidades tão básicas como a eliminação da fome ou da pobreza. O mesmo autor adverte, logo de seguida, para o facto de o desenvolvimento, mesmo na sua formulação “sustentável”, não ter sido ainda capaz de dar resposta adequada aos problemas provocados pelo capitalismo, como, por exemplo, o esgotamento dos recursos naturais ou as alterações climáticas.

Desta forma, o desafio que nos é colocado, quando pensamos no desenvolvimento que se deseja para um mundo idealmente sustentável, parece configurar uma missão quase impossível: compatibilizar o bem-estar das sociedades humanas com as possibilidades ecológicas do planeta e, ao mesmo tempo, promover uma efetiva redução das desigualdades.

O debate em torno deste desafio ganharia outra amplitude se as diversas centralidades analíticas que produz – e que se apresentam sob o espectro da fragmentação – fossem vistas, ao invés, de forma integrada. Na realidade, estas centralidades analíticas acabam por se excluir mutuamente, fazendo tardar a resolução dos problemas dos países em desenvolvimento, num mundo cada vez mais global e interdependente. Para este estado de coisas poderão ser apontadas duas razões de fundo: por um lado, o peso das fronteiras científicas e das diferentes tradições disciplinares que concorrem neste debate; por outro, o facto de o mundo complexo que hoje nos é apresentado resultar de um longo processo de colonialismo europeu que, quer seja historiado pelo ex-colonizador, quer seja historiado pelo ex-colonizado, nunca poderá constituir uma história edificante, tal como enfatizou Said (1993/2011).

Turismo e Desenvolvimento Sob a Ótica da Comunicação Intercultural

É neste quadro de fragmentação e de pós-colonialidade do debate sobre o futuro do desenvolvimento que a comunicação intercultural pode exercer um papel diferenciador, conduzindo a reflexões aprofundadas numa lógica transdisciplinar. Tal como a entendem Cabecinhas e Cunha (2008), a comunicação intercultural acolhe as diversas leituras despoletadas pelas múltiplas dinâmicas de relação entre pessoas, bens e ideias. A partir desta perspetiva, é possível dar forma a uma narrativa crítica capaz de dar conta de realidades processuais em que se cruzam participantes de várias etnias, religiões e culturas, sem esquecer as condições de desigualdade com que estes interagem, as fronteiras que entre eles se interpõem e, finalmente, a enorme distância que separa as suas inter-relações reais de uma eventual convergência de interesses. Será então a partir da perspetiva da comunicação intercultural que se apresentarão adiante algumas pistas para a reflexão sobre a relação entre turismo e desenvolvimento.

E porque é no quadro do capitalismo que devemos equacionar este binómio, comecemos por questionar a comunicação intercultural, ou a falta das funções que esta poderia exercer, ao nível da criação de valor em projetos de planeamento estratégico para o desenvolvimento. Tome-se por exemplo a comunicação destinada a tornar um território mais competitivo, com o objetivo de atrair investidores, eventos e turistas. A experiência dos profissionais dedicados a esta área tem revelado que tal comunicação só é eficaz quando, para além da identificação das parcerias e dos destinatários das diversas ações, são escolhidas as formas mais adequadas para promover a sua adesão e capacitação, bem como a assunção de compromissos para o futuro. Qualquer plano estratégico de desenvolvimento, que implica normalmente uma operacionalização baseada na cooperação interinstitucional e no envolvimento das comunidades, deve refletir sobre os meios a adotar para garantir uma comunicação efetiva, fazendo-a perdurar por períodos temporais adequados, ou seja, não se limitando à comunicação de processo. Esta comunicação começa a construir-se durante a fase de planeamento, suportando-se nele e acrescentando-lhe informação relevante, a partir da criação de plataformas de concertação e de mecanismos de monitorização e de avaliação abrangentes, que atendem quer às realizações (na ótica de quem implementa), quer aos resultados e aos impactos (na ótica dos destinatários).

Sem a participação efetiva das comunidades que habitam os territórios onde o desenvolvimento é induzido pelo turismo, não é possível planejar, operacionalizar e obter resultados ao nível da sustentabilidade e do bem-estar de todos os atores desta relação. Veja-se, a título de exemplo, o que se passa com alguns processos de patrimonialização, em que as comunidades se revoltam por se sentirem espoliadas de bens que originalmente eram só seus. Portanto, a proposta é a de pensarmos a comunicação intercultural assente na eficácia, o que remete para a utilização de metodologias participativas.

Valerá então a pena questionar as funções sociais da comunicação em projectos de desenvolvimento, nomeadamente aqueles que aqui interessa analisar, ou seja, os que promovem o desenvolvimento por via da indução do turismo. Podendo ser utilizada a diversos níveis nestes contextos, a comunicação é tida em conta, a maior parte das vezes, mais pela sua natureza instrumental do que pela sua natureza transformadora face aos processos de intervenção e aos objetivos de mudança. O mesmo é dizer que os efeitos da persuasão são largamente mais explorados do que as virtudes da capacitação, quando se intervém em comunicação para o desenvolvimento. Com efeito, tanto a norte quanto a sul, são privilegiadas grandes campanhas de comunicação persuasiva sobretudo junto a comunidades tradicionais ou excluídas dos circuitos de comunicação e de poder, com vista à sua mudança comportamental, em detrimento da utilização de técnicas participativas capazes de envolver e de comprometer essas comunidades na construção do seu próprio futuro. Portanto, uma outra proposta para pensarmos a comunicação intercultural é a de a basearmos na capacitação, o que remete para a utilização de pedagogias ativas.

Deste curto exercício de reflexão e de questionamento resulta uma ideia que parece ser central para o futuro do debate que aqui nos mobiliza: mais do que promover as condições e reunir os meios para o aumento da riqueza, por exemplo, por via da intensificação do turismo de massas, atividade na qual o grosso do capital gerado está muito longe de ser distribuído equitativamente pelas populações residentes, o desenvolvimento deverá ser, antes de mais, um debate amplamente participado sobre o futuro das sociedades.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020. É também apoiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (n.º 333162622) no contexto do projeto *Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*

Referências

- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2008). Introdução. Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural. Perspetivas, dilemas e desafios* (pp. 7-12). Campo das Letras.
- Duarte, P. (2016, 7 de abril). Introdução a uma crítica radical do turismo. *Mapa*. <http://www.jornalmapa.pt/2016/04/07/introducao-a-uma-critica-radical-do-turismo/>
- Ribeiro, F. B. (2018). *Uma sociologia do desenvolvimento*. Húmus.
- Said, E. (2011). *Cultura e imperialismo* (D. Bottman, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1993)

Identidade e Cultura. As Identidades Culturais num Mundo Globalizado. A Lusofonia Enquanto Possibilidade Intercultural

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.10>

Vitor de Sousa

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0002-6051-0980>
vitorde Sousa@ics.uminho.pt; vitorde Sousa@gmail.com

Resumo

O significado de cultura é impossível de ser fixado de um modo único, o mesmo acontecendo com o de identidade. Não será por acaso que ambos são declinados no plural. Para Stuart Hall (1992), foi graças à homogeneização cultural decorrente da globalização que as teorias da identidade se estilhaçaram. Já Homi Bhabha (1994/1998) colocara em causa o essencialismo de categorias, nomeadamente na definição do espaço da cultura, enquanto detalhe periférico e secundarizado que faz reconsiderar todo o sistema. Como acontece no quadro *Paisagem Com a Queda de Ícaro* (cerca de 1558), de Pieter Bruegel, em que as pernas do filho de Dédalo, quando por fim se dá por elas, evidenciam uma morte por afogamento, sem que ninguém sequer note a tragédia em curso. O que faz com que Bhabha questione sobre quem é hoje a testemunha moral do sofrimento humano, sendo essa uma das perguntas que a cultura pode lançar ao mundo (Rato, 2015). Este artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre identidade e cultura, observando de que forma as identidades culturais se situam num mundo globalizado, olhando para a lusofonia enquanto possibilidade intercultural, transcultural, crítica e inclusiva, por oposição à globalização cosmopolita.

Palavras-chave

cultura, identidade, globalização, lusofonia, interculturalidade

Introdução

Para se falar sobre a existência de uma eventual centralidade da cultura, torna-se necessário deixar para trás a ideia de verdade absoluta (Hall, 1997). O conceito de cultura tem várias aceções, sendo problematizado e reformulado constantemente, tornando a palavra complexa e impossível de ser fixada de modo único. O mesmo acontece com a identidade, declinando-se, não por acaso, esta, também, no plural. Na atual crise de paradigmas, o plano identitário integra um processo mais amplo de mudança que abalou os quadros de referência que antes pareciam dar aos indivíduos uma certa estabilidade. As teorias da identidade foram estilhaçadas, estando estas em processo de desintegração por via da homogeneização cultural decorrente do processo de globalização.

A “globalização intercultural e transcultural” pode, no entanto, contrariar a “globalização cosmopolita”, por via de uma globalização do que é diverso, do que é diferente, como acontece no caso da lusofonia (Martins, 2017). A memória deve, assim, ser preservada de forma equilibrada, evitando que a eventual amnésia e a indiferença não se tornem perigosos ingredientes de uma qualquer barbárie, e para que o ressentimento (Ferro, 2009) não ocupe o lugar da humanidade.

É a aceitação do “outro” que, de resto, há de determinar o começo de uma dimensão ética, como refere Umberto Eco (1997/1998). Trata-se, por conseguinte, de um “outro” que será entendido como uma realidade sociológica, que integre todos os elementos resultantes da diversidade cultural, mas também aqueles que estabelecem laços, à escala das sociedades.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre identidade e cultura, observando de que forma as identidades culturais se situam num mundo globalizado, olhando para a lusofonia enquanto possibilidade crítica e inclusiva que não passe pelo apagamento ou negação de partes da história (Martins, 2015, 2017; Sousa, 2013, 2015, 2017).

Culturas e Identidades

É uma constatação primária a existência de conceitos, servindo estes para uma representação geral e abstrata de determinada realidade. De que seriam preenchidos, afinal, os dicionários se eles não existissem? As conceptualizações são, no entanto, muitas vezes, problemáticas. A não satisfação com uma delimitação específica faz com que se enverede por caminhos com propostas explicativas polissémicas (fazendo toda a diferença o contexto em que são aplicadas), ou declinadas no plural, como que a sublinhar um potencial interpretativo que vai para além do que está “convencionado” na dicionarização.

Almeida Garrett (1846/1972), nas suas *Viagens na Minha Terra*, mostrava-se cético no que respeita à relação existente entre as palavras e as coisas, ao pretender “afectar nas palavras a exactidão, a lógica, a rectidão, que há nas coisas”, no que sublinhava ser “a maior e mais pernicioso de todas as incoerências” (p. 171). E mesmo que o

filósofo Ludwig Wittgenstein (1958) sublinhe que o sentido que se dá às palavras seja o seu uso, torna-se necessário uma contextualização para evitar eventuais equívocos. Já Umberto Eco (1983) chamara a atenção para o facto de os dicionários e as enciclopédias não coincidirem com as noções teóricas enquanto categorias de uma semiótica geral. Afinal, se os conceitos servem para propor interpretações, o facto de serem constantemente postos em causa pode ter em vista um ajuste à visão de quem tem explicações diferentes das que são propostas pelos manuais especializados (Sousa, 2016). É isso que acontece em relação à fixação dos conceitos de “cultura” e de “identidade”.

De facto, o conceito de cultura tem várias aceções, sendo a mais corrente aquela que é utilizada na antropologia, segundo a qual é entendida enquanto totalidade de padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano. Não obstante tivesse sido a partir da formulação de Edward Tylor (1871) que a noção de cultura tivesse passado a ser fixada como “um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (p. 1), isso não estancou a sua proliferação interpretativa. A definição de Tylor foi constantemente problematizada e reformulada, tornando-a num conceito extremamente complexo, variando a sua proposta interpretativa consoante a área do saber em questão. Ou, como sublinha Ralph Linton (Linton & Wagley, 1971): lido como termo geral, em que significa herança social da humanidade; ou, num sentido mais estrito, em que uma cultura se refere a uma variante da herança social. O que quer dizer que a cultura é composta de um número diverso de culturas, diretamente proporcional às características de determinado grupo de indivíduos.

Existem, assim, muitas definições de cultura, com alguns autores a associarem o conceito à esfera das ideias (e.g., Bronisław Malinowski, 1944/2009; Franz Boas, 1982; ou, como já vimos, Linton & Wagley, 1971); aos comportamentos (e.g., Alfred Kroeber & Clyde Kluckhohn, 1952); ou à simbolização do comportamento, onde se inclui a vertente cultural da cultura (e.g., Leslie White, 1959/2009).

Só Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn (1952), por exemplo, encontraram mais de 160 definições diferentes para o termo cultura. Clifford Geertz (1973/1989) olhava para essa multiplicidade de forma negativa, mostrando-se adepto da fixação de um conceito único. Definiu-o, assim, como sendo um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, enquanto “sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (Geertz, 1973/1989, p. 66). Ora, segundo Max Weber (1989), falar dos diversos conceitos de cultura, implica referir que as definições “variam na medida em que se coloca uma tónica sobre a dimensão subjectiva da cultura”, como é o caso da presença dos aspetos referentes aos valores, modelos de comportamento, critérios normativos interiorizados, ou ainda sobre “o carácter (...) objectivo”, que as formas culturais assumem enquanto memória coletiva ou tradição codificada e acumulada no tempo (p. 34).

No livro *O Processo Civilizador*, Norbert Elias (1939/1990) analisa a história dos costumes, concentrando-se nas mudanças das regras sociais e no modo como o indivíduo as percebia, modificando o comportamento e sentimentos. Mostra que os hábitos parecem colocar-se num certo estágio de uma determinada evolução, procurando provar que, desde a Idade Média, as classes dirigentes foram lentamente modeladas pela vida social, e a espontaneidade deu lugar à regra e à repressão na vida privada, o que terá possibilitado o surgimento da dicotomia entre “cultura erudita” e “cultura popular”.

Georg Simmel (1911/1988) foi dos primeiros críticos ocidentais a pensar o futuro da cultura na era da técnica, relacionando-o com a crise da própria cultura, para a qual já tinha alertado Nietzsche (1872/1992). Por isso é que, por ter sido fortemente associada ao conceito de civilização no século XVIII, ela se confunde muitas vezes com noções como desenvolvimento, educação, costumes, etiqueta e comportamentos de elite. Essa confusão entre cultura e civilização foi comum, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, em França e em Inglaterra, onde cultura se referia claramente a um ideal de elite. Para Jean Cazeneuve (1976/1978), porém, é necessário precisar o contexto no qual se emprega a palavra “civilização”, para que se precisem, igualmente, as consequentes relações entre civilização e cultura. O que quer dizer que, na linguagem mais corrente, “civilização” associada a um juízo de valor “qualifica favoravelmente as sociedades e supõe que existam, inversamente, povos não civilizados ou selvagens” (Cazeneuve, 1976/1978, p. 27); o que significa que a palavra foi “muito naturalmente empregada num contexto colonialista, até mesmo imperialista, para designar a cultura europeia, ocidental, superior às outras, de uma maneira absoluta” (Cazeneuve, 1976/1978, p. 28).

Através da antropologia foram promovidas diversas tentativas no sentido de libertar a noção de civilização de todos os seus juízos de valor, muito embora Cazeneuve (1976/1978) advogasse que, neste aspeto, isso não terá sido conseguido tão facilmente como no que diz respeito à cultura, salientando ser bastante fácil fazer admitir que todo o povo tem a sua própria cultura. Mas, a menos que se identifique pura e simplesmente cultura e civilização, defende que “é mais embaraçoso aplicar este último termo a qualquer espécie de sociedade” (Cazeneuve, 1976/1978, p. 29). Como assevera António Guerreiro (2018), “a reivindicação da *Kultur* contra a *Zivilisation* (vista com desconfiança como ideia muito francesa)” (para. 3), ou a “a defesa da ‘cultura espiritual’ e enraizada contra o cosmopolitismo e universalismo da ideia de civilização, democrática na sua essência” (para. 3), consubstancia a grande complexidade do par dicotómico civilização/cultura. Ou seja: a civilização por oposição à cultura, através da tradição romântica alemã.

A cultura tem como pressuposto imprescindível a compreensão elaborada da sociedade contemporânea. Para que isso aconteça, Dietrich Schwanitz (1999/2006) sublinha que isso só será possível através do contraste com a sociedade tradicional da Europa, anterior à revolução industrial. “A cultura sempre foi encarada como a forma de nos entendermos a nós próprios”, sendo por isso “imprescindível termos uma ideia aproximada das categorias em que uma pessoa (...) se descreve a si própria e justifica a sua actuação” e sem as quais “não ganhamos acesso a formas desenvolvidas

e de auto-reflexão” (Schwanitz, 1999/2006, pp. 512–513). Ou, como refere Isabel Ferin (2009), a cultura não é algo de estático, uma vez que é composta por heranças espirituais, por crenças religiosas, por manifestações da atividade humana, que estão relacionadas de forma direta com as condições económicas, políticas e sociais de cada ser humano e de cada comunidade. Por isso é que defende que os desafios a que esta realidade está exposta são muitos e contraditórios: “se, por um lado, a comunicação - e principalmente a comunicação na sua forma globalizada se apresenta como um grande instrumento para o diálogo entre os homens e as culturas” (Ferin, 2009, p. 148), a concentração e a apropriação desses instrumentos na mão de poucas empresas, “tende a torná-la um instrumento de dominação ideológica, massificação de consumos e estilos de vida, restringindo o direito à diferença cultural e fragilizando as identidades dos menos favorecidos” (p. 148).

Já Homi Bhabha (1994/1998) rejeitara a aceitação do conceito tradicional de cultura que era veiculado pelo mundo ocidental, por se sustentar, na sua totalidade, de conteúdos canónicos, salientando que a cultura carece de ser vista como uma produção desigual e incompleta de significação e valores. Em constante transformação, por conseguinte, constituindo uma estratégia de sobrevivência que é transnacional e tradutória. Neste caso concreto, Bhabha referia-se a uma forma de imitação, embora numa lógica em que a prioridade não seria dada ao “original” para que fosse reforçada, uma vez que o “original” nunca estará acabado, mas aberto à tradução, uma vez que não constitui nunca uma essência totalizante. A própria prática tradutória colabora como importante ferramenta de impulso para que as culturas não se limitem às suas fronteiras geográficas. Bhabha não procura a substituição de um discurso hegemónico por outro marginalizado, mas a instauração de um processo agonístico e antagonístico, trazendo ao de cima um novo modo de conhecimento para a era pós-colonial, assente na heterogeneidade, numa troca dinâmica entre o “eu” e o “outro”, deixando de parte os essencialismos, ou a existência de identidades “puras”, já que todas elas são encaradas como necessariamente híbridas (Bhabha, 1994/1998).

A problemática das identidades constitui, de resto, um modismo, que se observa tanto no discurso sociológico como na prática social, como assinala Albertino Gonçalves (2009), que chama a atenção para algum incómodo no recurso à noção de identidade como ferramenta ou conceito operatório, de que o sociólogo destaca três efeitos: de reificação, de desdialética e de dominação. Que remetem, assim, para essências, estando estas ligadas a Estados (e.g., lusitanidade [portugalidade]) ou a destinos (e.g., V Império), “absolutizam o que é relativo, substantivam o que é relacional, fundamentam na natureza ou no mito o que é histórico”, propiciando efeitos de reificação (Gonçalves 2009, p. 61). Evidencia que, “uma vez (pre)dita, à entidade resta-lhe cumprir a predição”, o que sustenta através do princípio de W. I. Thomas relativo às predições criadoras, segundo o qual “uma crença falsa nos seus fundamentos, pode revelar-se verdadeira nas suas consequências” (Gonçalves, 2009, pp. 61–62). É nesse sentido que refere que “os discursos de identidade tendem a suspender ou a exorcizar a negatividade”, e “tanto a hétero-identificação, que categoriza o outro, como a autoidentificação, que reconhece o semelhante, diluem e atropelam a diversidade” (Gonçalves, 2009, p. 62). Sendo construídas socialmente, e tendo um

recorte que não é consensual, “as identidades (...) envolvem bricolages ideológicos” (Gonçalves, 2009, p. 63). Sublinha que as construções identitárias podem, por isso, ser mais ou menos bem-sucedidas, o que varia conforme os casos e as circunstâncias, chamando a atenção para que se não esqueça de “que relevam de estratégias de poder que, operando com arbitrários culturais, implicam o recurso à violência simbólica” (Gonçalves, 2009, p. 63). O que quer dizer que, sendo “relativas e questionáveis”, as propostas identitárias tendem a converter-se, pela fé e pela crença, em princípios absolutos; o que faz com que, de novo, se reencontrem “a alquimia da dominação e o efeito de reificação. O meio ultrapassa o fim e a essência trava a potência” (Gonçalves, 2009, p. 63). Sendo que, como facilmente se conclui, as identidades não podem ser reificadas.

Manuel Castells (1997/2007) define identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” observando, no entanto, tratar-se de um conceito que resulta de um “processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qua(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (pp. 2–3). O que quer dizer que um indivíduo pode ter identidades múltiplas, que fazem com que essa pluralidade seja fonte de tensão e de contradição. Nesse sentido, sublinha que, do ponto de vista sociológico, “toda e qualquer identidade é construída” estando o problema relacionado com a forma como é feita essa construção (Castells, 1997/2007, p. 4). Ou seja, o significado atribuído à identidade será reorganizado em função das tendências sociais e dos caminhos culturais existentes na sua estrutura social. Observa Castells (1997/2007) que a construção social da identidade se realiza, na maior parte das vezes, num contexto que resulta de relações de poder e que é determinada pelo conteúdo simbólico dessa mesma identidade. Assim, propõe três formas e origens de construção de identidades: (a) identidade legitimadora, “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação”, aplicando-se a várias teorias do nacionalismo; (b) identidade de resistência, “criada por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas (...) pela lógica da dominação”; e (c) identidade de projeto, “quando os actores sociais (...) constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade” (Castells, 1997/2007, pp. 4–5).

Tendo por base a ideia de que as identidades criadas a partir do Renascimento e do Iluminismo estão em declínio, perante a compressão evidenciada no binómio espaço-tempo, o que provocou a fragmentação do sujeito e a consequente ideia de crise pelo descentramento das identidades, Stuart Hall (1992) avança com três concepções de identidade: a do Iluminismo, centrada no indivíduo; a do sujeito sociológico, traduzida na crescente complexidade do mundo moderno e na interação do indivíduo com a sociedade; e a identidade do sujeito pós-moderno, que encerra a fragmentação do sujeito e as suas várias identidades, que não são permanentes nem fixas.

A maior parte das perspectivas das teorias das identidades assenta na existência de um sentimento cultural comum entre os membros de uma mesma nação, que decorre da existência de um passado que se cruza com e entre eles, podendo mesmo estar ligado a uma etnia dominante, criado sobre tradições (inventadas ou reapropriadas),

mitos e lendas fundadores, bem como da tradição oral. Desde os anos 60 do século XX que se vive numa era assente no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, com o conseqüente incremento da velocidade e da alteração do conceito de tempo. A fragmentação subsequente e a integração de novas realidades desembocou na crise de paradigmas (Lyotard, 1979/1986; Martins, 2011).

A Identidade Cultural

A identidade cultural é a forma como um indivíduo vê o mundo e como se posiciona em relação a ele, tendo que ver com a formação da identidade do sujeito em relação ao seu contexto cultural. Trata-se de um conceito muito discutido no quadro das ciências sociais e humanas sendo, por isso, bastante complexo. É que, ao mesmo tempo em que são sublinhadas as dimensões interiores do indivíduo, como os seus desejos e vontades, também é interiorizada a sua dimensão exterior, que abrange, por exemplo, valores como as normas e a língua. Já o adjetivo cultural está ligado à ideia de saber, pelo que as duas palavras juntas significam “saber reconhecer-se”. De facto, muitas das questões do mundo cultural contemporâneo estão ligadas à identidade, pelo que não será de estranhar que a discussão sobre a identidade cultural acabe influenciada por problemáticas tidas como adquiridas – sobre o lugar, o género, a raça, a história, a nacionalidade, o idioma, a orientação sexual, a crença religiosa ou a etnia –, mas que se encontram num processo de fragmentação.

No desenvolvimento das sociedades modernas, houve muitos teóricos que associavam ao avanço das transformações económicas, tecnológicas e políticas uma grande perigosidade sobre determinados grupos sociais, propondo, como combate a essa ameaça, a preservação de certas práticas e tradições. Porém, o conceito de identidade cultural começou a ser questionado por algumas teorias culturais desenvolvidas no quadro das ciências sociais e humanas, colocando em causa essa perspetiva. Dessa forma, a ideia de que a identidade cultural não pode ser reificada, entendida como um conjunto de valores fixos e imutáveis que definem o sujeito e os grupos do seu meio social, passou a ser uma ideia que, embora não seja totalmente pacífica – bastando observar as dinâmicas constante dos média –, é hoje aceite na academia, sublinhado que a identidade não pode ser reificada. E, tal como a cultura, não é algo que seja imutável, estando em constante evolução e mutação de acordo com as experiências vividas por um indivíduo em sociedade.

Para a sociologia, a cultura é formada por um conjunto de características que o sujeito aprende em convívio social. É frequente discutir-se a cultura e a sociedade como se fossem dimensões desligadas, apesar de Anthony Giddens (2001/2009) defender que estão claramente interligadas. O conceito de cultura refere-se aos aspetos das sociedades humanas apreendidos e não herdados, sendo certo que as normas e os valores culturais mudam frequentemente ao longo do tempo. O sociólogo salienta mesmo que o que une as sociedades é o facto de os seus membros se organizarem em relações estruturadas segundo uma cultura única, pelo que “as culturas não po[ssam] existir sem sociedades” (Giddens, 2001/2009, p. 22). Mas, do mesmo modo,

nenhuma sociedade pode existir sem cultura, sendo certo que as normas e os valores culturais mudam frequentemente ao longo do tempo. A cultura de uma sociedade engloba, por conseguinte, tanto os aspetos intangíveis – as crenças, as ideias, os valores que constituem o teor da cultura – como os aspetos tangíveis – os objetos, os símbolos, ou a tecnologia que representam esse conteúdo. Podendo os valores, mesmo no seio de uma sociedade ou comunidade, ser contraditórios e entrarem em conflito.

É por causa da globalização que Anthony Giddens (2001/2009) sustenta que as mudanças por que o mundo passa estão a tornar as diferentes culturas e sociedades muito mais interdependentes do que se pensava antigamente: “à medida que o ritmo da mudança acelera, o que acontece em determinado ponto do mundo pode afectar directamente outras regiões” (p. 45). Nesse sentido, o sistema global não é apenas um contexto no qual determinadas sociedades mudam e se desenvolvem, sendo que os laços económicos, sociais e políticos que ligam entre si os países condicionam decisivamente o destino dos cidadãos de qualquer deles.

No passado, as identidades eram mais conservadas devido à falta de contacto entre culturas diferentes. Com a globalização, isso mudou, fazendo com que as pessoas interagissem mais entre si e com o mundo ao seu redor, incrementando uma aparente diversidade, mas que acaba por ter um recorte monolítico já que é mimetizado em qualquer parte do globo. Stuart Hall (1992) já sublinhara a ideia de que as identidades nacionais estão em processo de desintegração em consequência da homogeneização. O que veio consubstanciar a ideia de Berger e Luckmann (1966/1999) de que a identidade de um indivíduo está sujeita a uma luta de inscrição em realidades por vezes conflitantes. Zygmunt Bauman (1999/2001) referiu-se a uma “modernidade líquida” em que as identidades também são instáveis, tornando-se híbridas e deslocadas de qualquer vínculo local. Para minimizar o problema da crise de identidade, Francis Fukuyama (2018) vaticina ser necessário alargar o espectro conceptual das próprias identidades, definindo “identidades nacionais mais amplas e mais integradoras que tomem em conta a real diversidade das sociedades democráticas existentes” (p. 147).

É a partir de um conceito de fronteira como espaço de articulação que Homi Bhabha (1994/1998) promove a reformulação de vários outros conceitos como nacionalismo, representação e resistência e define a complexidade da relação colonial com base em categorias como ambivalência, hibridação e intersticialidade. A influência do autor foi crescendo através das lógicas de descentramento que põem em causa o essencialismo de categorias, nomeadamente, na definição do espaço da cultura como um “entre-lugar” (*in-between*).

Neusa Bastos et al. (2008) olharam para a diversidade dos países lusófonos privilegiando o hibridismo desenvolvido por Bhabha, sublinhando-o em relação à identidade, mas também face à possibilidade de existência de “outros hibridismos, uma vez que as identidades são construídas através de relações das diferenças, sem uma hierarquia imposta” (p. 9). As autoras chamam a atenção para o facto de todas as formas de cultura estarem, de alguma maneira, relacionadas, sendo que todas são articuláveis. Nesse

sentido, é rejeitada a possibilidade de haver culturas que se completem a si mesmas, uma vez que todas as outras podem contrariar a sua autoridade: “o original, se existe realmente algum, estará sempre aberto à translação, é sempre inconclusivo, é sempre passível de imitação” (Bastos et al., 2008, p. 9). Utilizam o conceito de “tradução cultural” (caro a Bhabha, como já vimos), no sentido de permitir a descodificação “das diásporas multiculturais do mundo pós-colonial” e justificam-no com o facto de que os seus integrantes “têm um sentimento de ‘estar dentro/estar fora’, pois implica um processo interminável de apropriação, assimilação, adaptação, acomodação, além de, talvez o mais difícil, o processo de negociação das diferenças do outro” (Bastos et al., 2008, p. 9). Dessa forma, a cultura lusófona é entendida como uma totalidade que abarca os padrões sociais e comportamentais transmitidos e que, “refletidos na língua portuguesa, influem não só na cultura, mas também nas diferenças linguísticas” (Bastos et al., 2008, p. 10). Em direção contrária segue Michel Cahen (2013), que defende que a cultura lusófona não existe, pois não existem culturas que possam ser assim classificadas (enquanto lusófonas) pelo simples facto de “utilizarem a mesma língua” (p. 297).

A Lusofonia Enquanto Possibilidade Intercultural por Oposição à Globalização Cosmopolita

Na mitologia grega, Dédalo teria sido um dos homens mais criativos e habilidosos de Atenas. Foi ele quem projetou, por exemplo, o Labirinto de Creta, a pedido do rei Minos, que serviu para aprisionar o Minotauro. Só que Dédalo entrou em choque com o monarca, tendo este ordenado que ele e seu filho, Ícaro, fossem colocados numa ilha de onde não podiam fugir sem a sua autorização. Dédalo começou então a imaginar uma fuga, tratando de construir umas asas para ambos poderem escapar pelo ar, uma vez que por terra e por mar isso se revelaria impossível. Logo que o trabalho ficou pronto e, depois de experimentar o invento, ensinou Ícaro a voar, advertindo-o de que deveria fazê-lo nem muito próximo do sol, para que o calor não derretesse a cera que colava as penas, nem tão baixo, de forma a que elas não se molhassem. Só que Ícaro ficou deslumbrado com o sol, voando em sua direção, esquecendo-se rapidamente das orientações de Dédalo. A cera das asas derreteu e logo Ícaro se estatelou no mar, morrendo afogado.

O pintor renascentista Pieter Bruegel, que ficou conhecido como “o velho”, pintou um quadro que batizou de *Paisagem Com a Queda de Ícaro* (cerca de 1558), que retrata o drama de Dédalo a observar, impotente, a morte do filho¹. Homi Bhabha (1994/1998) sustenta que a pintura nos deve fazer pensar, ou não fosse o lugar de testemunha um dos lugares de sempre da cultura. No quadro, retrata-se a morte de Ícaro, caído do céu a afogar-se solitariamente no mar sem que se dê conta do que está a acontecer, num pormenor quase impercetível. A obra está feita, supostamente, na terrível perspectiva de Dédalo, a observar impotente, a desgraça do seu próprio filho. Através do

¹ Trata-se de uma pintura a óleo sobre tela (73,5 × 112), que está patente nos Museus Reais de Belas-Artes da Bélgica, Bruxelas (“Paisagem Com a Queda de Ícaro”, 2020).

quadro, Bhabha refere que uma das perguntas que a própria cultura pode lançar ao mundo é sobre quem é hoje, afinal, a testemunha moral do sofrimento humano. Para além disso, pergunta se a cultura não será o detalhe periférico e secundarizado que nos faz reconsiderar todo o sistema (Rato, 2015).

Como assinala Guilherme d'Oliveira Martins (2007), a memória deve ser preservada de forma equilibrada, a fim de evitar que a amnésia e a indiferença não se tornem perigosos ingredientes de uma qualquer barbárie, partindo do pressuposto de que identidade e diferença são faces da mesma moeda. Ou, como lembra Lévi-Strauss (1977), a fé na identidade talvez seja apenas o reflexo de um estado de civilização delimitado num curto espaço de tempo, pelo que a crise adquire, dessa forma, um outro significado. Motivando o questionamento das ideias preconcebidas sobre a noção de si próprio, sobre o outro e sobre o mundo: da identidade definida (tida como “definitiva”), passou-se à constatação de identidade não tipificada e que sai da esfera da visão centrada em “nós” próprios (Dubar, 2011). Em consequência, destaca-se a ideia de que uniformidade não significa o mesmo que homogeneidade (Bayly, 2004), sendo que apenas a afabilidade com o “outro” permitirá despertar o sentido de humanidade (Kapusinsky, 2006/2009), para que o ressentimento, que não é unilateral, sobressaia (Ferro, 2009).

É a aceitação do “outro” que, de resto, há de determinar o começo de uma dimensão ética, como refere Umberto Eco (1997/1998). Para tanto, na conceção de Dominique Wolton (2003/2004), assumir-se-á um “outro” omnipresente, que já não é abstrato nem distante, o que não significa que seja mais familiar ou compreensível. Trata-se, por conseguinte, de um “outro” que será entendido como uma realidade sociológica, que integre todos os elementos resultantes da diversidade cultural, mas também aqueles que estabelecem laços, à escala das sociedades.

É nosso entendimento que a “globalização intercultural e transcultural” – assente numa globalização do que é diverso, do que é diferente –, pode contrariar a “globalização cosmopolita”, que remete para uma metafísica da unidade, que supõe racionalismo, etnocentrismo, imperialismo, colonialismo e produtivismo –, como se propõe no caso da lusofonia (Martins, 2017; Sousa, 2013, 2015, 2017), com base numa dinâmica crítica e inclusiva que não passará, certamente, pelo apagamento ou negação das partes integrantes da história. Ou seja, como assinala Moisés de Lemos Martins (2018), apesar de a expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI ter sido um processo que se abriu à alteridade, à diversidade e ao conhecimento do outro, fracassou ao assimilar e destruir toda a diferença e produzir o colonialismo. É nesse sentido que deixar de considerar as diferenças entre histórias coloniais e processos de colonização pode levar a impor sobre um povo a narrativa pós-colonial de um outro, tornando assim esse povo ainda mais invisível, como assinala Ana Paula Ferreira (2007).

Urge, por isso, imaginar a lusofonia descolonizando as mentes dos seus protagonistas (Mbembe, 2014/2017), de forma a permitir ultrapassar equívocos (Martins, 2014) e dirimir ressentimentos, sentidos de superioridade e/ou de inferioridade, bem como

de imaginários ideológicos, para que ela se não torne numa “lusotopia” (Cahen, 2013) ou numa “lusofonia” (Couto, 2009).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020. É também apoiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (n.º 333162622) no contexto do projeto *Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*

Referências

- Bastos, N. M. O., Brito, R. H. P., & Hanna, V. L. H. (2008). Identidade lusófona e globalização. In *Atas do 3.º Encontro Açoriano da Lusofonia, Açorianidade e Lusofonia* (pp. 1-14). Câmara Municipal dos Açores. https://www.academia.edu/13156741/Identidade_lus%C3%B3fona_e_globaliza%C3%A7%C3%A3o
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1999)
- Bayly, C. (2004). *The birth of the modern world, 1780-1914: Global connections and comparisons*. Blackwell.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade* (F. de S. Fernandes, Trad.). Dinalivro. (Trabalho original publicado em 1966)
- Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1994)
- Boas, F. (1982). *Race, language and culture*. The University of Chicago Press.
- Cahen, M. (2013). ‘Portugal is in the sky’: Conceptual considerations on communities, lusitanity, and lusophony. In E. Morier-Genoud, & M. Cahen (Eds.), *Imperial migrations. Colonial communities and diaspora in the Portuguese world* (pp. 297-315). Palgrave Macmillan.
- Castells, M. (2007). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (Volume II – O poder da identidade; A. Lemos & R. Espanha, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1997)
- Cazeneuve, J. (1978). *Dez grandes noções da sociologia* (A. M. Rabaça, Trad.). Moraes. (Trabalho original publicado em 1976)
- Couto, M. (2009). *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. Caminho.
- Dubar, C. (2011). Entre crise global e crises ordinárias: A crise das identidades. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 18(1), 175-184.
- Eco, U. (1983). L’antiporfirio. In G. Vattimo & P. Rovatti (Eds.), *Il pensiero debole* (pp. 52-80). Feltrinelli.
- Eco, U. (1998). *Cinco escritos morais* (J. C. Barreiros, Trad.). Difel. (Trabalho original publicado em 1997)
- Eliás, N. (1990). *O processo civilizador. Uma História dos Costumes* (Vol. 1; R. Junomann, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1939)
- Ferin, I. (2009). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Quimera.
- Ferreira, A. P. (2007). Specificity without exceptionalism: Towards a critical lusophone postcoloniality. In P. de Medeiros (Ed.), *Lusophones literatures and postcolonialism* (pp. 21-40). University of Utrecht, Portuguese Studies Center.

- Ferro, M. (2009). *O ressentimento na história*. Teorema.
- Fukuyama, F. (2018). *Identidades: A exigência de dignidade e a política do ressentimento* (M. F. da Costa, Trad.). Dom Quixote.
- Garrett, A. (1972). *Viagens na minha terra*. Publicações Europa-América. (Trabalho original publicado em 1846)
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. LTC. (Trabalho original publicado em 1973)
- Giddens, A. (2009). *Sociologia* (A. Figueiredo, A. P. D. Baltazar, C. L. da Silva, P. Matos, & V. Gil, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 2001)
- Gonçalves, A. (2009). *Vertigens: Para uma sociologia da perversidade*. Grácio Editor. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/173/showToc
- Guerreiro, A. (2018, 16 de novembro). A civilização contra a cultura. *Público*. <https://www.publico.pt/2018/11/16/culturaipilon/opiniao/civilizacao-cultura-1850952>
- Hall, S. (1992). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T. T. da Silva & G. L. Louro, Trad.). DP&A Editora.
- Hall, S. (1997). The centrality of culture: Notes on the cultural revolutions of our time. In K. Thomson (Ed.), *Media and culture regulation* (pp. 208–238). The Open University.
- Kapuscinsky, R. (2009). 'O outro' (W. J. Szymaniak & I. P. de Leão, Trad.). Campo das Letras. (Trabalho original publicado em 2006)
- Kroeber, A. L., & Kluckhohn, C. (1952). *Culture: A critical review of concepts and definitions*. The Museum.
- Lévi-Strauss, C. (1977). *L'identité. Séminaire dirigé par Claude Lévi-Strauss*. Bernard Grasset.
- Linton, A., & Wagley, C. (1971). *Ralph Linton*. Columbia University Press.
- Lyotard, J.-F. (1986). *O pós-moderno* (R. C. Barbosa, Trad.). José Olympio. (Trabalho original publicado em 1979)
- Malinowski, B. (2009). *Uma teoria científica da cultura* (J. Auto, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1944)
- Martins, G. d'O. (2007). *Portugal – identidade e diferença. Aventuras da memória*. Gradiva.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura*. Grácio Editor.
- Martins, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Org.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15–33). EDUC; IP-PUC-SP.
- Martins, M. L. (Ed.). (2015). *Lusofonia e interculturalidade - promessa e travessia*. Húmus.
- Martins, M. L. (2017). Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia. In V. Sousa, *Da 'portugalidade' à lusofonia* (pp. 9–20). Húmus.
- Martins, M. L. (2018, 6 de abril). Descobertas/descobrimentos e expansão. Viagem e travessia. Portugalidade e lusofonia. *Correio do Minho*. <https://correiodominho.pt/cronicas/descobertas-descobrimentos-e-expansao-viagem-e-travessia-portugalidade-e-lusofonia/9812>
- Mbembe, A. (2017). *Crítica da razão negra* (M. Lança, Trad.). Antígona. (Trabalho original publicado em 2014)
- Nietzsche, F. (1992). *O nascimento da tragédia* (J. Guinsburg, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1872)
- Paisagem com a queda de Ícaro. (2020, 20 de abril). In *Wikipédia*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Paisagem_com_a_Queda_de_%C3%8Dcaro

- Rato, V. (2015, 18 de abril). A cultura, esse detalhe que nos faz repensar todo o sistema. *Público*. <https://www.publico.pt/2015/04/18/culturaipilon/noticia/a-cultura-esse-detalhe-que-nos-faz-repensar-todo-o-sistema-1692787>
- Schwanitz, D. (2006). *Cultura. Tudo o que é preciso saber* (L. Nahodil, Trad.). Dom Quixote. (Trabalho original publicado em 1999)
- Simmel, G. (1988). *Sobre la aventura: Ensayos filosóficos* (M. Salvador & M. Gustau, Trad.). Península. (Trabalho original publicado em 1911)
- Sousa, V. (2013). O difícil percurso da lusofonia pelos trilhos da 'portugalidade'. *Configurações*, 12, 89-104. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.2027>
- Sousa, V. (2015). *Da 'portugalidade' à lusofonia* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/38461>
- Sousa, V. (2016). Lusofonia(s) e portugalidade: Uma impossibilidade. In R. P. Brito, N. B. Bastos, & M. V. Bridi (Eds.), *Estudos lusófonos: Múltiplos olhares*. (Vol. III, pp. 31-63). Editora Terracota.
- Sousa, V. (2017). *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Húmus.
- Tylor, E. (1871). *Primitive culture: Research into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom* (Vol. 1). John Murray.
- Weber, M. (1989). *Textos seleccionados*. Abril Cultural.
- White, L. (2009). *O conceito de cultura* (T. Carneiro, Trad.). Contraponto. (Trabalho original publicado em 1959)
- Wittgenstein, L. (1958). *The blue and brown books*. Blackwell.
- Wolton, D. (2004). *A outra globalização* (P. E. Duarte, Trad.). Difel. (Trabalho original publicado em 2003)

Moçambique na Rota do Jornalismo de Viagens

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.11>

Madalena Oliveira

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8866-0000>
madalena.oliveira@ics.uminho.pt

Resumo

A intensificação da circulação de pessoas depois da Revolução Industrial, quer por razões de trabalho quer por motivações de lazer, criou uma espécie de “inquietação geográfica”, um interesse generalizado por lugares aparentemente improváveis e uma especial atração por géneros narrativos que cartografam a experiência da viagem. As crónicas e notas de viajantes publicadas pela imprensa especialmente a partir do século XIX eram já um sinal evidente de que a viagem não é apenas a deslocação física entre territórios; é o intercâmbio com outras latitudes afetivas, o confronto com coordenadas sociais e culturais diversas e a expedição que atravessa as fronteiras da identidade. Ir lá e voltar para contar aos outros é, sob todas as formas, a vocação original do jornalismo. No entanto, o seu desenvolvimento profissional e articulação com a segmentação de mercados inspirou a consagração de uma forma especializada de produzir informação de interesse turístico. Apesar de, por vezes, se confundir com finalidades comerciais, o jornalismo especializado em viagens é hoje uma modalidade de jornalismo cultural, menos orientada para a notícia urgente ou para a informação internacional e mais para uma certa construção de representações do mundo que inspirem a descoberta e a exploração de lugares, de gentes, de história e do património. Por razões de proximidade histórica e linguística, pela sua riqueza natural e paisagística e pela sua diversidade cultural, Moçambique também está na rota do jornalismo de viagens de passaporte português. Destino menos frequente que o Brasil, e com atrações eventualmente menos evidentes que as do vasto território brasileiro, o extremo sudeste do continente africano também está no radar dos relatos jornalísticos de viagens. Mas como? Que representações são construídas sobre este país e que atrativos, do ponto de vista da informação, são considerados relevantes? Que imaginário tem, afinal, construído o jornalismo

de viagens português sobre o território moçambicano? São estas as questões que orientam, neste texto, uma leitura de trabalhos publicados no suplemento *Fugas* do jornal *Público*. O objetivo é identificar os modos de olhar, os eventuais lugares comuns, as modulações literárias que, caracterizando o jornalismo de viagens em geral, se constituem, no caso particular de Moçambique, como uma narrativa intercultural.

Palavras-chave

turismo, jornalismo de viagens, destinos, mapas afetivos

A Viagem Como Experiência Cultural

Por definição corrente, a viagem é o “ato de ir de um lugar até outro, mais ou menos distante” (Porto Editora, n.d., para. 1). Do latim, de *viaticu*, quererá dizer “provisão para o caminho”. Sendo um substantivo comum, é numa só palavra a sugestão de todos os verbos de trânsito – ir, deslocar-se, passar, percorrer, caminhar... Significa tanto o deslocamento em si como o trajeto andado, o que a coloca, em grande medida, no domínio do espaço. Quase todos os sinónimos da palavra viagem – excursão, percurso, itinerário, expedição, jornada – têm, no entanto, uma qualquer alusão à ideia de descoberta ou de suscetibilidade ao perigo, que acrescenta ao ato de ir um sentido inesgotável no propósito de chegar a um qualquer ponto. Há, desde sempre, qualquer coisa de aventuroso em todas as viagens.

Para os povos primitivos, a viagem impunha-se por uma questão de sobrevivência e de segurança. Para procurar proteção e alimento, as comunidades deslocavam-se em busca de condições favoráveis. Pela mudança permanente de lugar, a viagem era, para aquelas sociedades, um modo de vida. Com a fixação progressiva das populações, a viagem passou a justificar-se essencialmente por razões económicas e políticas e pelo interesse da ciência geográfica. A conquista de territórios e as transações comerciais continuaram, durante séculos, a promover a circulação de pessoas, tanto por terra como por mar. A viagem era, com efeito, a condição de comunicação entre pontos separados pela distância, a condição de difusão da própria palavra. Daí que a viagem tenha uma certa intimidade com a difusão do conhecimento, com a evangelização e com a própria ideia de notícia num sentido mais genérico, isto é, tanto com o levar como com o trazer informação. Como lembra Wilbur Schramm (1988), ao contar a história da comunicação humana, “a viagem, assim como as peregrinações dos tempos pré-históricos, deve ter sido uma das primeiras maneiras de passar notícias” (p. 150).

É à industrialização e ao desenvolvimento dos transportes, nomeadamente do caminho de ferro, que se deve a intensificação dos fluxos de pessoas, que começaram efetivamente a viajar muito mais a partir do século XIX. Às trocas mercantis juntou-se o interesse por intercâmbios culturais, uma espécie de “inquietação geográfica” talvez menos intrigada com os limites físicos da superfície terrestre, que moveram gerações de navegadores, por exemplo, e mais atraída pelas formas de ocupação do espaço, pelos hábitos e costumes, enfim, pela diversidade da paisagem humana.

Os processos de globalização não retiraram o caráter utilitário que as viagens sempre tiveram. A criação de melhores condições para a deslocação, a rapidez e a comodidade dos meios de transporte tornaram a viagem mais frequente por razões de trabalho. Portanto, hoje continua a viajar-se com finalidades económicas e profissionais. No entanto, as motivações para ir de um lugar a outro estão também vinculadas à dimensão de experiência cultural. É verdade que a associação da viagem à ideia de lazer não é inédita do século XX. As deslocações para assistir às Olimpíadas, por exemplo, ou para frequentar estâncias termais já davam conta dessa aproximação na Antiguidade. Mas é definitivamente a partir do último século do milénio que a viagem de ócio se torna uma prática absolutamente regular, programada com orientações cada vez mais vocacionadas para o gozo e a fruição, para a descoberta da diversidade e para fins puramente recreativos.

A propensão para transitar entre lugares atravessa toda a história da humanidade. “Todos os mitos das origens remetem a migrações de povos”, anota Henrique Soares Carneiro (2001, p. 232). Foi a viagem a condição do povoamento dos continentes e foi essa também a condição para o encontro entre culturas. Talvez por isso, à palavra viagem sempre se ligaram sentidos que não são exclusivos do movimento físico. A viagem é, em aceção última, a metáfora da própria vida. A vida é uma viagem, diz a expressão popular, num sentido próximo ao que Moisés de Lemos Martins convoca ao falar de travessia e de circum-navegação tecnológica como imagens da experiência cultural contemporânea (Martins, 2015). A viagem é a vivência do espaço, na sua significação mais literal, do que é dado a ver no caminho entre lugares; mas é também a experiência do tempo e das pessoas, dos modos de habitar e de viver. Pelo que reclama dos sentidos, a viagem é uma experiência de interpretação, como sugere José Luís Peixoto (2012) em *Dentro do Segredo*.

Narrativas de Viagem

Narrar a viagem é uma prática tão natural quanto o ato de viajar. Para Celia Forneas Fernández (2004), “a conexão entre viajar e narrar a viagem foi sempre muito estreita, tanto que podemos assegurar que todo o viajante é um cronista em potência e que a experiência da viagem não se completa até que seja contada” (p. 223). De acordo com Henrique Soares Carneiro (2001), “a história dos livros de viagens é, de certa forma, a história das próprias viagens, que se perpetuam como relatos” (p. 203). Objetivas ou fantasiosas, as narrativas de viagem serão mesmo anteriores à invenção da escrita. Referindo-se à origem dos fluxos de informação, Wilbur Schramm (1988) sugere que, quando regressavam a casa, os peregrinos e os viajantes “seriam interrogados sobre o que haviam visto” (p. 150). Num texto em que reflete sobre “o múltiplo imaginário das viagens modernas”, Henrique Soares Carneiro (2001) explica que “as pessoas nasciam, viviam e morriam no perímetro de poucas dezenas de quilómetros” (p. 203). Por isso, os relatos dos viajantes seriam o único recurso para responder à curiosidade sobre os lugares longínquos.

A literatura documenta em abundância o interesse por este tipo de registos. A própria Bíblia constitui, em várias passagens, um conjunto de narrativas de viagem, seja a

dos profetas que passavam de lugar em lugar predizendo o futuro, seja a que dá o contexto ao nascimento de Jesus. Com caráter épico, por outro lado, contou Virgílio, em *Eneida*, no século I a. C., as peripécias da viagem errante de Eneias pelo Mediterrâneo. Em *Odisseia*, Homero conta o regresso de Odisseu, um herói vagueante que, vitorioso da guerra de Troia, viu cidades e conheceu costumes de muitos homens. E, n' *Os Lusíadas*, Luís Vaz de Camões narra a epopeia da primeira viagem marítima para a Índia, empreendida pelos portugueses no século XV. Da literatura romântica ou realista portuguesa fazem parte muitos outros exemplos, de que se pode destacar nomeadamente Almeida Garrett, com o seu explícito romance *Viagens na Minha Terra*, em estilo digressivo. Já em Eça de Queirós, ele próprio um viajante relativamente frequente, a viagem está ora em notas, como em *O Egípto. Notas de Viagem* (uma coletânea de textos publicados a partir de 1870 no jornal *Diário de Notícias*), ora no horizonte das suas personagens, como em *A Cidade e as Serras*, com Jacinto a viajar de Paris para a serra de Tormes, ou em *A Capital*, a partir da viagem de Artur Corvelo de Oliveira de Azeméis para Lisboa.

A partir do século XIX, os jornais também intensificariam a publicação de crónicas e notas de viagens. Tratava-se, na generalidade, de apontamentos pessoais de “intelectuais” que, em escritos de género híbrido, entre o relato descritivo-jornalístico e o relato literário, falavam das cidades que iam conhecendo ou da dinâmica cultural que aí iam experimentando. Havia, com efeito, um especial interesse por aquilo que vinha do estrangeiro, que trazia os “ares da modernidade” e promovia o debate nos principais círculos de discussão, como as tertúlias literárias ou mesmo os cafés. Desde o século XVIII que já se viajava “para se instruir sobre relações do homem com os seus próximos, se ilustrar sobre a vida do homem, estudar objetivamente modelos de organização social e política dos países estrangeiros para aprender a solucionar os problemas próprios” (Forneas Fernández, 2004, p. 222).

Com o aparecimento da fotografia, a viagem passaria a contar-se também visualmente e no impulso de um bilhete-postal. Muito prestável aos apontamentos de viagem e apropriado à imagem excursionista (Martins & Oliveira, 2011), o postal ilustrado era ágil e gracioso, dava a ver num sentido mais literal os lugares visitados. Fazia da viagem uma experiência mais partilhada, já muito próxima do atual gesto de registar imagens com o telemóvel e de as enviar no instante de uma rápida mensagem ou publicação nas redes sociais. O apelo da imagem desses lugares de viagem inspirou também a criação de revistas especializadas e a publicação de livros com elevado recurso a ilustrações, de que é emblemática, no contexto português, por exemplo, toda a obra literária do escritor-viajante Gonçalo Cadilhe, que viaja para escrever, como faziam já no século XIX os “viajantes profissionais”. Como explica Celia Forneas Fernández (2004), esses viajantes eram “geralmente escritores de fama reconhecida, que se deslocavam até aos lugares que atraíam com um magnetismo especial o interesse dos leitores” (p. 222).

Jornalismo de Viagens

A origem do jornalismo está, de algum modo, associada à viagem e às notícias que chegavam de pontos distantes. Eram esses relatos que passavam de boca em boca e que, progressivamente, se registavam nas primeiras folhas noticiosas. Há no jornalismo de viagens, hoje, ainda alguns traços deste princípio. O jornalista vai e traz “o que contar”. Com uma finalidade muito vocacionada para o turismo, esta modalidade do jornalismo é menos orientada para as preocupações com as relações comerciais ou as questões de geopolítica. Para Ben Cooking (2009), “o jornalismo de viagens tem sido tradicionalmente percebido como tendo um estatuto e um nível de importância muito inferior ao das ‘hard’ news da política e dos assuntos internacionais” (p. 55). Com efeito, o jornalista que narra viagens e apresenta destinos faz notícia das gentes, das paisagens, da gastronomia, das atividades que descrevem o quotidiano. Falando dos lugares e dos seus pontos de interesse, assinala a história e, por vezes, também as idiosincrasias políticas e culturais, ainda que apenas com o pretexto de fazer o enquadramento dos lugares e não tanto com a preocupação de dar conta dos acontecimentos específicos. O jornalismo especializado em viagens é hoje uma modalidade de jornalismo cultural, de facto, menos orientada para a notícia urgente ou para a informação internacional e mais para uma certa construção de representações do mundo que inspirem a descoberta e a exploração de lugares, de gentes, de história e do património.

Procurando desenvolver um género narrativo atraente, próximo da literatura, o jornalista que produz estas narrativas baseia-se na experiência pessoal, num relato mais subjetivo e condizente com a liberdade do escritor. É pelo recurso a uma linguagem extraordinariamente adjetivada que, para alguns autores, o jornalismo de viagens “parece estar em contradição com os principais valores do jornalismo – a objetividade, a independência editorial e a relevância pública” (Fursich, 2002, p. 61). Num texto publicado na revista *Estudos de Comunicação*, Karine Wenzel e Valquíria Michela John (2012) chegam mesmo a sugerir alguma dificuldade em diferenciar o texto de algumas revistas de “um panfleto de agência de turismo” (p. 303).

Correspondendo a uma lógica de especialização da imprensa, em resposta a interesses cada vez mais segmentados, o jornalismo de viagens constitui um modelo de negócio muito específico, por vezes, em associação com empresas ou instituições do setor do turismo. Não raras vezes, os jornalistas viajam a convite de agências de viagens ou promotores turísticos, para destinos definidos, portanto, por meio de patrocinadores. A questão do financiamento é, na verdade, um dos pontos críticos desta atividade. Reconhecendo que “muitas formas de jornalismo de viagens incluem reportagens publicitárias e artigos patrocinados”, Ben Cooking (2009) entende que este facto “mancha a questão da objetividade e dá sustento à percepção de que ao jornalismo de viagens falta a distância crítica associada a outros géneros, como os do jornalismo político e financeiro” (p. 56).

Com características muito particulares, quando comparadas à prática jornalística convencional, o jornalismo de viagens também se orienta por critérios de noticiabilidade,

por vezes, distintos. Sendo verdade que a procura dos destinos de que se fala pode ser enquadrada por valores-notícia padrão (como o lugar menos poluído, o lugar mais visitado, um novo destino turístico, o lugar mais quente, o destino que gerou mais receita...), em princípio, não é o imperativo da “última hora” o que determina a “marcação da viagem”. Tão-pouco a proximidade de um acontecimento. No plano das viagens e do interesse cultural dos lugares, pode mesmo ser a distância um critério de seleção dos destinos sobre os quais produzir matéria. Por outro lado, o conceito de atualidade é aqui, normalmente, relativizado, considerado num horizonte mais estendido no tempo.

Próximo do que Megan Le Masurier (2015) descreve como sendo o *slow journalism* – “um jornalismo *long-form* baseado na qualidade, que significa pesquisa em profundidade, explanação, contexto, com narrativas mais longas bem trabalhadas” (p. 142)–, o jornalismo de viagens é, essencialmente, um jornalismo de experiências. Embora possa assentar em factos, tem um interesse particular pelas sensações e pelas experiências individuais. É por isso que, ao contrário da narrativa jornalística padrão, lhe convém a descrição detalhada, rica em adjetivos, sedutora e cativante.

Na imprensa como na televisão, privilegia-se o caricato, o extraordinário, o singular. Dá-se voz às fontes populares, explora-se a descrição e a interpretação. A crónica de viagem pode seguir a ordem cronológica do itinerário, estar dividida em capítulos ou incluir recomendações para outros viajantes. O prisma é o do jornalista, menos obrigado às normas do contraditório. É, aliás, “frequente que o viajante narrador se converta num dos fios condutores do relato, o que está favorecido pela marcada preferência da crónica de viagem por um relato na primeira pessoa” (Forneas Fernández, 2004, p. 226).

Criativo, como sugere Mariano Belenguer Jane (1992), o jornalismo de viagens constrói imaginários e cria sonhos, ao mesmo tempo que produz percepções culturais. Representando uma evolução dos primeiros relatos conhecidos para formas mais sofisticadas de expressão, tem inclusive um sentido prescritivo (Palau Sampio & Lekant, 2017). Sugere estilos de vida, no mesmo ato em que dá a conhecer outras comunidades e as suas manifestações culturais. Desse ponto de vista, o jornalismo de viagens tem mesmo um carácter de revelação sobre a diversidade humana, sobre o “outro”. Nessa atividade de divulgação, que constitui uma espécie de desocultação, a narrativa jornalística inspira aquilo que João Sarmiento (2018) define como o ato de “coleccionar lugares”.

Serão, na realidade, “coleccionadores de destinos e territórios” os autores de blogues especializados – como o português *Alma Viajante* (<https://www.almadeviajante.com>) – que expandem a função do jornalismo de viagens para o domínio de uma certa informalidade, uma espécie de “jornalismo participativo ou do cidadão”. Para Bryan Pirolli (2015), “definir hoje o jornalismo de viagens é uma tarefa difícil graças à pletera de escritos de viagem que se podem encontrar na web, em livros, em programas de televisão, vídeos do YouTube e aplicações de smartphone” (pp. 104–105). Ainda assim, é na mistura de informação – mais séria ou mais ligeira – com perspetivas

críticas que estes escritos – jornalísticos ou protojornalísticos – que podem ter um papel relevante como interfaces de interculturalidade.

Moçambique, Território de Afetos

Em Portugal, há vários espaços mediáticos dedicados ao jornalismo de viagens. Com a exceção da rádio, menos dada a esta especialização da atividade jornalística certamente pela ausência de imagens que caracteriza por natureza este meio, tanto a televisão como a imprensa especializada procuram cobrir este segmento de mercado. Dedicam-se ora ao destaque de exemplos excepcionais de hotelaria ora ao exótico que pode haver nos sabores de gastronomias do mundo. Exploram a experiência pessoal, as impressões singulares que os lugares deixam nas pessoas e as representações visuais que é possível fixar no enquadramento de uma câmara fotográfica ou de um vídeo. Fazem sugestões de férias, de expedições de descoberta ou de aventuras excepcionais por mapas que misturam o banal, o simples e o quotidiano com o excêntrico, o ímpar e o exclusivo. Oferecendo a visão “virgem” de quem vai pela primeira vez, completa-se por vezes com a orientação de quem escolheu esses lugares para se fixar como imigrante, como propõe o *Portugueses Pelo Mundo*, o formato da RTP que “mistura um programa documental com um programa de viagens” e escolhe aqueles que “têm bem enraizada a identidade de origem [a portuguesa], mas não impõem limites à incorporação de novos hábitos” (Rádio e Televisão de Portugal, n.d., paras. 5–8).

Neste texto, fixamo-nos em Moçambique como destino. Na rota de alguns dos mais influentes bloggers portugueses de viagens, como o *Dobrar Fronteiras* (<https://dobrar-fronteiras.com>), o *Tempo de Viajar* (<https://www.tempodeviajar.com>) ou o *Alma de Viajante* (<https://www.almadeviajante.com>), este país do sudeste africano também é indicado na bússola de periódicos impressos. Em junho de 2016, a revista *Volta ao Mundo* apontava para “Maputo: De Coração Aberto e Com Sabor a África”, numa reportagem onde se lia: “o oceano Índico, o sorriso das crianças, a omnipresença da música... tudo isto é Maputo, tudo é África” (Oliveira, 2016). Em novembro de 2019, numa outra edição, fazia-se uma “Viagem Vibrante Pela Ilha Onde Tudo Começou” (Sérgio, 2019). É, porém, no suplemento *Fugas* editado pelo jornal *Público* que assentamos uma leitura mais sistemática. Sem a pretensão de uma análise de conteúdo em profundidade, lemos neste artigo recortes desta publicação, em busca de sinais que permitam identificar as representações construídas deste país, bem como as atrações destacadas. Procuramos também compreender que imaginário se constrói sobre este território com laços históricos a Portugal.

Com menções a registos avulsos de edições publicadas a partir de 2010, examinamos exaustivamente as referências a Moçambique dos suplementos produzidos entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, num total de 260 edições. Facilitada pela pesquisa eletrónica pela palavra “Moçambique”, a identificação de matérias centradas na paisagem, natural e/ou humana, daquela que é conhecida, na imprensa da especialidade, como “a terra dos sorrisos” dá conta de um país que, na comparação

com outras nações de expressão portuguesa, tem sido consideravelmente menos visível do que o Brasil, por exemplo.

Entre 2010 e 2015, Moçambique teve chamada de capa do suplemento *Fugas* duas vezes (edições de 9 de junho de 2012 e de 9 de março de 2013). No entanto, entre 2016 e 2020, tendo sido o foco de dois trabalhos extensos, nunca foi eleito como destino de primeira página, ao contrário de outras paragens de acento lusófono. De Angola fez-se capa em março de 2020, com uma proposta para “uma lenta viagem de comboio ao interior profundo”. Guiné-Bissau foi o cenário de “uma história com sabor a saudade”, em setembro de 2017. O território de São Tomé e Príncipe, por seu lado, foi realçado em capa três vezes: em janeiro de 2016, numa alusão à experiência do tempo “devagar-devagar”; em abril de 2017, num trabalho focado nos sabores da gastronomia provada como “livro de história”; e em junho de 2019, a propósito de lições e histórias de uma semana na ilha de São Tomé. Já do Brasil, no período em apreciação, para além de outros destaques do interior do suplemento, assinalam-se quatro capas: em abril de 2016, com um mergulho na floresta Amazónia, em junho do mesmo ano, num “retrato doce e salgado” de Pernambuco, em dezembro de 2018, numa redescoberta gastronómica de produtos nativos, e, em agosto de 2019, numa exploração dos “kalunga de Goiás”.

Sem a exibição de montra que pode representar a página de entrada numa publicação impressa, Moçambique não escapa, no entanto, à letra deste jornalismo itinerante na segunda década do milénio. O retrato do país visto de fora nas páginas da edição do *Fugas* revela uma tendência para inscrever esta região da costa do Índico numa certa nostalgia em relação a África. Como outros países do continente africano, há nos relatos destas narrativas um tipo de sabor a África que se procura transmitir, uma espécie de continente perdido da memória dos portugueses. É, na verdade, uma forma de falar de África que não tem equivalente para a Europa, normalmente exibida pelas suas grandes cidades e menos pelo cheiro da terra, por exemplo. Assim se mostra a capital na edição de 20 de fevereiro de 2016: “em Maputo, sentimos África e o seu caos”, “em Maputo respira-se África” (*Fugas*, 20 de fevereiro de 2016).

Dessa matriz africana intui-se um traço místico inescapável, uma espécie de marca genética que Moçambique partilha com outras paragens históricas dos portugueses no tempo das colónias. Mas salienta-se também uma quase inescapável condenação à desorganização. Em março de 2013, num texto sobre o ontem e o hoje da antiga Lourenço Marques, os problemas do urbanismo contrastam com essa autenticidade que descreve África: “cidade de avenidas, praças, jardins, prédios, parques, Maputo debate-se com sobrelotação, trânsito caótico, deficiente recolha de lixo. Cercam-na bairros de ruas irregulares ladeadas por casas com paredes de madeira ou adobe e cobertura de capim ou zinco” (*Fugas*, 9 de março de 2013). Imagem semelhante descrevia, em fevereiro de 2016, a jornalista Soraia Amaro referindo-se ao “avanço do betão e um trânsito desorganizado” e reconhecendo que “há uma desorganização aparente que pode ser desesperante para quem chega, mas depressa nos apercebemos de que há lógica dentro do caos” (*Fugas*, 6 de fevereiro de 2016).

Embora não seja propriamente um destino de praia preferencialmente eleito pelos circuitos comerciais das agências europeias, a fotografia de Moçambique descreve-se igualmente pela localização costeira. Na edição de dezembro de 2011, era assim que se apresentava o país: “a Barra é uma minúscula amostra das potencialidades do país enquanto destino turístico: um imenso areal estendido entre o oceano e uma vasta área de mangal, que proporciona a qualquer banhista que se preze os prazeres da praia e de uma natureza muito tropical” (*Fugas*, 10 de dezembro de 2011). Do mesmo modo, em fevereiro de 2016, reconhecia-se que “não é difícil encontrar praias paradisíacas”, embora distantes da capital, com o Índico a mostrar-se “difícil de conquistar” (*Fugas*, 20 de fevereiro de 2016), ainda que horizonte para onde se avista também um “pôr-do-sol mágico” (*Fugas*, 7 de outubro de 2017), “estonteante, numa explosão de cores rápida e intensa”, como dizia uma leitora, na edição de 9 de julho de 2016.

No que diz respeito aos lugares, destacam-se nos percursos pela cidade de Maputo, especialmente os seguintes aspetos: Malafaia, lugar histórico da nacionalidade moçambicana, a Praça da Independência, que “continua hoje na sua dinâmica monumental de outrora” (Sousa, 2019, p. 259) dominada pela estátua de Samora Machel, “à maneira soviética”, a estação de Caminho de Ferro, descrita como uma das mais bonitas de África, a Feira de Artesanato, Gastronomia e Flores, o Mercado Central. Não obstante o caos urbano, é a abundância de verde que, por outro lado, se sinaliza nos detalhes identificados por quem visita a cidade: “acácias vermelhas e amarelas enchem as ruas de cor, e os frangipanis floridos são uma visão especial, que nos faz agradecer o privilégio de assistir” (*Fugas*, 6 de fevereiro de 2016).

Do resto do país, destacam-se entre 2010 e 2020 outras localizações: a Ilha de Matemo – Parque Nacional dos Quirimbo, o parque natural da Gorongosa, a Beira ou a Zambézia, a segunda maior província moçambicana, “pródiga província”, escreveu-se no *Fugas*, que “guarda um bom punhado de histórias e um imenso potencial de atração para viajantes que procuram itinerários além das rotas batidas”. Descrita como um lugar onde os viajantes se movem “por esses nadas que não têm lugar nos roteiros turísticos mas que estão lá, nos lugares de acaso da viagem, como uma seiva invisível a lubrificar o mecanismo da vida” (*Fugas*, 7 de outubro de 2017), Zambézia é também a porta para o país real que “vai mais devagar”.

Sobre as pessoas, diz-se que são sempre sorridentes, dando uma ideia de acolhimento. É quase sempre assim, numa expressão ingénuo e feliz, que os moçambicanos fazem o retrato humano do jornalismo de viagens. Reconhecidos como “mestres na arte de improvisar respostas, reutilizar objetos e arranjar soluções para os (muitos) problemas do dia a dia” (*Fugas*, 6 de fevereiro de 2016), os habitantes nativos são o rosto do “Moçambique das minorias felizes”, do povo que, em Zambézia, por exemplo, faz da bicicleta “o transporte público e privado por excelência” (*Fugas*, 7 de outubro de 2017).

Uma das condições mais destacadas de Moçambique é a relação com Portugal. Faz-se referências ao antigo nome de Maputo como a Lourenço Marques do tempo dos portugueses, bem como alusões históricas que remetem de algum modo a Portugal, como esta: “o litoral africano do Índico teve um papel importantíssimo na expansão

marítima portuguesa” (*Fugas*, 7 de outubro de 2017). Ou esta em que, se identificando Maputo com África, se avisa que aí “também sentimos Portugal, embrenhado nas ruas, na língua, nos costumes” (*Fugas*, 20 de fevereiro de 2016). Outra referência que cruza necessariamente com Portugal tem a ver com a gastronomia e a identificação de restaurantes de origem portuguesa: “em vários pontos da cidade, restaurantes portugueses testemunham uma ligação que permanece, apesar do tempo” (*Fugas*, 9 de março de 2013). Em 2016, é a mesma alusão aos ambientes de Portugal que encontramos: “no restaurante Pizza House, na Avenida Mao Tse Tung, mesmo junto ao edifício que alberga a Embaixada portuguesa, o ambiente é o mesmo de qualquer café em Portugal” (*Fugas*, 20 de fevereiro de 2016).

Nas notas itinerantes que podemos registar da leitura das matérias publicadas no *Fugas*, poderíamos dizer que se destacam as paisagens naturais (a fauna, a flora, o mar...), as pessoas e as manifestações culturais (o artesanato, a arte acessível que enche as ruas da capital, a música, a literatura...), a economia informal, a vida da cidade (os cafés, os restaurantes, os monumentos...), os restos da memória colonial e a familiaridade da língua portuguesa (embora sem menções que remetam para a ideia de lusofonia). No país onde, “a sul, tudo de novo”, “tão depressa se está numa praia do Índico a mergulhar num recife de coral como se caminha pela savana rasteira ali bem perto” (*Fugas*, 15 de fevereiro de 2014).

Do lugar de onde se diz que também é o mais saboroso caju do mundo (Miguel Esteves Cardoso, *Fugas*, 22 de dezembro de 2018), o jornalismo de viagens do suplemento do *Público* mapeia os traços da geografia física, mas também as texturas do humano. Ainda que se possa dizer que Moçambique é, “em si mesmo, uma memória da colonização” (Sousa, 2019, p. 263), no tom de deslumbramento que caracteriza estas narrativas, o imaginário deste vasto território onde o português é a única língua oficial, é o de um território que se visita pelos afetos.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

Referências

- Belenguer Jane, M. (1992). La prensa especializada en viajes: La aventura de um periodismo creativo. In A. Antona Illanes, M. Belenguer, C. Carreras, M. C. Fernandez, J. M. Gomez y Mendez, F. Perales, M. Ponce, R. Reig, M. J. Ruiz, & E. Sanchez (Eds.), *Lenguaje informativo y filmográfico* (pp. 19-26). Universidad de Sevilla.
- Carneiro, H. S. (2001). O múltiplo imaginário das viagens modernas: Ciência, literatura e turismo. *História: Questões & Debates*, 35, 227-247. <https://doi.org/10.5380/his.v35i0.2681>
- Cooking, B. (2009). Travel journalism. *Journalism Studies*, 10(1), 54-58. <https://doi.org/10.1080/14616700802560500>
- Forneas Fernández, M. C. (2004). Periodismo o literatura de viajes? *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 10, 221-240. <https://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP0404110221A>

- Fursich, E. (2002). How can global journalism represent the 'other'? A critical assessment. *Journalism*, 3, 57-88. <https://doi.org/10.1177/146488490200300102>
- Martins, M. L. (2015). Lusofonias - Reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In M. L. Martins (Eds.), *Lusofonia e interculturalidade - Promessa e travessia* (pp. 7-24). Húmus.
- Martins, M. L., & Oliveira, M. (2011). Postal a postal. In M. L. Martins, & M. Oliviera (Eds.), *Portugal ilustrado em postais* (pp. 1-22). CECS.
- Masurier, M. L. (2015). What is slow journalism? *Journalism Practice*, 9(2), 138-152. <https://doi.org/10.1080/17512786.2014.916471>
- Oliveira, J. F. (2016, 23 de junho). Maputo: de coração aberto e com sabor a África. *Volta ao Mundo*. <https://www.voltaaomundo.pt/2016/06/23/maputo-de-coracao-aberto-e-com-sabor-a-africa/destinos/12803/>
- Palau Sampio, D., & Lekant, M. (2017). Periodismo de viajes e innovación en la red. Perfiles, apuesta y motivación de los bloggers. *Zer. Revista de Estudios de Comunicación*, 22(43), 167-184. <https://doi.org/10.1387/zer.17938>
- Peixoto, J. L. (2012). *Dentro do segredo. Uma viagem na Coreia do Norte*. Quetzal Editores.
- Pirolli, B. (2015). Travel journalism 2.0. Tourist's motivations, expectations, and practices online. *Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre o Jornalismo*, 4(2), 102-115.
- Porto Editora. (n.d.). *Infopédia*. Retirado a 20 de setembro, 2021, de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/viagem>
- Rádio e Televisão de Portugal. (n.d.). *Portugueses pelo mundo*. <https://www.rtp.pt/programa/tv/p26498#>
- Sarmiento, J. (2018). Colecionar países e territórios: Uma proposta de contabilização de lugares visitados. *Revista Luófona de Estudos Culturais*, 5(2), 317-331. <https://doi.org/10.21814/rlec.335>
- Schramm, W. (1988). *The story of human communication. Cave printing to microchip*. Harper & Row Publishers.
- Sérgio, J. (2019, 28 de novembro). Moçambique: viagem vibrante pela ilha onde tudo começou. *Volta ao Mundo*. <https://www.voltaaomundo.pt/2019/11/28/mocambique-viagem-vibrante-pela-ilha-onde-tudo-comecou-b/destinos/584076/>
- Sousa, V. (2019). A memória como promotora de interculturalidade em Maputo, através da preservação da estatuária colonial. *Comunicação e Sociedade*, 249-267. [https://doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3072](https://doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3072)
- Wenzel, K., & John, V. M. (2012). Jornalismo de viagens: Análise das principais revistas brasileiras. *Estudos de Comunicação*, 11, 291-311. <http://ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-14.pdf>

Qualidade Sistémica no Setor do Turismo

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.12>

Ivo Domingues

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<http://orcid.org/0000-0002-0976-0247>
ivodomingues@ics.uminho.pt

Resumo

Esta reflexão tem natureza teórica e foca-se em literatura sobre a qualidade de três dimensões do sistema turístico – ambiente, paisagem e destinos – por serem as dimensões mais não humanas desse sistema. A análise realizada permite identificar as características da literatura revista e identificar fragilidades da mesma. A mais notada das fragilidades está associada às definições da qualidade, a qual tem profundos efeitos na investigação da realidade empírica devido à ausência de um referencial consistente e validado para analisar o fenómeno e à dificuldade em intervir política e praticamente na realidade sem o sentido de conclusões baseadas em sólidos conceitos da qualidade.

Palavras-chave

qualidade do ambiente, qualidade da paisagem, qualidade dos destinos, qualidade sistémica

Introdução

O turismo é uma mercadoria cuja qualidade depende de diversos aspetos que são atributos intrínsecos das atividades do turismo e que envolvem o fluxo turístico desde a sua chegada à sua partida (Martín-Cejas, 2006, p. 874). Esta reflexão propõe olhar sobre a qualidade do setor do turismo, o qual é perspectivado como sistema composto de diversas dimensões. Nesta reflexão, é realizada a análise das

dimensões “qualidade ambiental”, “qualidade paisagística” e “qualidade dos destinos”. A escolha destas três dimensões é justificada pela sua natureza mais natural do que humana e, assim, constituem uma dimensão agregada ou macro dimensão que poderíamos designar de “componente predominantemente natural”. É certo que nenhuma dimensão do sistema turístico existe fora da atuação humana, mas, nestes casos, a atuação humana é reconhecível como importante fator, mas não assumível como o mais importante fator.

Esta reflexão tem natureza teórica e é baseada na análise de artigos científicos que incluem aqueles tópicos (qualidade ambiental, qualidade da paisagem e qualidade dos destinos) nos títulos de artigos editados em revistas escritas em inglês, as quais possuem a palavra “*tourism*” no seu título e estão integradas no ESI (Essential Science Index) Master Journal List 2018. Os objetivos desta análise são os seguintes: rastrear as perspectivas da qualidade produzidas e utilizadas nestas dimensões do turismo, estabelecer relações entre estas dimensões e identificar oportunidades científicas reveladas pela revisão da literatura. Assim, esta reflexão tem função mais descritiva do que analítica.

Qualidade Sistémica

A qualidade sistémica é conceito já usado na teoria gestionária. Ela é definida como equilíbrio entre eficácia e eficiência do processo e do produto, os quais constituem o sistema da qualidade ou dimensões da qualidade sistémica (Solano et al., 2003, pp. 66–67), como modo de funcionamento do sistema, enfatizando a coerência e a especificidade, a emergência e a atualização (Shye, 2010, pp. 188–189), corresponde a um *optimum* obtido pela integração das variáveis eficácia e eficiência, processo e produto, clientes e utilizadores (Callaos & Callaos, 1994, pp. 29–32). Destas definições sobressaem os seguintes atributos da qualidade sistémica: assenta em princípios gestionários (sistematicidade, singularidade, atualidade e integratividade); envolve a sustentabilidade económica (eficácia e eficiência), a organização do trabalho (processos e produtos) e o mercado consumidor (clientes e utilizadores). Em suma, a qualidade sistémica é pensada enquanto sistema de gestão de organizações e não de setores de atividade. A abordagem da qualidade sistémica que aqui proponho realizar é focada num setor de atividade – o do turismo.

A revisão da literatura permitiu identificar os seguintes objetos da qualidade: certificação de sistemas de gestão da qualidade, qualidade do ambiente, qualidade da cultura, qualidade dos destinos, qualidade da formação superior, qualidade dos museus, qualidade da paisagem, qualidade das tecnologias de informação e comunicação, qualidade dos recursos humanos, qualidade dos serviços, qualidade de vida e qualidade da experiência. Considerando a diversidade de objetos da qualidade no setor do turismo, a investigação tende a focar a pesquisa em um deles de cada vez. Para isso, adota um conceito de qualidade que seja adequado às análises em curso e que, de modo tácito ou explícito, se aplica para organizar a abordagem ao objeto. Contudo, como veremos, a pesquisa realizada tende a não definir o conceito de qualidade aplicável ao objeto analisado ou a defini-lo de modo pouco operacionalizável.

Esta reflexão não tem a ambição de agregar valor ao conhecimento científico disponível por meio da formulação de uma definição da qualidade que sirva à análise e gestão do setor do turismo como uma entidade global e integrada. A existência de uma definição única permite, porém, diversas vantagens: favorece a adoção de missão coletiva que organize as práticas individuais e organizacionais; favorece a definição e apreciação do contributo das diferentes entidades interessadas (*stakeholders*) e entidades proprietárias (*stakeowners*) para a realização da política da qualidade do sistema; facilita a adoção de planos comuns, de monitorização da sua execução e de processos de melhoria comuns.

A definição e adoção de uma definição comum da qualidade do sistema turístico é uma tarefa complexa. Essa complexidade assenta nos seguintes fatores: a diversidade de agentes envolvidos na cadeia de valor do turismo é enorme (comunidades receptoras, agências de viagem, transportes públicos e privados, hospedagem e alimentação, cultura e recreio, serviços públicos e privados), implica envolvimento de muitas entidades, o que torna o processo oneroso; a diversidade de entidades interessadas e proprietárias implica fragmentação de interesses e vontades, o que torna difícil a consensualização de uma definição que seja suficientemente abrangente e reconhecidamente útil. Esta realidade dificulta a adoção de um conceito agregador e inspirador de estratégia comumente partilhada. Contudo, considerando as suas vantagens, o esforço de concetualização é reconhecivelmente desejável e vantajoso. Porém, esse não é objetivo desta reflexão.

Qualidade dos Ambientes

A literatura constata a importância do ambiente na qualidade do sistema turístico. Segundo a literatura científica, as condições climatéricas são o principal critério para avaliar a aptidão dos destinos turísticos, estimulando ou inibindo as preferências e escolhas dos turistas (Wang et al., 2018, pp. 152–154). A mudança de clima altera as condições ambientais e tem o mais significativo impacto na qualidade dos serviços do turismo rural, reduzindo o gozo, a segurança e o conforto, ou seja, a atratividade do destino rural (Chin & Lo, 2017, pp. 471–472). De facto, a literatura mostra que as condições climatéricas influenciam o comportamento dos turistas (Wang et al., 2018, pp. 153–154); o turismo é afetado pela qualidade da água dos rios (Aminu et al., 2015) e pela qualidade do habitat (Luo et al., 2018); um ambiente contaminado na água e no ar inibe o desenvolvimento da indústria do turismo (Wang et al., 2018, p. 154); regiões afetadas por ar poluído são emissoras de turismo para regiões externas onde o ar tem melhor qualidade (Wang et al., 2018, p. 158) e regiões percebidas como muito poluentes não atraem turistas externos (Law & Cheung, 2007, p. 398). Particularmente, os turistas que procuram destinos rurais valorizam muito a qualidade dos recursos naturais e o meio envolvente (Chin & Lo, 2017, p. 474). Assim, a literatura analisada mostra que a qualidade das condições ambientais afeta positiva e negativamente os fluxos turísticos. Porém, ela revela dificuldades em conceptualizar a qualidade ambiental, pois (a) falta um construto teórico que integre todas as dimensões do ambiente, (b) equilibre a perspetiva da realização humana e da perceção humana, e (c) forneça referencial para a análise dos diferentes ambientes.

O impacto do ambiente nos fluxos turísticos é complexo. Na verdade, a literatura mostra que a reação dos turistas às condições ambientais pode variar segundo a sua percepção do risco da poluição, o qual varia em função de conhecimento anterior do destino e da idade dos turistas, em função do gênero, sendo as mulheres mais resilientes do que os homens (Becken et al., 2017, p. 143). O ambiente físico tem impacto holístico, envolvendo a reação intelectual e emocional dos visitantes (Su & Teng, 2018, p. 219); o comportamento dos turistas é influenciado pelas características da qualidade ambiental porque proporcionam diferentes experiências ambientais (Awaritefe, 2003, pp. 261–265); a qualidade é produto da percepção dos turistas e, por isso, lagos poluídos podem continuar a atrair turistas se a degradação não é evidente ou perigosa e a experiência é satisfatória noutras dimensões, como a beleza da paisagem e a relação humana (Ryan et al., 2010, pp. 609–610). A literatura analisada não aborda diversos aspetos relevantes. Por um lado, (a) insuficientemente considera o processo de análise de risco ambiental realizado pelos turistas antes da fruição e depois da fruição do destino, bem como (b) igualmente desvaloriza as práticas de influência das percepções dos turistas pelos agentes turísticos quanto ao risco. Por outro lado, (c) não aborda o posicionamento dos destinos turísticos como ambientalmente desejáveis e indesejáveis na consciência dos consumidores, (d) não considera a comunicação comercial realizada sobre a identidade de áreas ambientalmente degradadas e privilegiadas como construtoras de imagens e posicionamentos dos destinos e (e) não atende à possibilidade de haver destinos que sejam ambientalmente ambivalentes, ou seja, que tenham aspetos repulsivos e atrativos e o seu impacto na segmentação do mercado e na satisfação dos turistas.

Qualidade da Paisagem

Paisagem é um constructo multidimensional. A paisagem inclui a natureza, arquitetura, historicidade e a monumentalidade (Carneiro et al., 2015, p. 1229), as dimensões estáticas (física e histórica) e dinâmicas (interações entre formas, relações e práticas em dado tempo e espaço; Stephenson, 2010, pp. 312–314). A literatura reconhece que a paisagem é uma área geográfica cujo caráter resulta da ação e interação de fatores naturais e humanos (Carneiro et al., 2015, p. 1220). Assim, a paisagem é um recurso delicado que resulta da combinação das disponibilidades naturais e das ações sociais. A qualidade da paisagem é conceptualizada mais como percepção humana do que como realização natural e humana (Ruelle et al., 2013, p. 76) e a literatura mostra que a sua qualidade afeta o bem-estar psicológico, a satisfação da vizinhança e as possibilidades de regeneração e habitabilidade (Ruelle et al., 2013, p. 76). Na medida em que a qualidade percebida é capaz de gerar emoções e estimular consumo de produtos locais, ela é recurso para diferenciar e promover regiões (Carneiro et al., 2015, pp. 1220–1221). Assim, o valor económico da paisagem depende da qualidade percebida e das emoções que essa percepção possa estimular. A literatura revista não aborda importantes aspetos relacionados com a qualidade da paisagem. Por um lado, não define o conceito da qualidade da paisagem, o que torna difícil abordar a paisagem, comparar paisagens de acordo com o seu valor em qualidade e determinar a sua diferenciação. Por outro lado, admite que as emoções

positivas possam gerar vendas de produtos locais, mas nada diz sobre o impacto económico das emoções negativas. Por fim, também não considera a relação complexa entre ambiente e paisagem, pois a qualidade elevada da paisagem pode compensar a qualidade diminuída do ambiente.

Qualidade dos Destinos

A qualidade de um destino é constructo multidimensional (Assaf & Tsionas, 2015, p. 59; Dedeoğlu, 2019, pp. 106–107). Compõe-se da qualidade das infraestruturas, dos recursos humanos e da natureza/ambiente (Assaf & Tsionas, 2015, p. 59), de propriedades contextuais que são facilitadoras da vida das pessoas (segurança, proteção, higiene, acessibilidade, transparência, autenticidade e harmonia ambiental; Vinodan & Manalel, 2019, p. 371); abrange a cadeia de valor, a qual marca o processo desde a chegada à partida, nela incluindo a atuação de agentes privados, públicos e sociais locais, informações, serviços, contactos posteriores e memórias (López-Toro et al., 2010, p. 271). Os atributos dos destinos turísticos influenciam a experiência, a satisfação e a perceção da qualidade dos destinos (Moon & Han, 2018, p. 72). A qualidade percebida dos destinos depende do envolvimento dos turistas com o destino, da informação disponível e do conhecimento existente convertido em imagem da qualidade (Dedeoğlu, 2019, pp. 106–107), da qualidade dos serviços (Chin & Lo, 2017, p. 467) e do suporte prestado pelas comunidades que vivem nos destinos (Chin & Lo, 2017, p. 474). Assim, a qualidade dos destinos é apresentada a partir da sua composição, propondo a sua caracterização e não a sua definição, vincando que é produto e não processo.

A qualidade dos destinos desempenha um importante papel no turismo. A qualidade é fator essencial à promoção e sustentação dos destinos e a comunidade é essencial à qualidade, podendo agir mais como acionista do que como parte interessada (Vinodan & Manalel, 2019, pp. 366, 368). A literatura mostra que a qualidade de um destino depende de fatores intrínsecos (natureza e funções do destino) e extrínsecos (aprendizagem subjetiva do destino; López-Toro et al., 2010, p. 273). Em resumo, a qualidade impacta o desempenho do turismo (Assaf & Tsionas, 2015, p. 70). Contudo, a gestão da qualidade dos destinos é complexa. Na sua cadeia de valor, predominam pequenos e médios negócios subdotados de competências gestionárias; a sua composição integra uma amálgama de produtos e de experiências subjetivas; a inseparabilidade entre a produção e o consumo dos serviços, o que dificulta a prevenção e aumenta o risco da não qualidade (Woods & Deeganm, 2006, pp. 76–79). Por isso, a gestão da qualidade dos destinos turísticos deve recorrer a comunidades de práticas para partilhar conhecimento e melhorar a formação dos agentes turísticos (Woods & Deeganm, 2006, pp. 89–93). Assim, a qualidade dos destinos é um importante fator do sucesso dos destinos e, dada a sua natureza, a sua gestão é difícil. A literatura revista apresenta algumas fragilidades. Concretamente, (a) não define o conceito qualidade dos destinos, o que dificulta a sua gestão estratégica teoricamente orientada, (b) reconhece a complexidade da qualidade dos destinos, mas não desenvolve teoria holística que organize a sua compreensão teórica e abordagem prática.

A importância dos destinos depende da sua escolha pelos turistas, a qual reproduz a imagem social do destino. Por um lado, a importância dos destinos nas escolhas dos turistas depende dos sentimentos, das crenças e das opiniões acerca das capacidades dos destinos satisfazerem as suas necessidades (Fraguell et al., 2016, p. 884). Por exemplo, os turistas mais interessados em atividades de lazer baseadas na natureza são mais sensíveis aos destinos e são mais ativos na partilha de informação sobre as suas experiências (Ban & Ramsaran, 2017, p. 144). Por outro lado, a literatura mostra que a comunidade é fator da experiência dos turistas, sobretudo os residentes que suportam o turismo (Kim et al., 2013, p. 529). Por fim, a adoção da responsabilidade social dos destinos melhora a perceção da qualidade de vida dos residentes (Su et al., 2018). Por isso, os destinos devem ser assumidos como objetos de gestão, nelevolvendo política e estratégias de emprego e sensibilização das comunidades locais para a importância económica do turismo (Mathew & Sreejesh, 2017, p. 88). Assim, a gestão dos destinos deve considerar o alinhamento entre a exploração dos destinos e o desenvolvimento sustentável (Chin & Lo, 2017, p. 474), a adequação dos fluxos turísticos à capacidade de carga com as perceções subjetivas da qualidade de vida e da qualidade da experiência (Dioko & So, 2017) e considerar que a perceção do turismo como processo responsável é preditora da perceção da sustentabilidade do destino turístico (Mathew & Sreejesh, 2017, p. 86). Segundo a literatura revista, a imagem do destino considerada pelos turistas na decisão de escolha tem importância fundamental, a qual resulta das suas experiências baseadas nas suas perceções da qualidade do destino. A imagem dos destinos é produto da atuação das comunidades nelas alojadas, da proximidade do turismo a um desejável modelo de responsabilidade social e sustentabilidade. Porém, a literatura revista apresenta algumas fragilidades. Concretamente, (a) não analisa a imagem construída dos destinos (nos processos de receção) por referência à identidade dos destinos (nos processos de emissão), (b) é escassa na análise das práticas de responsabilidade social e no seu impacto na sustentabilidade dos destinos e (c) não oferece modelos teóricos que ajudem a avaliar os impactos de fluxos turísticos segundo as características dos destinos e, desse modo, a determinar o ponto de rutura da sustentabilidade.

Conclusões

Foram rastreadas e analisadas as definições encontradas na literatura sobre os tópicos em análise. Dessa análise podem ser formuladas as seguintes conclusões relativas à definição da qualidade: a literatura não adota nem formula nenhuma definição da qualidade que permita operacionalizar a investigação científica e organizar a prática gestonária em qualquer daquelas dimensões do sistema turístico; o uso do signo “qualidade” tem função mais representacional e expressiva de uma área de gestão do que tem função analítica de uma área de gestão; a perceção humana é apresentada como mediadora, mas o processo de mediação, o qual implica a significação, é insuficientemente analisado.

A revisão da literatura permite, ainda, produzir inferências sobre tópicos afins ou complementares da qualidade, os quais igualmente podem expressar oportunidades de melhoria do conhecimento. É insuficientemente explorada a comunicação da

qualidade dos destinos e da qualidade dos ambientes, a perceção dos riscos dos destinos, o posicionamento dos destinos turísticos e a sua relação com a qualidade, bem como o valor económico da paisagem; merecem abordagem mais problematizadora a ambivalência do ambiente e a relação entre ambiente e paisagem.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

Referências

- Aminu, M., Matori, A. N., Yusof, K. W., Malakahmad, A., & Zainol, R. B. (2015). A GIS-based water quality model for sustainable tourism planning of Bertam River in Cameron Highlands, Malaysia. *Environmental Earth Sciences*, 73(10), 6525–6537. <https://doi.org/10.1007/s12665-014-3873-6>
- Assaf, A. G., & Tsionas, E. G. (2015). Incorporating destination quality into the measurement of tourism performance: A Bayesian approach. *Tourism Management*, 49, 58–71. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.02.003>
- Awaritefe, O. D. (2003). Destination environment quality and tourists' spatial behaviour in Nigeria: A case study of third world tropical Africa. *International Journal of Tourism Research*, 5(4), 251–268. <https://doi.org/10.1002/jtr.435>
- Ban, J., & Ramsaran, R. R. (2017). An exploratory examination of service quality attributes in the ecotourism industry. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 34(1), 132–148. <https://doi.org/10.1080/10548408.2016.1141155>
- Becken, S., Jin, X., Zhang, C., & Gao, J. (2017). Urban air pollution in China: Destination image and risk perceptions. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(1), 130–147. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1177067>
- Callaos, N., & Callaos, B. (1994). Designing with systemic total quality. *Educational Technology*, 34(1), 29–36.
- Carneiro, M. J., Lima, J., & Silva, A. L. (2015). Landscape and the rural tourism experience: Identifying key elements, addressing potential, and implications for the future. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(8–9), 1217–1235. <https://doi.org/10.1080/09669582.2015.1037840>
- Chin, C. H., & Lo, M. C. (2017). Rural tourism quality of services: Fundamental contributive xs from tourists' perceptions. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 22(4), 465–479. <https://doi.org/10.1080/10941665.2016.1276465>
- Dedeoğlu, B. B. (2019). Shaping tourists' destination quality perception and loyalty through destination country image: The importance of involvement and perceived value. *Tourism Management Perspectives*, 29, 105–117. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2018.11.006>
- Dioko, L. D. A., & So, A. S. (2017). Residents' quality of life and visitors' quality of experience: Revisiting tourism carrying capacity in Macao. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 9(3), 349–360. <https://doi.org/10.1108/WHATT-02-2017-0006>
- Fraguell, R. M., Martí, C., Pintó, J., & Coenders, G. (2016). After over 25 years of accrediting beaches, has blue flag contributed to sustainable management? *Journal of Sustainable Tourism*, 24(6), 882–903. <https://doi.org/10.1080/09669582.2015.1091465>
- Kim, K., Uysal, M., & Sirgy, M. J. (2013). How does tourism in a community impact the quality of life of community residents? *Tourism management*, 36, 527–540. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.09.005>

- Law, R., & Cheung, C. (2007). Air quality in Hong Kong: A study of the perception of international visitors. *Journal of Sustainable Tourism, 15*(4), 390–401. <https://doi.org/10.2167/jost637.0>
- López-Toro, A. A., Díaz-Muñoz, R., & Pérez-Moreno, S. (2010). An assessment of the quality of a tourist destination: The case of Nerja, Spain. *Total Quality Management, 21*(3), 269–289. <https://doi.org/10.1080/14783360903553164>
- Luo, Q., Song, Y., Hu, X., Zhu, S., Wang, H., & Ji, H. (2018). Effects of tourism disturbance on habitat quality and population size of the Chinese giant salamander (*Andrias davidianus*). *Wildlife Research, 45*(5), 411–420. <https://doi.org/10.1071/WR17092>
- Martín-Cejas, R. R. (2006). Tourism service quality begins at the airport. *Tourism Management, 27*(5), 874–877. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.05.005>
- Mathew, P. V., & Sreejesh, S. (2017). Impact of responsible tourism on destination sustainability and quality of life of community in tourism destinations. *Journal of Hospitality and Tourism Management, 31*, 83–89. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2016.10.001>
- Moon, H., & Han, H. (2018). Destination attributes influencing Chinese travelers' perceptions of experience quality and intentions for island tourism: A case of Jeju Island. *Tourism Management Perspectives, 28*, 71–82. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2018.08.002>
- Ruelle, C., Halleux, J. M., & Teller, J. (2013). Landscape quality and brownfield regeneration: A community investigation approach inspired by landscape preference studies. *Landscape Research, 38*(1), 75–99. <https://doi.org/10.1080/01426397.2011.647898>
- Ryan, C., Gu, H., & Chon, K. (2010). Tourism to polluted lakes: Issues for tourists and the industry. An empirical analysis of four Chinese lakes. *Journal of Sustainable Tourism, 18*(5), 595–614. <https://doi.org/10.1080/09669581003615608>
- Shye, S. (2010). The motivation to volunteer: A systemic quality of life theory. *Social Indicators Research, 98*(2), 183–200.
- Solano, J., De Ovalles, M. P., Rojas, T., Padua, A. G., & Morales, L. M. (2003). Integration of systemic quality and the balanced scorecard. *Information Systems Management, 19*(4), 64–79. <https://doi.org/10.1201/1078/43203.20.1.20031201/40086.9>
- Stephenson, J. (2010). The dimensional landscape model: Exploring differences in expressing and locating landscape qualities. *Landscape Research, 35*(3), 299–318. <https://doi.org/10.1080/01426391003743934>
- Su, L., Huang, S., & Huang, J. (2018). Effects of destination social responsibility and tourism impacts on residents' support for tourism and perceived quality of life. *Journal of Hospitality and Tourism Research, 42*(7), 1039–1057. <https://doi.org/10.1177/1096348016671395>
- Su, Y., & Teng, W. (2018). Contemplating museums' service failure: Extracting the service quality dimensions of museums from negative on-line reviews. *Tourism Management, 69*, 214–222. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.06.020>
- Vinodan, A., & Manalel, J. (2019). Examining the linkages of community intervention strategies and destination quality of ecotourism destinations. *Journal of Quality Assurance in Hospitality and Tourism, 20*(3), 362–386. <https://doi.org/10.1080/1528008X.2018.1537820>
- Wang, L., Fang, B., & Law, R. (2018). Effect of air quality in the place of origin on outbound tourism demand: Disposable income as a moderator. *Tourism Management, 68*, 152–161. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.03.007>
- Woods, M., & Deeganm, J. (2006). The fuchsia destination quality brand: Low on quality assurance, high on knowledge sharing. *Journal of Quality Assurance in Hospitality and Tourism, 7*(1–2), 75–98. https://doi.org/10.1300/J162v07n01_05

**III – Património
Cultural:
Festividades,
Artesanato e
Gastronomia**

A Semana Santa de Braga: Impacto Económico, Perfil do Visitante e Satisfação

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.13>

João Cerejeira

Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais, Escola de Economia e Gestão,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-6544-6116>
joao.cerejeira@eeg.uminho.pt

Isabel Correia

JusGov, Escola de Direito, Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6735-3148>
icorreia@eeg.uminho.pt

Sílvia Sousa

Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais, Escola de Economia e Gestão,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1148-0754>
ssousa@eeg.uminho.pt

Resumo

A Semana Santa de Braga constitui, não apenas um fenómeno religioso, mas, sobretudo, um evento cultural que atrai, ano após ano, um número significativo de turistas. Motivado pelo impacto económico estimado para o ano de 2017, que traduz a inegável relevância deste evento para a economia da cidade e da região, o presente estudo pretende caracterizar o perfil do visitante para assim contribuir para a oferta de programações adequadas e a implementação de estratégias eficazes de marketing turístico. A abordagem baseia-se na perspetiva do consumidor, procurando determinar quem viaja para assistir ao evento, as suas motivações e o seu grau de satisfação relativamente a este evento. A metodologia utilizada usa dados primários e inclui a estimação de modelos econométricos que permitem identificar o perfil do visitante e distinguir entre visitantes nacionais e estrangeiros, bem como aferir o seu grau de satisfação, comparando-a com a revelada pelos residentes. Os resultados obtidos sugerem perfis de visitantes diferentes, com base na sua origem geográfica, sugerindo a necessidade de moldar a oferta e a sua promoção, de acordo com o perfil de visitante pretendido. Contudo, diferentes origens não se refletem, em geral, no nível de

satisfação do visitante, estando esta última relacionada com outras características sociodemográficas.

Palavras-chave

turismo, perfil do visitante, satisfação, impacto económico, Semana Santa

Introdução

Dada a sua importância para as economias locais, o turismo tornou-se um tópico de interesse crescente na literatura económica. A avaliação do impacto económico de eventos de interesse turístico tem vindo a merecer a atenção de um relativamente vasto campo dessa literatura, permanecendo em aberto a questão de saber se essas experiências turísticas são um constructo unidimensional ou multidimensional (Sánchez-Cañizares & López-Guzmán, 2012). Um destino turístico (por exemplo, cidade, região ou local) é cada vez menos visto como um conjunto de recursos naturais, culturais, artísticos ou ambientais distintos, para ser considerado uma carteira complexa e integrada de serviços oferecidos por um destino que fornece experiências ajustadas às necessidades dos turistas (Cracolici & Nijkamp, 2009).

A Semana Santa de Braga, a mais antiga e maior de Portugal, constitui, não apenas um fenómeno religioso, mas, sobretudo, um evento cultural. Os eventos culturais/religiosos servem de motivo para a atração turística, criando emprego e promovendo o desenvolvimento local. Com base neste pressuposto, uma vasta literatura económica tem versado sobre os efeitos económicos da cultura em termos da criação de emprego e da sua contribuição para o produto interno bruto (PIB) da região.

Tipicamente, a avaliação dos impactos económicos de eventos culturais/religiosos centra-se nos benefícios económicos associados ao turismo. Na determinação do impacto direto da Semana Santa de Braga, de 2017, Cerejeira et al. (2018) estimaram que, durante esse período, cerca de 64.000 pessoas tenham visitado a cidade e, destas, cerca de 22.000 tenham pernoitado na cidade. Estimaram ainda que cada visitante tenha realizado uma despesa média diária entre os 47,3€ e os 120,9€, dependendo da sua origem e do tipo de alojamento utilizado, o que perfaz um total de despesa de cerca de 5.000.000€. Considerando apenas a despesa adicional associada ao evento, estimaram um impacto direto que ultrapassa os 2.900.000€.

Além do impacto direto da Semana Santa, há ainda que considerar os seus impactos indiretos e induzidos. Ou seja, esta procura de bens e serviços pelos visitantes vai ter um impacto indireto sobre os fornecedores dos estabelecimentos que vendem esses bens e serviços e o aumento da produção local de bens e serviços para satisfazer as necessidades dos visitantes vai ter efeitos no rendimento (salários e rendimento de capital) e no emprego da região, provocando acréscimos no consumo que levarão, conseqüentemente, a acréscimos na produção – os efeitos induzidos.

Aplicando os multiplicadores disponíveis para a economia portuguesa, Cerejeira et al. (2018) apuraram um impacto total (direto, indireto e induzido) no volume de negócios na ordem dos 12.900.000€, que tem associado um valor acrescentado de cerca de 7.300.000€. Os impactos direto, indireto e induzido no volume de negócios rondam os 7.500.000€ e os 4.200.000€ no valor acrescentado.

Dada a importância deste evento para a economia da cidade e da região, caracterizar o perfil dos visitantes e a sua satisfação contribui para a compreensão do seu comportamento e logo permite adequar a oferta de programações e implementar estratégias eficazes de marketing turístico. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar e caracterizar o perfil do visitante que se desloca a Braga, durante as festividades da Semana Santa, considerando alguns dos fatores que potencialmente determinam a escolha do destino, tais como a idade, o género, o rendimento, a origem, a motivação da visita e os gastos (efetuados ou previstos) do visitante. Analisam-se ainda as perceções dos visitantes acerca da qualidade da programação do evento, dos serviços utilizados e da área visitada, por forma a determinar o seu grau de satisfação. A origem geográfica dos visitantes é particularmente analisada, comparando-se os perfis dos visitantes nacionais e estrangeiros. A origem dos visitantes é ainda tida em conta na análise da sua satisfação, esta última comparada com a revelada pelos residentes.

O presente estudo começa por apresentar, de forma sucinta, o contexto socioeconómico de Braga e a Semana Santa de Braga. Segue-se um breve enquadramento teórico onde se apresentam, designadamente, alguns estudos sobre o perfil do turista/visitante e a evidência empírica reportada acerca do impacto das características sociodemográficas no seu grau de satisfação. Após a descrição da metodologia adotada, assim como dos dados e suas fontes, segue-se a apresentação dos resultados e sua discussão e análise. O estudo conclui com um conjunto de breves reflexões sobre a relevância dos resultados obtidos para a definição de medidas de política ou estratégias de marketing turístico.

A Semana Santa de Braga

Braga é uma cidade localizada no norte de Portugal. Com mais de 2.000 anos de uma história riquíssima, Braga é também considerada uma das mais jovens cidades europeias. Em termos económicos, e seguindo a tendência nacional, Braga apresentou, entre 2009 e 2015, uma evolução positiva dos indicadores relativos ao turismo. Destacam-se o aumento do número de empresas de alojamento (+62%) e restauração (+19%), do número de estabelecimentos hoteleiros (+42%) e consequente capacidade hoteleira (+43% no número de camas), a que se associa um aumento do número de hóspedes (+53% de dormidas), com uma crescente proporção de hóspedes estrangeiros, de 37% em 2010 para 42% em 2015, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

A Semana Santa de Braga é a mais antiga e maior de Portugal, tendo sido o primeiro evento de natureza religiosa a ser declarado de “interesse para o Turismo”, em fevereiro de 2012, pelo Turismo de Portugal. Estando associada às representações

comemorativas da paixão e morte de Jesus, a Semana Santa de Braga, dando continuidade à sua tradição histórica, apresenta-se hoje enriquecida com elementos inovadores e exclusivos, integrando no seu programa geral de atos religiosos e atos culturais, entre os quais procissões, concertos e exposições. Esta combinação de celebrações de natureza religiosa e cultural, associada a um relevante património histórico, conduz à identificação da Semana Santa de Braga como um importante ativo cultural e religioso, que se tem vindo a revelar na crescente diversidade de eventos incluídos na programação da Semana Santa de Braga.

Enquadrando-se no âmbito do turismo cultural e religioso, o impacto económico e social da Semana Santa de Braga, à semelhança do que se observa relativamente a outras celebrações da mesma natureza em outros pontos do globo, tem vindo a suscitar um crescente interesse por parte dos investigadores. Santos (2011) e Silva (2015), por exemplo, concluem sobre a importância da dinamização económica potenciadora do desenvolvimento da cidade, entre os principais benefícios do evento apontados pelos inquiridos, sinalizando a circulação automóvel e estacionamento como os principais aspetos a melhorar. A estes contributos para a riqueza e emprego da cidade e da região, Barroso (2018) acrescenta a importância deste evento para a valorização do património e a afirmação de Braga como destino turístico.

Perfil do Visitante, Satisfação e Lealdade

A relação entre o perfil do turista/visitante e a satisfação é particularmente relevante, dada a importância das perceções dos turistas na escolha do destino, no consumo de bens e serviços durante a estadia e na decisão de retornar.

A satisfação dos turistas e/ou visitantes é um dos aspetos mais explorados neste contexto, sendo um fator a ter em consideração para aumentar a competitividade do destino e um conceito central para compreender o seu comportamento durante a estadia e no futuro (Andriotis et al., 2008).

Os estudos de satisfação geralmente incluem avaliações de diferentes atributos do destino numa escala ordinal. Através dessa escala, o turista pode expressar a sua satisfação, insatisfação ou indiferença relativamente a cada atributo. A satisfação pode ser determinada por fatores objetivos (por exemplo, as características dos produtos e serviços) ou subjetivos (por exemplo, as necessidades dos clientes e as emoções) e está fortemente relacionada com o conceito de lealdade para com o destino, designadamente com a decisão de repetir ou recomendar a visita (Correia et al., 2017).

Vários estudos têm procurado estabelecer a relação entre a satisfação e as características demográficas e comportamentais dos turistas, mas, em geral, a literatura mostra que não há consenso sobre o papel desses fatores na determinação da satisfação (ver, por exemplo, Agyeiwaah et al., 2016; Alegre & Garau, 2010; Valle et al., 2006).

Ainda que o consenso não esteja estabelecido relativamente ao tipo de impacto, há evidência de que as características dos indivíduos influenciam a sua satisfação (por

exemplo, Kerstetter et al., 2001, ou Master & Prideaux, 2000), designadamente: o género (Huh, 2002; Qu & Li, 1997); o seu nível de rendimento (Esu & Arrey, 2009), particularmente no que diz respeito ao alojamento, sendo menos relevante no que diz respeito a atrações, eventualmente por algumas serem gratuitas ou monetariamente acessíveis (Agyeiwaah et al., 2016); o nível de escolaridade, com indivíduos com níveis mais elevados a apresentar um nível de exigência superior (Qu & Li, 1997; Valle et al., 2006) ou com resultados ambíguos (Mechinda et al., 2009); ou a origem dos indivíduos, com os nacionais a apresentarem níveis de satisfação inferiores, decorrentes da perceção de que são menos bem tratados do que os estrangeiros (Valle et al., 2006).

Metodologia e Dados

No sentido de dar resposta ao objetivo de traçar o perfil do turista e do visitante de Braga durante a Semana Santa e avaliar a satisfação destes com este evento e com a cidade de Braga, foi aplicado um questionário composto por 20 questões. Com base neste questionário foram obtidos detalhes básicos sobre os visitantes/turistas (cinco questões) e a sua estadia em Braga (11 questões).

Duas questões baseadas numa escala de Likert com 5 níveis (de 1 - *muito fraco* a 5 - *muito bom*) foram estruturadas para medir os níveis de satisfação dos turistas com a programação da Semana Santa e com um conjunto de atributos da cidade de Braga. A opção “sem opinião” foi também incluída como possibilidade de resposta, para o caso dos respondentes que não tinham tido, até ao momento da entrevista, qualquer experiência relativamente a algum dos atributos da programação ou da cidade.

Os atributos avaliados, que representam os atributos do destino incluíam: o comércio, a restauração/gastronomia, o património cultural e arquitetónico, o espaço de circulação pedestre, a circulação automóvel e o estacionamento, a segurança, a limpeza em geral, a hospitalidade das pessoas e a relação preço/qualidade dos serviços prestados.

Relativamente à programação da Semana Santa, o questionário incluía a avaliação das procissões e das celebrações religiosas, dos concertos e espetáculos e das exposições. Incluía ainda a avaliação de um conjunto de atributos tais como a qualidade e a diversidade da programação, a sua divulgação e os locais escolhidos para acolher essa programação.

Os questionários foram aplicados aos transeuntes, entre os dias 12 de abril e 15 de abril de 2017, tendo sido obtidas 1.106 respostas. A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória de 1.106 inquiridos é de 2,95%, com um nível de confiança de 95%. Foram entrevistados aleatoriamente os transeuntes das ruas do centro histórico, tendo as entrevistas decorrido no período entre as 14h e as 20h na quarta-feira e na quinta-feira e entre as 11h e as 21h na sexta-feira e no sábado, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1

Inquérito de rua:
calendarização e
número de respostas.

Dia	Horário	Respostas
Quarta	14h – 20h	216
Quinta	14h – 20h	207
Sexta	11h – 21h	424
Sábado	11h – 21h	259
Total		1.106

A análise econométrica do perfil do visitante estrangeiro, por comparação com o visitante nacional, envolveu a estimação de um modelo Probit, sendo este um modelo que permite a predição de valores tomados por uma variável categórica binária, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias.

Analizamos também a associação entre um conjunto de atributos sociodemográficos dos visitantes e a sua satisfação com diferentes aspetos da programação e com a Semana Santa de Braga em geral. Para tal, estimaram-se outros sete modelos Probit, com o objetivo de estimar os determinantes sociodemográficos da satisfação dos inquiridos relativamente a seis dimensões relacionadas com a programação e o evento (procissões; exposições; programa; diversidade; divulgação e locais) e a satisfação com a Semana Santa de Braga em termos globais.

Resultados

Com base nas respostas obtidas aos questionários, é possível antecipar o perfil do visitante, tendo em conta um conjunto de características socioeconómicas, distinguindo entre visitantes nacionais e estrangeiros (Tabela 2).

Tabela 2

Caracterização da amostra.

	Nacional	Estrangeiro	Total
	%	%	%
Género			
Masculino	43,5	51,8	48,3
Feminino	56,5	48,2	51,7
Habilitações			
Básico	21,5	5,0	12,0
Secundário	22,4	22,3	22,3
Superior	56,2	72,7	65,7
Escalão etário			
[16–24]	9,4	6,3	7,6
[25–44]	26,9	38,5	22,5
[45–64]	44,7	46,2	45,5
[65–...]	19,0	9,0	13,3

Como se pode observar, no que diz respeito aos visitantes nacionais, há uma maior percentagem de mulheres, cerca de 56% possuem o ensino superior e cerca de 45% encontram-se na faixa etária dos 45 aos 64 anos, aumentando para cerca de 72%, quando se considera a faixa etária dos 25 aos 64 anos. A análise dos dados relativamente aos visitantes estrangeiros sugere uma maior percentagem de homens, uma percentagem superior de indivíduos com o ensino superior (cerca de 73%) e uma concentração semelhante dos visitantes entre os 45 e 64 anos (cerca de 46%) e superior dos visitantes entre 25 e 64 anos (85%).

Recorrendo a modelos econométricos de escolha discreta (Probit), estimamos a probabilidade de encontrarmos, entre os visitantes estrangeiros, determinadas características sociodemográficas, reportando-se, na Tabela 3, os efeitos marginais. Os resultados corroboram a análise descritiva, permitindo elaborá-la em termos quantitativos.

Variáveis independentes	Efeitos marginais
Sexo feminino	-0,089*** (0,034)
Escalão etário [25–44]	0,179*** (0,069)
Escalão etário [45–64]	0,144** (0,067)
Escalão etário [65–...]	0,031 (0,081)
Habilitações ensino secundário	0,307*** (0,061)
Habilitações ensino superior	0,367*** (0,054)
Observações	775

Tabela 3

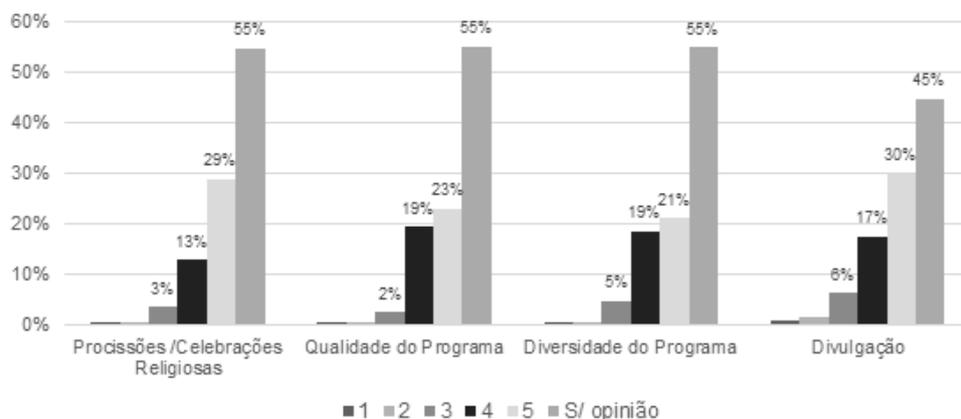
Características dos visitantes estrangeiros, por comparação com os nacionais.

Nota. Erros-padrão entre parêntesis. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$. Categorias base: sexo masculino; escalão etário [16–24]; habilitações ensino básico. Variável dependente: Visitante estrangeiro = 1 | Nacional = 0

A análise dos resultados permite concluir que, em média, um visitante do sexo feminino tem uma probabilidade 9% inferior de ser estrangeiro; um visitante com idade entre os 25 e os 44 anos tem uma probabilidade 17,9% superior de ser estrangeiro e um visitante com idade entre os 45 e os 64 anos tem uma probabilidade 14,4% superior de ser estrangeiro, comparada com a probabilidade de um visitante com idade até aos 24 anos; e um visitante com o ensino secundário tem uma probabilidade 30,7% superior de ser estrangeiro e um visitante com o ensino superior tem uma probabilidade 36,7% superior de ser estrangeiro, comparativamente a um visitante com o ensino básico. Resumindo, os visitantes do sexo masculino, mais velhos e com níveis de escolaridade mais elevados, têm maior probabilidade de ser estrangeiros.

A informação sobre o perfil do visitante ganha relevância quando relacionada com o seu grau de satisfação, permitindo sinalizar as características individuais que determinam a satisfação. Em geral, os resultados apontam para níveis de satisfação elevados relativamente aos elementos da programação, ainda que se observe uma proporção significativa de indivíduos sem opinião (Figura 1).

Figura 1
Avaliação da programação.



Uma possível razão para esta ausência de opinião poderá decorrer do facto de, aquando da resposta ao questionário, o indivíduo ainda não ter tido nenhuma experiência relacionada com a programação do evento (Cerejeira et al., 2018). Considerando as avaliações dos visitantes e distinguindo entre dois grupos, designadamente um grupo com avaliações *muito bom* e outro com avaliações iguais ou inferiores a *bom* , estimaram-se, separadamente, modelos Probit para um conjunto de dimensões, relacionadas com a programação e o evento: procissões; exposições; programa; diversidade; divulgação; locais e, finalmente, em termos globais, reportando-se os resultados na Tabela 4.

Tabela 4

Determinantes da satisfação da programação – visitantes (modelos Probit).

Nota. Erros-padrão entre parêntesis. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$. Categorias base: sexo masculino; escalão etário [16–24]; habilitações ensino básico. Variável dependente = 0 para respostas iguais ou inferiores a *bom* ; = 1 para respostas = *muito bom* .

Variáveis	Procissões	Concertos	Exposições	Programa	Diversidade	Divulgação	Locais	Global
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Visitante estrangeiro	0,008 (0,062)	0,130 (0,104)	0,139 (0,088)	0,084 (0,061)	0,061 (0,062)	0,027 (0,057)	0,107* (0,055)	0,016 (0,046)
Sexo feminino	0,076 (0,059)	0,070 (0,102)	0,169* (0,088)	0,112* (0,058)	-0,009 (0,059)	-0,060 (0,054)	0,062 (0,054)	0,001 (0,045)
Escalão etário [25–44]	0,211 (0,133)	-0,025 (0,199)	0,181 (0,165)	0,239** (0,119)	0,147 (0,121)	0,110 (0,115)	0,122 (0,117)	0,048 (0,096)
Escalão etário [45–64]	0,166 (0,130)	-0,025 (0,194)	0,196 (0,160)	0,241** (0,116)	0,189 (0,119)	0,040 (0,112)	0,091 (0,115)	0,073 (0,094)
Escalão etário [65–...]	0,224 (0,140)	-0,040 (0,212)	0,148 (0,174)	0,362*** (0,129)	0,225* (0,134)	0,015 (0,124)	0,124 (0,125)	0,154 (0,106)
Habilitações, secundário	-0,102 (0,0930)	-0,105 (0,166)	-0,346** (0,145)	-0,044 (0,099)	-0,125 (0,102)	-0,173** (0,088)	-0,162* (0,085)	-0,120 (0,078)
Habilitações, superior	-0,147* (0,081)	-0,114 (0,152)	-0,201 (0,129)	-0,008 (0,089)	-0,063 (0,092)	-0,127 (0,078)	-0,078 (0,076)	-0,017 (0,071)
Observações	266	102	122	283	285	337	321	505

Os resultados obtidos permitem concluir que, no que diz respeito à probabilidade de os indivíduos avaliarem um item como *muito bom* , apenas se observam diferenças entre os visitantes nacionais e estrangeiros na avaliação dos locais escolhidos para a realização dos eventos, sendo os mesmos mais apreciados pelos visitantes estrangeiros. As mulheres, comparativamente com os homens, avaliam melhor a programação, que tende a ser mais valorizada à medida que a idade aumenta. Entre os indivíduos no escalão etário mais elevado, também se observa uma maior valorização da diversidade da programação. Finalmente, níveis de escolaridade mais elevados estão associados a indivíduos mais críticos, em particular os indivíduos com nível de escolaridade superior tendem a ser mais críticos relativamente às procissões e indivíduos com o ensino secundário tendem a ser mais críticos relativamente às exposições, divulgação e locais, comparativamente aos indivíduos com o ensino básico.

O grau de envolvimento dos habitantes da cidade, quer participando, quer assistindo aos eventos, motiva o interesse em aferir também o grau de satisfação dos residentes. Assim, reproduziu-se o exercício na base da Tabela 4, considerando para além dos visitantes e a sua origem, os residentes. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 5.

Variáveis	Procissões	Concertos	Exposições	Programa	Diversidade	Divulgação	Locais	Global
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Visitante nacional	-0,015 (0,050)	0,013 (0,085)	-0,034 (0,077)	-0,031 (0,053)	-0,040 (0,053)	-0,012 (0,049)	-0,054 (0,049)	-0,040 (0,044)
Visitante estrangeiro	0,003 (0,057)	0,141 (0,089)	0,077 (0,084)	0,049 (0,061)	0,016 (0,061)	0,022 (0,056)	0,050 (0,054)	-0,013 (0,046)
Sexo feminino	0,080* (0,044)	0,058 (0,072)	0,104 (0,066)	0,090** (0,046)	0,036 (0,046)	0,029 (0,043)	0,068 (0,042)	0,030 (0,036)
Escalão etário [25–44]	0,247** (0,096)	0,204 (0,135)	0,320*** (0,117)	0,294*** (0,086)	0,177* (0,092)	-0,010 (0,088)	0,105 (0,090)	0,150** (0,072)
Escalão etário [45–64]	0,231** (0,095)	0,187 (0,133)	0,263** (0,114)	0,299*** (0,084)	0,179** (0,091)	-0,050 (0,087)	0,103 (0,089)	0,163** (0,071)
Escalão etário [65–...]	0,222** (0,105)	0,185 (0,147)	0,309** (0,128)	0,352*** (0,097)	0,208** (0,104)	-0,093 (0,097)	0,157 (0,097)	0,264*** (0,081)
Habilitações, secundário	-0,196*** (0,063)	-0,190* (0,107)	-0,248** (0,100)	-0,072 (0,073)	-0,065 (0,074)	-0,131** (0,066)	-0,114* (0,066)	-0,133** (0,059)
Habilitações, superior	-0,216*** (0,055)	-0,173* (0,097)	-0,130 (0,092)	-0,035 (0,066)	-0,030 (0,067)	-0,107* (0,060)	-0,038 (0,059)	-0,067 (0,055)
Observações	473	195	221	465	474	553	524	762

Tabela 5

Determinantes da satisfação da programação – residentes e visitantes.

Nota. Erros-padrão entre parêntesis. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$. Categorias base: sexo masculino; escalão etário [16–24]; habilitações ensino básico. Variável dependente = 0 para respostas iguais ou inferiores a *bom*; = 1 para respostas = *muito bom*.

Os resultados sugerem que a origem dos indivíduos ou o facto de serem residentes não são fatores determinantes das diferenças em termos de satisfação. Encontramos diferenças com base no género, na idade e no nível de escolaridade: as mulheres, comparativamente aos homens, avaliam melhor a programação; à medida que a idade aumenta, a programação e a diversidade tendem a ser mais valorizadas, acontecendo o mesmo em termos globais; embora escalões etários mais elevados avaliem melhor as procissões e as exposições, esta diferença tende a diminuir com o aumento da idade, no caso das procissões, apresentando uma evolução em forma de U, no caso das exposições; níveis de escolaridade mais elevados estão associados a indivíduos mais críticos, nomeadamente, os indivíduos com o ensino secundário apresentam uma maior exigência relativamente a todos os itens com exceção da programação e diversidade, exigência que aumenta nos indivíduos com o ensino superior, no caso das procissões e diminui no caso dos concertos e da divulgação.

Os resultados obtidos estão em linha com os reportados na literatura, na medida em que a avaliação por parte dos homens tende a ser mais exigente, assim como a avaliação por parte dos indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados. A eventual distinção entre visitantes nacionais e estrangeiros não é captada pela sua origem, podendo decorrer das características individuais de cada um dos perfis dos visitantes. Atendendo aos perfis dos visitantes nacionais e estrangeiros e à relação entre as características individuais e o grau de satisfação, a expectativa é que o nível de exigência seja superior entre os visitantes estrangeiros, contrariando, neste caso particular, outros resultados presentes na literatura. Finalmente, a idade influencia a satisfação, sugerindo, em geral, uma relação positiva entre a idade e o grau de satisfação.

Conclusões

Observamos diferenças no perfil do visitante entre visitantes nacionais e estrangeiros. Especificamente, os visitantes do sexo masculino, mais velhos e com níveis de escolaridade mais elevados, têm maior probabilidade de ser estrangeiros. Sendo os visitantes estrangeiros os que efetuam uma despesa média mais elevada (Cerejeira et al., 2018) e, por isso, têm um impacto económico mais significativo na cidade e na região, as campanhas promocionais destinadas a atrair estes visitantes deverão ser adequadas a este perfil.

Relativamente à programação, verificamos que os visitantes estrangeiros tendem a manifestar preferência pela diversidade da programação, valorando menos a componente religiosa do evento. Uma escolha adequada dos locais escolhidos para a realização dos eventos também contribui de forma significativa para a sua satisfação.

Independentemente da origem geográfica (nacionais ou estrangeiros) dos visitantes e turistas, parece ser evidente que a satisfação com as procissões tende a diminuir com a idade e o nível de escolaridade. Esta evidência sugere a necessidade de adequar a programação de forma a satisfazer os diferentes públicos.

Referências

- Agyeiwaah, E., Adongo, R., Dimache, A., & Wondirad, A. (2016). Make a customer, not a sale: Tourist satisfaction in Hong Kong. *Tourism Management*, 57, 68–79. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.05.014>
- Alegre, J., & Garau, J. (2010). Tourist satisfaction and dissatisfaction. *Annals of Tourism Research*, 37(1), 52–73. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.07.001>
- Andriotis, K., Agiomirgianakis, G., & Mihiotis, A. (2008). Measuring tourist satisfaction - a factor-cluster segmentation approach. *Journal Of Vacation Marketing*, 14, 221–235. <https://doi.org/10.1177/1356766708090584>
- Barroso, N. (2018). *O impacto económico do turismo religioso em Braga: O caso da Semana Santa* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/59381>
- Cerejeira, J., Correia, I., & Sousa, S. (2018). *Avaliação do impacto económico da Semana Santa 2017*. Comissão da Quaresma e Solenidades da Semana Santa de Braga.
- Correia, A., Serra, J., & Artal-Tur, A. (2017). Steady tourists' relationship with a mature destination: The case of Portugal. *Tourism Economics*, 23(4), 803–815. <http://hdl.handle.net/10400.1/13109>
- Cracolici, M., & Nijkamp, P. (2009). The attractiveness and competitiveness of tourist destinations: A study of Southern Italian regions. *Tourism management*, 30(3), 336–344. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.07.006>
- Esu, B., & Arrey, V. (2009). Tourists' satisfaction with cultural tourism festival: A case study of Calabar Carnival Festival, Nigeria. *International Journal of Business and Management*, 3(4), 116–125. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v4n3p116>
- Huh, J. (2002). *Tourist satisfaction with cultural/heritage site: The Virginia Triangle* [Dissertação de mestrado, Virginia Polytechnic Institute and State University]. VTechWorks. <https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/32742>
- Kerstetter, D., Confer, J., & Graefe, A. (2001). An exploration of the specialization concept within the context of heritage tourism. *Journal of Travel Research*, 39(3), 267–274. <https://doi.org/10.1177/004728750103900304>
- Master, H., & Prideaux, B. (2000). Culture and vacation satisfaction: A study of Taiwanese tourists in South East Queensland. *Tourism Management*, 21(5), 445–449. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(99\)00100-4](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00100-4)
- Mechinda, P., Serirat, S., & Gulid, N. (2009). An examination of tourists' attitudinal and behavioral loyalty: Comparison between domestic and international tourists. *Journal of Vacation Marketing*, 15(2), 129–148. <https://doi.org/10.1177/1356766708100820>
- Qu, H., & Li, I. (1997). The characteristics and satisfaction of mainland Chinese visitors to Hong Kong. *Journal of Travel Research*, 35(4), 37–41. <https://doi.org/10.1177/004728759703500406>
- Sánchez-Cañizares, S., & López-Guzmán, T. (2012). Gastronomy as a tourism resource: Profile of the culinary tourist. *Current Issues in Tourism*, 15(3), 229–245. <https://doi.org/10.1080/13683500.2011.589895>
- Santos, J. (2011). *Os impactos do turismo religioso - O caso da Semana Santa em Braga*. [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/2237>
- Silva, M. (2015). *O turismo religioso na Semana Santa em Braga* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/40731>
- Valle, P., Silva, J., Mendes, J., & Guerreiro, M. (2006). Tourist satisfaction and destination loyalty intention: A structural and categorical analysis. *International Journal of Business Science and Applied Management*, 1(1), 25–44.

Festa Religiosa em Dois Contextos – Brasil e Portugal

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.14>

Benalva Vitorio

Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania, Universidade Católica de Santos, Santos, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8509-694X>
benalva@unisantos.br

José Gabriel Andrade

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-9778-5865>
jgandrade@ics.uminho.pt

Resumo

Apresentamos os resultados do trabalho teórico e empírico que resulta de um estudo comparativo entre dois santuários marianos – Monte Serrat e Monte Sameiro. Procura-se compreender convergências e divergências socioculturais entre dois países católicos de língua oficial comum, por meio da observação participante e da entrevista. O objetivo desta investigação é contextualizar o ambiente de duas festas da religião católica em dois países lusófonos: Nossa Senhora do Monte Serrat, na cidade de Santos, estado de São Paulo, Brasil; e Nossa Senhora do Sameiro, na cidade de Braga, Portugal. Especificamente, pretendemos perceber quais os pontos de aproximação e de distanciamento entre as festas religiosas no Brasil e em Portugal e analisar em que medida se observa uma inter-relação entre cultura, turismo e religião.

Palavras-chave

santuários marianos, Portugal, Brasil, Santos, Braga, cultura, turismo, paz

Introdução

O objetivo desta investigação é contextualizar o ambiente de duas festas da religião católica em dois países lusófonos: Nossa Senhora do Monte Serrat, na cidade de Santos, estado de São Paulo, Brasil; e Nossa Senhora do Sameiro, na cidade de Braga, Portugal. É nossa intenção perceber quais os pontos de ligação e de discordância entre as festas religiosas no Brasil e em Portugal e ainda entender de que forma as festas religiosas podem ser uma inter-relação entre cultura, turismo e religião. Esta investigação poderá contribuir para a extinção de estereótipos que ainda podem marcar a identidade, tanto de brasileiros em Portugal, quanto de portugueses no Brasil, o que será possível por meio de estudo comparado, demonstrando o que aproxima e distancia as festas marianas nos dois países. E também servir de guia para a atração turística de festas religiosas nos estudos de caso apresentados. A justificativa para a escolha da festa religiosa em homenagem a Nossa Senhora do Monte Serrat deve-se ao fato de ela ser a padroeira da cidade de Santos, onde está localizada a instituição de ensino superior Universidade Católica de Santos. Quanto à escolha da festa religiosa em Portugal deve-se ao local onde está localizada a instituição de ensino superior, Universidade Católica Portuguesa, onde se realiza a peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Sameiro. Das duas instituições de ensino e investigação surgiu a proposta de estudo. A metodologia de trabalho compreendeu duas etapas. Na primeira, o levantamento bibliográfico sobre assuntos relacionados à festa religiosa, património e turismo. Na segunda, a contextualização de cada uma das festas em análise; pesquisa de campo nos dois santuários marianos, por meio de observação participante e entrevista estruturada com sujeitos relacionados com a festa nos dois países; análise dos dados e produção do relatório de pesquisa, integrando a recolha de dados realizada nos dois contextos.

Estado da Arte

As festas no Brasil, segundo Perez (2011, p. 100), são heranças coloniais, regulam as nossas vidas e expressam sentimentos e emoções. Com as festas barrocas, públicas, coloridas, luxuosas, espetáculos e pompas, a ordem colonial promovia o encontro entre a cidade e a religião. As festas religiosas, portanto, representam as manifestações mais antigas do Brasil e as comemorações marcantes nas cidades, como os festejos dedicados aos santos populares, organizados por irmandades religiosas. Nesse sentido, Perez (2011) considera que as festas religiosas são momentos privilegiados do imaginário, com a presença das tradições, descortinando “uma estrutura carnalizadora” (p. 100). Assim, Reis (1991, pp. 62–64) definiu as combinações culturais afro-católicas no Brasil, especialmente em relação às músicas nos enterros, como “carnavalização” da religião. A festa, na visão de Priore (1994, p. 15), marca o espaço e o tempo próprios em que papéis sociais tomam outra dimensão. Neste sentido, são entendidos como tempo de utopias, de diminuição de tensões inerentes à diversidade étnica e às distinções sociais, promovendo diferentes vivências e emoções para uma sociedade que vive do espetáculo, das mudanças, dos contrastes, das misturas.

No campo da religiosidade, o vínculo entre o indivíduo e o sagrado remete-nos à concepção de arquétipos. Segundo Jung (1976/1991), arquétipos são imagens primordiais que se formam gradativamente no inconsciente coletivo da humanidade, ao longo de milhares de anos. Podendo ser sintetizados por imagens e mitos, são formas sem um conteúdo específico, mas portadoras de grande energia e mistério. Um dos mais importantes arquétipos é o da Grande Mãe, com seus vários aspectos e mitos, ela sempre nutre, protege e cuida, conferindo dinâmica intensa de vida, autoestima, relacionamento, autorrecuperação e confiança. Sendo considerada a matriz de todos os vínculos futuros, o materno filial sempre foi o primeiro e o mais significativo na existência de uma criança. Portanto, para a psicologia analítica de Jung (1976/1991), religiosidade é uma função espontânea da psique e tem importância fundamental para a saúde mental e para a busca de significados na existência e em seus desafios. O sagrado é imanente e transcendente ao mesmo tempo. Na revisão literária sobre as festas populares no Brasil, Cavalcanti (2013) ressaltou que nelas confraternizam pessoas de diferentes classes sociais e raças/etnias, que constituem a realidade nacional, mesclando elementos do sagrado e do profano, envolvendo elementos religiosos de diversas matrizes. Nesse sentido, a antropóloga considera que a festa é um ritual por excelência.

Um outro aspecto importante a se considerar no estudo das festas religiosas é o reconhecimento dessas celebrações como patrimônio cultural. Segundo Márcia Sant'Anna, diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em entrevista realizada por Suelen Menezes (2009) para a *Revista Desafios do Desenvolvimento*,

pode-se afirmar, sem medo de errar, que toda cidade no Brasil celebra, pelo menos, seu santo padroeiro. Misturando as crenças, devoções e formas religiosas trazidas pelos portugueses e pelos escravos africanos com as dos indígenas nativos, as celebrações religiosas fazem parte do processo histórico de formação do Brasil. (p. 78)

Esses elementos fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial, definido pela Unesco, na sua convenção de 2003.

Nas festas organizadas pelas comunidades religiosas apontamos o dever de aproximar os eventos ao turismo comunitário. Sobre isso, entende-se toda a forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distintiva do turismo comunitário é a sua dimensão humana e cultural, ou seja, antropológica, com o objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com os visitantes (fiéis), na perspectiva de conhecer e aprender com os seus respectivos modos de vida.

Essa modalidade de turismo possui particularidades e princípios que se aproximam dos apresentados por Coutinho et al. (2015):

- o turismo é um instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo;
- a participação: a comunidade é a proprietária, gestora, empreendedora dos empreendimentos turísticos;
- o turismo é uma atividade complementar a outras atividades económicas;
- a distribuição justa do lucro e transparência no uso dos recursos;
- a valorização cultural e a armação da identidade;
- a relação de parceria e troca entre turista e comunidade;
- a conservação e sustentabilidade ambiental.

Festa Religiosa Como Turismo Para o Brasil e Para Portugal

As festas religiosas movimentam milhares de turistas provocando o desenvolvimento de pequenos negócios e investimentos. Assim, o turismo religioso é entendido como um incentivo às economias locais gerando emprego e lucro nos lugares onde se localizam as manifestações de culto e celebração. Em Portugal e no Brasil são vários os santuários que recebem celebrações religiosas. Assim, importa perceber o que aproxima ou separa as festas religiosas de Portugal e do Brasil.

Tendo em linha de conta que o presente trabalho compreende uma abordagem às manifestações de homenagem à Grande Mãe, passamos a explicitar o que caracteriza uma festa religiosa. Na análise das festas da Idade Média e do Renascimento, Bakhtin (1965/2010) explica que essas eram expressões de uma carnavalização, na medida em que se opunham à religião, à cultura oficial, à seriedade e ao modo de vida feudal, embora esses elementos estivessem presentes nas festas, ainda que de uma maneira crítica. Nestes rituais religiosos, entendidos como festas, são louvados/as um/a ou mais deuses/as e manifesta-se gratidão a eles/as (Gaarder et al., 1999/2005). Desse modo, podemos entender a festa religiosa como um ritual, no qual religiosos/as, bem como a comunidade em geral, confraternizam entre si e com o sagrado, adorando-o e agradecendo as suas bênçãos. Assim, a devoção tem centralidade, porque os/as religiosos/as congregam-se, tendo em comum a sua devoção, embora possam ser de diversas origens geográficas, géneros, classes sociais e económicas, raças/etnias, entre outros marcadores sociais de diferença. Numa festa religiosa, vamos considerar como elementos de observação, que podem ser nomeados ou discriminados como marcadores religiosos:

altares, santuários, comidas, perfumes, lugares, capelas, templos, amuletos, colares, livros (...) e também gestos, como os silêncios, os olhares, as rezas, encantações, renúncias, canções, poemas, romarias, procissões, peregrinações, exorcismos, milagres, celebrações, festas, adorações. (Alves, 1984, pp. 22–23)

Os fiéis reúnem-se com a finalidade comum de confraternizar, sendo as motivações que levam as pessoas a uma festa religiosa de índole variável. Por um lado, as trocas não comerciais, que podemos nomear de dádiva, observada entre povos indígenas e aborígenes, desde a antiguidade ocidental e entre os ocidentais da atualidade. Para compreender como são feitas essas trocas em uma festa religiosa, lembramos a explicação de Mauss (1925/2003), de que a dádiva tem como objetivo manter e reforçar vínculos com o sagrado, que pode se manifestar em forma de um/a deus/a, das almas dos/as ancestrais mortos/as e da natureza dos/as que assistem e participam do ritual. Essas trocas incitam o sagrado, entendido como o verdadeiro proprietário das coisas e dos bens do mundo. Assim, o sagrado pode ter sido o primeiro com o qual buscamos fazer trocas. Nas sociedades indígenas e aborígenes, clãs, tribos e famílias trocavam bens e riquezas úteis economicamente, mas, “antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras”, o que Mauss (1925/2003, pp. 13–14) chama de “sistema das prestações totais”, porque envolvia aspectos sociais, culturais, económicos, políticos, jurídicos, mágicos, espirituais e estéticos dessas coletividades. Por outro lado, como elementos no contexto da festa religiosa também identificamos a comercialização, as atividades políticas e o turismo não religioso, a esse respeito, lembramos as palavras de Durkheim (1912/1989): “o sagrado e o profano foram sempre e por toda parte concebidos pelo espírito humano como géneros separados, como dois mundos entre os quais não há nada em comum” (p. 70).

Assim, neste trabalho, pretendemos compreender em que medida as festas religiosas podem ser uma inter-relação entre cultura, turismo e religião. Trabalhamos com o pressuposto de que entre os elementos convergentes estão os valores culturais representados pelo Catolicismo; já os divergentes contemplam as características socioeconómicas e geográficas do contexto de cada um dos países em análise, sendo as festas religiosas objeto de turismo para a vida social.

Investigação Interpretativista

Neste estudo, adotaremos o modelo interpretativista (Andrade, 2017) qualitativo recomendando a análise de discurso (Orlandi, 1999; Vitorio, 2007) para o planeamento da investigação que sugere a formulação de hipóteses a partir de uma pergunta inicial. Utilizaremos uma metodologia de trabalho mista com levantamento do estado da arte e pesquisa de campo nos dois santuários marianos, por meio de observação participante e entrevistas estruturadas; análise dos dados e produção do relatório de pesquisa.

As investigações interpretativas atentam na grande multiplicidade de perspectivas que informam sobre o significado e, portanto, rejeitam a possibilidade de o conhecimento ser construído pela desapropriação de valores, relegando a possibilidade de interpretações alternativas a um acidente improvável. Os investigadores interpretativistas abraçam uma multiplicidade de perspectivas e interpretações possíveis, sujeitas a grande subjetivismo (Andrade, 2017, pp. 75–76). Assim, o objetivo geral que regeu a recolha dos dados para a realização do nosso trabalho foi a compreensão dos discursos dos fiéis nos santuários marianos e dos gestores desses espaços. Nesse

sentido, apoiamos a nossa investigação na análise de discurso, da escola francesa (Vitorio, 2007), uma vez que esta, trabalha na confluência de campos do conhecimento, a análise de discurso rompe fronteiras e produz novos recortes de disciplinas, constituindo um novo objeto, o discurso, que vai afetar formas de conhecimento no seu conjunto (Orlandi, 1999, p. 20). O dispositivo de análise contempla as condições de produção, compreendendo o sujeito, a situação e a memória que fazem parte da produção do discurso.

No Brasil

O contexto da festa religiosa analisada no Brasil compreende a cidade de Santos, situada no litoral do estado de São Paulo, que abriga o maior porto da América Latina, ocupa a quinta colocação na economia nacional, sendo a 10.^a colocada em qualidade de vida no país. Os 7 km de praia da cidade de Santos ficaram conhecidos com a inserção no *Guinness Book*, em 2000, como o maior jardim frontal de praia em extensão do mundo. Além disso, em Santos está localizado o clube de futebol que revelou atletas de destaque mundial, como Pelé e Neymar.

A relação da cidade de Santos com o culto da Virgem Maria começou com a colonização do Brasil. Tendo o culto da Virgem de Monte Serrat origem em Espanha, região da Catalunha, onde um pastor encontrou a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus, numa caverna no Monte Serrat. A Nossa Senhora do Monte Serrat chegou à vila de Santos, trazida por D. Francisco de Sousa, sétimo governador geral do Brasil colônia, no período de 1592 a 1605. Este mandou construir uma capela em um dos montes da vila, onde colocou a imagem de Nossa Senhora e o lugar passou a chamar-se Monte Serrat (“Conheça o Seu Bairro – Monte Serrat. Os Milagres no Monte Serrat”, 1982).

A devoção à Nossa Senhora do Monte Serrat no Brasil foi reforçada com o episódio de 1614, quando os holandeses invadiram a Vila de Santos e a população local se refugiou no monte, pedindo proteção à Virgem Maria. Os invasores foram surpreendidos por uma avalanche de pedras, que matou muitos holandeses e colocou em fuga os sobreviventes (“Conheça o Seu Bairro – Monte Serrat. Os Milagres no Monte Serrat”, 1982).

Em 1954, no centenário da definição do dogma da Imaculada Conceição, o Papa Pio XII decretou o Ano Santo Mariano. Durante os festejos realizados por todo o mundo, a câmara municipal de Santos oficializou o título de “padroeira” a Nossa Senhora do Monte Serrat. No mesmo ano, o então prefeito da cidade Antônio Feliciano sancionou a lei que determina Nossa Senhora do Monte Serrat como padroeira de Santos. No dia 8 de setembro de 1955, a Nossa Senhora do Monte Serrat foi coroada oficialmente e esse dia passou a fazer parte do calendário oficial como feriado no município em homenagem à padroeira.

A capela do Monte Serrat está localizada a 175 m do nível do mar, com vista panorâmica de 360 graus de toda a cidade de Santos. Para chegar ao topo há dois caminhos: por bondinho ou a escadaria com 415 degraus, ladeada por 14 nichos em bronze da

Via Sacra. Ao lado da escadaria há uma rampa que vai do sopé do monte até metade do caminho, dificultando o acesso de quem não tem condições de pagar o bondinho ou enfrentar os degraus restantes da escadaria até ao Santuário.

Em 2016, na véspera da festa, quando realizávamos a nossa investigação de campo, foi possível observar os diversos constrangimentos que existem no local para aceder à capela. Por exemplo, encontramos a bebé Amália, chorando nos braços da mãe, uma jovem senhora que tentava acalmar a filha, mas não escondia o desencanto por ter chegado ao fim da rampa, sem conseguir chegar à igreja. Do local onde as duas se encontravam até ao cimo do monte não havia mais rampa e a mãe não tinha forças para levar a criança no carrinho pelas escadas acima. O que nos leva a questionar o desenho do acesso a estes locais de culto. Sendo este conjunto religioso um componente do turismo da cidade, devem ser criadas as condições para que todos, turistas e fiéis, possam usufruir do espaço. Tendo em conta que a festa em homenagem à padroeira de Santos é comemorada no dia 8 de setembro, depois de feriado nacional da comemoração da independência do Brasil, o Monte Serrat recebe muitos turistas nesse período sendo imperativo pensar nos acessos à capela.

Os entrevistados que participaram na festa de homenagem a Nossa Senhora do Monte Serrat, no ano de 2016, consideraram “a festa mais vazia”, em relação aos anos anteriores, atribuindo como causas o alto preço do bondinho e o calor. Nesse ano, quando realizámos a investigação de campo, nos 2 dias da festa, observámos alguns elementos caracterizadores nessa manifestação religiosa: participantes que se portavam como se estivessem em evento de lazer; falta de treinamento dos funcionários no local para receber o grande público; venda de produtos desvinculados à religiosidade; campanha de candidatos políticos para o cargo de prefeito e de vereadores da cidade. Neste espaço sagrado da festa havia um interesse comercial e político, realizado fora da sacralidade da festa, da sua simbologia cultural e da imagem da igreja católica.

Em Portugal

Ao contrário de Santos, a cidade de Braga, em Portugal, tem uma forte relação com a fundação do país e com o seu património religioso que advém da antiguidade da urbe, sendo o monumento religioso cristão mais antigo datado do século VI. Por outro lado, o seu prelado tem o título de “Primaz das Espanhas” desde o século XII.

O objeto de estudo em Portugal foi o Santuário de Sameiro, que presta homenagem a Nossa Senhora da Conceição. A história desse santuário português começou em 1863, quando o Padre Antônio Pereira da Silva construiu um pedestal no alto do Monte Sameiro para colocar a imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, por quem tinha grande devoção. Atualmente, o conjunto arquitetónico do Santuário do Sameiro é constituído pela basílica, a cripta, a escadaria com 265 degraus, praças e jardins. A festa em homenagem à Imaculada Conceição do Sameiro é realizada no dia 12 de junho.

Os relatórios referentes à pesquisa de campo no Monte Sameiro têm dados de observação que merecem destaque, como: bom estado de conservação e limpeza; o comércio distante do santuário, realizado em ambiente fechado, dedicado à venda de produtos religiosos e alimentação; rampas de acesso em todos os locais do santuário; o comportamento da maioria dos visitantes é de respeito e reverência ao sagrado; ausência de campanha política, embora fosse período eleitoral. Ao contrário de Santos, que recebe turistas de várias partes do Brasil e do exterior, o Santuário do Sameiro apresenta características de turismo local.

No alto do monte, destaque-se o imponente Santuário de Nossa Senhora da Conceição, com cinco portas, boa acústica e conservação, ao lado de prédios destinados às atividades da igreja católica, como residências para freiras e padres, capelas e museus, além de uma extensa área verde.

No decorrer da nossa análise foi constatado em relatório que a prática religiosa no monte, em especial durante o mês de junho, altura da Festa da Nossa Senhora do Sameiro, visa estimular o ritual religioso e o turismo local. A prática religiosa nesse contexto visa a coesão social do local, estabelecendo um espaço de convivência e de encontro de fiéis em torno da imagem de culto mariano.

Os fiéis entrevistados reconheceram que o Sameiro também é um local turístico, mas consideraram que o turismo ali praticado é diferente do das grandes cidades, como, por exemplo, Lisboa. Portanto, devido aos santuários, tanto da Imaculada Conceição quanto do Bom Jesus, para onde as pessoas se deslocam por pouco tempo com intuito religioso, Braga e seus arredores apresentam características de turismo local. A esse respeito, um dos entrevistados, Varico Pereira, administrador dos Hotéis do Bom Jesus, considera que a peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora do Sameiro representa uma taxa de turismo local, pois 98% dos peregrinos moram nos arredores e não se hospedam nos hotéis de Braga, o que difere de outros grandes santuários, como o da Aparecida, no Brasil, e o de Fátima, em Portugal. O mesmo não acontece com a rede de restaurantes da região minhota, que recebe grande número de comensais, após a visita ao santuário. Portanto, para o administrador, o impacto da peregrinação ao Santuário do Sameiro na rede hoteleira de Braga é muito baixo, ao contrário de outros eventos religiosos, que movimentam a economia local, como as procissões da Semana Santa e os festejos do São João, quando há participação de muitos estrangeiros, lotando os hotéis.

Ao relacionar o ambiente nos dois santuários marianos, consideramos que, como pesquisadores, nós somos mediadores entre a manifestação religiosa nos dois países, com o intuito de produzir conhecimento por meio da comparação, visando o intercâmbio de saberes para o fortalecimento do trabalho acadêmico, conduzindo a produção de novo conhecimento que requer entendimento recíproco entre sujeitos, no contacto entre nós e os outros, despojando resquícios de estereótipos.

Os locais religiosos, onde perpassa a fé e se tornam pontos turísticos relevantes, seja no âmbito nacional como no internacional, criam realidade natural de patrimónios

culturais, sendo o desafio manter a sua originalidade, integridade e identidade, sem subverter os seus valores, como foi registrado num dos relatórios de trabalho de campo. Diante da simplicidade do Santuário do Monte Serrat e da imponência do Santuário do Sameiro foi possível compreender as identidades, que são “construídas dentro e não fora do discurso” e que devem ser compreendidas como produto “em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”, como preconiza Hall (2000, p. 109).

Considerações Finais

Neste estudo comparativo, consideramos que há inter-relação entre cultura, turismo e religião, com enfoque sociocultural na sua essência, o que requer uma abordagem interdisciplinar, como construção simbólica de significados e necessidades. A religião fomenta o turismo, que se baseia no consumo e comercialização de cultura. Os turistas, nas suas viagens, buscam bens e imagens mensuráveis, palpáveis, que dão suporte ao olhar, vivendo o vício da imagem.

Nas festas religiosas, quando ideias e valores são cognitivamente apropriados pelos sujeitos, por meio de rituais, há condições de se produzirem sentidos. Assim, ao observar os dois santuários, em dois contextos diferentes, e ao entrevistar personagens ligadas aos dois eventos, construímos sentidos, estabelecemos comparações, representadas na tessitura discursiva, de acordo com nossas condições de produção, sem menosprezar a força que a imagem tem na constituição do dizer.

Embora sejam duas festas da igreja católica, ligadas ao culto mariano, observa-se diferenças significativas entre o evento brasileiro e o português. Se, por um lado, em Braga se respira espiritualidade, como se a cidade fosse um santuário católico; em Santos, observa-se descontração de viver e visitar a cidade que tem as praias e o jardim como atrações, sendo a Capela do Monte Serrat mais um ponto de interesse. Portanto, ao comparar as duas cidades confirma-se a concepção de Durkheim (1912/1989), que defende a tensão entre o sagrado e o profano na vida social.

Atualmente, apesar da instabilidade política e econômica, sobretudo no Brasil, permanece a homenagem festiva à Grande Mãe nos dois países, na esperança que ela proteja os seus filhos de todas as adversidades, inclusive nos relacionamentos, desgastados na contemporaneidade. O avanço da tecnologia demonstra uma “fragilidade dos laços humanos, (...) os riscos e ansiedade de se viver junto e separado, em nosso líquido mundo moderno”, lembrando Bauman (2003/2004, p. 13), que radiografou o amor, tanto nos relacionamentos pessoais quanto no convívio social. Esse amor, que representa o sustentáculo do sagrado, alimenta a cultura e o turismo contribuindo para o desenvolvimento nacional, a promoção da paz e a aproximação entre as nações.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

Referências

- Alves, A. (1984). *O que é religião*. Abril Cultural; Brasiliense.
- Andrade, J. (2017). O interpretativismo nas ciências da comunicação: Um modelo de pesquisa entre comunicação, sociedade e tecnologia. In C. Aguilar, É. Ricarte, & L. Silva (Eds.), *Cenários comunicacionais: Entre as sociedades industriais e as emergentes* (pp. 75–90). Media XXI.
- Bakhtin, M. (2010). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (Y. F. Vieira, Trad.). Hucitec. (Trabalho original publicado em 1965)
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos* (C. A. Medeiros, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 2003)
- Cavalcanti, M. (2013). A festa em perspectiva antropológica: Carnaval e folguedos do boi. *Artelogie*, IV, 125–140.
- Conheça o seu bairro – Monte Serrat. Os milagres no Monte Serrat. (1982, 3 de junho). *A Tribuna*.
- Coutinho, G. C. T. P., Thomaz, G. M., & Sampaio, C. A.C. (2015). Turismo comunitário e internet: Análise dos sites das experiências no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, 15(1), 35–51. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/932>
- Durkheim, É. (1989). *As formas elementares da vida religiosa* (P. Neves, Trad.). Paulus. (Trabalho original publicado em 1912)
- Garder, J., Heller, V., & Notaker, H. (2005). *O livro das religiões* (I. M. Lando, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1999)
- Hall, S. (2000) Quem precisa da identidade? In T. Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103–133). Vozes.
- Jung, C. G. (1991). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (M. L. Appy & D. M. R. F. da Silva, Trad.). Routledge. (Trabalho original publicado em 1976)
- Mauss, M. (2003). *Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (P. Neves, Trad.). Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1925)
- Menezes, S. (2009). Festas religiosas, um bem a ser preservado. *Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA*, 7(56), 78–81.
- Orlandi, E. (1999). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Pontes.
- Perez, L. (2011). *Festa, religião e cidade: Corpo e alma do Brasil*. Medianiz.
- Priore, M. (1994). *Festa e utopia no Brasil colonial*. Brasiliense.
- Reis, J. (1991). *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras.
- Vitorio, B. (2007). *Imigração brasileira em Portugal – identidade e perspectiva*. Leopoldianum.

Desafios da Política Patrimonial no Contexto da Timbila Moçambicana

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.15>

Vitor Chibanga

Universidade Politécnica, Maputo, Moçambique
vchibanga@yahoo.com.br

Resumo

Com base nas ratificações da Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) e da Convenção Para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), Moçambique passou a ter obrigação de assumir uma série de medidas de salvaguarda tais como: identificação, documentação, preservação, protecção, promoção, divulgação e transmissão do seu património. É neste âmbito que o presente texto tem como propósito analisar os desafios da timbila enquanto património cultural imaterial moçambicano e mundial, problematizando as medidas necessárias para sua salvaguarda. Para tanto, será feita uma contextualização histórica sobre os factores que concorreram para a elevação da timbila a património cultural da humanidade em 2005; serão analisadas as relações estabelecidas entre o Estado e as comunidades praticantes, tendo em conta os discursos oficiais em volta da timbila e como estes ressoam perante os praticantes; também nos interessa reflectir sobre as práticas promovidas por instituições do Estado, tais como: o ensino da timbila, a inventariação, e a preservação do mwenje que é a matéria-prima para a construção dos instrumentos.

Palavras-chave

timbila, Moçambique, património, salvaguarda

Desafios da Política Patrimonial no Contexto da Timbila Moçambicana

O objecto deste artigo enquadra-se em torno da concepção da timbila enquanto património cultural da humanidade. Este objecto faz parte de um trabalho que venho desenvolvendo desde minha graduação em 2011 e que resultou no texto *Papel da Comunicação no Processo de Salvaguarda da Timbila Chope Como Património da Humanidade* (Chibanga, 2011). Objetivando aprofundar esta pesquisa e aproveitando minha experiência como colaborador do Instituto de Investigação Sócio-Cultural, ingressei no mestrado em performances culturais (Universidade Federal de Goiás [UFG]) cuja linha de pesquisa é “teorias e práticas da performance”. Portanto, este texto, parte tanto das minhas pesquisas académicas quanto daquilo que pude observar enquanto colaborador de um órgão que trabalha com a cultura em Moçambique.

Moçambique ratificou as convenções da Unesco em 2003 e 2005 e, com base nestas ratificações, o país passou a ter obrigação de assumir uma série de medidas de salvaguarda e a timbila enquanto património cultural imaterial possui medidas de salvaguarda específicas devido às suas peculiaridades culturais. No âmbito desta reflexão se faz necessário realizar uma descrição sobre a relevância da timbila, e esta análise se justifica pelo facto de Moçambique, através do Ministério da Cultura, no âmbito da elaboração da sua candidatura da timbila a património da humanidade no ano de 2004, ter definido como prioridade (Wane, 2010, pp. 26–27):

- a preservação do mwenje, que é a madeira necessária à fabricação da mbila e que atualmente se encontra quase em processo de extinção;
- a introdução da timbila no sistema nacional de educação;
- acções de turismo cultural na região de Zavala, de onde a timbila é a cultura típica;
- mecanismos de geração de renda para os artistas;
- construção de um centro cultural temático no distrito de Zavala, no qual se possa preservar a memória histórica e se produzir instrumentos, leccionar.

Com base neste plano de acções do Estado, propomos uma reflexão sobre as peculiaridades da timbila que é um instrumento que tem características que o distinguem de outros instrumentos similares executados em outros países de África e que, muitas vezes, são identificados por outros nomes. É neste âmbito que o presente texto tem como propósito analisar os desafios da timbila enquanto património cultural imaterial moçambicano e mundial, problematizando as medidas necessárias para a sua salvaguarda. Para tanto, será feita uma descrição e contextualização histórica da timbila, serão analisadas as relações estabelecidas entre o Estado e as comunidades praticantes, assim como serão problematizadas algumas práticas levadas a cabo pelas instituições do Estado como a educação, a inventariação e a preservação do mwenje, que é a matéria-prima para a construção dos instrumentos.

A Timbila e o Contexto Histórico

No contexto da etnia chope, segundo Lutero (1980, p. 40), timbila é o termo usado para o plural de mbila, que também é o nome de um instrumento musical pertencente ao grupo dos xilofones e, ao mesmo tempo, nome de uma dança que acompanha os ritmos produzidos pela orquestra instrumental, praticada na província de Inhambane pela etnia chope. Diferentes pesquisadores evidenciam que os chopes “dedicam-se à música, desde há já muitos séculos, sempre com uma paixão extraordinária” (Munguambe, 2000, p. 58).

O registro da timbila, segundo Jopela (2005), teve o seu início em 1560, através da carta escrita pelo padre jesuíta André Fernandes aos seus superiores em Portugal e Goa. Na tal carta, designava o povo que encontrou nos quadrantes das terras chopes de “gentes afortunadas”, devido à sua capacidade de compor, cantar e fazer arte. Este registo constitui como um marco da etnografia da música em Moçambique. Embora Henri Junod (1996) tenha falado sobre timbila, o estudo que trouxe uma análise mais profunda sobre esta manifestação foi o trabalho desenvolvido pelo etnomusicólogo Hugh Tracey (1949), que chamou a atenção da comunidade científica sobre a singularidade contida na música e dança da timbila, enquanto uma expressão cultural e incentivou o aprofundamento de outras pesquisas na área.

No período pós-independência, os músicos chopes (assim como imensa parte da população moçambicana) viveram momentos difíceis da sua história, pois Moçambique esteve mergulhado no conflito armado entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo). A Renamo liderou o sangrento conflito armado que iniciou em 1976 e que só teve fim 16 anos depois, provocando cerca de 1.000.000 de mortos e cerca de 5.000.000 de deslocados, além de grande destruição das infra-estruturas do país, especialmente nas zonas rurais. Devido à guerra, o “M’saho”, maior evento cultural de timbila que ocorre no distrito de Zavala, na vila de Quissico, desde o período colonial, durante a última semana do mês de agosto foi interrompido, pois não havia condições para que as orquestras de timbila pudessem actuar num contexto de guerra. Como consequência, vários dançarinos e tocadores de timbila emigraram para zonas mais seguras. Uns emigraram para trabalhar nas minas da África do Sul que ofereciam melhores condições e outros para as cidades capitais do país.

O efeito nefasto da guerra interferiu negativamente na transmissão sistemática dos saberes relacionados à timbila. Os mais velhos considerados “bibliotecas vivas” pararam de exercer o seu papel social de transmissão dos saberes inerentes à timbila aos mais novos, comprometendo assim o ciclo de salvaguardo. Foi neste âmbito que o Estado, após ter identificado e reconhecido o perigo de extinção deste legado patrimonial, decidiu por via do Ministério da Cultura em colaboração com a Direcção Nacional da Cultura, com o Arquivo do Património Cultural (ARPAC), e com o apoio da Cinemate, Associação de Amigos de Zavala (Amizava), Rádio Televisão Portuguesa (RTP), Televisão de Moçambique (TVM), elaborar e submeter a candidatura da timbila chope à Unesco, para concorrer a património cultural da humanidade no ano

de 2004. No culminar desse processo, a Unesco proclamou a timbila chope como património oral e imaterial da humanidade no dia 25 de setembro de 2005, em Paris.

Face às ameaças em torno da timbila, uma das medidas de salvaguarda foi fortalecer cada vez mais a prática do “M’saho”, que havia sido restaurado em 1994, logo após o fim do conflito armado que terminou em 1992, com o Acordo Geral de Paz. A instituição responsável para a restauração do “M’saho” foi Amizava em parceria com o governo distrital de Zavala. É com base na restauração do “M’saho” que a timbila ganhou ainda mais notoriedade no seio das comunidades chope.

A Timbila e o Estado, Alguns Desafios

Com a restituição do “M’saho”, este grande evento cultural da timbila que acontece anualmente em Quissico, distrito de Zavala, tornou-se um campo onde se estabelecem diferentes negociações entre a sociedade civil e o Estado, tanto na atribuição de sentido da timbila, quanto na realização do próprio evento. Trata-se de um evento que no período colonial, na década 40, era da inteira responsabilidade das estruturas tradicionais, e que depois do conflito armado passou a ser organizado pela sociedade civil, até 2017. Contudo, desde 2018, o governo distrital tem assumido a dianteira na organização do “M’saho” e ao assumir esta tarefa o Estado tem sido interpretado pelas associações como um órgão que ao invés de agir como facilitador está diminuindo o papel exercido pelas comunidades. A disputa pelo protagonismo se tornou ainda mais evidente após o reconhecimento a nível mundial da timbila, o que gera uma série de expectativas em torno do prestígio dentro e fora da comunidade.

Segundo Jeudy (2005), a obrigação do Estado no âmbito da salvaguarda do património cultural é fazer com que os praticantes se organizem em associações para a legalização das mesmas e sua consequente operacionalização. Ainda assim, o autor indica que “as organizações mostram resistências à institucionalização dos seus grupos e associações, mesmo sabendo que necessitam de estar registados com vista a se beneficiarem de apoios financeiros (Jeudy, 2005, p. 230). Como pude observar em diversas ocasiões em que estive recolhendo dados com os músicos de timbila, a suposta resistência colocada pelos praticantes nem sempre está associada à falta de interesse e sim, sobretudo, à falta do domínio da leitura e da escrita, lembrando que a maioria dos praticantes de timbila não tem o português como a sua primeira língua, mas sim a língua chope. Mesmo para as associações que estão numa situação regularizada como, por exemplo, a Amizava, têm tido enormes dificuldades para se beneficiar das subvenções nacionais e internacionais, devido à falta de capacidade técnica em matéria de concepção de projectos. Em virtude disso, podemos notar que os praticantes de timbila lançam duras críticas aos servidores do Estado por interpretarem que ao invés capacitá-los com o objectivo de concorrer às subvenções nacionais e internacionais, a política estatal, de um modo mais geral, se aproveitaria da timbila para reforçar os seus projectos políticos, sem uma efectiva participação dos próprios timbileiros.

Portanto, um dos principais problemas apontados durante a pesquisa é que os canais de diálogo entre as associações de salvaguarda da timbila e o Estado são pouco flexíveis, pois obedecem uma estrutura vertical contraproducente que dificulta aos detentores levantar as suas preocupações prioritárias acerca do património e indicar as possíveis medidas para a solução das tais inquietações. Notamos que parece existir um receio de se estabelecer um diálogo horizontal com os detentores dos patrimónios imateriais que permitam a intervenção das comunidades na avaliação do grau de implementação das acções de salvaguarda.

A importância da co-participação das comunidades ou das associações no acto de avaliação é visto como fundamental, pelo facto de serem as comunidades que no dia a dia enfrentam os desafios da salvaguarda das suas manifestações artísticas. São as comunidades que sabem qual é o valor simbólico que os patrimónios artísticos representam tanto para o fortalecimento da identidade, como na coesão social entre os membros da comunidade. E são os próprios detentores destes saberes que também conhecem o significado das práticas culturais como a timbila para as futuras gerações. Por isso é importante que se compreenda que a gestão compartilhada do património cultural imaterial não pode ser vista como uma confrontação, mas sim como um processo de governação inclusivo onde as comunidades e o Estado, em conjunto, podem encontrar as melhores soluções para o restauração, preservação e divulgação do património cultural.

Contudo, a relação de trabalho entre as associações de timbila e o Estado nem sempre tem sido vista de bom agrado por parte dos governantes moçambicanos. Conforme descreve Jeudy (2005), embora tais associações precisem do poder político para questões de apoio para as acções de sobrevivência da timbila enquanto património cultural imaterial, ao mesmo tempo, elas também têm denunciado supostos constrangimentos cometidos por diferentes esferas do poder estatal. Segundo Jeudy (2005), por temer ser avaliado pelas associações e comunidades, o Estado tem ignorado o princípio de que as artes e culturas passaram a possuir o direito de se organizarem em associações, o que inclui a liberdade de escolher os conteúdos e temáticas a serem retratados nas suas obras, bem como cumprir com aquilo que são as políticas públicas de preservação do património cultural.

Dentro desta concepção de direitos, identifiquei que os praticantes de timbila não estão plenamente de acordo com a interferência impositiva por parte de agentes do Estado, em aspectos que dizem respeito a questões culturais específicas (Chibanga, 2011). Pois, segundo os timbileiros, há dirigentes políticos que tentam influenciar o modo pelo qual os artistas devem tocar e dançar a música de timbila, sem tomar em conta que tal prática obedece a princípios seculares que devem ser respeitados e salvaguardados. Um exemplo concreto desta influência pode ser notado na indicação de repertórios, na indicação de certos músicos, especialmente em eventos oficiais o que, segundo alguns timbileiros, acaba os desmotivando.

A respeito disso, Victor Bernardo, um dos filhos de Bernardo Romeu, exímio tocador e compositor de timbila, considera não ser aconselhável que agentes do Estado ou

das estruturas governativas tomem decisões sem o consentimento e acordo prévio dos tocadores e praticantes, porque a intervenção ou a interferência das autoridades nem sempre foi bem recebida pelos executores. Por isso, considera ser muito triste este tipo de atitude por parte de pessoas que deviam saber muito mais sobre a timbila (Chibanga, 2011).

Ainda assim, como pude perceber em conversas e entrevistas realizadas com os praticantes de timbila, face a estas imposições, eles acreditam que a visão, o saber e a execução daqueles que sabem tocar irão prevalecer em relação à acção dos que ditam ordens, sem saberem tocar, sem perceberem o contexto cultural, sem saber onde vivem os tocadores, donde é que eles vêm. Portanto, para a preservação deste património e seguindo as recomendações da Unesco é fundamental que o Estado esteja disposto a ouvir como os próprios praticantes gostariam que decorressem os “Misaho”¹, a selecção do repertório, a maneira de estar no palco, a escolha do traje de forma livre e sem qualquer imposição externa.

Este parece um processo delicado já que se verifica que os discursos oficiais em prol da timbila, além de enaltecem e valorizam os métodos e procedimentos recorridos pelos chopes para a sua valorização e preservação, buscam conferir novos sentidos com para a prática que não necessariamente represente a história da timbila. Isso é feito, por exemplo, através de certo esquecimento oficial sobre diversos mestres e compositores que marcaram os diferentes contextos da música e dança e que mereciam um lugar na memória oficial, através de publicação de materiais. Pouca menção tem sido feita sobre a relevância da memória colectiva e da oralidade na (re)construção da identidade do povo chope, bem como os papéis sociais exercidos pelas instituições sociais na preservação desde legado. E estes são outros grandes desafios institucionais que precisam ser encarados e solucionados.

Contudo, é possível perceber que, no contexto das manifestações culturais, a narrativa política tem situado a timbila como um símbolo de unidade nacional. Porém é preciso ter cuidado para que a salvaguarda de um património não motive qualquer constrangimento étnico que possa promover qualquer desestabilização no país. Neste sentido, acreditamos que a timbila, enquanto um património do país (e não apenas dos chopes) deve ser reconhecida em toda sua complexidade social e histórica que permita sua preservação e salvaguarda sem que precise atender a supostos interesses políticos ideológicos. Por isso, a narrativa do Estado não deve se traduzir como um acto desarticulador e muito menos ignorar o universo simbólico do qual a timbila faz parte. Pelo contrário, o Estado deve actuar como facilitador e consolidador do processo de salvaguarda, pautado por um modelo de comunicação eficaz, assente no respeito pela música e dança de timbila dentro do seu contexto de inserção.

A Timbila e a Educação Universitária

Desde que a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), localizada na capital do país, Maputo, introduziu o curso de Música, a timbila foi considerada como uma das prioridades a

1 Na língua chope, a palavra “Misaho” significa o plural de “M’saho”.

ser introduzida no programa de ensino universitário. No âmbito da salvaguarda, a inserção da timbila abriu novos caminhos e possibilidades para existência de uma educação patrimonial, capaz de levar a sociedade a ter uma visão sobre as suas raízes culturais de forma mais definida e mais estável, ao ponto de lhe conferir o sentido de apropriação e de valorização de sua herança cultural, bem como ensinar a respeitar a diversidade cultural. Foi a partir desta linha orientadora que, a disciplina de timbila passou a fazer parte do programa do curso de licenciatura em Música, na UEM, em 2006.

A introdução desta disciplina não somente veio projectar a divulgação e a valorização da timbila como veio contribuir para a inclusão epistémica, visto que esta prática tal como muitas outras de tradição oral é, na maioria das vezes, colocada na periferia dos centros de saber. Ao se colocar as práticas culturais de matriz africana fora das universidades, como o caso da timbila, não se tomou em conta que os saberes das expressões musicais de tradição oral, bem como seus modos informais de transmissão e aprendizagem constituem, de acordo com Carvalho et al. (2017), “um riquíssimo *corpus* teórico-prático” (p. 202) que, se incorporado ao currículo universitário, pode revelar outras formas e pedagogias de aprendizagem, abrindo assim novas possibilidades e alternativas metodológicas relativamente aos modelos europeus instituídos nas universidades e nas escolas de música.

De certo modo, isto veio demonstrar que as práticas musicais da tradição oral são tão importantes quanto as músicas eruditas do mundo ocidental. A valorização da timbila enquanto património cultural imaterial da humanidade, constitui um grande contributo para Moçambique e para humanidade, uma vez que são saberes que, segundo Carvalho et al. (2017), foram no passado recente relegados dos centros da academia justamente pelo motivo de serem provenientes dos povos que sofreram a violência das estruturas de poder colonial, que por mais de 5 séculos os colocaram fora do recinto académico e dos currículos formais, apenas por *não possuir literatura escrita* e por possuir um padrão musical diferente daquele que a comunidade científica legitimou como ciência.

Actualmente, num contexto onde a democratização do saber tem propiciado encontros de saberes, somos estimulados a pensar o futuro da timbila no processo de ensino e aprendizagem dentro dos recintos académicos. Pois, o facto de a timbila fazer parte do programa do currículo de ensino de música não deve ser visto como um processo acabado, já que existem outros desafios por enfrentar. Temos verificado que os alunos formados em timbila ainda estão abaixo do limiar da execução instrumental, quando comparado com os tocadores formados no contexto da educação informal. Estes estudantes não necessariamente demonstram o conhecimento e a técnica exigida para uma peça musical, do qual constitui o “M’saho”, por exemplo.

Percebe-se que o ensino de timbila demonstra certa desarticulação com o contexto original da timbila, pelo facto de não se submeter aos padrões da própria música, tal como: a estrutura, os movimentos a que ela se subordina, e sobretudo, a linguagem da qual é portadora. Acreditamos que caso pretenda-se levar avante as acções de salvaguarda da timbila nas instituições de ensino superior, a metodologia de ensino

não deve ocorrer de forma aleatória e muito menos fora do sistema musical. Neste caso, recomenda-se ensinar a timbila de tal modo que o estudante, ao fim de sua formação, possa ter a capacidade de conhecer e tocar todos os movimentos musicais, obedecendo a estrutura e a linguagem do sistema musical do qual a timbila faz parte. Para tanto, a transferência desse saber patrimonial para a universidade deve ser efectuada com a participação dos “mestres”² detentores em actividades de leccionamento no espaço universitário, pois acreditamos que a vivência com os mestres oferece aos estudantes a possibilidade de conhecer e aprofundar os saberes relacionados a timbila, tal como ela é concebida no seu contexto de inserção. A inserção destes mestres no processo de ensino aprendizagem – não somente na vertente timbila – confere aos estudantes ferramentas para que possam ser os professores do amanhã, de maneira a darem efectiva continuidade à transmissão desse saber à outras gerações.

Timbila e a Inventariação do Património Cultural Imaterial

Em torno do registo, arquivo e documentação de conteúdos relacionados com a timbila chope no âmbito da sua salvaguarda é importante mencionar o papel desempenhado pelo ARPAC que “iniciou as suas actividades em 1983, na forma de um projecto que entre outros fins, visava assegurar os destinos dos documentos recolhidos durante a Campanha Nacional de Preservação e Valorização da Cultura que teve lugar entre 1978 à 1982” (ARPAC - Instituto de Investigação Sócio-Cultural, s.d.). Por meio do Decreto n.º 26/93 de 16 de novembro de 1993, o ARPAC deixou de ser um projecto se transformando em instituição com o nome de “Arquivo Histórico Moçambicano”. Posteriormente, esta sigla passou a corresponder ao Instituto de Investigação Sócio-Cultural através do Decreto n.º 25/2002 (2002). Esta instituição de acordo com o Capítulo 1, Artigo 1 do seu estatuto orgânico possui as seguintes atribuições (Decreto n.º 26/93, 1993):

- pesquisar, registar, arquivar, documentar, conservar e divulgar para o grande público as informações referentes a sua área de especialidade;
- arquivar os processos de bens classificados do património cultural laborados de acordo com o regulamento da lei de protecção do património cultural;
- promover a educação cultural dos moçambicanos de modo a reforçar a sua identidade cultural e envolvê-los na apreciação, valorização e protecção da cultura e património cultural;
- organizar bibliotecas e centros de documentação especializada e incentivar todas as acções e iniciativas que envolvem pesquisa, bibliografia, e documental sobre o património cultural moçambicano.

² “Quando se fala em ‘mestres’ dos saberes tradicionais, esta se referindo a pessoas que detém o conhecimento em suas respectivas áreas de actuação, porem sem ter constituído qualquer tipo de formação académica” (Carvalho et al., 2017, p. 6).

Já o Artigo 12 da Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) defende que

para assegurar a identificação, com fins de salvaguarda, cada Estado parte estabelecerá um ou mais inventários do património cultural imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do património. Os referidos inventários serão actualizados regularmente. (p. 8)

É com base neste pressuposto que, em 2016, o ARPAC realizou o inventário comunitário do distrito de Zavala. O objectivo desse inventário visou produzir uma série de informações em torno da timbila, com finalidade de apetrechar a biblioteca, com documentários audiovisuais, CDs, livros e revistas relacionadas com a timbila chope. Neste sentido, o trabalho levado a cabo pelo ARPAC buscou inventariar todos os actores directamente ligados a timbila chope, incluindo, fabricantes de instrumentos, tocadores e dançarinos de diferentes zonas onde se pratica a música e a dança chope.

A inventariação partiu da pesquisa e da recolha de componentes que fossem classificáveis como timbila chope (instrumento, música, letra e indumentária). Apesar dos avanços, um dos desafios que tem afectado as instituições de pesquisa refere-se à falta de sistematização desses materiais recolhidos que dificultam a disponibilização pública de parte significativa dos materiais colectados. Este elemento dificulta o cumprimento das obrigações recomendadas pela Unesco, enquanto entidade reguladora e fiscalizadora do processo de salvaguarda dos bens patrimoniais.

Por isso, a questão da sistematização da documentação referente aos instrumentos, às músicas e às danças chope, assim como a inventariação de elementos ou objectos e conteúdos relacionados à timbila chope devem ser consideradas como factores determinantes no processo de registo e de salvaguarda deste legado. E, neste caso, o maior desafio das instituições, e para o ARPAC, é que esse material inventariado seja de acesso público. E, talvez, o modo mais eficaz seja a digitalização e disponibilização do material em plataforma web.

A Timbila e a Salvaguarda do Mwenje

Mwenje é uma árvore bastante rígida usada para o fabrico de timbila. Normalmente é plantada na época em que a árvore começa a dar novas folhas. Esta árvore tem um crescimento bastante moroso, que leva sensivelmente 60 anos para estar em condições de ser usada para a fabricação de teclas de timbila, as chamadas “makhokhomas”. Esta árvore dá os seus frutos no mês de novembro e depois de dar fruto leva 4 semanas para as sementes se abrirem.

Durante a pesquisa para a confecção do inventário realizado em Zavala, observamos que para uma eficaz salvaguarda da timbila, a questão do acesso ao mwenje constitui um desafio preocupante, especialmente porque esta árvore corre o risco de extinção. A respeito disso, Luís Semende Massotchuane, que toca na orquestra de Nhakutowo, informou que foi o primeiro construtor de timbila a dedicar-se ao plantio de mwenje,

a partir de 1979, sendo dos mais conhecidos em Mavila, localizado no distrito de Zavala, província de Inhambane. Custódio Pitula também é um dos que abraçou a causa da preservação da timbila chope, iniciando em dezembro de 2008 o plantio de cerca de 450 viveiros de mwenje. Face a este desafio, Venâncio Mbande alertou-nos que o mwenje começou a escassear no período da guerra devido ao abate descontrolado, especialmente para o fabrico de carvão o que constitui um dos motivos para a sua escassez. Para ele, o abate irracional reside na falta de conhecimento por parte dos carvoeiros sobre a importância do mwenje, enquanto matéria-prima para a fabricação da timbila. Portanto, o desconhecimento sobre a importância da mwenje afecta a preservação da e salvaguarda da própria timbila (Chibanga, 2011).

Neste sentido, salvaguardar a timbila chope pressupõe antes de mais nada salvaguardar a matéria-prima que condiciona o fabrico do instrumento. Para tal, a preservação só poderá ser efectiva através de uma acção conjunta envolvendo pesquisadores de instituições culturais em conjunto com os investigadores do campo da ecologia, cujos saberes podem ajudar na preservação e a multiplicação do mwenje de forma massiva. Neste sentido, acreditamos que a educação contínua sobre as técnicas de plantio e os cuidados do mwenje precisa ser difundida em conjunto com as instituições agrárias do país e argumentamos que o plantio de mwenje e o consequente aumento de mais instrumentos poderá contribuir para o aumento de um número de praticantes de timbila chope.

Importante situar que o governo do distrito de Zavala tem-se preocupado com a gestão do mwenje. Contudo, durante pesquisa realizada para a confecção do inventário, identificamos que o modo de distribuição nem sempre é consensual entre os fabricantes destes instrumentos, pois os mesmos reclamam que a distribuição tem sido entregue a grupos que, embora executem a timbila, desconhecem a efectiva arte do seu fabrico. Neste âmbito, consideramos que deve-se implementar uma distribuição equitativa de modo a abranger efectivamente os vários fabricantes de timbila chope. Alguns entrevistados informaram que “antigamente” as autoridades tradicionais, a exemplo dos régulos, desempenhavam um papel preponderante na música chope, já que se responsabilizavam pela gestão e pela protecção do mwenje. Neste contexto, destacamos a importância da participação e envolvimento dos líderes comunitários no processo de distribuição dos materiais para a construção dos instrumentos.

Portanto, os dados colectados através do inventário realizado em Zavala indicam que a baixa participação destas autoridades tradicionais no processo de salvaguarda do mwenje é outro desafio a ser enfrentado, levando em consideração que estes sujeitos sociais ocupam um papel de liderança nas comunidades e, por conseguinte, gozam de um enorme poder na disseminação das mensagens. Sendo assim, tudo aponta para a ideia de que somente acções concertadas, envolvendo uma diversidade de agentes como a educação, as organizações não governamentais, os meios de comunicação, a sociedade civil, instituições ligadas à preservação da flora e da fauna, é que poderão, efectivamente, alicerçar uma base que contribua para a devida salvaguarda da timbila chope. Obviamente, para uma efectiva gestão dos planos de salvaguarda, conforme atesta a nossa pesquisa, impõe-se uma harmonização efectiva das actividades dos

vários intervenientes culturais a fim de evitar a duplicação e sobreposição de responsabilidades; promover e coordenar com os diferentes intervenientes que abraçam a causa da preservação, protecção e promoção da timbila chope a realização de acções concertadas e complementares.

Conclusão

Apesar de Moçambique ter dado passos significativos no que diz respeito às medidas de salvaguarda da timbila, ainda enfrenta inúmeros desafios como aqueles identificados neste artigo. O primeiro deles tem sido a relação entre as instituições do Estado e os praticantes de timbila, caracterizado por certa interferência de parte dos agentes estatais que deveriam concentrar seus esforços em realizar políticas públicas para a capacitação das associações ou das comunidades, em matéria de gestão do património cultural imaterial.

No que se refere à educação da timbila na universidade, esta parece uma iniciativa importante mas que precisa da presença dos mestres da timbila para um conhecimento mais aprofundado e contextual a ser oferecido aos alunos. Sob o ponto de vista da inventariação da timbila realizada em Zavala, em 2016, esta aponta para a necessidade das pesquisas e recolhas de componentes relacionadas com a timbila chope abordarem tudo o que seja classificável como timbila chope (instrumento, música, letra, indumentária), incluindo os materiais necessários para a construção dos instrumentos. Neste caso, ressalta-se a escassez do mwenje que, segundo os fabricantes de timbila, é consequência do desconhecimento por parte da comunidade que tem feito abates de árvores para o fabrico de lenha para cozinha. Ainda no que se refere ao mwenje, argumentamos que constitui um bem a ser difundido e preservado através de uma educação formal e informal, onde no sector informal os líderes tradicionais poderão desempenhar um papel de relevo. Afinal, o “M’saho”, como forma de transmissão lúdica, constitui uma metodologia didáctica eficiente visando uma assimilação mais rápida e eficaz sobre a timbila e outros saberes a ela associados, transmitidos ao longo dos períodos que antecedem à sua realização.

Finalmente recomenda-se que o Estado se abra, cada vez mais, para uma participação efectiva dos detentores da timbila no complexo processo de salvaguarda deste bem cultural imaterial, como prevêm as convenções da Unesco (Convenção Para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005; Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003) ratificadas por Moçambique.

Referências

ARPAC - Instituto de Investigação Sócio-Cultural. (s.d.). *Quem somos*. <http://www.arpac.gov.mz/index.php/sobre-arpac/quem-somos>

Carvalho, J. J., Cohen, L. B., Ferreira, A., & Chada, S. (2017). O encontro de saberes como uma contribuição à etnomusicologia e à educação musical. In A. Lühning & R. P. Tugny (Eds.), *Etnomusicologia no Brasil* (pp. 191-227). Editora da Universidade Federal da Bahia (EUFB).

Chibanga, V. (2011). *Papel da comunicação do processo de salvaguarda da Timbila chope como património da humanidade* [Tese de licenciatura não publicada, Universidade Politécnica].

Convenção para a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais, 20 de outubro, 2005, <http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>

Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial, 17 de outubro, 2003, <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>

Decreto nº 25/2002, de 22 de Outubro. (2002).

Decreto nº 26/93 de 16 de Novembro. (1993).

Jeudy, H. (2005). *Espelho das cidades*. Casa da Palavra.

Jopela, V. (2006). *Para uma caracterização da poesia oral nas timbila dos vacopi e alguns aspectos do contributo português 1940-2005* [Tese de doutoramento, Universidade Clássica de Lisboa].

Junod, H., & Alexandre, A. (1996). *Usos e costumes dos Bantus*. Arquivo Histórico de Moçambique.

Lutero, M. (1981). *Apontamentos sobre a música popular e tradicional em Moçambique*. MEC.

Mungambe, A. D. (2000). *Música chope*. Promédia.

Tracey, H. (1949). *A música chope: Gentes afortunadas*. Imprensa Nacional de Moçambique.

Wane, M. (2010). *A timbila chopi: Construção de identidade étnica e política da diversidade cultural em Moçambique (1934-2005)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15082>

Turismo Cultural, Gestão e Trabalho Artesanal Oleiro no Sul de Goiás (Brasil)

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.16>

Jean Carlos Vieira Santos

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Brasil
jean.vieira@ueg.br

Resumo

O propósito norteador deste artigo é trazer algumas reflexões sobre a produção, a gestão e o trabalho artesanal oleiro, o desenvolvimento e a promoção dessa arte popular como componente cultural de cidades turísticas da mesorregião sul do estado de Goiás (Brasil). Hoje é possível afirmar, explicitamente, que a arte popular oleira do sul de Goiás é, por direito próprio, um símbolo vivo da história e tradição de sujeitos que desenvolvem (e desenvolveram) seus modos de vida contemporâneos em municípios como Caldas Novas, Rio Quente, Lagoa Santa e São Simão, ao manter raízes, conteúdos e densidades de um saber fazer popular com o barro que ainda se revela como importante para a identidade cultural e social de suas populações. A partir da ideia central apresentada, é possível afirmar que existem lacunas de estudos que abrangem, a nível nacional e regional, o levantamento e a caracterização de algumas abordagens sobre a olaria das cidades turísticas do interior de Goiás e sua relação de existência associada às atividades de turismo cultural. Nesse contexto, a análise documental e bibliográfica apresentada neste artigo está orientada para o levantamento que caracterize as olarias e turismo cultural, bem como a arte popular e a enorme força artística com o barro. Este estudo conta, ainda, com o trabalho de campo que proporciona uma melhor compreensão das dinâmicas espaciais da escala de análise. É importante ressaltar que esta investigação se dá a partir do método qualitativo, tendo o trabalho oleiro como representante da arte popular em cidades turísticas carentes de valorização do seu potencial cultural.

Palavras-chave

inspiração erudita, cultura popular, cidades, olarias, trabalho

Introdução

O ensino, a investigação e as discussões acerca do patrimônio oleiro na região sul do estado de Goiás, mais especificamente nas cidades turísticas de Caldas Novas, Rio Quente, Lagoa Santa e São Simão no interior do Brasil vêm ocorrendo, mesmo que timidamente, com mais precisão nas primeiras décadas do século XXI, integrando o âmbito mais alargado de um movimento de defesa do patrimônio cultural regional ainda em quantificação e classificação, ou seja, do diagnóstico.

Essas cidades possuem um relevante patrimônio cultural oleiro, uma arte popular tradicional que também é contemporânea, reflexo de um conhecimento que se mantém ao longo do tempo e espaço. Nesse contexto, não se pode esquecer o papel de seus sujeitos oleiros, pois o mérito é, sem dúvida, desses artesãos do barro, cuja aptidão tradicional revela grande maestria técnica e notabilíssimo sentido da forma que são comercializados em cidades turísticas goianas. É necessário, portanto, assinalar que

hoje é possível afirmar, explicitamente, que a arte popular oleira é, por direito próprio, um símbolo vivo da história e tradição de sujeitos que desenvolvem (e desenvolveram) seus modos de vida contemporâneos (...), ao manter raízes, conteúdos e densidades de um saber fazer popular com o barro que ainda se revela como importante para a identidade cultural e social de suas populações. (Santos & Silva, 2015, p. 934)

Diante desse quadro, não se pode negar que existem carências de registros e análises dos patrimônios produzidos pelos modos de vida de oleiros nas cidades turísticas do sul de Goiás, mostrando que esses não são apenas elementos pretéritos, mas vestígios de uma vida cotidiana que ainda está viva na memória, mostrando que o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade:

materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares. (...) A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. (Abreu, 2012, p. 21)

Nesse contexto, a memória é importante “para a dinâmica social porque é um sistema depositário, não só de passado distante, mas também vividamente das representações sociais do presente” (Guimarães, 2017, p. 232). Assim, é preciso considerar a trajetória vivida e observada, pois são nessas circunstâncias, fincadas em diferentes memórias, que os lugares com seus patrimônios diversos não documentados se alternam ou simplesmente desaparecem ou ressurgem diante de novas concepções. Logo, eles perdem suas particularidades e densidades, não sendo reutilizados por outras atividades, entre elas a turística.

Por isso, o presente trabalho objetiva trazer algumas reflexões sobre a produção, a gestão e o trabalho artesanal oleiro, o desenvolvimento e a promoção dessa arte popular como componente cultural de cidades turísticas da mesorregião sul do estado de Goiás (Brasil). Os fatos aqui apresentados mostram que a arte popular oleira é

um dos mais importantes elementos identitários dessas populações e, mesmo para além de sua salvaguarda, é necessário colocá-la como um instrumento a serviço do desenvolvimento dessa região, nomeadamente por meio da promoção de um turismo cultural – isso quer dizer que as políticas públicas devem articular as duas dimensões. Desse modo, Costa (2010) explica que os espaços

não são criados por si só (não são sujeitos de mudanças, existem a partir da percepção humana). Os homens os criam e transformam de acordo com a lógica de seu tempo, os estruturam conforme suas necessidades produtivas e reprodutivas, de uma ideologia que é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência humana. (p. 43)

A partir desse debate, a pesquisa tem como ponto de partida apresentar as cidades mais visitadas da região turística das águas que se localiza no sul do estado de Goiás, que compartilha experiências e existências culturais tão abrangentes quanto divergentes não só nos campos da geografia, da gestão e do turismo, como nas áreas afins. Como dito, este artigo focaliza na apresentação do patrimônio oleiro, que deve ser abordado por investigadores que desenvolvem suas pesquisas nas perspectivas do turismo cultural.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da investigação consistem em duas etapas: na primeira foi realizada uma revisão bibliográfica; e a segunda etapa consistiu na realização do trabalho de campo, o que aumentou o conhecimento acerca das comunidades oleiras e de seus negócios que se fazem presentes em municípios turísticos como Rio Quente, São Simão, Lagoa Santa e Caldas Novas. Desse modo, o debate aqui proposto

não almeja findar o tema, pois se sabe que a globalização e os avanços tecnológicos conduzem ao aumento da competitividade. Portanto, esses fatores têm levado a atividade artesanal associada à pintura artística, mesmo em destinos turísticos consolidados, à adoção de novas estratégias e à tomada de decisões mais rápidas, fundamentais à sua sobrevivência em um sistema que assola a arte e a cultura de minorias. (Santos, 2018, p. 53)

A compreensão dos sistemas de produção, comercialização e a gestão da atividade oleira nesses municípios propicia a análise de uma arte popular realizada predominantemente em unidades produtivas do tipo familiar (Calado, 2013), desenvolvida por artesãos que “agem movidos por aspirações além das metas ou fronteiras de uma organização” (Goleman, 2015, p. 137), sustentando uma arte que é do cerrado brasileiro. Isso continua ainda, de algum modo, a satisfazer necessidades de moradores e turistas que chegam a tais destinos do interior de Goiás.

Região Turística das Águas, Sul de Goiás

Considerar a região um conjunto de lugares é fundamental para orientar as direções teóricas deste artigo, englobando os municípios turísticos do sul de Goiás, alguns mais propícios que outros à atividade turística. De acordo com Gunn (2002, como

citado em Santos, 2013), a região turística “é uma unidade geográfica que engloba uma comunidade, a sua área circundante, suas atrações e ligação de acesso, que são peças principais de uma região geográfica turística” (p. 71).

É pertinente apontar que os destinos podem englobar uma ou várias nações; uma ou várias regiões, estados ou sub-regiões; uma ou várias comarcas, ou subcomarcas; uma ou várias províncias, sejam elas ou não de uma mesma região ou subprovincia. Eles englobam também um lugar, “grupo de municípios, um município e um lugar ou comunidade, de modo que cada uma dessas unidades de gestão turística se configure de acordo com suas características históricas, geográficas, antropológicas ou sociológicas ou por qualquer outro motivo” (Santos, 2013, p. 56).

Então, a região turística será concebida, neste artigo, “como um espaço em que o aspecto principal é a presença do turista e as possibilidades oferecidas, o portal de entrada e corredores de circulação dos visitantes, a atração principal, os sujeitos sensibilizados e os lugares sem atrativos turísticos” (Santos, 2012, p. 96). Conforme a Goiás Turismo (como citado em Santos, 2013), no caso desse estado, foram “classificadas nove regiões turísticas, englobando, nessa regionalização ou criação de novos destinos turísticos, as 246 municipalidades do estado existentes até o ano de 2012” (p. 188).

Entre esses lugares está a região turística das Águas, formada por 41 municípios do sul do estado de Goiás, a saber:

Água Limpa, Aloândia, Ananguera, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Alta, Cachoeira Dourada, Caçu, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cromínia, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Goiatuba, Gouvelândia, Inaciolândia, Ipameri, Itajá, Itarumã, Itumbiara, Joviânia, Lagoa Santa, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Nova Aurora, Ouvidor, Panamá, Paranaiguara, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Quirinópolis, Rio Quente, São Simão, Três Ranchos e Vicentinópolis. (Santos, 2013, p. 194)

As principais cidades turísticas dessa região são Caldas Novas e Rio Quente, mas aqui serão destacadas também Lagoa Santa e São Simão. Lugares em que os vários agentes, em conjunto, vendem suas águas como um produto total, correspondendo às expectativas que os turistas esperam viver nesses destinos. Em Caldas Novas observa-se o fenômeno das fontes de água termal. Os estudos realizados por Campos et al. (2005) explicitam que as águas são aquecidas através do calor do interior da terra, em camadas profundas do solo e permeáveis – são as águas da chuva que penetram no solo, descendo a uma profundidade de 1.500 metros.

A localização geográfica e a situação climática do município trouxeram condições favoráveis para o uso da água termal como recurso medicinal no início de sua história e atrativo turístico na atualidade. De acordo com o Guiatur (2003):

o médico Ruy Bueno de Arruda Camargo, um dos maiores estudiosos das águas minerais e termais do Brasil, afirma que as mesmas contêm propriedades e indicações terapêuticas, porém, lembra que as mesmas deverão ser usadas na

fonte. A ação medicamentosa das águas termais de Caldas Novas e Rio Quente é reconhecida desde o período imperial, desde quando então, aqui estiveram o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1819), o médico cientista Dr. Vicente Moretti Foggia (1839), Dr. João Maurício Faivre (1842), Dr. Azevedo Pimentel (1896), Dr. Orozimbo Corrêa Neto (1918) entre outros, todos com os mesmos objetivos. (p. 47)

Nos primórdios dessa região, as águas eram usadas para a cura de doenças de pele, como o mal de Hansen (ou hanseníase, lepra), dores reumáticas e outras.

Um das e outras fontes termais passaram quase despercebidas até o ano de 1818, em que Caldas Novas adquiriu alguma reputação porque Fernando Delgado, penúltimo Governador de Goiás, com o uso das suas águas, conseguiu curar-se de uma dor reumática com paralisia incompleta do braço direito. (Pimentel, s.d., como citado em Oriente, 1982, p. 106)

Além da vocação de estância hidrotermal, Caldas Novas tem grande potencial em outras modalidades turísticas, tais como ecoturismo, turismo cultural, esportes náuticos e pesca no Lago Corumbá. O turismo cultural é um segmento que pode atrair mais turistas a partir do desenvolvimento de programas específicos, buscando explorar os trabalhos artesanais existentes.

Sales et al. (2017) ponderam que Caldas Novas é um cenário que proporciona diversas experiências aos visitantes que chegam ao sul do estado de Goiás, ainda não explorado comercialmente – “do ponto de vista da oferta, o destino possui requisitos essenciais, como: condições de alojamento, atividade de recreio, lazer, cultura, um parque estadual, entre outros capazes de preencher o tempo livre dos turistas, de acordo com as suas motivações” (Sales et al., 2017, p. 51).

Sousa (2011) cita que a cidade é a segunda classificada em verticalização e uma das maiores em concentração de meios de hospedagem do centro-oeste. Entre tais meios se destacam hotéis, pousadas, *flats*, apart-hotéis e condomínios residenciais com águas termais. Todos ofertam acomodação para turistas. Cabe dizer que, apesar de os condomínios terem características residenciais, sua estrutura é composta por parques aquáticos com água termal, e os seus proprietários desenvolvem a atividade de locação de unidades habitacionais no formato de aluguel de temporada, por intermédio de imobiliárias e particulares.

Trabalho e Gestão Artesanal: Aspectos Abrangidos Pelo Conceito de “Cultura”

As questões sobre o conceito de patrimônio estão na ordem do dia, nas mais diferentes linhas de pesquisa e discussões acadêmicas. Com efeito, no início de século XXI, o patrimônio aparece como uma possibilidade de diálogo espacial, gerando enormes responsabilidades nas análises dos longos processos de construção regional e territorial, em que os elementos humanos sedimentam historicamente os lugares e, ao mesmo

tempo, sofrem mutações ou interferências. A ampliação do conceito de patrimônio, sobretudo nas últimas décadas, tem proporcionado experiências inovadoras por todo o Brasil, resultado das reflexões teóricas sobre o assunto (Santos & Alves, 2005).

De fato, deve-se atentar aos bens culturais e aos patrimônios mais diversificados, relacionados com o trabalho e a tecnologia, o cotidiano e o povo anônimo ou sem voz. Nesse viés, Mendes (2008) destaca que muitas comunidades se identificam com as atividades nelas desenvolvidas, como tudo o que lhes diga respeito, em virtude daquelas que apresentam fortes elementos identitários, o dito patrimônio tem um valor simbólico.

É relevante trazer algumas posturas teóricas sobre o conceito de patrimônio cultural, que, de acordo com Medina e Santamarina (2004), são os monumentos, conjuntos arquitetônicos que têm valor histórico, estético, arqueológico, científico e etnológico. Esse discurso mostra, porquanto, que o patrimônio cultural, na abordagem sobre cidades turísticas, é uma fonte múltipla e inesgotável, com valores estéticos, particularidades e densidades.

Nesse sentido, o patrimônio cultural é formado por bens materiais construídos por meio das técnicas desenvolvidas pelos sujeitos e por bens imateriais que se ligam ao imaginário, às representações e aos simbolismos. Ele representa a identidade e a memória dos grupos sociais, na medida em que as construções, os artefatos, as lendas e as festas dizem respeito ao lugar construído material e simbolicamente.

Nesse contexto, permeiam os elementos de quantificação e discussão em torno do patrimônio oleiro de cidades turísticas, caracterizado por diferentes trabalhos artesanais e formas de gestão que agregam as funções essenciais de convivência em sociedade. São utensílios domésticos, tijolos e diversos trabalhos artísticos encontrados nas paisagens do sul de Goiás, especificamente nas cidades turísticas de Caldas Novas, Rio Quente, Lagoa Santa e São Simão, com significados profundos que revelam a história dos povos do cerrado com seus modos de morar e de se apropriar do espaço – tais fatores são peculiares daquele lugar onde se inserem.

Dessa forma, passam a se constituírem em bens culturais, formando parte do patrimônio cultural, e, às vezes, tendo significados para uma população maior, o que expande a sua abrangência para além do local (Santos & Alves, 2005). O patrimônio oleiro, portanto, pode representar significado simbólico, ressaltando a identidade de sujeitos que habitam caminhos inseridos ao longo de rodovias que são vias de acesso aos destinos turísticos goianos. Assim, pode-se entender que o espaço oleiro, mesmo

que seja complicado encontrar uma palavra que o caracterize, é uma totalidade que contém e está contida, em par dialético, de elementos que constituem a sociedade. Sendo sustentáculo das relações sociais materializadas e/ou imaterializadas de caráter histórico-cultural “tal dialética é interdependente e a interação entre eles ocorre por intermédio da(s) influência(s) ideológica(s) de maneira contínua e progressiva”. (Bandeira & Galvão, 2016, p. 29)

Nesse processo, as atividades e políticas públicas inseridas nos lugares, nos espaços, nos territórios e na região poderão reinventar as formas de uso do patrimônio oleiro, bem como de outras particularidades responsáveis por construir e organizar os espaços de visitação. Isso indica que, no interior de Goiás, de alguma forma, os sujeitos das diferentes paisagens que formam a região sul precisam se comunicar, organizar e estabelecer relações, definindo linhas gerais norteadoras de conservação, restauração e preservação do patrimônio e dos bens culturais, componentes fundamentais para o desenvolvimento do turismo cultural.

Nesse enquadramento teórico se coloca os negócios turísticos (e suas estratégias territoriais) como um fenômeno civilizacional suportado por cultura, história, povos, língua, trabalho artesanal, gestão, economia criativa e um sistema de símbolos e valores que, em suas contradições, envolve a produção e consumo. Assim, ele deve ser visto “no âmbito de um paradigma moderno de gestão e planejamento de pessoas, do patrimônio, da cultura” (Costa et al., 2014, p. 13).

Nas palavras de Barretto (2007), tal atividade tem, entre seus principais atrativos, a “cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura” (pp. 87–88). Para a autora, esse tipo de turismo é uma incursão “personalizada em outros locais e culturas para aprender sobre as pessoas, seus estilos de vida, seu legado e sua arte, características que devem ser mostradas de uma forma tal que represente genuinamente essas culturas e seus contextos históricos” (Barretto, 2007, pp. 87-88). Além disso, o turismo

pode ser considerado um dos veículos da promoção das aprendizagens onde as pessoas adquirem alguns estímulos que determinam a mudança da sua conduta. Com o turismo, as pessoas aprendem a valorizar o que é dos outros, por exemplo, os traços culturais, o *modus vivendi* e a sua manifestação. (...) o turismo produz, inevitavelmente, mudanças sócio-espaciais, na medida em que reorganiza o território e estabelece novos usos. (Piedade, 2017, p. 25)

Nesse sentido, a obra de Fayos-Solà e Jafari (2009) ajuda a compreender que o turismo deve respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs e que deve conservar suas potencialidades culturais, arquitetônicas e seus valores tradicionais. É possível, porquanto, pensar que o sujeito que interessa ao turismo é também um ser de cultura, pois aprende o que sabe fazer e possui motivações para isso a partir do que o rodeia. A cultura assim adquirida é feita de elementos díspares, às vezes contraditórios (Claval, 2008).

No caso das cidades turísticas do sul de Goiás, Almeida (2003) sublinha que, quando o turismo avança, “parece-nos que temos ainda de desvendar, projetar mais luzes sobre aqueles que fazem o lugar, fazem a ‘produção da vida’: as pessoas” (p. 18). À luz desse debate, Cravidão (2014) ainda assevera que o turismo é um território de memórias materiais e imateriais, como também uma teia de contradições. Para muitos, a viagem continua a ser um emaranhado de fronteiras entre o imaginário e o concreto, entre o real e a ficção, em que o lugar adquire cada vez mais um valor simbólico. É aqui que as atividades turísticas do cerrado goiano podem ter um campo completamente aberto para serem desenvolvidas.

No caso dos negócios de artesãos oleiros das cidades do sul de Goiás, existem particularidades a serem apontadas, pois em todos os estabelecimentos investigados a gestão é familiar, e está intimamente relacionada ao trabalho, logo, o proprietário além de planejar o que deve ser feito, também executa as tarefas do cotidiano. Além disso, essa gestão familiar envolve variados aspectos de complicada equação, é uma relação entre as variáveis família, empresa e gestão (Martendal & Tomio, 2015). Durante os trabalhos de campo, constatou-se a ausência de sistemas formais de atuação relacionados às funções administrativas.

De acordo com Duarte e Silva (2015), “na gestão de serviços é de vital importância o estudo das relações humanas no trabalho, a administração participativa, a capacitação do trabalhador, a capacitação do empresário, assim como um modelo de gestão da qualidade” (p. 629). Nesse contexto, as empresas oleiras investigadas se caracterizam por gente que produz sua arte e por gente que não tem formação na área administrativa, com baixos índices de escolaridade, mas no cotidiano aprendeu “a compreender os outros e a sua postura e, diante dos outros, toma um valor importante na vida das pessoas” (Piedade, 2017, p. 25).

Diante do exposto neste estudo, pode-se dizer que o artista oleiro é um empreendedor dentro de um contexto não formal, sabendo que o “empreendedorismo é a capacidade de aproveitar oportunidades, assumir riscos, criar algo novo e inovador” (Araújo & Marques Júnior, 2018, p. 131). E o artesanato oleiro enquanto atividade econômica familiar geradora de emprego e renda, com um mercado voltado a um interesse cultural de consumo bastante particular, mostra que a gestão familiar nesse setor torna-se de grande valia por agregar valor ao produto turístico.

Por fim, Davel e Madureira (2018) arrazoam que nem sempre investidores, empreendedores, empresários e outros agentes locais entendem o potencial da cultura local em se tornar foco de experiência. Além disso, uma vez que esse entendimento aconteça, será necessário repensar todo o negócio local como negócio cultural, o que exige uma mudança de lógica, de mentalidade e de capacidade organizativa.

O empreendedorismo cultural oleiro goiano é a força que poderá ajudar a transformar os desafios em ações concretas, vetores de prosperidade para o turismo e para as cidades turísticas do interior do estado. Desse modo, para Davel e Madureira (2018), a cultura torna-se processo de criação simbólica na medida em que “os valores da comunidade, as imagens, os significados, as representações locais vão se misturando com o fazer artesanal, com a experiência que os turistas vão tendo durante o contato com as artesãs e com os diversos atrativos da comunidade” (p. 211). Os gestores familiares ou empreendedores oleiros expressam as identidades individuais e sociais do cerrado goiano.

Oleiros das Cidades Turísticas do Sul de Goiás

Não se sabe ao certo quando os oleiros chegaram aos municípios de Caldas Novas, Rio Quente, Lagoa Santa e São Simão formadores da região turística das águas, sul

de Goiás. No entanto, sabe-se que a presença de olarias no contexto regional trouxe traços profundos e diversos de uma cultura que ocupou primeiro os espaços urbanos e, depois, os espaços rurais foram sedimentados, com novos hábitos e mentalidades. Porém, na primeira década do século XXI, elas voltaram a ocupar territórios das pequenas cidades, localizadas às margens das rodovias goianas que são corredores de circulação de turistas, com o intuito de chegar aos núcleos urbanos turísticos.

A partir dos elementos naturais (barro) que os municípios turísticos oferecem, os sujeitos oleiros passaram a se constituir com o pensamento de vender arte aos turistas, gerando princípios comerciais e de gestão artesanal que não se faziam presentes nessas urbanidades. Atualmente, tais espaços são loci da vida social, uma vez que trazem relações comerciais e de gestão familiar singulares, com traços particulares de “tornos oleiros” que têm expressões formais e aparentes.

Essa expressão formal, aparente e repleta de conteúdos imaginários é responsável pelas relações entre sujeitos oleiros e turistas; são “relações sociais em movimento e que se materializam espacialmente” (Cavalcanti, 2001, p. 14). Esse patrimônio artesanal, além do seu valor próprio, é documento, testemunho e suporte de memória dos sujeitos que habitam as cidades turísticas do sul de Goiás que, por sua vez, também possui um valor simbólico.

Tal entendimento pode ser respaldado em Pla (2006), que discorre sobre o artesanato como uma expressão primordial, original e também objeto de valores estéticos e socioculturais, que enriquece artisticamente o cotidiano dos lugares. Enquanto isso, Castro e Santos (2005) arrazoam que nas diferentes culturas do mundo a cerâmica se coloca como manifesto ao longo da história.

O modo de produção, a gestão familiar e o saber fazer das pessoas que ainda ocupam ou habitam esses lugares mostram a preocupação com a produção de peças que são comercializadas aos diferentes turistas. Assim sendo, é possível afirmar que os sujeitos oleiros que habitam as cidades turísticas do sul de Goiás deixam suas marcas e sua arte nas formas de produzir e de gerir os pequenos comércios. Não é demasiado dizer que esses sujeitos

mobilizam as paixões das pessoas e promovem organizações nas quais o trabalho tem um significado mais profundo. Os empregos tornam-se um “trabalho bom”, uma combinação poderosa em que as melhores habilidades das pessoas estão plenamente engajadas, seu foco plenamente imerso e seu trabalho alinhado com seus valores. (Goleman, 2015, p. 138)

São artesãos que contribuem para a viabilidade de suas comunidades, beneficiando não somente as bases de suas famílias, mas sintonizados fortemente com o funcionamento do território que é fundamental para a existência da gestão artesanal. Apesar de toda a relevância regional do saber fazer artesanal, na realidade se observa uma situação que desintegra o patrimônio e a cultura popular oleira, que são testemunhos de paisagens atuais e pretéritas a serem preservadas por meio da valorização contínua e integradas aos seus recursos endógenos.

O dito patrimônio também possui um valor simbólico e estético; todavia, o que se tem vivenciado no sul de Goiás é uma impossibilidade de preservar os elementos dessa cultura, visto que faltam informações e apoio público aos sujeitos oleiros que comercializam sua arte em cidades como Lagoa Santa, São Simão, Caldas Novas e Rio Quente. Sem projetos desenhados e com a escola da vida passada empiricamente de geração em geração, os sujeitos artesãos de cidades turísticas do sul de Goiás reproduzem belas peças rústicas, ou recriam peças mais artísticas. Vale ressaltar que o segundo modelo de peça traz consigo um domínio da arte com elementos de inspiração erudita, fortalecendo o desenvolvimento do turismo cultural regional.

Fundamentado em Santos (2018), pode-se afirmar que sem se limitar à abordagem do artesanato em regiões e territórios turísticos, revisitar as referências aqui apresentadas também abarca discussões e análises relevantes para outros campos do saber, a exemplo da interlocução entre geografia e arte, que abre um universo de possibilidades. Isso demonstra que a aproximação entre os dois campos pode contribuir para os geógrafos pensarem os territórios de sujeitos artesãos, suas relações de trabalho e gestão, seus comércios, modos de vida e substâncias culturais, algo essencial para os negócios e as atividades turísticas.

Considerações Finais

Apesar dos tímidos números assinalados na primeira década do século XXI e nas últimas décadas do século XX, o ensino e a pesquisa abordando o patrimônio oleiro registraram poucos avanços nas cidades turísticas do sul de Goiás, na contramão do rápido crescimento que tem ocorrido com as discussões acerca do agronegócio. Os autores citados no trabalho consideram a consolidação territorial da expansão do modelo agropecuário capitalista, mas não conseguem perceber a relevância dos modos de vida oleiros, compostos por hábitos, costumes, habilidades, gestão de base familiar e saberes.

Fomentar a pesquisa em torno do patrimônio oleiro, como uma possível componente do turismo cultural, é criar oportunidades de novas discussões e debates nas diversas áreas da academia, permitindo aprofundar a investigação científica. É preciso abordar as resignificações, as relações com o meio físico e a atual condição social desses sujeitos, frente às transformações das modernidades econômicas impostas às cidades turísticas que também são dominadas pela força do agronegócio.

Agradecimentos

Este artigo é parte do projeto de pesquisa *Cerrado da Microrregião de Quirinópolis, uma Terra de Oleiros: História, Tradição, Memória e Arte Popular*, desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (FAPEG).

Referências

- Abreu, M. (2012). Sobre a memória das cidades. In A. F. A. Carlos, M. L. Souza, & M. E. B. Sposito (Eds.), *A produção do espaço urbano* (pp. 19–39). Contexto.
- Almeida, M. G. de. (2003). Lugares turísticos e a falácia do intercâmbio cultural. In M. G. de Almeida (Ed.), *Paradigmas do turismo* (pp. 11–19). Alternativa.
- Araújo, F. S. G., & Marques Junior, S. (2018). Empreendedorismo e turismo: Caracterização do perfil empreendedor do setor de turismo no Rio Grande do Norte. *Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)*, 7(1), 112–135.
- Bandeira, J. M. de A., & Galvão, M. L. de M. (2016). O conceito de espaço geográfico: Um esforço de definição. *Revista GeoConexões*, 2(2), 26–30. <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/6289>
- Barretto, M. (2007). *Cultura e turismo: Discussões contemporâneas*. Papirus.
- Calado, J. (2013). *Redondo – terra de oleiros*. Gráfica Eborense.
- Campos, J. E. G., Tröger, U., & Haesbaert, F. F. (2005). Águas quentes de Caldas Novas, GO – Notável ocorrência de águas termais sem associação com magmatismo. In M. Winge, C. Schobbenhaus, M. Berbert-Born, E. T. Queiroz, D. A. Campos, C. R. G. Souza, & A. C. S. Fernandes (Eds.), *Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil*. SIGEP.
- Castro, I. A. F., & Santos, I. U. (2005). *Raqchi – cerâmica pre-hispânica y contemporânea*. Graficolors.
- Cavalcanti, L. de S. (2001). *Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano*. Alternativa.
- Claval, P. (2008). Geografia e dimensão espacial: A importância dos processos na superfície da terra. In M. G. de Almeida, E. F. Chaveiro, & H. C. Braga (Eds.), *Geografia e cultura: Os lugares da vida e a vida dos lugares* (pp. 17–46). Vieira.
- Costa, C., Brandão, F., Costa, R., & Breda, Z. (2014). *Turismo nos países lusófonos: Conhecimento, estratégia e territórios*. Escolar.
- Costa, E. B. (2010). *A concretude do fenômeno turismo e as cidades patrimônio mercadoria: Uma abordagem geográfica*. Livre Expressão.
- Cravidão, F. (2014). Velho(s) território(s): Novo(s) turismo(s). In C. Costa, F. Brandão, R. Costa, & Z. Breda (Eds.), *Turismo nos países lusófonos: Conhecimento, estratégia e territórios* (pp. 59–69). Escolar Editora.
- Davel, E., & Madureira, A. G. de C. (2018). Empreendedorismo cultural e turismo na comunidade ceramista de Coqueiros na Bahia (Caso para Ensino). *Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)*, 7(1), 174–217.
- Duarte, S. R., & Silva, P. J. (2015). Gestão familiar versus gestão de rede na hotelaria de Fortaleza. *Revista Hospitalidade*, XII(2), 626–643. <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/605>
- Fayos-Solà, E., & Jafari, J. (2009). *Cambio climático y turismo: Realidad y ficción*. Publicacions de la Universitat de València.
- Goleman, D. (2015). *Liderança: A inteligência emocional na formação do líder de sucesso*. Objetiva.
- Guiatur. (2003). *Guia turístico de Goiás*. Goiânia.
- Guimarães, V. O. S. (2017). Memória, temporalidade e religiosidade: Rastros de presentismo no neopentecostalismo. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes & Práticas Educacionais*, 6, 227–244. <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/6994>
- Gunn, C. A. (2002). *Tourism planning: Basics, concepts, cases*. Routledge.

- Martendal, A. G., & Tomio, M. (2015). Gestão familiar no agroturismo em Santa Catarina: A experiência da Acolhida na Colônia. *Revista Turismo em Análise*, 26(4), 903–918. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i4p903-918>
- Medina, N., & Santamarina, J. (2004). *Turismo de natureza en Cuba*. Ediciones Unión.
- Mendes, J. A. (2008). Patrimônio e cultura como alavancas do desenvolvimento. In R. M. Cunha, J. A. Mendes, D. Folgado, J. Gameiro, M. Ramos, & A. Nabais (Eds.), *Actas das IX Jornadas do Patrimônio do Algarve: Arqueologia e Patrimônio Industrial* (pp. 28–37). Artes Gráficas.
- Oriente, T. (1982). *Antologia: As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. Goiânia.
- Piedade, B. da. (2017). A pedagogia social e o turismo: Interfaces. *Revista Eletrônica de Investigação e Desenvolvimento (REID)*, 1(8), 18–35. <http://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/view/199/0>
- Pla, J. (2006). *La cerámica popular paraguaya*. Editora de la Universidad Católica de Nuestra Señora de La Asunción.
- Sales, T. K. P., Freitas, D. P. de., & Santos, J. C. V. (2017). Inovação e desenvolvimento econômico-sustentável: Uma análise sobre as micro e pequenas empresas do setor de alimentação na cidade turística de Caldas Novas (GO). *Turismo: Estudos & Práticas*, 6(1), 50–68.
- Santos, J. C. V. (2012). Partes geográficas de uma região turística: Abordagens preliminares. In A. P. Portuquez, G. Seabra, & O. T. M. M. Queiroz (Eds.), *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local* (pp. 94–104). Editora Universitária da UFPB.
- Santos, J. C. V. (2013). *Região e destino turístico: Sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*. All Print.
- Santos, J. C. V. (2018). Olaria portuguesa de Porches e o aprofundado discernimento artístico regional de Lima de Freitas. *Espaço em Revista*, 20(1), 38–54. <https://doi.org/10.5216/er.v20i1.53442>
- Santos, J. C. V., & Silva, J. A. (2015). Olaria e turismo cultural: Reflexões sobre o caso Alentejo-Portugal. *Turismo em Análise (USP)*, 26(4), 933–959. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i4p933-959>
- Santos, R. J., & Alves, K. B. (2005). *Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e influência das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II*. Composer.
- Sousa, B. M. (2011). *Inventário de meios de hospedagem de Caldas Novas*. Fundação Caldas Novas Convention & Visitors Bureau.

A Valorização da Gastronomia Tradicional na Mafalala e o Seu Impacto no Turismo da Cidade de Maputo

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.17>

Alda Damas

Instituto de Investigação Sócio-Cultural (ARPAC), Maputo, Moçambique
aldadamas@yahoo.com

Célia Mazuze

Instituto de Investigação Sócio-Cultural (ARPAC), Maputo, Moçambique
cmazuze@yahoo.com.br

Resumo

O artigo tem como objectivo reflectir sobre a necessidade da valorização da gastronomia tradicional na Mafalala como estratégia de desenvolvimento local. Desta forma, analisamos a importância do turismo gastronómico e a sua operacionalização como forma de promoção do desenvolvimento local. Com base nos dados do inventário trazemos uma proposta de pratos e bebidas a serem explorados e valorizados no contexto turístico da cidade de Maputo (badjia, xibubutela, xiginya xa nkakana, tihove, mathapa, nimino de mandioca, karakata, nkakana, wuputsu, ukanyi, etc.). Em termos metodológicos, o artigo baseou-se, em grande parte, nos resultados do Inventário Comunitário do Património Cultural Imaterial, realizado em agosto de 2016 no bairro da Mafalala, e na revisão bibliográfica, para suporte teórico e contextualização do tema em análise. Com esta pesquisa, espera-se contribuir para a projecção da dimensão histórica, cultural e turística, por via dos sabores e aromas das iguarias locais que, por um lado, reflectem a propalada diversidade do bairro e, por outro, alimentam a possibilidade de a comunidade, sobretudo as mulheres obterem rendimento com o turismo.

Palavras-chave

Mafalala, identidade, património cultural imaterial, turismo gastronómico

Introdução

O presente trabalho foi gerado a partir de uma experiência de campo, aquando da realização do Inventário do Património Cultural Imaterial (PCI), no bairro da Mafalala, em agosto de 2016. Para além de trazer uma reflexão teórica sobre o tema, sugere, igualmente, acções de intervenção, com impacto na renda da comunidade.

Durante o processo de inventariação, tivemos a oportunidade de apreciar e degustar deliciosos sabores da cozinha tradicional moçambicana, em algumas residências por onde passámos, isso quando fôssemos convidados, porque quando não, consumíamos o que era possível encontrar à venda nos restaurantes, barracas¹ e arredores, especificamente: frango, batata frita, wors, salgados, guisados, grelhados, entre outros.

Cansados de alimentarmo-nos com este tipo de comidas, questionámos aos guias se existia um lugar na Mafalala onde se podia degustar sabores tradicionais, dado que, o que está mais exposto são pratos “estranhos” à realidade gastronómica local, o que simboliza marcas de um consumismo que atenta à sobrevivência da culinária tradicional.

Foi com base nestas constatações que surgiu a seguinte questão de partida: em que medida a valorização da gastronomia tradicional moçambicana, representada na Mafalala, pode contribuir para o desenvolvimento do turismo cultural no bairro e na cidade de Maputo, em geral?

Mafalala é um destino turístico com um grande potencial gastronómico (badjias, mahanti, mahaza, tifyose, xibubutela, xiginya xa nkakana, tihove, karakata, xima, nkakana, mathapa, nyangana, mbowa, frango à zambeziana, mahewu, wuptsu, ukany, xilalasa, etc.), que reflecte a diversidade cultural do país. No entanto, apesar deste potencial gastronómico, nota-se, ao que nos parece, um fraco aproveitamento e incentivo nesta área, tendo em conta que a gastronomia constitui um grande atractivo do turismo cultural.

Nesse sentido, o intuito deste trabalho é refletir sobre a necessidade da valorização da gastronomia tradicional na Mafalala, como estratégia de desenvolvimento local. Desta forma, analisamos a importância do turismo gastronómico e a sua operacionalização como forma de promover o desenvolvimento local. Com base nos dados do inventário trazemos uma proposta de pratos e bebidas a serem explorados e valorizados no contexto turístico (hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, barracas, etc.) da cidade de Maputo.

Em termos metodológicos, este artigo foi elaborado com base nos resultados do Inventário Comunitário do Património Cultural Imaterial da Mafalala (PCI), decorrido em agosto de 2016, o qual consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas, com vários actores ligados aos diferentes grupos socioculturais do bairro (macua,

¹ Pequeno estabelecimento comercial que se dedica à venda de produtos alimentares, comidas e bebidas.

rhonga, chope, bitonga, comoreanos, etc.). Na mesma ordem, efectuou-se a pesquisa bibliográfica para obtenção do suporte teórico e contextualização do tema em análise. Este processo suscitou não somente o levantamento das iguarias locais, mas também da história, mitos e crenças, associados à gastronomia tradicional destes grupos.

Identidade Gastronómica Como AtractivoTurístico

Na lógica da actividade turística, onde a diferença e as especificidades de um local são matéria-prima básica para diferenciação de um destino turístico em relação ao outro, os aspectos identitários tornam-se num importante atractivo, face a um mercado globalizado e altamente competitivo, que busca cada vez mais a diferenciação dos seus produtos.

Neste sentido, a oferta gastronómica de uma região, assume-se como o mais proeminente ponto de diferenciação cultural, tendo em vista que os hábitos alimentares de um povo e os seus modos de fazer expressam a sua identidade. Falando sobre os hábitos alimentares, Franco Ariovaldo (2003) defende que estes não decorrem apenas do instinto de sobrevivência e das necessidades do indivíduo se alimentar. São, portanto, expressões de uma história, geografia, clima, organização social, crenças religiosas, entre outros. Já o gosto, que muita gente acredita ser próprio, é também moldado culturalmente e socialmente controlado (Ariovaldo, 2003, p. 24).

Debruçando-se ainda a respeito da alimentação e cultura, Bonin e Rolim (1991, como citados em Gândara et al., 2009) argumentam que “os hábitos alimentares se traduzem na forma de seleção, preparo e ingestão de alimentos, que não são o espelho, mas se constituem na própria imagem da sociedade” (p. 181).

E porque a alimentação constitui a imagem da sociedade, ela desperta inúmeras curiosidades aos turistas, dada sua capacidade não só de proporcionar prazeres palatais, como também de acrescentar ao indivíduo conhecimentos culturais e status social. A título de exemplo, o consumo de caviar beluga pode indicar status social. A ausência de porco no cardápio dos islâmicos e judeus pode indicar religião, assim como a maneira de preparar e a forma de servir e de repartir o alimento expressa a organização social dos valores morais e a divisão do trabalho.

No que concerne à alimentação como fonte de conhecimento, Poulain (2002/2013) refere que “a alimentação tem uma função estruturante da organização social de um grupo humano, quer se trate de distribuição, de preparação, de consumo ela é um objecto crucial do saber socioantropológico” (p.285), pois, através da alimentação, podemos identificar uma sociedade, uma cultura, uma religião, um estilo de vida, uma classe social, um acontecimento ou uma época, com diz a celebre frase do gastrónomo francês Brillat-Savarin “diz-me o que comes dir-te-ei quem és”, patente na sua obra intitulada *A Filosofia do Gosto*, lançada em 1825.

Deste modo, o turista ao consumir a gastronomia local acaba valorizando-a e, ao mesmo tempo, desperta interesse aos habitantes, que passarão a ter orgulho de

suas raízes, recuperando assim parte da sua história e cultura imaterial associada à gastronomia tradicional. Como sugerem Frandrin e Montonari (1996, como citados em Müller & Amaral, 2012), “a gastronomia tradicional atua na valorização da cultura regional, na perpetuação da memória culinária das famílias e oferece ganhos de recursos económicos, tanto para a indústria como para o comércio local” (p. 4).

Como se pode depreender, existem várias razões pelas quais uma região ou localidade, detentora de património gastronómico, independentemente do seu maior ou menor reconhecimento, como destino turístico, deve apostar na promoção e divulgação da qualidade e diferenciação dos seus produtos. Conforme dita a lógica da actividade turística, pois, como afirma Gimenes (2006), “quanto mais diferenciado, mais “típico” for o prato, mais valorizado ele será” conforme dita a lógica da actividade turística (p. 5).

Turismo Gastronómico

Turismo gastronómico é um segmento do turismo cultural, no qual o deslocamento de visitantes se dá por motivos vinculados às práticas gastronómicas de uma determinada localidade (Gândara et al., 2009).

Para melhor compressão do turismo gastronómico é importante definir, inicialmente, o conceito de gastronomia, objecto da nossa pesquisa. Segundo o Glossário de Gastronomia e Culinária (2009, como citado por Costa, 2009),

a gastronomia é a arte culinária que compreende os métodos, as técnicas e procedimentos destinados a transformar e sazonar os alimentos da sua forma hóstil e bruta como a natureza nos apresenta e apresentá-los de maneira que constituam um prazer ao paladar, à vista e ao aroma. (p. 67)

Como se pode depreender pela definição, a prática gastronómica abrange um rico universo de bens culturais de natureza material (os alimentos em si e os utensílios culinários) e imateriais (técnicas de preparo, rituais relacionados à degustação, representações do próprio alimento, saberes, etc.), associados à identidade de um povo.

Como actividade, o turismo gastronómico já vem sendo desenvolvido com sucesso há bastante tempo na Europa, mas a sua nomenclatura, de acordo com Long (2004, como citado em Costa, 2009), só foi adquirida no final dos anos 1990, alicerçada ao preceito do desenvolvimento sustentável, um conceito que emerge, segundo Santana (2016), por volta da década 1980, como resposta à massificação da actividade turística e das consequências que esta gera.

Considera-se que no passado, no início dos empreendimentos turísticos na Europa, concretamente durante o século XVII, a alimentação aparecia apenas como uma necessidade biológica – os viajantes burgueses pouco se interessavam pela culinária popular do destino, sua atenção estava mais voltada para as paisagens. Todavia, a partir da primeira metade do século XX, o olhar dos viajantes se modifica,

influenciados por vários factores, entre os quais a expansão das linhas férreas e dos guias turísticos. Como descreve Santana (2016):

é nos anos 1840 que surgem no continente europeu, com a expansão das estradas de ferro, os guias turísticos. A gastronomia começa a aparecer de forma mais sistemática com as especialidades alimentares locais, mas não faz parte ainda da economia turística. Isso ocorre apenas nos anos de 1920. (p. 49)

Com a expansão das linhas férreas e do parque automobilístico, as empresas passam a explorar mais as regiões e as especialidades culinárias. Estas juntaram-se a outras representações estereotipadas do “local”, os guias turísticos. Sob esta perspectiva, em 1920, o *Guia Michelin* lança uma edição na França na qual aparecem os primeiros conselhos gourmet². Entre 1930 e 1950, vários guias dedicados ao turismo gastronómico relançam receitas das suas províncias com itinerários, rotas, passeios e excursões que fazem da gastronomia local uma ponte essencial da experiência turística. A título de exemplo, temos o *Guide Bleu Bords de Loure et Sud*, lançado em 1930 (que tinha como especialidade gastronómica os principais vinhos de cada região da França) e o *Guia Gastronómico d'Italia*, lançado em 1931 pela empresa de transporte Touring Club (Santana, 2016; Silva, 2013).

Por sua vez, os hotéis e restaurantes esforçavam-se em preservar e promover as cozinhas regionais e as receitas de família e o *know how* local, com desejo de atrair novos clientes e estimular a economia local (Silva, 2013). Na mesma lógica, alguns países na Europa, visionando o futuro do turismo gastronómico, começaram a desenvolver nos seus territórios políticas de incentivo ao consumo dos produtos locais e regionais, como aquela que se verificou na Itália, por volta da primeira metade do século XX.

Em 1931, o fascismo encorajava o consumo de produtos nacionais, através de uma política alimentar denominada autarquia, e relança a visita das regiões italianas graças a uma rede ferroviária que permite viajar um pouco por todos os lados, criando, dessa forma, no Norte, um novo tipo de mobilidade. (Capatti, 2006, p. 20)

Desta forma, a gastronomia passa a ser usada como marca de identidade nacional, a partir de um discurso oficial, que se apoia na cultura alimentar para construir o regionalismo. E, deste jeito, cresce, igualmente, o discurso da *tipicidade* e do *terroir*³ e o fenómeno da patrimonialização da alimentação ganha força.

2 O conceito gourmet refere-se a um estilo de culinária mais elaborada, requintada, e que atende às exigências do consumidor com gosto mais apurado em relação à qualidade e apresentação do prato ou da bebida.

3 *Terroir*, termo referente a toda a característica climática de um lugar, propriedade do solo, que torna o local único, produzindo assim, alimentos únicos em sua característica. Inicialmente esta palavra era usada para vinicultura, porém, hoje em dia o seu uso ampliou para outros alimentos. Actualmente a expressão *terroir* designa um produto de uma área limitada (Müller & Amaral, 2012, p. 4). Segundo Poulain (2002/2013), o conceito *terroir*, diz respeito à relação entre o indivíduo e a natureza e a tipicidade exige o respeito à estrutura da refeição – mesmo que esse modelo seja uma invenção recente.

Com a crescente internacionalização da indústria agroalimentar (pizzarias, *fast food*, etc.), e a uniformidade dos campos de cultivo na Europa devido à seca e à agressão da gastronomia, surge na Itália, por volta de 1986, um novo modelo turístico aliado à alimentação, o *slow food*⁴, em oposição ao modo de vida apresentado pelo *fast food*⁵. Este movimento valoriza os pequenos produtores locais, as tradições alimentares e toda a cadeia produtiva do alimento, do campo à mesa (Santana, 2016).

A nível mundial, muitos países têm procurado promover e valorizar os produtos e cozinhas das suas províncias ou localidades. Tomamos como exemplo a Festa da Cerveja, realizada na Alemanha, na cidade de Munique; a Festa da Uva, realizada no Brasil, na cidade Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul; o Circuito do Vinho, em Portugal, com 12 rotas registradas e duas em formação.

Em Moçambique, este tipo de turismo, cuja motivação é essencialmente gastronómica, segue a passos lentos. Alguns exemplos desta modalidade de turismo no país são: as feiras agropecuárias que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar tem desenvolvido em alguns distritos; os festivais gastronómicos, como o Festival Ekhalá (carangueijo), introduzido recentemente (2016) em Nacala-à-Velha, na província de Nampula; o Festival do Camarão, realizado na cidade de Quelimane e no distrito de Marromeu, nas províncias da Zambézia e de Sofala, respetivamente; o Festival Nyama (da carne) e a Feira do Boi, no distrito de Magude, na província de Maputo; e o mais recente (2018), o Festival Tzotiva (vários sabores), realizado na Ilha de Moçambique, província de Nampula; os mercados municipais e feiras, como, por exemplo, o Mercado do Peixe e a Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo, na cidade de Maputo.

Reflexão Sobre a Necessidade da Valorização da Gastronomia Tradicional na Mafalala

Mafalala é um bairro periférico da cidade de Maputo. Surgiu com a expansão da cidade de Lourenço Marques, actual Maputo, num contexto de segregação racial e espacial imposta pelo regime colonial⁶. A procura de emprego e melhores condições de vida aumentou o fluxo da população um pouco de todos os cantos do país para este bairro, destacando-se os povos islâmicos da costa, entre os quais macuas, que se juntaram à população autóctone (rhonga). Deste encontro de culturas abriu-se espaço para o surgimento de novos sabores, que hoje se encontram intrincados às práticas gastronómicas deste povo. Portanto, falar de Mafalala é falar de Moçambique em miniatura.

4 Nascido sob o nome de “arcigola” e fundado em 1986, no Piemonte (Itália), por Carlos Petrini, *slow food* se torna internacional em 1989, como “movimento pela tutela e pelo direito ao prazer” (alimento bom, limpo e justo). O *slow food* opõe-se ao *fast food* promovendo o prazer de saborear boa comida e de qualidade (Weiner, 2005).

5 O *fast food*, que literalmente significa “comida rápida”, é originário dos Estados Unidos. O modelo foi inovado, comercializado e difundido por empresas transnacionais em grandes redes de franquias como a McDonald’s (Oliveira & Freitas, 2008).

6 Mafalala é também o espaço que viu nascer e crescer várias personalidades: das áreas das artes, José Craverinha e Noémia de Sousa; do desporto, Eusébio da Silva e Ricardo Chibanga; da política, Joaquim Alberto Chissano e Pascoal Mucumbi, entre outras.

Esta diversificada gastronómica é também fruto da influência de asiáticos, europeus e povos de outras regiões de África. A badjia, por exemplo, é prova disso, embora a sua origem esteja associada à Índia, cuja designação é bhajji, feita com a farinha de grão-de-bico. Em Moçambique, este grão-de-bico foi substituído por feijão nhemba (timbawene em rhonga), cientificamente conhecido por *Vigna unguiculata*, muito comum em África, dada a sua capacidade de tolerância à seca.

Apesar desta influência externa, a gastronomia moçambicana é essencialmente “vegetariana”, ou seja, proveniente do cultivo da terra. O inventário do PCI, realizado na Mafalala, vem a confirmar este dado onde, de um total de 30 pratos registrados, cerca de 95% são feitos à base de produtos agrícolas. E de entre as receitas registradas, destacam-se as entradas, pratos principais ou quentes e bebidas:

- 1.as entradas compreendem: salgados, doces e todo tipo de bolinho e sobremesa adocicado;
- 2.os pratos principais ou quentes compreendem: os molhos e pratos simples e completos;
- 3.as bebidas compreendem: sumo, cerveja e aguardente.

As entradas – badjia, mahanti, mahaza, tifyose e xibubutela – são as que mais abundam na Mafalala. Algumas iguarias são preparadas por mulheres no local, sob observação do cliente, que acompanha todo o processo, como é o caso da badjias e do tifyose. Importa referir que, logo pela manhã, as mulheres fazem-se à rua, mercados e cercanias das escolas, munidas de seus instrumentos de trabalho tais como: panela, bacia, frigideira, colher de pau, fogão, carvão, m'benga (alguidar) e, geralmente, uma mesinha para acomodar o produto a ser vendido. Cada iguaria apresenta as suas especificidades no que diz respeito aos ingredientes, simbologia e à técnica de confecção.

Falando especificamente da xibubutela, bolinho feito à base de trigo e leite de coco ralado, assado em forno de lenha, importa referir que este bolinho toma a designação xibubutela devido ao seu formato que se assemelha ao órgão sexual feminino (bubuta), eufemismo lexical, usado no sul do país para designar as partes íntimas da mulher. Conforme refere a nossa entrevistada, Ester Ernesto Makhaípe, “chama-se xibubutela por causa do seu formato, que parece vagina [risos] xibubutela é vagina” (entrevista de 02/08/2016, Mafalala).

Em relação ao valor simbólico atribuído à iguaria, Aleta Liva Muduca acrescenta:

entre os rhongas o bolo da noiva também chama-se de xibubutela. Porque é isso (bubuta) que a noiva vai servir ao seu esposo no lar [riso]. Bubuta e xibubutela são a mesma coisa. Esse xibubutela é diminutivo de bubuta. Xibubutela é nome de antigamente. Agora aqueles bolinhos pequenos frito e assado, chamam tudo tifyose. (Aleta Liva Muduca, entrevista de 27 /05/2017, Maputo)

Não se sabe, porém, ao certo se a designação xibubutela está também associada à flor pepeka ou bubuta, encontrada em África, a qual é, igualmente, usada no Brasil para designar as partes íntimas da mulher (pepeka). Por se tratar de uma palavra “proibida”, pelo facto de situar-se no campo do tabu linguístico (exprime falta de cortesia e desrespeito), a iguaria passou a ser genericamente apelidada por tifyose, bolinho frito, feito igualmente à base de trigo e leite de coco ralado.

Dada a exigência na sua confecção, a produção da xibubutela tem reduzido não só na Mafalala, como também em outras regiões do país. Esta redução está associada ao elevado custo de confecção que envolve o uso de forno a lenha ou carvão, fontes cada vez mais onerosas.

Os pratos principais e quentes – xiginya xa nkakana, tihove, nimimo de mandioca, karakata, nkakana, mathapa, mbowa, nyangana, wuswa, mahati ya kuwoma ya kuhungeliwa, frango à zambeziana, entre outros – não se encontram à venda no bairro, são geralmente confeccionados para o consumo familiar e em ocasiões especiais (casamento, encontros familiares, xitique⁷, festivais e outros). Estes pratos, apesar de serem consumidos no quotidiano e terem uma visibilidade nos eventos locais, são pouco apreciados pela camada jovem e crianças, que os consideram “pesados”, “ultrapassados” e associados aos hábitos alimentares rurais. Conforme nos elucida Ester Ernesto Makhaípe, “eu cresci a comer xiginya, minha avó e minha mãe sempre preparavam em casa, mas os nossos filhos não gostam muito, querem frango, mas quando há festas na família, todos querem comer xiginya” (entrevista de 02/08/2016, Mafalala).

Este juízo de valor depreciativo, que se faz em relação à gastronomia tradicional, tem inspirado muitos músicos moçambicanos a comporem músicas com letras que veiculam conteúdos estereotipados em relação aos pratos tradicionais. De entre vários exemplos, pode-se citar a música da conceituada cantora moçambicana, Lizha James, intitulada “Luta Entre Famílias” ([CD] Lizha James – Sentimentos de Mulher [2008], 2012): “quando vêm meus familiares/Dá-me dinheiro de couve,/Quando vêm familiares dele/Dá-me dinheiro de bife”.

Como se pode depreender da estrofe acima, atribui-se um valor depreciativo aos pratos feitos à base de verdura e um status social alto aos pratos feitos à base de carne. Na mesma ordem de ideias, pode-se ler na música de António Marcos, intitulada “Maengane”, a atribuição de um status baixo aos pratos temperados com amendoim⁸ e um status alto aos pratos temperados com óleo conforme a letra (Moniz, 2019): “enganaste-me em casa da minha mãe/Prometeste-me coisas boas/Quando na verdade me entulhas com verduras/Enquanto aos outros dás-lhes alface”.

7 Xitique é uma forma de associativismo comunitário que consiste em um determinado grupo de pessoas (familiares, amigos, vizinhos ou colegas de serviço) contribuir com um valor monetário ou em espécie (alimentos, vestuário, material de construção, eletrodomésticos ou mobílias), de forma periódica (diário, semanal ou mensal). Além de ser uma forma de confraternização, o xitique é um meio de poupança, mas sem juros.

8 Os principais temperos usados na culinária moçambicana são: amendoim, castanha de cajú, amendoas de mafura (xibeé), leite de coco, entre outros.

Nesta letra, apesar de alface ser verdura, o cantor traz no sentido figurado a ideia de que verduras (couve, mboa ou nyangana), geralmente temperadas com amendoim, traduzem um status baixo e a alface temperada com óleo um status alto.

Em relação às bebidas – xilalasangana, wuputsu, ukanyi e mahewu, actualmente regista-se uma fraca apetência no fabrico e consumo na Mafalala. O custo de produção, a indisponibilidade da matéria-prima⁹ e a proliferação no mercado de bebidas industrializadas (cervejas, vinhos, refrigerantes e outras espirituosas) são alguns factores apontados que dificultam a promoção, disseminação ou o resgate das bebidas tradicionais, conforme explica Maria Cristina Pimentel:

ultimamente verifica-se uma redução no fabrico do xilalasangana, dado o alto custo de vida e dos seus ingredientes. No bairro, já não são muitas as pessoas que fabricam, era comum encontrar casas com cascas de ananás nas entradas, como sinal de que nesse local havia xilalasangana à venda. (Entrevista de 05/08/2016, Mafalala)

Esta redução no fabrico e consumo de xilalasangana no bairro também se estende as outras bebidas como wuputsu e ukanyi, mas com excepção do mahewu. Em relação a wuputsu, a nossa entrevistada Maria Cristina Pimentel, teceu o seguinte comentário:

a preparação do wuputsu diminuiu bastante, porque esta bebida requer muito tempo e sai muito cara a sua preparação. Quando se faz, poucas pessoas consomem. Quem consome são pessoas que conhecem a bebida (...). As pessoas que não gostam de consumir wuputsu dizem que a bebida não engrossa, apenas enche a barriga. (Entrevista de 05/08/2016, Mafalala)

Geralmente, esse tipo de bebidas é apreciada por pessoas adultas e naturais, conhecedoras da tradição, com excepção do maheu, que é também apreciado por crianças, devido ao seu sabor adocicado e ao baixo teor de álcool. No entanto, apesar de a xilalasangana e o ukanyi não serem mais fabricados localmente, a comunidade as considera como parte do seu património cultural, devido ao valor simbólico que estas agregam nas cerimónias tradicionais, especificamente: kupalha¹⁰, lobolo¹¹, rituais fúnebres, entre outras.

O ukanyi é uma bebida afrodisíaca e de veneração dos espíritos dos antepassados, cujo preparo e consumo obedece a certos rituais, nomeadamente: kuphahla ukanyi, xikuwha e kuhayeka mindzeko. O primeiro anuncia a abertura da época do canhú (makanyi), o segundo é a festa e o terceiro é o encerramento. Pelo seu carácter sagrado, o vinho do ukanyi não deve ser comercializado, pese embora as pessoas

⁹ As bebidas são de consumo periódico, fabricadas em função da época de cada fruto.

¹⁰ Kupalha é uma cerimónia tradicional que consiste na evocação do espírito dos antepassados. Na realização desta cerimónia ocorrem oferendas de bebidas e comidas aos espíritos dos antepassados, como forma de pedir o bem estar social dos sobreviventes.

¹¹ Lobolo é o nome que se atribui a uma cerimónia de casamento considerada como tradicional, praticada sobretudo na região sul de Moçambique. Esta prática social consiste em a família do noivo oferecer bens (como bebidas, produtos alimentares e dinheiro) à família da noiva, um acto compensatório.

praticuem a sua venda¹². Em relação ao seu valor simbólico, existem particularidades que norteiam o consumo desta bebida. A título de exemplo, o xitowatowa, derivado do ukanyi, não deve ser consumido por qualquer pessoa, sendo assim, reservado a indivíduos com um status social destacado na família e na comunidade. Importa referir que a partir do suco do canhú (makanyi) também se fabrica amarula, uma bebida industrializada e muito comercializada.

Acreditamos, portanto, que estas iguarias, quando bem aproveitadas de forma exclusiva ou como complemento de outras atracções turísticas, convertem-se em uma modalidade de turismo, de importância capital para o sector do turismo cultural, com impacto evidente no seio da comunidade.

Itinerário Turístico Para Operacionalização do Turismo Gastronómico na Mafalala

Numa primeira fase, a gastronomia por si só não poderá capitalizar o turismo no bairro. Reconhecendo o potencial do património cultural da Mafalala, propomos a criação de um itinerário, que agregue as várias atracções existentes no bairro (passeios aos locais históricos, museus, mercado, actividades lúdicas, incluindo a gastronomia).

No entanto, o sucesso deste itinerário depende, largamente, da articulação e participação consciente de vários intervenientes, na promoção e valorização da gastronomia tradicional, nomeadamente: o Estado, membros da comunidade, promotores culturais locais, guias turísticos, operadores turísticos, chefes de cozinha, restaurantes, entre outros.

A iniciativa passaria, necessariamente, pela identificação de um lugar na comunidade (centro cultural multi-uso) ou até mesmo uma residência com capacidade para albergar entre 10 a 15 pessoas. Neste local, as mulheres da comunidade, de forma organizada, poderão preparar os cardápios uma ou duas vezes por semana, para serem apreciados pelos turistas ao som do tufo ou da marrabenta, logo após a visita aos locais históricos.

Esta estratégia desafia o anonimato e a falta de exposição dos pratos principais (xiginya, tihove, karakata, kakana, mathapa, nyangana, entre outros), que ainda se encontram confinados ao espaço doméstico. O confinamento destas iguarias significa o confinamento da identidade e do património alimentar dos grupos sociais da Mafalala.

Considerações finais

O turismo gastronómico é uma realidade que promove o crescimento e o desenvolvimento dos polos turísticos, sobretudo em locais onde existe uma diversidade cultural, como é o caso da Mafalala.

¹² Para mais informações, ver Dava et al. (2009).

Os resultados da pesquisa permitiram visualizar a dimensão do património gastronómico moçambicano no bairro (entradas, pratos principais e bebidas) que, quando bem explorado, pode transformar a Mafalala num importante destino turístico. E um esforço conjunto, aliado a uma estratégia bem articulada, pode reflectir-se em resultados mais abrangentes, não só para os operadores turísticos, como também para a comunidade, com impacto evidente na renda destes grupos. No entanto, é preciso ter atenção em relação à oferta destas iguarias à escala comercial, porque, por um lado, enquanto se amplia a visibilidade das iguarias, por outro, os pratos estarão sujeitos a inovações e adaptações como forma de agradar ao paladar do cliente, descaracterizando-as ao ponto de a comunidade detentora da receita não a reconhecer.

Referências

- Capatti, A. (2006). De la guida gastronomica d'Italia au slow food: Le rôle pionnier de Italie em tourisme gastronomique. *Téoros*, 25(1), 19–22. <https://teoros.revues.org/1307>
- [CD] Lizha James – Sentimentos de Mulher [2008]. (2012, 28 de agosto). *Músicas de África*. <https://musicasdeafrica.blogspot.com/2012/08/cd-lizha-james-sentimentos-de-mulher.html>
- Costa, F. R. (2009). *Turismo e património cultural: Interpretação e qualificação*. Senac.
- Dava, F., Vilanculo, J., Tiane, C., & Valoi, A. (2009). *Ritual das primícias de ukanyi*. ARPAC.
- Franco, A. (2004). *De caçador a gourmet: Uma historia da gastronomia*. Editora Senac.
- Gândara J. M. G., Gimenes, M. H. S. G., & Mascarenhas, R. G. (2009). Reflexões sobre o turismo gastronómico na perspectiva da sociedade dos sonhos. In A. Panosso Netto & M. G. Ansarah (Eds.), *Segmentação do mercado turístico* (pp. 179–191). Manole.
- Gimenes, M. H. S. G. (2006, julho 7-8). *Património gastronómico, património turístico: Uma reflexão introdutória sobre a valorização das comidas tradicionais pelo IPHAN e a atividade turística no Brasil* [Apresentação de comunicação]. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Caixa do Sul.
- Moniz, J. B. (2019, 24 de abril). Geração de ouro moçambique vol.1 download. *JB Musik Pro*. <https://www.jbmusikpro.com/2019/04/geracao-de-ouro-mocambique-vol1-download.html>
- Müller, S. G., & Amaral, F. M. (2012). A preservação dos saberes e fazeres gastronómicos por meio da articulação entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e espaços culturais. *Thema*, 9(1), 1–14. <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/92>
- Ndapessoa, A. (2009, 8 de fevereiro). Canhu, marula & estórias. *Missangani*. <http://estamosjunto.blogspot.com/2009/02/canhu-marula-estorias.html>
- Oliveira, N., & Freitas, M. C. (2008). *Fast food: Um aspecto da modernidade alimentar*. EDUFBA. <http://books.scielo.org/id/9q/pdf/freitas-9788523209148-14.pdf>
- Poulain, J.-P. (2013). *Sociologia da alimentação: Os comedores e o espaço social alimentar* (R. C. Proença, Trad.). Editora ufsc. (Trabalho original publicado em 2002)
- Santana, T. (2016). *Os inventários do património alimentar brasileiro: Possibilidades para o incremento do turismo gastronómico?* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22699>
- Santos, A. (2012). O sabor da história: Práticas alimentares e identidade quilombola. *Intratextos*, 3(1). <https://doi.org/10.12957/intratextos.2012.3134>

Silva, S. da. (2013). *O património gastronómico regional enquanto fator de valorização experiência turística: O caso da indústria hoteleira de cinco estrelas no Algarve* [Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve]. Sapientia. <http://hdl.handle.net/10400.1/3579>

Weiner, S. (2005). *Manual slow food* (L. Sardo, Trad.). Slow Food.

IV - Roteiros e Paisagens Turísticas

Explorações e Impactos do Turismo: Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.18>

Carlos Estrela Brito

Centro de Ensino à Distância, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
est.carlos@gmail.com

Sandra Manuel Perides Pereira Lopes Estrela Brito

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais,
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
lopes.brito@gmail.com

Resumo

Neste artigo, mostramos que o turismo se impõe como um fenómeno económico, social, cultural e ambiental, sendo estes os impactos a serem avaliados antes da implementação de um roteiro turístico. Por isso, deve ser avaliado dentro das seguintes perspectivas: da geografia, da economia, da psicologia, da gestão e socioculturalmente, uma vez que o turismo tem apresentado impactos, os quais devem ser levados em consideração, tais como os económicos, os sociais, os culturais e os ambientais, pois exercem influência nos diversos sectores da economia, seja ela local, regional, nacional ou internacional. Tendo em vista que o turismo é uma actividade em expansão no mundo, em Moçambique não poderia ser diferente. É com essa abordagem que se pretende estudar Moçambique como roteiro turístico internacional, cujo fluxo turístico vem ocasionando impactos socioculturais, económicos e ambientais. Como metodologia, adoptou-se a pesquisa bibliográfica, com várias concepções de autores que já trataram do assunto.

Palavras-chave

cultura, turismo, impactos, exploração

Introdução

Este trabalho aborda alguns temas que derivam e/ou influenciam o estudo do turismo. Desse modo, este artigo trata do tema “Explorações e Impactos do Turismo: Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional”, pois, actualmente, o turismo não é entendido somente como uma actividade de lazer ligada ao ócio e à recreação, mas uma actividade económica importante, que gera muitos empregos e tem o poder de transformar lugares inteiros para que ele possa se desenvolver, alterando o cotidiano das comunidades onde ele se insere, e, de certa forma, suas tradições, costumes e modos de agir.

As discussões sobre o turismo e a cultura têm suscitado um crescente interesse pelas dinâmicas dos processos endógenos das regiões e do local, como elementos determinantes para o desenvolvimento.

Considerando que o turismo é uma actividade em expansão no mundo, em Moçambique não poderia ser diferente; é com essa abordagem que se pretende estudar Moçambique como roteiro turístico internacional, cujo fluxo turístico vem ocasionando impactos socioculturais, económicos e ambientais.

Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, onde se apresenta várias concepções de autores que já trataram o tema. Para melhor compreensão da abordagem que esta pesquisa adota, o trabalho está estruturado em quatro partes: introdução, em que é feita a contextualização do tema e discutida a problemática; seguida de uma breve abordagem conceitual sobre cultura e turismo; em seguida adentra-se ao tema das explorações e impactos do turismo; depois falaremos sobre Moçambique como roteiro turístico e terminamos com algumas considerações finais.

Breve Abordagem Conceitual Sobre Cultura e Turismo

Cultura

Neste artigo, nos apropriaremos das contribuições teóricas das ciências sociais, para conceituar cultura. Geertz (1997/2018), por exemplo, conceitua o vocábulo cultura como uma teia, onde o indivíduo enquanto um ser social está amarrado aos seus significados. Para o autor, nossa vida social é mediada pela cultura, que é o que nos identifica e nos diferencia. Em outras palavras, a cultura pode ser entendida como um emaranhado de símbolos e significados que englobam determinados grupos sociais, sendo possível de ser interpretado.

No entendimento de Castells (2000), a cultura é importante elemento da identidade dos grupos sociais, construída colectivamente, por meio da história, da geografia, das instituições e da memória colectiva. Este autor também explica que as identidades são dinâmicas, organizadas e reorganizadas conforme sejam os contextos sociais.

Assim, a cultura é importante na organização das actividades turísticas, tornando visíveis as singularidades do modo de vida dos grupos sociais, resultando na

importância da preservação e do reconhecimento do património cultural das sociedades/etnias, pois os elementos culturais são mantidos pela tradição oral, pela vida comunitária e por práticas sociais que causam poucos impactos no ambiente. Concluindo, o turismo pode contribuir para fortalecer a cultura local ou transformá-la em produto turístico ou mero espetáculo para os turistas. Por isso, segundo Bobbio (1988/2004), cabe ao Estado o poder de normatizar, legislar, fiscalizar e implantar as políticas sobre cultura no país.

Turismo

Duas abordagens para o entendimento do turismo são apresentadas por Banducci e Barretto (2001): a primeira delinea o turismo como um “tipo específico de deslocamento praticado por um tipo específico de viajante que é o turista” (p. 7), definindo o turismo pelo tempo de permanência do “viajante” fora de casa e pelo seu estado de espírito. A segunda conceitua turismo como um fenómeno social, “porque faz parte das necessidades criadas pelo mundo moderno”, caracterizando-se como uma das formas de consumo criadas a partir da Revolução Industrial do século XIX: “o turismo passou a ser a forma mais procurada de lazer e, na atualidade, fazer turismo tornou-se uma aspiração de todos os incluídos na sociedade global de consumo” (Banducci & Barretto, 2001, p. 8).

No mesmo sentido caminha Moesch (2002), ao salientar que o turismo é, antes de tudo, uma prática cultural. A autora conceitua turismo como: “uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais” (Moesch, 2002, p. 9).

Explorações e Impactos do Turismo

Explorações

Os autores Flores e Mendes (2014), em seu artigo “Perspectivas do Destino Turístico: Repensando o Sentido do Conceito”, publicado em 2014, apresentam cinco perspectivas sobre o destino turístico que influenciaram o direcionamento dos estudos sobre o tema, podendo-se observar que elas não são sequenciais e nem excludentes, mas evolutivas com as mudanças ambientais. Tais perspectivas adotadas neste nosso artigo devem ser observadas no momento da exploração do turismo.

Perspectivas da Geografia

Para a geografia, o destino turístico apresenta-se numa área com limites físicos definidos, configurando-se um elemento integrante do sistema turístico e descrito por Leiper (1979, como citado em Flores & Mendes, 2014) como o lugar que possui recursos naturais ou construídos pelo humano, que atrai turistas para ficarem temporariamente. Cooper (2001, como citado em Flores & Mendes, 2014) enfatiza que são

as atrações de uma localização geográfica que fazem os turistas desejar visitá-la e complementa que as demandas modificam a estrutura e o carácter do destino pela geração de ofertas e mudanças nos seus elementos constitutivos, sendo que essas mudanças devem ser objecto de planeamento e desenvolvimento do turismo.

Na concepção de Becker (2014, como citado em Flores & Mendes, 2014), a principal relação entre a geografia e o turismo se estabelece no espaço geográfico como ali-cerce da oferta turística. “Assim, o espaço geográfico modifica-se constantemente, e as paisagens incorporam novos objectos e novas técnicas criadas pelo conhecimento e pelo trabalho humano, elaborando bens e serviços necessários à satisfação da necessidade turística e que se exprimem no consumo turístico” (Becker (2014, como citado em Flores & Mendes, 2014, p. 56).

Observa-se que, para a geografia, o objecto está na análise do movimento turístico e seu impacto. Um destino une todos os aspectos do turismo, a demanda, o transporte, a oferta e a comercialização, em uma estrutura conveniente para visitar.

Perspectivas da Economia

Nessa perspectiva, o processo de planeamento e gestão de territórios turísticos, de acordo com Anjos et al. (2013, como citados em Flores & Mendes, 2014), deve ter como pressuposto a visão sistémica, possibilitando a compreensão da complexidade do mundo real, cada vez mais perceptível como recurso indispensável para enfrentar os desafios de ordem económica, financeira e mercadológica. E complementam que a produção de um destino turístico depende de programação integrada e interdisciplinar, assim como o equilíbrio do conjunto, constituindo-se factor determinante que se realiza acompanhando passos, critérios e factos, atraindo também investidores que impulsionam a expansão da cidade caracterizando o turismo como fonte económica do destino.

Segundo Andergassen et al. (2013, como citados em Flores & Mendes, 2014), a economia de destinos estuda a relação entre a demanda (diferentes tipos de turistas hospedados no destino) e suprimento (pelo *mix* de firmas localizadas no território) para todo o produto turístico. Em geral, um destino pode oferecer diferentes tipos de férias para os diferentes tipos de turismo, cada um possivelmente caracterizado por um *mix* diferente de produtos e serviços específicos, incluindo os recursos locais e alojamento. Portanto, o produto de turismo é constituído por todos os bens e serviços específicos do destino e não específicos do turismo que são exigidos durante um dia de férias, a sua quantidade é medida pelo número de dormidas e seu valor é o preço da diária. Nesta visão, o turista é um consumidor dos recursos turísticos.

Perspectivas Socioculturais

Na compreensão sociológica, segundo Framke (2002, como citado em Flores & Mendes, 2014), o destino turístico é apresentado como o resultado da prática social, onde cada actividade acontece em um lugar, e essas actividades formam o lugar. Mudanças de actividade alteram o carácter espacial de um lugar, ou seja, a sua estrutura, o conteúdo, o significado e o tamanho.

A antropologia discutida por Graburn e Moore (1994, como citados em Flores & Mendes, 2014) estuda as diferenças e semelhanças da cultura das pessoas e povos no tempo, buscando compreender o processo de mudança ambiental, inovação e conflitos intraculturais. O interesse pelo turismo é provocado pela movimentação dos turistas que impactam na variação intracultural, ou seja, a diferenciação dentro de culturas como etnia, género, classe e idade; bem como os impactos sobre a cultura expressiva, particularmente as artes étnicas que se tornam mercadorias para o comércio turístico.

Perspectivas da Psicologia

Na perspectiva da psicologia, há duas visões em seu estudo: micro e macro. A primeira foi descrita por Ross (1998, como citado em Flores & Mendes, 2014) e está relacionada com a psicologia do indivíduo e sua aplicação para a compreensão do comportamento e motivação dos turistas, da personalidade e atitudes do turista e a percepção turística do meio ambiente. Já a macro abrange o estudo da sociedade e das organizações do turismo, envolvendo contextos sociais, comunitários e de conceitualizações do trabalho, bem como a gestão destes contextos sociais, como marketing, recursos humanos, recursos turísticos, avaliação de instalações e os impactos sociais do turismo sobre as comunidades anfitriãs.

Kastenholz et al. (2012) defendem que a experiência do turismo é co-criada e vivida por vários agentes do destino: os turistas, os provedores de serviços da população e turismo locais. Os turistas assumem um papel activo na definição de sua experiência, iniciando o processo buscando informações sobre a viagem, imaginando actividades e activando a rede de serviços disponíveis no destino. Com isso, segundo os autores, modifica-se o conceito de destino e um dos maiores desafios para os gestores está em fornecer experiências de alta qualidade e a satisfação dos diversos segmentos turísticos.

Perspectivas da Gestão

As perspectivas da gestão do turismo são caracterizadas, segundo Mendes (2004), por duas abordagens: a primeira, identificando a necessidade de comercializar o produto-destino, de modo a atrair visitantes suficientes para sustentar as actividades de negócios do turismo; e a segunda, pela adopção de métodos administrativos para assegurar formas benéficas de turismo. Durante esta fase de gestão, as autoridades turísticas começam a tomar decisões proactivas sobre as facilidades que irão oferecer, tentando antecipar as procuras e mudanças de interesses dos visitantes e tentando influenciar as suas experiências, principalmente o planeamento de destino.

Dos impactos

Impactos Económicos

Na actualidade, o turismo não é entendido somente como uma actividade de lazer ligada ao ócio e à recreação. É uma actividade económica, que gera empregos e tem o poder de transformar lugares inteiros, alterando o cotidiano das comunidades onde ele se insere, e, de certa forma, suas tradições, costumes e atitudes. Segundo

Lickorish e Jenkins (1997/2000), os impactos na economia de uma localidade podem ser relacionados em quatro níveis: ganhos de câmbio exterior; contribuições realizadas às receitas do governo; geração de trabalho e renda; e estímulo ao desenvolvimento regional em níveis subnacionais. Com exceção dos ganhos de câmbio exterior, os demais benefícios podem ser obtidos também com a exploração do turismo doméstico.

Conforme Krippendorf (2000), o turismo oportuniza-se da virtude humana, quando ocorre a hospitalidade, desde os primórdios históricos, para torná-la um negócio. É possível compreender a importância que normalmente é dada ao benefício econômico que o turismo traz às localidades receptoras.

Descrevem MacIntosh e Goeldner (1999) que há, no entanto, aspectos negativos, quando há dependência excessiva de dado município em relação à actividade turística, pois, na maioria das vezes, a actividade se desenvolve de maneira sazonal, podendo haver dependência de capital estrangeiro ou, ainda, presença de especulação imobiliária, o que acaba resultando em aumento no custo de vida.

O ponto em comum entre os autores é que o turismo pode ser considerado como gerador de trabalho e renda às localidades receptoras, proporcionando o desenvolvimento destas, mas, ao mesmo tempo, podendo ocasionar dependência excessiva da actividade, significando prejuízo diante da sazonalidade da actividade, e ainda sujeita a variação nos fluxos de turistas quando há riscos de conflitos, como guerras, catástrofes, mudanças climáticas, inclusive modismo de destinos turísticos, entre outros.

Impactos Sociais

Segundo Cruz (2001), o turismo é, antes de tudo, uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território, e que tem no espaço geográfico seu principal objecto de consumo. Os impactos sociais estão relacionados com os benefícios que o turismo pode propiciar às localidades receptoras, como melhoria da qualidade de vida, simetria na distribuição de renda e, por consequência, desenvolvimento social.

Impactos sociais negativos também estão muito próximos dos económicos, como especulação imobiliária que dificulta a capacidade da população local possuir residência própria na região provocada pelas altas de preços praticadas no mercado. Outros impactos sociais negativos, segundo MacIntosh e Goeldner (1999), são: a possibilidade de ocorrência de prostituição, maior incidência de alcoolismo, o chamado “efeito demonstração” que faz surgir o interesse dos autóctones por consumir bens, tais como os turistas realizam, mesmo se ainda não houvesse necessidade para isso, e aumento do índice de violência.

Impactos Culturais

Segundo Boullon (1999), a cultura de um lugar é resultado das manifestações humanas, dentre as quais destacamos: monumentos, lugares culturais, edificações, artefactos artesanais e obras de arte, idiomas, dialectos, sotaques, expressões, mentalidade, hospitalidade, modo de vida (usos e costumes), religiosidade, música, atitudes (cortesia e cordialidade), maneiras de agir e vestir, danças, arte dramática, entre outros.

Barretto (2007) ressalta que os impactos positivos estão relacionados com o facto de a cultura possuir dinamicidade, isto é, a cultura não retrata uma fotografia do passado. Ela representa a manifestação de um dado povo, sua identidade, seu território. É uma teia de significados. Já conforme Ryan (2002), os impactos culturais negativos podem ser apontados a partir da perda de identidade, ou, então, da espectacularização da cultura local, no sentido de teatralização do moralmente correcto às vistas da chamada cultura hegemónica dominante.

Impactos Ambientais

No turismo em áreas naturais é possível identificar todos os componentes que possuem elementos oriundos da natureza. Como impacto positivo, Lickorish e Jenkins (1997/2000) e Sampaio et al. (2008) salientam que o património natural intrínseco a esta modalidade torna-se elemento de identidade e, por sua vez, de atractividade. No entanto, a infraestrutura para visita e contemplação pode sofrer impacto negativo quando está sujeita à ingerência humana, sob diversas formas, como acúmulo de lixo, iluminação inadequada, especulação imobiliária e visitas massivas.

Moçambique Como Roteiro Turístico Internacional

Moçambique situa-se na costa oriental de África. Possui uma superfície de 799.390 km², sendo 786.390 km² de terra firme e 13.000 km² de águas interiores. Faz fronteira com a Tanzânia, o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia; e a leste com o Oceano Índico, compreendendo uma extensão de 2.600 km e uma fronteira terrestre de 4.330 km.

A agricultura é a actividade predominante, ocupando 37,3%; a indústria 22,7%; a mineração 0,2%; a construção 0,13%; o comércio, a administração e serviços 17,1%. Como principais indústrias, a alimentícia (refino de açúcar, processamento da castanha de caju e do trigo); área têxtil; cimento; fertilizantes; implementos agrícolas; vidro; cerâmica; pneus e equipamentos ferroviários. Possui como recursos minerais: energia hidroelétrica, gás, carvão mineral e madeiras. Como produtos de exportação destacam-se: camarão, algodão, castanha de caju, açúcar, chá e copra. O português é a língua oficial, língua de unidade nacional. Entretanto, existem 13 línguas nacionais.

Maputo é a capital e a maior cidade e está localizada no sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo. Faz limite com o distrito de Marracuene, município da Matola, município de Boane, e o distrito de Matutuíne.

O Turismo em Moçambique

O turismo em Moçambique representa um potencial para o crescimento do seu produto interno bruto (PIB)¹. Segundo o Governo de Moçambique (s.d.), Moçambique possui praias com águas limpas, muito apropriadas para a prática de turismo, principalmente

¹ O PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objectivo de quantificar a actividade económica de uma região.

as que se encontram muito distantes de centros urbanos, como as da província de Cabo Delgado, com destaque para as ilhas Quirimbas, e da província de Inhambane, com destaque para o Arquipélago de Bazaruto. O país tem ainda parques nacionais, destacando o Parque Nacional da Gorongosa.

A Tabela 1 apresenta, de acordo com o projecto *Um Olhar Sobre o Turismo em Moçambique* (OSTM; Projecto OSTM, 2018), as regiões que melhor oferecem oportunidades para a realização do turismo em Moçambique.

Tabela 1

Regiões turísticas de Moçambique.

Fonte. Projecto OSTM, 2018.

Regiões	Descrição
Sul: províncias de Maputo, Maputo cidade, Gaza, Inhambane	<p>Possui níveis consideravelmente elevados de desenvolvimento e detém a melhor infraestrutura de todo o país, onde se concentra o turismo.</p> <p>O turismo de negócios concentra-se em Maputo-cidade, e a norte da província de Inhambane existem infraestruturas para os que frequentam as praias e outros locais adjacentes. O turismo de lazer progride satisfatoriamente em várias partes das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, com destaque a província de Inhambane (Vilanculos e Bazaruto).</p>
Centro: províncias de Sofala, Manica, Tete	<p>A principal atracção são os animais exóticos existentes nas zonas de conservação e preservação de espécies selvagens, sendo que a natureza e negócios fornecem uma excelente base para o turismo. Os sinais de recuperação das espécies e dos animais de pequeno porte são visíveis com a reposição das reservas.</p> <p>O Parque Nacional de Gorongosa é uma das reservas mais famosas da África austral e a caça nas cotadas do centro figurava entre as melhores do mundo. Esta região conta com a reserva de búfalos de Marromeu.</p> <p>A cidade da Beira é a segunda cidade de Moçambique e um centro económico de importância regional. O seu porto desempenha um papel importante na ligação de Moçambique com o Zimbabwe e outros países vizinhos.</p>
Norte: províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia	<p>A região tem produtos turísticos que carecem de exploração: hotéis, pousadas, parques de campismo, dentre outros tipos de estâncias turísticas.</p> <p>Destacam-se aqui as ilhas de Moçambique (declarado património mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco]) e do Ibo, o arquipélago das Quirimbas, a selva intacta e extensa da Reserva do Niassa e a biodiversidade única do Lago Niassa. O corredor de Nacala é um dos catalisadores importantes do desenvolvimento da região: liga Nacala e Nampula ao Lago Niassa e ao Malawi pelas vias aéreas, rodoviária e lacustre.</p>

As Políticas Públicas do Turismo em Moçambique

Segundo Teixeira (2002), no desenvolvimento de qualquer actividade, num determinando espaço geográfico, é fundamental a existência de políticas públicas. Conforme suas palavras, políticas públicas “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre actores da sociedade e do Estado” (Teixeira, 2002, p. 2).

Corroborando com o pensamento acima, Araújo (2010) salienta que políticas públicas são leis e estratégias criadas para beneficiar uma população, onde são feitos planos de novos projectos em prol de melhorias que venham a beneficiar economicamente uma sociedade, criando novas infraestruturas, serviços, e contribuindo, sobretudo, na geração de emprego e na melhoria de vida social.

Assim, desde a data da proclamação da independência nacional de Moçambique, o governo mostrou preocupação com o desenvolvimento económico do país, em particular do turismo, pelo que foram elaborados e publicados, na escala local, provincial e nacional, vários projectos, programas, leis, decretos, dentre outros instrumentos públicos, com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento desta actividade.

Na Tabela 2, pode-se vislumbrar algumas das políticas públicas do turismo criadas, directa ou indirectamente, para impulsionar o desenvolvimento da actividade turística desde a independência.

Título	Objectivo	Período
Regulamento de transportes em automóveis. Decreto n.º 24/1989 de 08 de Agosto	Regulamentar os transportes em automóveis tendo em conta a actual estrutura administrativa e exigência política, económica e social da República Popular de Moçambique.	1989
Jogos de diversão social. Lei n.º 9/1994 de 14/9	Institucionalizar a prática de jogos com carácter eminentemente social.	1994
Resolução n.º 10/1995 de 17/10	Aprovar a Política Nacional de Terras e as respectivas estratégias de implementação.	1996
Política e estratégia desenvolvimento de florestas e fauna bravia. Resolução n.º 8/1997 de 1/04	Geração de benefícios económicos e sociais da actual e futura geração; envolvimento de pessoas dependentes dos recursos florestais na planificação e seu aproveitamento sustentável; e conservação dos recursos de base, incluindo a diversidade biológica.	1997
Projecto MOZBIO - Políticas de salvaguarda	Conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais nas áreas de conservação transfronteiriça e a promoção do crescimento e desenvolvimento económico, baseado no uso sustentável de recursos naturais nas comunidades locais, com particular ênfase no ecoturismo.	1997
Decreto Presidencial n.º 1/2000, de 17/1	Extingue o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e cria o Ministério do Turismo.	2000
Política de Turismo e Estratégia da sua Implementação	Impulsionar a promoção e desenvolvimento do turismo como motor de crescimento e no engajamento dos sectores públicos e privados, bem como das comunidades em tornar a oferta de serviços, nesta área, uma realidade.	2003
Lei do Turismo n.º 4/2004 de 17 de junho	Estabelece o quadro legal para o fomento e exercício das actividades turísticas.	2004

Tabela 2
Políticas públicas do turismo.

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004–2013)	Fixar prioridades específicas, definir produtos e mercados, identificar áreas prioritárias para o investimento em turismo e focalizar os recursos necessários.	2004
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas. Decreto n.º 40/2005 de 30/8	Reger as condições e procedimentos para licenciamento e funcionamento das actividades turísticas de alojamento turístico e restauração e bebidas.	2005
Regulamento das agências de viagem e turismo e profissionais de informação turística. Decreto n.º 41/2007 de 30/8	Reger o licenciamento e o funcionamento das agências de viagem e turismo bem como a autorização do exercício da actividade profissional de informação turística.	2005
Regulamento do mergulho amador. Decreto n.º 44/2006 de 29/11	Estabelecer normas relativas ao exercício da actividade de mergulho amador nas águas jurisdicionais moçambicanas.	2006
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança. Decreto n.º 18/2007 de 07/8	Reger as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das actividades turísticas bem como o sistema de classificação, incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação.	2007
Regulamento de direito de habitação periódica. Decreto n.º 39/2007 de 24/8	Estabelecer o regime jurídico aplicável a constituição, exercício, transmissão e extensão dos direitos de habitação periódica, assim como definir as normas e procedimentos para o licenciamento de empreendimentos turísticos e imobiliários em regime de habitação periódica.	2007
Regulamento de animação turística. Decreto n.º 40/2007 de 24/8	Estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade de animação turística.	2007
Regulamento de transportes turísticos. Decreto n.º 41/2007 de 24/8	Estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade de transportes turísticos.	2007
Regulamento das zonas de interesse turístico. Decreto n.º 77/2009 de 15/12	Estabelecer o regime jurídico da declaração das zonas de interesse turístico e fixa os seus efeitos, sem prejuízo das normas específicas estabelecidas na declaração de cada zona.	2009
Regulamento da lei de jogos de fortuna ou azar. Decreto n.º 64/2010 de 31/12	Regulamentar a lei n.º I / 2010, de 10 de fevereiro.	2010
Regulamento de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança. Decreto n.º 18/2007 de 07/8	Reger as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das actividades turísticas, bem como o sistema de classificação, incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação.	2014

Segundo o *Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique* (2004–2013), o crescimento do turismo no país prevê 2025 como o ano para a efectividade do setor.

Até ao ano 2025, Moçambique será o destino turístico mais vibrante, dinâmico e exótico de África, acolhendo mais de 4 milhões de turistas por ano.

“As áreas de conservação constituem parte integrante do produto turístico e os seus benefícios darão um contributo significativo para o PIB, trazendo riqueza e prosperidade para as comunidades do país” (República de Moçambique Ministério do Turismo, 2004, p. 50).

Considerações Finais

Tendo como tema de estudo deste artigo explorações e impactos do turismo – Moçambique como roteiro turístico internacional –, encontramos na literatura várias abordagens sobre o turismo que possuem perspectivas diferentes sobre o destino turístico, que criaram paradigmas e em seguida sofreram modificações e foram adaptadas às mudanças rápidas do ambiente e do comportamento do consumidor do turismo – o turista.

Incorporamos nossa contribuição da visão integrada do destino turístico, descrevendo o destino como um sistema onde o turista vivenciará a sua experiência, sem fronteiras, cujo conteúdo é co-criado, onde deve haver cooperação e redes de empresas públicas e privadas, para a realização de uma experiência de excelência. Esta visão integrada é sustentada e sofre a influência das transformações do ambiente de negócios, do mundo globalizado, das tecnologias de comunicação e da informação, que influenciam os grupos socioterritoriais onde estão os turistas e residentes. Isso exige uma melhor compreensão do destino como um sistema integrado, flexível e adaptado às demandas.

Dessa forma, concluímos que, apesar de todas as abordagens serem úteis e complementares para se compreender de uma forma integrada a realidade que consubstancia o destino turístico, é a perspectiva dos turistas que deve prevalecer para a formatação do conceito.

O desempenho que o turismo pode agregar a uma localidade é imensurável, consegue fazer girar a economia e mudar alguns aspectos locais. Por meio desta actividade, é possível expandir e fortalecer o mercado interno, principalmente, melhorar o desempenho económico, social e ambiental. Em Moçambique, o turismo vem sendo utilizado como meio para o desenvolvimento da população local, pois, por suas características físicas e bióticas e pelo seu contexto histórico, o país possui potencial para o desenvolvimento da actividade turística, facto que obrigou as autoridades públicas a definirem um plano de acção para o sector, na perspectiva de alcançar resultados positivos até 2025, que permitam o desenvolvimento de uma actividade sustentável e atractiva.

Concluindo, a exploração do turismo constitui uma das alternativas diferentes nos seus aspectos naturais, sociais e locais por meio da experiência e saberes entre visitantes e população, proporcionando benefício mútuo, onde os turistas deixam suas experiências e adquirem novas culturas, fazendo dessa actividade um acto prazeroso.

Referências

- Araújo, S. C. de. (2010). *Desenvolvimento endógeno e turismo comunitário: A comunidade cachoeira*. Monografias Brasil Escola. <http://monografias.brasilecola.com/turismo/desenvolvimento-endogeno-turismo-comunitario-comunidade-cachoeira-nova.htm>
- Banducci, Á., Jr., & Barretto, M. (Eds.). (2001). *Turismo e identidade local: Uma visão antropológica*. Papirus.
- Barretto, M. (2007). *Cultura e turismo: Discussões contemporâneas*. Papirus.
- Bobbio, N. (2004). *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política* (M. A. Nogueira, Trad.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988)
- Boullon, R. (1999). *Planificación del espacio turístico*. Trillas.
- Castells, M. (2000). *O poder da identidade* (K. B. Gerhardt, Trad.). Paz e terra.
- Cruz, R. de C. A. de. (2001). *Introdução à geografia do turismo*. Roca.
- Flores, L. C. S., & Mendes, J. C. (2014). Perspectivas do destino turístico: Repensando o sentido do conceito. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8(2), 222-237. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i2.717>
- Geertz, C. (2018). *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa* (V. M. Joscelyne, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1997)
- Kastenholz, E., Carneiro, M. J., Marques, C. P., & Lima, J. (2012). Understanding and managing the rural tourism experience – The case of a historical village in Portugal. *Tourism Management Perspectives*, 4, 207-214. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.08.009>
- Krippendorf, J. (2000). *Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão das viagens*. Hucitec.
- Lickorish, L., & Jenkins, C. (2000). *Introdução ao turismo*. Campus. (Trabalho original publicado em 1997)
- MacIntosh, R. W., & Goeldner, C. C. (1999). *Tourism: Principles, practices, philosophies*. Bookman.
- Mendes, J. C. (2004). *Gestão da qualidade nos destinos turísticos: O caso português* [Tese de doutoramento, Universidade do Algarve]. Sapientia. <http://hdl.handle.net/10400.1/11034>
- Moesch, M. (2002). *A produção do saber turístico*. Contexto.
- Governo de Moçambique. (s.d.). *Zonas de atracções turísticas*. Portal do Governo de Moçambique. <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Turismo/Zonas-de-atraccoes-turisticas>
- Projecto OSTM. (2018). *Turismo em Moçambique*. http://projectoostm.freevar.com/index_ficheiros/Page2141.htm
- República de Moçambique Ministério do Turismo. (2004). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013)*. https://www.cplp.org/Files/Billeder/turismo/Plano_Estrategico_pt_MITUR.pdf
- Ryan, C. (2002). Tourism and cultural proximity: Examples from New Zealand. *Annals of Tourism Research*, 29(4), 952-971. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(02\)00006-3](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(02)00006-3)
- Sampaio, C. A. C., Lenz, T. C. Z., Henríquez, Z. C., & Oyarzún, E. M. (2008). Pensando el concepto de turismo comunitario a partir de experiencias brasileñas, chilenas y costarricenseña. In *Anais do Congresso de Investigadores en Turismo de Chile*.
- Teixeira, E. C. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

A Relação Dialética Turistas/ Moradores em Baependi (Minas Gerais): Percepções Diferentes Sobre a Mesma Produção Socioespacial

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.19>

Magno Angelo Kelmer

Universidade Federal de Goiás, Goiás, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4905-4889>

magnokelmer@gmail.com

Annaelise Fritz Machado

Escola Superior de Hotelaria e Turismo, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-3849-7350>

annaelisefritz@yahoo.com.br

Resumo

O município de Baependi, no sul do estado de Minas Gerais, conta atualmente com a presença da atividade turística do tipo religioso, na qual visitantes buscam conhecer os atrativos do local onde Nhá Chica viveu. Nhá Chica foi uma neta de escravos africanos, da região de Benguela, que, nascida no Brasil, escolheu o município de Baependi para viver. Segundo relatos, essa beata possuía dons relacionados a benzeções e adivinhações. Após sua morte, a beata passou a ser venerada e, em 2013, sua beatificação foi realizada. Com isso, um número crescente de turistas quer conhecer mais sobre Nhá Chica, fazendo com que Baependi tenha um maior fluxo de visitação envolvendo a fé, caracterizando a prática do turismo religioso, fato que tem contribuído para a sua reprodução socioespacial. Desta forma o município passou a se organizar para receber e explorar essa atividade econômica, o que mereceu uma análise sobre tal organização. Para isso, visitas a campo com entrevistas direcionadas ao visitante e ao morador foram realizadas. Este trabalho, ao analisar as transformações do espaço na visão do morador de Baependi e do turista que ali chega, busca compreender o processo de reprodução do espaço, no qual está contida a organização espacial, já que a lógica do capital impõe uma racionalidade na organização do espaço, programando-o para a mercantilização e o consumo, valorizando a relação dialética valor de uso-valor de troca, fornecendo novo sentido para os espaços.

Palavras-chave

turismo religioso, produção do espaço, turistas, moradores

Introdução

Nhá Chica, batizada como Francisca de Paula de Jesus, nascida em 1808, ficou órfã muito cedo e dedicou sua vida a praticar a caridade e conservar a fé cristã. Sua fama de santidade foi se espalhando de tal modo que visitantes vinham a Baependi para conhecê-la e pedir-lhe orações. Com sua morte, em 1895, a memória sobre essa personagem não foi perdida, ao contrário, seus restos mortais, no interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, vêm sendo visitados e venerados por fiéis brasileiros e estrangeiros. A sua beatificação, ocorrida em maio de 2013 na cidade de Baependi, no estado de Minas Gerais, veio ao encontro dos anseios de uma comunidade que acompanha há décadas as manifestações atribuídas a ela.

O município de Baependi, localizado no sul do Estado de Minas Gerais, possui, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, s.d.), uma população de 18.307 habitantes e a atividade turística tem-se tornado um forte movimentador de capital em uma economia local, movida até então pela agropecuária e pelo comércio.

A beatificação faz parte de um processo de canonização instaurado em janeiro de 1992; processo este que aumentou a divulgação dos supostos milagres atribuídos à beata, implicando um maior fluxo de visitação envolvendo a fé e caracterizando a prática do turismo religioso, fato que tem contribuído para a reprodução socioespacial do município.

O turismo, na qualidade de atividade sócio-econômica, tem o poder de modificar os espaços, transformando-os para e pela sua atuação, relacionando elementos administrativos, econômicos, culturais, naturais e principalmente os elementos sociais, demonstrando assim a dinamicidade da atividade.

Diante deste cenário, questiona-se a importância desse atrativo para a economia do município e para a relação entre moradores e visitantes. A atividade turística apresenta aspectos positivos, destacados para justificar sua atuação, e negativos que negam os discursos enaltecidos sobre a atividade. O fato de haver maior visitação no município estabelece uma relação dialética entre moradores e visitantes, o que merece ser investigado.

Nhá Chica: A Semente de Benguela Santificada Para o Turismo

Roza de Benguela chegou ao Brasil por um navio negreiro e foi comprada pelo fazendeiro Custódio Ferreira Braga, da zona rural de São João Del-Rey, em Minas Gerais, dando a luz, na década de 1780, Izabel. Ao longo de sua vida, Izabel teve dois filhos, Theotônio Pereira do Amaral e Francisca de Paula de Jesus, nascida em 1808. Segundo Palazzolo (1973), “dona Izabel, mãe de Francisca de Paula de Jesus, possuía sólida formação cristã, era conhecedora das vantagens de uma vida em retiro, quase monástica” (p. 18), o que foi passado à filha como formação, orientando-a para uma vida de servidão a Deus. Izabel, já liberta, resolve se mudar com a família para Baependi, sul do estado de Minas Gerais, levando seus dois filhos e a imagem de Nossa Senhora da Conceição, sua santa de devoção. Ao chegar a Baependi, a família se instalou em uma casa na rua das Cavalhadas (Lefort, 1992). Em 1818, Izabel morre deixando órfãos seus dois filhos. Após a morte da mãe, Francisca de Paula passou a viver sob votos de pobreza, mantendo-se solitária para melhor praticar a caridade e o cristianismo (“História”, s.d.).

Seda (2013) nos esclarece quanto ao dinamismo de Francisca, ao afirmar que, em sua participação na missa ou em seu caminhar tranquilo pelas ruas de Baependi, levava comida aos mais necessitados, remédios caseiros aos doentes, sempre pronunciando uma oração, distribuindo graça e bondade... Tinha Francisca como nome de batismo, mas o povo simples começou a chamá-la de Nhá Chica.

Sua fama de santidade foi se espalhando e pessoas de outras localidades começaram a visitar Baependi para conhecê-la, conversar com ela, falar-lhes de suas dores e necessidades e, sobretudo, para pedir-lhe orações. Baseado nos relatos de Sacramento (2006), “Nhá Chica faleceu em 14 de junho de 1895 em consequência de anemia geral por causa de afecções gástricas” (p.161). Após sua morte, a fama da “santinha de Baependi” se espalhou e possíveis milagres começaram a ser atribuídos a ela. A capela iniciada em 1867 por Francisca de Paula de Jesus, atualmente reformada e transformada em santuário, recebe anualmente a visita de milhares de fiéis.

Visitantes são atraídos a Baependi para conhecer a igreja de Nhá Chica, onde se encontram seus restos mortais depositados em uma urna sob sua estátua, localizados à esquerda do altar do Santuário de Nossa Senhora da Conceição. Com isso, um número crescente de visitantes quer conhecer mais sobre Nhá Chica, fazendo com que o município de Baependi tenha um maior fluxo de visitação envolvendo a fé, caracterizando a prática do turismo religioso, fato que tem contribuído para a sua reprodução socioespacial. Andrade (2000) conceitua turismo religioso como “o conjunto de atividades, com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões” (p. 77).

A importância dada aos equipamentos para o suporte da visitação turística é destacada pelo autor e, desta forma, surge uma nova produção socioespacial que merece

ser analisada, pensada e discutida juntamente com a força que a modificou, uma vez que a lógica do capital nos impõem uma racionalidade na organização do espaço, programando-o para a mercantilização e o consumo em uma relação dialética entre valor de uso-valor de troca. Lefebvre (1972/2008) contribui ao destacar que o “ordenamento do espaço se dá segundo as exigências do modo de produção capitalista, ou seja, da reprodução das relações de produção” (p. 21); em Baependi, a atividade turística classificada como turismo religioso contribui para isto, apresentando-se como uma entre as demais atividades presentes contribuindo para seu processo de reprodução espacial.

Em 1992, o processo de beatificação foi aberto de forma definitiva culminando na beatificação a 4 de maio de 2013. Analisando o recorte temporal entre 1992 a 2016, conforme os dados da prefeitura municipal, a economia do município sofreu alterações referentes à quantidade de alvarás liberados para atividades do setor terciário da economia, que tiveram um acréscimo de 252,3%, sendo este o setor que abrange as atividades ligadas à prática do turismo; destacando entre eles, os cinco hotéis que foram inaugurados em Baependi nos últimos 15 anos, indicando desta forma, um aumento no fluxo de visitantes. Segundo dados do IBGE (2010), em Baependi, na década atual (2010 a 2016), a população economicamente ativa no setor terciário teve um acréscimo de 2,81%, ou seja, aumentou o número de trabalhadores envolvidos no setor que abrange as atividades das práticas turísticas, fato que pode interferir na distribuição da população no município, uma vez que, a taxa de urbanização saltou de 62,51% em 1990 para 72,4% em 2010. Neste período a população do município cresceu 10,1%.

Vários agentes atuam em Baependi, contribuindo para a dinamização da atividade turística, promovendo a turistificação dos lugares.

Turistificando o Espaço: Moradores e Turistas

Os agentes envolvidos no processo de turistificação contribuem para a produção da atividade turística e, concomitantemente, para a produção do espaço. As ações por eles implementadas impactam o espaço, contribuindo para a tríade dialética, prática espacial, representação do espaço e espaço da representação. Lefebvre (1972/2008) aponta os conceitos estabelecidos como espaço concebido, planejado, uma relação entre os dominantes e o produto. Esta relação resultará no espaço do vivido, do cotidiano, do ir e vir das pessoas, habitantes e usuários deste espaço. Permeando estas relações e, como resultado delas, o espaço do percebido nos remete para a materialidade desta produção enquanto prática espacial concluindo assim a tríade dialética do autor.

Os moradores transitam entre estes espaços contribuindo para o seu processo de produção, uma vez que dele usufruem e modificam-no. Estes sujeitos contêm a experiência do cotidiano, das relações diárias e necessitam ser interpretados em suas relações econômicas, políticas e culturais (Gottdiener, 1993/2010; Lefebvre, 2000/2006).

Os moradores entrevistados são residentes do bairro Centro, por ser o bairro a receber maior circulação de visitantes e conter o maior número de atrativos turísticos

religiosos de Baependi. Foram entrevistados 45 moradores, envolvendo um universo de 150 pessoas na pesquisa ao contar com o número total que compõe cada família. O grupo dos entrevistados é composto por 80% de moradores católicos e de 20% de moradores não católicos e organizamos, para atender ao recorte temporal estabelecido para este trabalho, moradores do bairro antes do início do processo de beatificação em 1992, representando 53,3% do total, e moradores do bairro após a data de início do processo de beatificação, representando 46,7%, uma vez que esta informação ajudará a comparar os dados antes e após o processo de beatificação.

Para 97,9% dos visitantes entrevistados, os moradores recebem bem o turista, destacando como qualidades da população residente o fato de ajudarem com informações, serem receptivos e simpáticos, demonstrando estarem satisfeitos com a presença do turista, afinal para a maioria dos entrevistados, a hospitalidade dos moradores foi citada. Para 2,1% dos visitantes, os moradores não são receptivos e, para estes, os moradores não veem com “bons olhos” o/a turista.

Independentemente de gostar ou não da presença do visitante na cidade, o morador participa no processo de turistificação, não de forma homogênea, uma vez que com a prática da atividade turística uns irão ganhar, seja financeiramente, seja pelo uso das estruturas montadas para o visitante, seja pela troca cultural estabelecida, e outros não; estes veem-se prejudicados pela presença do visitante. Mas o fato importante nesta análise diz respeito à presença do morador no cotidiano, vivenciando sua experiência como habitante e as relações com os usuários do espaço. O habitante, para Lefebvre (1972/2008), tem importância fundamental na análise dos espaços, não somente em dados quantitativos mas, como o elemento que atua na prática urbana, representando a qualidade da produção espacial.

Os moradores de Baependi, em sua maioria, 66,7% do total de entrevistados, sentem-se envolvidos com a prática turística citando como exemplo o fato de orientar o visitante, atuar nas celebrações da igreja e ganhar financeiramente com o comércio, principalmente o relacionado a Nhá Chica. Destes entrevistados, 26,7% sentem-se alienados das práticas turísticas e 6,6% não souberam responder a esta questão.

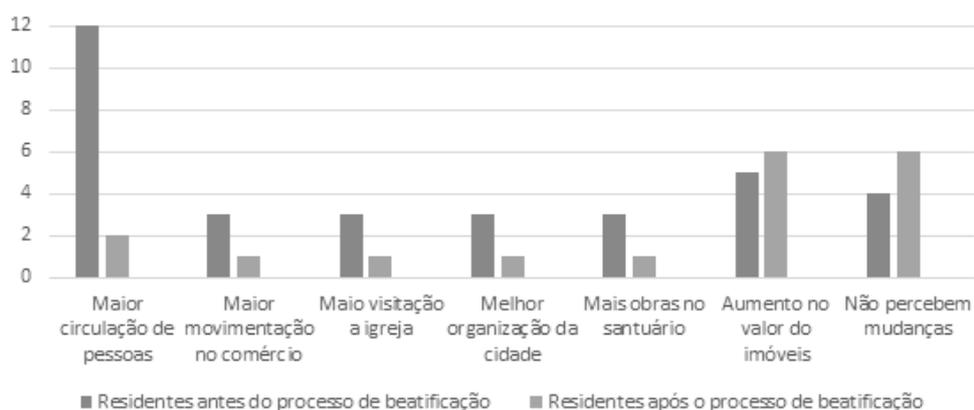
Andrade (2000) deixa claro a importância da receptividade dos moradores para o turista ao afirmar que os viajantes, os hóspedes, os clientes, “sempre que se julgam na situação de turistas, desejam sentir-se entre amigos e camaradas, na mesma proporção da sinceridade, da segurança e do conforto que desejariam possuir em suas casas, a fim de descansar, de distrair-se e de relaxar” (p. 26), demonstrando assim, o papel dos moradores no processo de turistificação.

Todos os moradores que foram entrevistados afirmaram perceber a movimentação turística na cidade e apontam o turismo religioso (93,3%), tendo como atrativo Nhá Chica e a fé, e o turismo de aventura (6,7%), citando as cachoeiras da cidade, como os tipos de turismo praticados no município.

Figura 1

Modificações ocorridas com a presença da atividade turística.

Fonte: Kelmer (2015/2016).



Este gráfico estabelece uma relação entre os entrevistados que já moravam no centro antes do início do processo de beatificação de Nhá Chica, em 1992, e os que passaram a morar no bairro após esta data e apontam modificações citadas por eles. Para os moradores mais antigos, as mudanças dizem respeito a maior circulação de pessoas no bairro, principalmente aos finais de semana; maior movimentação no comércio; mais pessoas visitando a igreja de Nhá Chica; a melhor organização da cidade e as obras do santuário, para criação do centro de recepção dos romeiros. Estes itens, na percepção dos moradores mais recentes, não tiveram uma representação significativa, uma vez que, para eles, o bairro sempre teve estes movimentos citados, não significando mudanças. O item citado como maior mudança, inclusive gerando muitas reclamações, diz respeito ao aumento do valor dos imóveis, seja para compra ou para o aluguel.

Os moradores entrevistados não demonstraram resistências especificamente ao turismo, mas alguns moradores (13,3%) posicionaram-se contra certos praticantes do turismo religioso que causam problemas, como barulho, lixo, embriaguez e transtorno no trânsito das ruas do bairro.

Ao entender os turistas como um conjunto complexo, instável e contraditório de pessoas temporariamente fora de seu local de origem visitando o mesmo lugar, nota-se interesses diferentes quanto ao uso do espaço em questão, apropriando-se dele, apresentando interesses diversos e até contrários aos da maioria, caracterizando um grupo com interesses diferentes como pode ser observado em Baependi. Durante as idas a campo, foram identificados grupos de visitantes que não frequentavam o santuário e não consumiam produtos relacionados com a beata; o interesse estava nos bares e restaurantes do entorno do santuário. É justamente este turista que é referido como incomodando o morador.

Para Souza (2002), a população das áreas de destino dos turistas pode ganhar ou perder, dependendo do modo como o turismo ocorre nessas áreas. Os moradores, em Baependi, reclamam da organização do turismo no município, justamente por não serem incluídos no planejamento, não causando mudanças no seu dia a dia; opinião

compartilhada por 60% dos entrevistados, que apontam a prefeitura como culpada ao não incluí-los nas discussões sobre os assuntos relativos a prática do turismo e, principalmente, ao bairro no qual residem.

Para haver maior valorização do turismo pelos moradores é necessário haver maior envolvimento dos mesmos no processo, passando pela valorização da troca de culturas, ganhos em conhecimento e a obtenção de lucro com a atividade. Somente 6,7% dos entrevistados possuem familiares obtendo renda com o turismo religioso em Baependi.

A oferta turística é planejada para atender aos visitantes, criando elementos como mercadorias que serão consumidas na atividade turística, reproduzindo assim o espaço geográfico. Desta forma, as transformações ocorridas no espaço de Baependi buscam atender, também, de maneira direcionada a este visitante, entendido como um agente de turistificação, representado na figura do turista¹. Para Knafou (2001), o turista está na origem do turismo, ao estabelecer que não são os produtos e sim as práticas que dão origem ao processo, sendo eles fundamentais na criação dos lugares turísticos. Cruz (2003) destaca que os “diversos lugares foram e ainda são inventados como lugares turísticos em função da prática espontânea de certos turistas” (p. 14).

O turista é um agente de fundamental importância no processo de turistificação dos espaços, já que ao vivenciar os locais irá elaborar seus conceitos e acabará definindo quais partes do espaço serão turísticas. Knafou (2001) destaca que não existem lugares turísticos sem turistas, conseqüentemente, os processos de turistificação dos espaços passam pela avaliação subjetiva que motiva o turista a eleger um destino.

Baseado em trabalho de campo realizado em Baependi ao longo dos anos de 2015 e 2016, em dias de maior e menor movimentação turística, constatou-se que 82,3% dos 96 visitantes entrevistados apresentam gastos com alimentação, 28,1% com lembranças, 8,4% com artesanato e 1% com passeios pela cidade, contribuindo financeiramente para a economia do município por meio das atividades turísticas. Importante destacar que, na entrevista, os visitantes apontaram mais de um item de consumo. Com relação aos valores gastos, estipulamos gastos até 50R\$, representando 58,3% dos entrevistados, e gastos acima de 50R\$, representando 41,7% do total.

Quanto à organização das estruturas para receber o turista, 66,7% dos entrevistados responderam “sim” à pergunta: “a estrutura de Baependi – MG correspondeu a sua expectativa?”. Para esta mesma pergunta, obteve-se 20,8% de “não” como resposta e 12,5% não souberam responder. Caldeira (2014) chama-nos a atenção justamente para a importância de se estruturar bem os espaços turísticos para receber o turista, uma vez que, segundo o autor,

o turismo organizado deve oferecer atendimento especial, que inclui informações sobre os lugares, itinerários, guias, acomodações, transporte e outras

1 O termo “turista” é passível de reformulações por abrigar um grupo heterogêneo de pessoas com características, personalidades, demografias e experiências diferentes (Cooper et al., 1998/2001) e será entendido, neste momento, como um visitante fora de seu local de origem por motivos diversos.

provisões que facilitem e produzam resultado em cadeia, já que o turista irá repassar informações a outras pessoas, provavelmente turistas em potencial. (p. 147)

Com relação à questão citada, os entrevistados apontaram a sinalização da cidade, a organização no entorno do santuário, a estrutura de Baependi e, principalmente a hospitalidade do morador como elementos positivos da estrutura do lugar. Já para os entrevistados que não tiveram suas expectativas correspondidas, a falta de estrutura como banheiros públicos, lanchonetes, acomodações para o turista e estacionamento para automóveis foram os itens mais citados como negativos. Interessante destacar que 100% dos entrevistados recomendariam o passeio a um amigo.

Durante trabalho de campo, entrevistámos visitantes de três estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, representando 66,7%; 28,1% e 5,2% respectivamente. Os visitantes que tomaram conhecimento de Nhá Chica por intermédio da família totalizam 35,4% do total, informação pelos amigos com 18,8%, informação pela televisão com 14,6% e por informações pela igreja com 10,4%. Os visitantes que tomaram conhecimento pela excursão e os que somente tomaram conhecimento no local totalizam 6,2% cada. Já os visitantes que souberam de Nhá Chica pela divulgação do processo de beatificação e pela internet totalizaram 4,2% cada. Concluiu-se que, independentemente do local de origem, as maneiras como os visitantes tomaram conhecimento sobre Nhá Chica são diversas e que as associadas ao “boca a boca” são as mais representadas, constatando assim o papel do turista no processo de turistificação.

Os turistas, segundo Knafou (2001), estão na base do processo de turistificação dos lugares. No entender do autor, não somente o turista enquanto sujeito, mas suas práticas sociais envolvendo deslocamentos temporários fazendo surgir os espaços turísticos. Assim, o turista na busca de novos ares, diferentes do seu dia a dia, se apropria de alguns espaços, contribuindo para o seu processo de reprodução. O turista participa dos espaços da representação ao experimentar da prática cotidiana dos lugares. Este espaço é entendido por Lefebvre (2000/2006) como o espaço do vivido, no qual, através das imagens e símbolos que o compõem, os “usadores” o acompanham.

Os usadores para Lefebvre (1972/2008) compõem um grupo particular que se apropria do espaço para explorá-lo, utilizando os seus recursos, contribuindo e reafirmando a relação dialética valor de uso e valor de troca. Assim, ao associar o termo “usadores” ao papel dos turistas como agente de turistificação, atribui-se a eles um papel fundamental na produção do espaço.

Quando perguntados sobre os pontos positivos de Baependi, 23,9% dos entrevistados apontaram a receptividade do povo, seguidos por 15,6% que assinalam a igreja de Nhá Chica juntamente com a fé presente no local, com a mesma proporção de opiniões. Nhá Chica foi citada por 10,4% dos entrevistados, a estrutura da cidade foi citada por 7,5% e com a mesma proporção de 4,2% os itens: tranquilidade, religiosidade e a cidade. Com 1% de participação neste item da entrevista, surgiram os passeios no município, cachoeiras, feirinha e “tudo” na cidade. Os que não sabiam responder a esta questão, totalizaram 10,4%.

Na mesma questão foram solicitados os pontos negativos em Baependi e para 47,9% dos entrevistados “nada” na cidade configura-se como negativo. A estrutura da cidade apareceu em seguida com 16,7%, a organização para receber o turista com 5,2%, a falta de hotéis e a falta de locais para alimentação representam 4,2% cada. O tamanho da igreja e a falta de variedade no comércio representam 3,1% cada e, para 2,1% do total, a falta de restaurantes é um problema. Os que não sabiam responder a esta questão e os que não gostaram da feirinha representam 12,5% e 1,0% respectivamente.

Os turistas, no entender de Cruz (2007), exercem papel fundamental no processo de turistificação, uma vez que eles foram responsáveis, ao longo da história, pela invenção de muitos destinos turísticos e por deflagrarem novas dinâmicas nos processos de produção do espaço dos quais se apropriaram. Assim, as práticas sociais em forma de deslocamentos temporários fazem surgir os espaços turísticos. O turista atua na busca de novas paisagens, diferentes do seu cotidiano, apropriando-se de outros espaços com características endêmicas, entre elas, os aspectos religiosos.

A beatificação de Nhá Chica atende, em primeiro plano, às questões religiosas e, pautado no apresentado até aqui, ao papel do turista, como um entre os outros agentes da turistificação que contribui na criação da demanda ao eleger Baependi como um destino de turismo religioso.

Entender somente o indivíduo como agente do turismo, com suas necessidades e desejos subjetivos, além de estabelecer uma relação simplista, implica uma relação cartesiana de sujeito e objeto longe de atender as análises do turismo enquanto atividade transformadora dos espaços. Desta forma, Fratucci (2007) colabora ao compreender o turismo como

um conjunto de agentes/elementos, inter-relacionados no tempo e no espaço, que compõe uma rede territorial e de relacionamentos, sazonal, flexível e fluída, onde ocorrem os encontros de alteridades distintas (do turista, do trabalhador, do anfitrião, do poder público e do capital), apoiadas tanto pela lógica da produção como da do consumo. (p. 3)

Para uma análise mais fidedigna possível, precisamos elencar uma variedade de agentes que se inter-relacionam para o acontecer turístico: os representantes do capital, portanto do mercado, tratados como trade turístico; o poder público, em seus diversos níveis; as comunidades das áreas receptoras; os planejadores territoriais do turismo; e, também, o turista, como já trabalhado.

A igreja católica participa, de forma indireta, no processo de promoção do turismo religioso ao divulgar a beata. Classificamos como indireta a participação da igreja católica, como um agente de turistificação, pelo fato de não haver um tratamento claro com relação ao turismo e aos turistas, tratando-os como peregrinos, devotos ou romeiros. Como constatado *in loco*, durante as celebrações da missa aos domingos e em dias de festas religiosas, ocorre a presença de um animador antes da celebração. Este acolhe os visitantes e incentiva-os a registrarem suas romarias na Associação Beneficente Nhá Chica (ABNC); estimula também as pessoas a registrarem as graças

alcançadas, por intermédio de Nhá Chica, no livro de registros da igreja. Esta atividade é realizada também por uma freira da ABNC responsável por organizar as missas.

Entre salves e vivas, durante a execução de um hino de louvor à beata, o animador vai destacando as virtudes de Nhá Chica e incentivando as pessoas a participarem da campanha de arrecadação de fundos para as obras da ABNC e doações para a manutenção do santuário. Percebe-se que a organização da igreja vale-se de um momento de espiritualidade e faz de um ato de fé na beata Nhá Chica um instante de necessidade capitalista, ao arrecadar fundos para as obras. Este fato nos remete a Marx (1975) ao apontar os princípios sociais do cristianismo, realçando entre eles a necessidade de uma classe dominada e oprimida contribuir para ter, no céu, a recompensa de todas as infâmias sofridas na terra.

Ao comemorar a aprovação da beatificação de Nhá Chica, a igreja católica reforça e divulga, mesmo que indiretamente, o atrativo, exclusivo e diferencial, que Baependi passa a ter de forma oficializada pela maior instância religiosa católica.

Há no município um *Mapa Turístico Ilustrado do Patrimônio Histórico e Cultural de Baependi – MG*; nele consta uma breve história da cidade, salientando a importância de Nhá Chica para o reconhecimento do município em escala nacional e internacional. Este material tem a logomarca da prefeitura de Baependi e o site oficial do município, juntamente com uma imagem do artesanato da cidade, a casa de cultura, onde funciona a Secretaria de Turismo e imagens de todas as igrejas católicas bem como a história de cada uma.

“O turismo não pode ser apontado como o sujeito desses processos, mas sim, como o resultado das ações e das interações dos diversos agentes sociais que o produzem” (Fratucci, 2007, p. 3). Destaca-se na citação do autor a importância das ações e, principalmente, a interação dos agentes no processo de turistificação; o que pode ser confirmado na elaboração deste mapa, ao associar interesses da igreja e do poder público.

Para a data de beatificação de Nhá Chica, a prefeitura municipal de Baependi em parceria com o governo do estado de Minas Gerais transformou a cidade em uma arena religiosa. A prefeitura juntamente com a câmara de vereadores elaborou e sancionou a Lei 2890/13 (2013), regularizando parcerias e autorizando gastos com o evento da beatificação de Nhá Chica. No local onde a cerimônia foi realizada, uma área de 58.000 m², foram instalados: uma praça de alimentação, um palco, quatro telões, setores de convidados e imprensa e 4.000 cadeiras distribuídas pelo local para alguns fiéis (Silva, 2013).

De acordo com o jornal *Correio do Papagaio*, em sua edição online de 21 de fevereiro de 2013, o governo de Minas Gerais em parceria com a prefeitura de Baependi e a igreja católica participaram de uma reunião para traçar os planos para a data da beatificação (“Baependi Se Prepara Para a Beatificação de Nhá Chica”, 2013).

Como visto nessas ações apresentadas, com o objetivo de divulgação dos atrativos turísticos e também no intuito de valorizar o processo de beatificação de Nhá Chica,

o poder público, como instância de poder, independente da esfera, seja estadual ou municipal, investe no processo de turistificação dos lugares ao realizar obras, valorizando-os. Fratucci (2007) entende o Estado como um agente social que age e interage sincronicamente no acontecer turístico. O autor parte do entendimento

do agente enquanto fator capaz de produzir um efeito sobre determinado fato ou atividade, podemos afirmar que o agente turístico compõe-se pelas pessoas, grupos ou instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno ou sobre a atividade turística, ou seja, com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso. (Fratucci, 2007, p. 3)

Os agentes irão participar da turistificação dos lugares, entendida como um processo, uma condição para o desenvolvimento da atividade turística em um espaço determinado. “A turistificação é a materialização de espaços eleitos para a produção e consumo turísticos” (Taveira, 2015).

A prefeitura de Baependi, entendida como um agente entre os planejadores e promotores territoriais, organizou em 2014 um *Mapa Turístico Ilustrado do Patrimônio Histórico e Cultural*, que é distribuído gratuitamente no município. Trata-se de um mapa em escala de 2/100 representando o centro da cidade. O mapa reúne uma grande variedade de elementos, entre eles, o portal da cidade, a Casa de Cultura, a Praça da Bíblia, o pontilhão do centro, a casa de Nhá Chica e todas as igrejas católicas, estando estas representadas também por fotos. Constam no mapa símbolos iconográficos utilizados pela atividade turística para representar locais de interesse turístico e serviços. O mapa indica as saídas da cidade, apontando a direção de outros municípios a leste e ao sul de Baependi e destaca o caminho velho da estrada real que corta a cidade. Telefones úteis estão relacionados no mapa e em vermelho está destacado o quarteirão, nomeado como Nhá Chica, no qual está localizado o santuário de Nossa Senhora da Conceição – Igreja de Nhá Chica. Nota-se claramente a intensão da prefeitura em promover o turismo religioso, mesmo não o citando no mapa, ao divulgar os atrativos religiosos católicos.

As empresas hoteleiras constituem um dos mais importantes elementos essenciais da infraestrutura turística, envolvendo inúmeros negócios complementares à sua atividade, desde a época do surgimento da atividade turística (Beni, 2001; Tuch & Spolon, 2001). A rede hoteleira, como a de Baependi, colabora no processo de produção do espaço ao transformar a hospedagem em mercadoria em um plano de consumo como estratégia para obtenção de lucro, incluindo geração de empregos, divulgação e comercialização dos atrativos turísticos, envolvimento de outros setores para sustentar a atividade, entre outros. Para Costa (2010), os interesses do capital privado reorganizam os espaços, programando o descanso e o divertimento para a realização do consumo.

A rede hoteleira de Baependi é composta por 13 estabelecimentos, compondo sua “oferta técnica” (Ruschmann, 2008), sendo cinco pousadas, quatro hotéis e quatro hotéis-fazenda; cinco deles existem há menos de 15 anos, ou seja, foram criados após o início do processo de beatificação de Nhá Chica.

Nota-se em Baependi uma expectativa positiva por parte dos representantes da rede hoteleira, pois, mesmo alegando que a maioria dos turistas não se hospeda no município, a maioria dos entrevistados afirmou ter havido aumento no fluxo de turistas religiosos em seus estabelecimentos. Outro fato a ser destacado diz respeito aos cinco novos hotéis inaugurados nos últimos 15 anos, o último deles, em abril de 2016. Isto demonstra a influência do setor hoteleiro no processo de turistificação do espaço, contribuindo para aumentar a divulgação dos atrativos turísticos de Baependi. Incentivado pelo capital privado, o mercado é, atualmente um dos principais agentes da turistificação, sendo capaz de promover produtos turísticos em variados espaços (Knafou, 2001).

Os agentes envolvidos no processo de turistificação contribuem para a produção da atividade turística e, concomitantemente, para a produção do espaço. As ações por eles implementadas impactam o espaço, contribuindo na tríade dialética, prática espacial, representação do espaço e espaço da representação. Lefebvre (1972/2008) aponta os conceitos estabelecidos como espaço concebido, planejado, uma relação entre os dominantes e o produto. Esta relação resultará no espaço do vivido, do cotidiano, do ir e vir das pessoas, habitantes e usuários deste espaço. Permeando estas relações, como resultado delas, o espaço do percebido nos remete à materialidade desta produção enquanto prática espacial concluindo assim a tríade dialética do autor.

Considerações Finais

Em uma análise sobre produção do espaço, elaborar uma síntese, remete-nos a um recomeço, afinal, o espaço apresenta-se como movimento do acontecer. Investigar a reprodução do espaço traduz-se em uma tarefa desafiadora, uma vez que trata-se de um objeto de pesquisa vivo, interagindo e sofrendo interações na sua produção, escapando-nos como algo em transformação. O espaço apresenta-se dinâmico, não estático, movimentando-se em um devir constante. Ele não existe em si mesmo e requer que seja produzido social e materialmente alterando seus padrões de uso.

Baependi gentilmente serviu-nos de área para estudos, apresentando a cada ida a campo novas formas para seu processo de reprodução espacial. O espaço valoriza-se como mercadoria, consumido em uma relação dialética valor de uso-valor de troca; na qual, ao se atribuir novos usos ao espaço, este valoriza-se e passa a ter novos valores para troca, o que atende aos ideais capitalistas.

Centenas de visitantes chegaram e se foram, trocando experiências, trazendo e levando informações, fornecendo e consumindo do banquete turístico ali estabelecido. Os moradores participaram desta ceia turística, direta ou indiretamente, ao estabelecer, ainda que mínimo, contato com o visitante. Informações foram oferecidas para orientações solicitadas, comércios variados foram realizados e a troca foi estabelecida. A troca é um elemento integrante do modo de produção capitalista, no qual o espaço produz-se e reproduz-se incorporando-a e a reprodução espacial de Baependi insere-se nela, estabelecendo novas relações de produção nas quais tudo é passível de consumo.

Nessa troca entendemos a participação ativa de dois sujeitos que se complementam e se diferenciam ao mesmo tempo, estabelecendo dessa forma, a dialética entre os moradores e os visitantes. Nesse estudo ficou evidenciada a importância do turista no processo de turistificação dos lugares e seu papel enquanto um dos agentes modificadores do espaço. Esse espaço em questão é justamente o espaço do vivido, do morador local, que ora se beneficia das atividades turísticas e ora não, estabelecendo dessa forma contradições.

As contradições surgem exatamente no momento em que a produção não atende a todos os envolvidos, uma vez que os interesses não são unânimes. Ou de outra maneira, quando a produção do espaço dá-se no desencontro entre temporalidades e espacialidades, no qual cada prática social tem sua organização, podendo justamente traduzir-se em negação do real.

Em Baependi, nota-se uma convivência pacífica e as maiores reclamações partem da comunidade local que gostaria de ter maior envolvimento com a atividade turística e dela obter mais lucros, atribuindo ao poder público a falta de organização que resulta em um aproveitamento não satisfatório.

O trabalho de campo evidenciou a importância de moradores e turistas nessa produção espacial e deixa transparecer a relação dialética entre os mesmos, uma vez que a produção do espaço é uma relação social e, desta forma, articula interesses diversos envolvendo contradições da realidade.

Referências

- Andrade, J. V. (2000). *Turismo: Fundamentos e dimensões*. Ática.
- Baependi se prepara para a beatificação de Nhá Chica. (2013, 21 de fevereiro). *Correio do Papagaio*. http://www.correiodopapagaio.com.br/baependi/noticias/baependi_se_prepara_para_a_beatificacao_de_nha_chica
- Beni, M. C. (2001). *Análise estrutural do turismo*. Senac.
- Caldeira, A. B. (2014). Cultura e turismo. In R. C. Aranha & A. J. T. Guerra (Eds.), *Geografia aplicada ao turismo* (p. 147). Oficina de textos.
- Cooper, C., Fletcher, J., Wanhill, S., Gilbert, D., & Shepherd, R. (2001). *Turismo: Princípios e prática* (R. C. Costa, Trad.). Bookman. (Trabalho original publicado em 1998)
- Costa, C. L. (2010). *Cultura, religiosidade e comércio na cidade: A festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06122010-151424/pt-br.php>
- Cruz, R. de C. A. da. (2003). *Introdução à geografia do turismo*. Roca.
- Cruz, R. de C. A. da. (2007). *Geografias do turismo: De lugares a pseudo-lugares*. Roca.
- Fratucci, A. C. (2007). Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores. In *X ENTBL, João Pessoa – PB*. http://www.academia.edu/869796/Os_processos_de_turistifica%C3%A7%C3%A3o_do_esp%C3%A7o_ea_atua%C3%A7%C3%A3o_dos_seus_agentes_produtores

- Gottdiener, M. (2010). *A produção social do espaço urbano* (G. G. de Souza, Trad.). Edusp. (Trabalho original publicado em 1993)
- História. (s.d.). *A origem de Nhá Chica*. <http://aorigemdenhachica.blogspot.com/p/historia.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). *Baependi*. Retirado a 1 de outubro, 2021, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/baependi/panorama>
- Knafou, R. (2001). Turismo e território: Por uma abordagem científica do turismo. In A. B. R. Rodrigues (Ed.), *Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais* (pp. 62-74). Hucitec.
- Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço* (D. B. Pereira & S. Martins, Trad.). Éditions Anthropos. (Trabalho original publicado em 2000)
- Lefebvre, H. (2008). *Espaço e política* (M. M. de Andrade & S. Martins, Trad.). UFMG. (Trabalho original publicado em 1972)
- Lefort, M. J. P. (1992). *Francisca de Baependi*. Campanha.
- Lei 2890/13, de 22 de abril de 2013. (2013).
- Marx, K. (1975). *Textos filosóficos* (M. F. M. Simões, Trad.). Editorial Estampa.
- Palazzolo, P. F. J. de. (1973). *Nhá Chica: A pérola escondida*. Ed. Baipendi.
- Ruschmann, D. (2008). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Papirus.
- Sacramento, J. A. de Á. (2006). Nhá Chica, a santa do rio das mortes. *Revista da Academia de Letras de São João del Rei*, (411), 141-161.
- Seda, R. E. (2013). *Nhá Chica: Mãe dos pobres*. Editora ComDeus.
- Silva, S. (2013, 25 de dezembro). 'Vamos manter a esperança', diz bispo sobre canonização de beata. *Globo*. <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/12/vamos-manter-esperanca-diz-dom-sobre-canonizacao-de-nha-chica.html>
- Souza, M. L. (2002). Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In A. B. Rodrigues (Ed.), *Turismo e desenvolvimento local* (pp. 91-103). HUCITEC.
- Taveira, M. da S. (2015). A turistificação de São Miguel do Gostoso: A internacionalização da "Cidade dos Ventos". *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, (19). <http://www.eumed.net/rev/turydes/19/paisagem.html>
- Tuch, D. L., & Spolon, A. P. G. (2001). Planejamento hoteleiro. In M. G. dos R. Ansarah (Ed.), *Turismo: Como aprender, como ensinar* (pp. 353-374). Senac.

Paisagens Culturais e Património da Mafalala: A Casa de Eusébio

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.20>

Dulámito Ardichir Aminagi

Instituto de Investigação Sócio Cultural (ARPAC), Maputo, Moçambique
mitodula@yahoo.com.br

Resumo

No decurso das actividades de inventariação do Património Cultural Imaterial (PCI), no Bairro da Mafalala, realizado pelo ARPAC (Instituto de Investigação Sócio Cultural), em agosto de 2016, no âmbito da implementação da convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de 2003, e defronte da casa de Eusébio ou ruínas desta, fomos interpelados por um indivíduo, identificado como guarda do local, que nos proibiu de tirar imagens, quer filmicas, assim como fotográficas, alegadamente, porque não tínhamos autorização para tal. Isto impeliu-nos, por um lado, a tentar perceber como é que aquele lugar, em ruínas, era designado património e estruturava a memória colectiva do bairro. Quer dizer, compreender esta capacidade da memória de transitar gerações sem uma existência concreta que objectifique sentido e simbologia do lugar, ou seja, como é que “lugares abstractos” alimentam a memória e história da Mafalala. E, por outro, e alicerçando-nos nas perspectivas culturais de Geertz (1973) e de Crane (1994), como organização de padrões com dimensões simbólicas, ambas elencadas na memória, como elemento crucial de constituição de todos processos sociais, procura-se perceber e compreender a casa de Eusébio como um suporte e veículo de uma memória flutuante.

Palavras-chave

história, lugares de memória, identidade

Introdução

As pessoas que contrataram o guarda, que nos interpelou, para zelar por aquele lugar pretendem transmitir, implicitamente, a ideia de que, independentemente de

existência física ou não, aquele lugar deve ser preservado. Os valores ancorados nesta ideia transcendem a fácil percepção de necessidade de preservação apenas de um espaço, mas, e acima de tudo, ancoram pretensamente, um desejo de imortalizar e patrimonializar o lugar, apesar da ausência de uma objectivação simbólica.

O conteúdo da acção daquele guarda, quando nos proibiu de tirarmos imagens, quer fotográficas, assim como fílmicas, é responsável por estas linhas por me impelir a abordar a questão dos *lugares da memória*, objectivados pelas ruínas que ainda sobram da casa. Como também está prenhe de ilações que me permitem viajar para as noções e capacidades da memória, em se fazer presente em diferentes categorias temporais (passado, presente e futuro) sem um invólucro, que lhe carregue, transporte e lhe coisifique existência.

Assim, constitui meu objectivo principal compreender a casa de Eusébio como suporte e veículo de uma memória flutuante, com base numa acepção funcionalista da cultura, com dimensões simbólicas. Quer dizer, partindo de apreensões de memórias, pretendo compreender o facto daquela casa que, não existindo materialmente, é continuamente e objectivamente designada património, estruturando, com efeito, a história e memória identitária colectiva dos moradores do bairro, e não só. Especificamente, pretendo analisar esta capacidade da memória em transitar gerações sem uma existência concreta que lhe objectifique sentido e simbologia do lugar, ou seja, como é que um determinado espaço abstracto, alimenta retroactivamente a história e memória da Mafalala.

Esta constatação etnográfica, apreendida aquando da realização do Inventário do Património Cultural Imaterial, no Bairro da Mafalala, pode ser operacionalizada a partir de uma abordagem do fenómeno da memória e sua conexão aos lugares de memória. Deste modo, percebe-se a característica e importância dos lugares de memória, partindo de uma organização de padrões simbólicos, onde a experiência individual adquire significados colectivos. E isto só é possível centrando-se na memória e não nas estruturas sociais e nos sistemas normativos, quer dizer, priorizando a prática e expandindo a noção funcionalista da cultura, já com dimensões simbólicas, que, no fundo, são os substractos de todos os processos sociais.

Da Memória aos Lugares de Memória

A casa de Eusébio, ou ruínas que ainda sobram dela, permite contemplar, abstractamente, a sua memória, a partir das peripécias que são contadas sobre ele, principalmente, referentes ao facto de ele ter nascido ali, ter jogado futebol no campinho da Mafalala e, por via disto, ter sido uma grande estrela, do Sport Lisboa e Benfica e da selecção portuguesa – contudo, argumentam que “ele é da Mafalala, é moçambicano”. Aquela casa é um lugar da memória e é por isto e muito mais que julgo importante viajar um pouco sobre os devaneios da memória e, neste processo, contemplar de forma objectivamente subjectivada a casa de Eusébio como um lugar da memória.

A digressão mnemónica que farei, seguindo as trilhas perspectivadas por Hall (1997, como citado por Peralta, 2007), quando concebe memória como um sistema de representação, permite criar uma imagem do passado que corresponda a quadros de significação do presente. E são estes quadros de referência, na perspectiva de Hall, que nos dizem o que, em cada momento, deve ser recordado e o que deve ser esquecido, fornecendo uma “ética” feita de recordação e esquecimento. Para a percepção destas falas, apreendidas sobre Eusébio e a tendência para a sua imortalização, em lugares designados de memória, julgo ser importante partir: (a) das concepções sobre memória colectiva, sustentadas por Maurice Halbwachs (1968); (b) passando pela abordagem da memória popular, com cunho ideológico, defendida por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983); para, finalmente contemplar, (c) a memória como sistema cultural, operacionalizando a transição, de uma concepção funcionalista da cultura para uma aceção de cultura com dimensão simbólica, sustentada por Clifford Geertz (1973).

Portanto, é com base nesta aceção funcionalista de cultura com dimensões simbólicas, patente nos feitos de Eusébio, geracionalmente e retroactivamente veiculados pelos seus amigos de infância, que dão vida à sua memória e julgo viabilizarem alicerces sólidos para a compreensão da sua casa como um suporte e veículo de uma memória flutuante.

Maurice Halbwachs¹ foi o primeiro académico a introduzir o termo memória colectiva, acreditando que a sua função primordial era a de promover um laço de filiação entre membros de uma comunidade. Este laço, acreditava Halbwachs, contribuía para que os membros de uma determinada comunidade desenvolvessem uma memória do seu próprio passado colectivo, responsável pela construção de sua identidade singular. Deste modo, confere-se identidade a quem recorda porque, no fundo, cada ser humano é identificado pelo conjunto de suas memórias.

Halbwachs (1968), que inaugurou a concepção de memória como um fenómeno colectivo, em detrimento do individual, argumentou que

a memória tem como função principal, promover um laço de filiação entre membros de um determinado grupo, com base no seu passado colectivo. Esta perspectiva, lhe traz alguma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza os valores do grupo, que as memórias se referem, advogando que é na sociedade que os indivíduos adquirem suas memórias; todos grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado colectivo e que, essa memória, é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade, que permite identificar e distingui-los dos demais. (p. 45)

Não obstante, e apesar de Maurice Halbwachs ter sido pioneiro na abordagem da memória, incidindo sobre aspectos colectivos em detrimento dos individuais, ele negligenciava, por um lado, o facto de as memórias sociais serem produto de construções

¹ Halbwachs foi em muito influenciado por Émile Durkheim quando fez uso das noções deste sobre solidariedade mecânica e consenso moral.

políticas deliberadas e, por outro, que as construções mnemónicas encenadas pelos Estados são, muitas vezes, incoerentes com a ordem social. Esta ideia, ausente em Halbwachs, de uma abordagem política do fenómeno memória, foi preenchida por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983), quando advogaram que a “invenção estratégica da imagem do passado, servia os interesses da classe dominante” (p. 8). E que esta invenção elucidava, de facto, quem realmente construía e se beneficiava desta construção ideologizada da memória. Segundo estes dois autores, esta perspectiva procura analisar quem de facto controla ou impõe o conteúdo da memória social e, de que forma esta memória, socialmente imposta, serve os propósitos actuais dos poderes instituídos.

Ideologicamente, selecciona-se do passado o que de importante interessa ao poder instituído e veicula-se e vicia-se a construção de um presente, que se pretende e se julga servir os seus interesses. Este processo, muitas vezes impreciso, porque subjectivo, outras polémico porque deslocado da dialéctica comunitária, materializa-se de formas diversas entre elas, aquela que, segundo Henry Bergson (1986, como citado em Peralta, 2007), é feita de forma dual, tendo, por um lado, a memória-hábito que remete para a repetição e para acção e, por outro, a memória-imaginação, conectada a processos de invenção e simulação.

Contudo, esta perspectiva política da visão da memória, como um espaço social de instrumentalização político-ideológica, com negociações entre o topo e a base, ignorava o facto de a relação entre passado e presente ser mais complexa. Esta complexidade advém do facto de a memória ser um sistema cultural de atribuição de significados, que se produz ao longo do tempo. Portanto, ao relacionar eventos do passado e do presente, a memória é parte integrante dos mecanismos de atribuição de significados, próprios da cultura (Crane, 1994). Para Crane (1994),

esta centralidade na memória, em detrimento do estudo das estruturas sociais e dos sistemas normativos, veio enfatizar mais o estudo da prática, expandindo a noção funcionalista da cultura como um conjunto de normas, valores e atitudes, para uma aceção da cultura com dimensão simbólica, constitutiva de todos os processos sociais. (p. 23)

Assim sendo, e tomando por referência a aceção simbólica da cultura, forjada por Geertz, em *The Interpretation of Cultures* (1973), segundo a qual “a cultura é definida como uma organização de padrões simbólicos, através dos quais a experiência individual adquire significado colectivo e que, também a memória pode ser considerada um sistema cultural articulado de atribuição de significados” (p. 56).

Assim, a construção do presente, com base em reminiscências do passado, que é feita pelos amigos de infância de Eusébio, que nós tivemos a oportunidade de apurar a partir de entrevistas semi-estruturadas, embora assentando sempre em quadros de significação e em contextos culturais específicos, não deixa, também, de estar moldada pelas experiências emocionais e pelas expectativas pessoais de cada indivíduo. Porque, na verdade, a forma como estes veem o passado corresponde ao mapa conceptual do seu grupo geracional comunitário local e é com base neste seu mapa

conceptual que estes indivíduos determinam, não apenas o que em cada momento deve ser recordado ou deve ser esquecido, como também, e sobretudo, organizam suas experiências individuais, conferindo-lhes uma significação colectiva. Este ponto de contacto, entre as diferentes subjectividades, veiculadas sobre Eusébio e sobre os lugares por onde ele viveu e morou, sobretudo, a sua casa ou ruínas que ainda sobram dela, permitem-nos vislumbrar este lugar em três dimensões, qual sejam sua materialidade, simbolismo e funcionalismo, outrora já configuradas, como constitutivas dos lugares de memória, por Pierre Nora (1993, p. 21).

Nora (1993), quando os definiu como lugares de memória, por contemplarem aquela tridimensionalidade, argumentou que conseguem, com estes atributos, “estender uma história regada de cumplicidade, significações, afectividade, pertencimento ou simplesmente, com alma” (p. 23). Com efeito, a forma como os nossos entrevistados se referiram ao passado de Eusébio, ligando-o à sua casa ou ruínas dela, com consciência, convicção e sobretudo cumplicidade, demonstra que aquilo que contavam sobre Eusébio era também a sua própria história. Uma história que resulta do mesmo chão que os viu nascer, da cumplicidade e inocência infantil, que funciona como que um veículo cúmplice unindo todos aqueles que o admiram, servindo como que um elemento integrador.

Portanto, a importância abstracta daquele lugar, que coisifica simbolicamente um lugar de memória, acredito funcionar como que um suporte e veículo de uma memória flutuante.

A Casa de Eusébio: Um Lugar de Memória Flutuante

Aquele lugar, onde que nós pretendíamos fotografar e filmar, constitui as ruínas da quarta casa em que Eusébio habitou, no bairro da Mafalala. Depois de abandonarem a primeira, que não era propriedade da família, passaram por mais três casas sendo a última aquela que Eusébio comprou com o dinheiro do primeiro contrato de futebolista profissional, no Sport Lisboa e Benfica.

A casa encontra-se em ruínas, mas o lugar continua sendo recordado, protegido e preservado, mesmo sem uma existência concreta que objectifique sentido e a simbologia do lugar. Esta projecção simbólica, da imaterialidade daquele lugar, evidencia que a notoriedade e projecção internacional que Eusébio alcançou ao espreitar os píncaros das luzes de ribalta do futebol europeu e mundial, quando jogador do Sport Lisboa e Benfica e da selecção das quinas, também resultou do chão do bairro que o viu nascer, como também, e principalmente, do legado da cumplicidade e inocência dos amigos e brincadeiras de infância, testemunhado por Alfredo Chinavane, a 2 de agosto de 2016, seu amigo de infância:

Eusébio andava a treinar ali no Campinho, próximo da cantina dos Machinas. Agora, ele pensou que para entrar no clube grande, o que ele pode fazer? Ele foi sozinho ali no Clube Desportivo, pedir para treinar. Depois Clube Desportivo começou a olhar ele, olhar as pernas e disse – epá, aqui não entra preto sem

sapatos. E saiu, foi ao Ferroviário – pediu treinar no Ferroviário e o Ferroviário disse – não entra aqui, preto...

Agora, ele veio aqui falar com Madhala Gaíza (o melhor jogador do mundo...) e disse-lhe – eu queria treinar – como é que eu posso fazer para conseguir isto? O Madhala Gaíza disse, vamos no meu clube, no Sporting. Foi com Madhala Gaíza no Sporting e ele chegou lá, falou com dr. Tubo... - Dr. Tuboo...e este disse está bem, entra aqui – ó miúdo, entra aqui para agente ver...

Eusébio quando entrou marcou 2 golos - Dr. Tuboo tirou 20 escudos – toma-lá rapaz, amanhã vem heim, ouviu? Sim, sempre yaa, ia treinar lá... sempre quando vem, treinam e saem com 20 escudos na mão.

Ok, viu que o rapaz é bom, puchou logo na sénior, os grandes – jogo contra o Sporting e Ferroviário... [risos] foi dar 8 zero... [risos] eu não me esqueço esse jogo... foi dar 8, Eusébio ao Ferroviário... [risos].

A casa que ele comprou, com o dinheiro do primeiro contrato como futebolista profissional, apesar de hoje encontrar-se em ruínas, constitui uma espécie de veículo cúmplice do seu passado que une todos aqueles que o admiram, como herdeiros da criação. A popularidade que conquistou e o auge que atingiu, imortalizados na Mafalala pelos seus amigos de infância, transitam gerações configurando como que um símbolo unificador e até uma espécie de referência de integração para aqueles que o conheceram e sobretudo para os mais novos. A sua casa ou ruínas desta, partindo da memória colectiva veiculada sobre seus feitos, ganhou significado prático e existência simbolizada pelo lugar, mesmo que abstractamente. A imaterialidade do lugar, coisificada na memória de Eusébio, que vagueia pelos becos, ruas e labirintos do bairro da Mafalala e arredores e não só, traz o seu passado até ao presente, recria-o ao mesmo tempo que o projecta no futuro:

estava gente de Lisboa e gente daqui e olharam Eusébio. Então, ele fez contrato com o Sporting e foi... quando foi para Lisboa, o Benfica roubaram – roubar o... roubou Benfica... Eusébio – foi para lá, clube dele. Sporting chega enquanto o rapaz já foi, fez uma grande confusão, mas bom, ficou calado. Então, 1º jogo... lá Lisboa Eusébio, jogar com Atlético da Inglaterra – deram 3 golos do Eusébio, 3x0 de Eusébio. E... então... lá... quando ganhou 3x0 sim, depois vem o Benfica para jogar o homem aqui na sua terra – foi pagar ao Sporting – sabes quanto é que ele pagou ali? Pagou 700 contos, na altura era muito dinheiro e então levou 400, é aquele que fez aquele estádio de Basketebol², 300 fez despesas da casa.

Agora, saiu veio prá qui, alí casa de Eusébio quer pagar o mãe, deu...deu...dinheiro quanto é que deu? Deu...porque era 100, 100... contou até 2000 – 100,

² A referência indica o pavilhão de basquetebol do clube desportos da Maxaquene, situado na zona baixa da cidade de Maputo, construído com verbas ganhas pelo Eusébio, quando assinou o seu primeiro contrato, como futebolista profissional, no Sport Lisboa e Benfica, de Portugal.

100, 100 – a mãe diz ehh chega...chega e prontos...recolheu e foi embora...
(Alfredo Chinavane, entrevista pessoal)

A memória de Eusébio, abstractamente presente em todos os locais por onde ele deixou sua marca no bairro e, principalmente, naquele lugar que fora sua residência, funciona como um elo para interpretação do passado porque, no fundo, esta memória é a voz e a imagem dos seus feitos. A casa de Eusébio ou ruínas desta, simboliza uma espécie de lugar de memória dos seus moradores e não só, porque a memória contribui significativamente para a transformação de um espaço num lugar, quando regista a herança cultural, passando-a para as mais diversas identidades, espalhadas pelo bairro, no seu todo. Não obstante, e objectivamente falando, é evidente que o passado evocado sobre Eusébio, e seus feitos, universalmente consagrados, é diferente dos eventos decorridos. Contudo, esta operação é antes uma interpretação criativa e plástica que permite preencher a distância que medeia a experiência e a recordação, convertendo o passado em memória (Peralta, 2007), não sendo o passado o mesmo que a memória, tem de ser articulado para ser memória (Huysen, 1995, como citado em Peralta, 2007, p. 16).

Portanto, evocar subjectivamente o passado é dizer, à nossa maneira, sobre o que passou. Esta convocação do passado, uma atitude consciente e consequente, ao conectar a experiência e a recordação constitui um exercício de conversão do passado em memória. E é esta memória, resultado de uma articulação do passado, que nos interessa, que representa o exercício funcional da cultura e, neste caso em análise, simboliza traços e marcos de e sobre Eusébio, com fundamentos de coesão e identidade.

Conclusão

A casa de Eusébio, ou ruínas que ainda sobram dela, enquadra-se dentro da perspectiva veiculada como um lugar de memória, por constituir um sítio real, imaginário, material ou imaterial, que possui carácter compensatório. A memória da casa de Eusébio, que interliga o passado, presente e o futuro, compensando ausência material com imaterialidade coisificada pelos feitos legitimados, é, também, parte integrante dos mecanismos de atribuição de significados, próprios da cultura.

A projecção mnemónica de Eusébio, a partir das ruínas que ainda sobram da sua casa, resulta do facto de seus feitos, ligados à grande estrela de futebol mundial, serem assumidos e partilhados, como resultado de nuances que coseram o tecido social de outrora da Mafalala, por ele e por todos aqueles que, com ele, jogaram, gritaram e sonharam.

O património cultural imaterial, coisificado nas ruínas da casa de Eusébio, vive, continuamente, pela cumplicidade partilhada dos seus feitos, entre membros residentes de outrora no bairro e a projecção que estes injectam para a mocidade de hoje.

Referências

- Crane, D. (1994). *The sociology of culture: Emerging theoretical perspectives*. Wiley-Blackwell.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures*. Basic Books.
- Halbwachs, M. (1968). *Património, memónio e identidade. Texto base: A memória colectiva*. Presses Universitaires de France.
- Hobsbawn, E., & T. Ranger. (1983). *The invention of tradition*. Cambridge University Press.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Peralta, E. (2007). Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha crítica. *Arquivos da Memória*, (2), 4-23.

O Desenvolvimento da Atividade Turística na Cidade de Capitólio (Minas Gerais/Brasil) Baseado nos Atrativos e Opções de Lazer Existentes

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.21>

Annaelise Fritz Machado

Escola Superior de Hotelaria e Turismo, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-3849-7350>

annaelisefritz@yahoo.com.br

Magno Angelo Kelmer

Universidade de Goiás, Goiás, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4905-4889>

magnokelmer@gmail.com

Zilpa Helena Lovisi de Abreu

Universidade de Vigo, Vigo, Espanha

<https://orcid.org/0000-0002-0336-4817>

zilpa.abreu@estacio.br

Resumo

Capitólio, pequena cidade localizada no sudoeste de Minas Gerais, conhecida como “mar de minas”, faz parte do Lago de Furnas, área alagada artificialmente nos anos de 1950 para a construção da usina hidrelétrica de Furnas. Com 1.440 km² de superfície, é a maior extensão de água de Minas Gerais. Localizada a cerca de 280 km de Belo Horizonte e a 480 km de São Paulo, a cidade vem saindo do anonimato. Outros 33 municípios estão nesse mesmo entorno, no entanto, somente Capitólio se destaca com o desenvolvimento da atividade turística. Cânions, cascatas, lagos, cachoeiras, piscinas naturais e outras riquezas vão se incorporando à paisagem, além do forte apelo que se tem na cidade para o esporte radical. Capitólio conta também com vários passeios sobre as montanhas e pontos turísticos nestas áreas. De acordo com a prefeitura local, a atividade turística representa 65% do produto interno bruto, com mais de 20 hotéis e pousadas, e cerca de 1.500 leitos, além de área de camping e casas para alugar. Com população local em torno de 8.000 habitantes, passa a receber

4.000 turistas nos finais de semana e 20.000 nos feriados prolongados. O objetivo deste estudo é apresentar o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Capitólio – Minas Gerais, baseado nos atrativos e opções de lazer existentes. Como metodologia, recorreu-se a fontes bibliográficas de teóricos que tratam sobre desenvolvimento turístico local, atrativos turísticos, esportes radicais, lazer; além de embasamento sobre a caracterização da cidade de Capitólio e do balneário Escarpas do Lago. Realizou-se também uma pesquisa qualitativa, com uma amostragem não probabilística, entrevistando os moradores locais, poder público e iniciativa privada, com intuito de apresentar os atrativos turísticos e opções de lazer existentes na cidade, e como está se organizando para crescer e beneficiar todo o *trade* turístico.

Palavras-chave

atividade turística, Capitólio, atrativos, opções de lazer

Introdução

Nos últimos anos observou-se que o desenvolvimento do turismo e a velocidade a que ele acontece variam de acordo com o potencial que a cidade na qual ele é implantando possui. Mas é certo que elementos como lazer, hospedagem e transporte são indispensáveis para que o turismo exista. Ao longo do tempo diversas definições foram atribuídas ao termo. Conceitualmente, o turismo é traçado como deslocamento, onde envolve infraestruturas básicas, tais como: meios de transporte, de hospedagem, de alimentação, e outros itens que se fazem fundamentais para a satisfação do turista que se direciona a um atrativo ou a uma localidade.

Entende-se, então, que para se ter turismo é necessário ter um tempo livre disponível, fora dos afazeres e obrigações. Ou seja, é o tempo utilizado pelo indivíduo, da maneira que lhe for mais conveniente, explorando de si, seus desejos e vontades que muitas vezes são adiados devido à correria do dia a dia e às necessidades de primeira ordem.

Sobre o lazer, é importante uma reflexão pautada na discussão de que é nestes momentos que se tem relaxamento e práticas prazerosas. Compreendendo o destino turístico como o lugar longe do local de moradia, onde os turistas pretendam passar seu tempo, podendo ser uma vila ou vilarejo, uma cidade, uma região, uma ilha ou um país, ou ainda, podendo ser uma única localidade ou um conjunto de destinos, esses devem apresentar atrações turísticas, opções de lazer.

Diante desse fato, localizado no sul do estado de Minas Gerais, o Lago de Furnas compreende uma vasta área que se espalha por 1.406,26 km². Fruto e consequência de um projeto político nacional desenvolvimentista que objetivava fomentar o crescimento econômico nacional a partir da expansão industrial e de investimentos no setor energético, a formação do lago naquele momento alterou profundamente

a dinâmica territorial da região, impactando fortemente sobre a economia de Capitólio, foco desta pesquisa.

A cidade de Capitólio com 8.612 habitantes está localizada na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais, nas proximidades da Serra da Canastra. É um agradabilíssimo polo turístico de Minas Gerais, tem seus atrativos no Lago de Furnas, mais conhecido como o “mar de minas”. A maior extensão de água de Minas Gerais é rodeada de enormes lagos. Uma verdadeira praia para quem está a aproximadamente 600 km do litoral. Foi por causa do Lago de Furnas e de outras atrações de ecoturismo que o Capitólio tornou-se um dos destinos brasileiros mais cobichados pelos viajantes. A cidade tem belezas naturais como cachoeiras, piscinas naturais e montanhas com trilhas incríveis, possui cânions com mais de 20 m de altura da represa de furnas, grutas e exuberante vegetação. O objetivo deste estudo é apresentar o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Capitólio – Minas Gerais, baseado nos atrativos e opções de lazer existentes.

Indaga-se quais os atrativos turísticos e opções de lazer existentes em Capitólio. Diante dos vários atrativos existentes, este artigo se propôs a tratar somente dos mais visitados por turistas, que são: mirante dos cânions; Cachoeira Diquadilha e Cachoeira Cascatinha; Cachoeira Lagoa Azul; Cascata EcoParque; Paraíso Perdido; Retiro Viking; Trilha do Sol; Cachoeira do Filó e outras cachoeiras; Pedreira Lagoa Azul; passeio de lancha no Lago de Furnas. Além das variadas opções de lazer: os bares flutuantes, os tobogãs com queda no lago, o bar e boate Kanto da Ilha, que fica bem ao longo do Lago de Furnas, o mergulho nas piscinas naturais, a pesca esportiva, os passeios em veículos 4x4, os passeios de helicóptero, de balões, de triciclos, que circulam pelos atrativos apresentados.

Para a construção deste artigo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, fundamentada inicialmente nas temáticas centrais: lazer, turismo, atrativo turístico, planejamento turístico, Capitólio e balneário Escarpas do Lago. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico que compreendeu textos e publicações (livros, dissertações, teses, periódicos e artigos científicos), bem como outros tipos de trabalhos ou documentos eletrônicos que pudessem ser utilizados como fonte de estudo ou leitura. Realizou-se também uma pesquisa qualitativa, com uma amostragem não probabilística, entrevistando os moradores locais, poder público e iniciativa privada, com intuito de apresentar os atrativos turísticos existentes na cidade, e como está se organizando para crescer e beneficiar todo o *trade* turístico. Para isso, contou-se com Juracy Melo Rezende, ex-prefeito do município de Capitólio; Abelha, morador de Capitólio; Kênio Rezende, proprietário do KR Passeios Turísticos; e Antônio Carlos da Costa Lopes, proprietário da pousada Serra Verde.

Diante do exposto, este artigo tratará em seu primeiro ponto sobre a introdução; no segundo sobre os aspectos conceituais de tempo livre e lazer; em seu terceiro sobre o turismo e suas dimensões, enfocando seus atrativos turísticos e planejamento; no quarto será abordado o município de Capitólio, sua localização, dados históricos, dados estatísticos, o desenvolvimento da atividade turística e seus atrativos; e, por fim, no quinto, a conclusão.

Aspectos Conceituais de Tempo Livre e Lazer

O eixo de estudo do lazer pode ser entendido, após a Revolução Industrial no final do século XVIII e início do XIX na Inglaterra, com o surgimento do chamado “tempo livre”, que representa uma conquista da classe operária frente à exploração do capital, e que foi evidenciada, ocorrendo a nítida separação entre tempo–espaço de trabalho (produção) e lazer (atividades contrárias ao trabalho) com atividades que se voltam para a reposição física e mental (Aquino & Martins, 2018).

Pessoas de diferentes áreas do conhecimento têm buscado o lazer como uma fonte de inspiração para enfrentarem os problemas sociais – seja como uma válvula de escape das dificuldades quotidianas características da sociedade moderna, seja como uma forma pouco habitual de investigar e entender esta mesma sociedade. Percebe-se que cada vez mais há o interesse da população pelo lazer e por espaços e equipamentos que atendam a essa demanda, elevando significativamente a procura dos setores da sociedade que têm buscado se adaptar a essa realidade – como é o caso da indústria do turismo e do lazer que se desenvolve de forma assustadora (Rocha & Silva, 2002).

Pode-se afirmar que no mundo moderno (globalizado), onde as relações sociais são hegemonicamente voltadas para o capital, o tempo também se transforma numa mercadoria que é apropriada pelos grupos dominantes que determinam as condutas sociais. Nesse sentido, o “tempo livre” ou “tempo disponível” destinado ao lazer passa a ser visto como uma forma de se ganhar dinheiro, acumulando lucros, que alimentam a lógica e a permanência do pensamento centrado no capitalismo industrial (Rocha & Silva, 2002).

O lazer é entendido como tempo liberado e está compreendido dentro do tempo livre de uma pessoa, tempo este que sobra de um dia, quando se exclui dele o tempo de trabalho, o tempo das necessidades básicas vitais, obrigações sociais e familiares (Camargo, 2017). A chave para a compreensão do conceito de lazer é a ideia de não obrigatoriedade, não imposição de qualquer espécie, pressupondo que o indivíduo tenha ao menos a possibilidade de escolher livremente. Presente na sociedade brasileira, percebe-se que tem uma influência marcante do sociólogo francês Dumazedier (1961/1974), que o define como:

conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das ocupações profissionais, familiares e sociais. (p. 34)

Ao se tratar sobre lazer, entendendo turismo como uma nobre atividade, tem-se a oportunidade de contato, percepção e reflexão sobre pessoas e realidades nas quais estão inseridas por tempo determinado, denominado “espaço urbano democratizado”. Os espaços de lazer atraem e acolhem tanto a comunidade, quanto o turista, pois as

ruas e as praças são construídas para o convívio social e o desenvolvimento de atividades artísticas, físicas, manuais, intelectuais e sociais. Diante do exposto, o turismo deve ser entendido como uma atividade cultural de lazer, bem como uma oportunidade de conhecimento, de enriquecimento da sensibilidade, da percepção social e experiências sugestivas (Marcellino, 2000, como citado em Denardin & Silva, 2011). É sabido que apesar de espaços urbanos permitirem o convívio e a vivência entre diferentes pessoas e diferentes costumes, as cidades, em sua maioria, não possuem número suficiente de equipamentos concebidos para esta prática.

O Turismo e as Suas Dimensões

O forte crescimento do turismo na segunda metade do século XX é um ponto marcante no processo modernizador dessa atividade e como fator propulsor do desenvolvimento de determinadas localidades e regiões. É visto que muitos autores consideram que a oferta turística pode proporcionar vantajosas oportunidades, servindo como ferramenta para o combate às desigualdades regionais (Godoy, 2017).

Dessa forma, entende-se o turismo como um fenômeno social, cultural e espacial, que surgiu a partir de uma prática humana; de homens e mulheres que desejaram, movidos pelas mais diversas motivações, experimentar algo diferente do que estavam acostumados a viver em seu cotidiano e em seus locais habituais de residência e convívio social. O turismo se configura, portanto, como o encontro de diferentes culturas, como uma atividade que desencadeia uma infinidade de interações de ordem cultural, econômica, social e ambiental entre os sujeitos. (Araújo & Isayama, 2009, p. 147)

O processo de desenvolvimento do turismo em Capitólio, foco desta pesquisa, tem sua gênese a partir da formação de um bairro às margens do lago no ano de 1978. O poder aquisitivo dos engenheiros e técnicos que chegavam à região nos primeiros anos de funcionamento da usina fomentou a construção do bairro Escarpas do Lago, que foi o primeiro empreendimento para a estruturação do turismo no município e neste vários atrativos foram inseridos para fomentar a atividade turística (Godoy & Araújo Sobrinho, 2017).

Entende-se por atrativo turístico um local determinado, com características humanas ou naturais específicas, que sejam o foco do visitante e da atenção gerencial (Perace, 1991).

Os atrativos turísticos constituem a oferta turística diferencial de uma determinada região, pois são responsáveis por promover os fluxos turísticos. O consumidor escolhe o destino que irá visitar em função da experiência turística que esse destino vai lhe oferecer.

Os atrativos turísticos funcionam como a “mola propulsora” que leva as pessoas a viajarem. Assim, as características dos atrativos naturais e/ou culturais, a qualidade das atividades e experiências oferecidas, a gestão, promoção e comercialização desses empreendimentos são determinantes para o desenvolvimento e nível de competitividade

do destino (Organização Mundial do Turismo, 2001, como citada em Sancho, 2001). Os atrativos turísticos podem ser classificados em duas categorias: atrativos turísticos naturais e culturais, sendo que o foco desta pesquisa será nos atrativos turísticos naturais.

Atrativos turísticos naturais são constituídos por um conjunto de paisagens, primordiais da natureza, que, por sua beleza, singularidade, atraem pessoas e geram fluxo turístico. São exemplo de atrativos turísticos naturais: montanhas, praias, lagos, pedreiras, cachoeiras, flora, dentre outros (Dias, 2008). Vale ressaltar que os atrativos turísticos são responsáveis por promover o deslocamento de visitantes e impactam na competitividade do destino no mercado turístico. Através de um planejamento turístico ordenado e do controle da capacidade de carga do destino, tem-se a minimização de impactos nos atrativos turísticos existentes em Capitólio, tornando-os mais sustentáveis.

Planejamento Turístico

Nesse estudo, o turismo aparece como uma atividade ampla e supervalorizada, envolvendo toda a diversidade de atividades, estruturas e facilidades utilizadas quando pessoas deslocam-se, sobretudo, relacionadas ao lazer. O planejamento turístico corresponde à preparação dos lugares para receber os fluxos de pessoas em viagem e à instalação da rede de organizações e serviços que comercializarão produtos a esses viajantes (turistas ou não; Dias, 2008).

Para o desenvolvimento sustentável (Hall, 2000/2008) e a vantagem competitiva (Dias, 2008) da atividade turística em um destino, é essencial ter todos os agentes (público, privado e sociedade) envolvidos, de forma participativa e integrada em busca da execução do planejamento turístico, incremento de ações de marketing e inovações. A partir desta premissa, pretende-se mostrar os papéis que devem desempenhar o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local em favor do desenvolvimento do turismo em um destino, dando suporte de execução em todas as esferas (sociais, ambientais e econômicas), através da inserção de uma gestão participativa, contínua e sustentável. Para Petrocchi (2001, como citado em Oliveira et al., 2015), as etapas de um planejamento turísticos são:

1. Diagnóstico: é a etapa em que se analisa a situação existente. A qualidade do processo como um todo nasce nesta fase. Um bom diagnóstico é imprescindível para a qualidade de todo o processo.
2. Determinação de objetivos: é a determinação da situação planejada para o futuro. É uma meta a ser atingida. Os objetivos são o ponto de convergência de toda a organização.
3. Estratégias e meio: após análise da situação presente e determinados os objetivos, a etapa seguinte é a escolha das estratégias e a definição dos meios necessários.

4. Planos de trabalho: são as ações necessárias para que os objetivos sejam alcançados. Situa-se nos planejamentos tático e operacional e observam as estratégias e os meios escolhidos.

5. Controle: fase de acompanhamento do processo e de tomar, quando necessário, atitudes corretivas.

Como citado por Oliveira et al. (2015), para se realizar o planejamento turístico de uma determinada localidade, deve-se realizar um encadeamento lógico dessas etapas de forma que seja compatível com a realidade local, tenha objetivos claros e meios para que as ações sejam realizadas. As ações de planejamento e gestão do turismo no Brasil, no âmbito federal, são responsabilidade do Ministério do Turismo. Atuam também órgãos governamentais estaduais (secretarias e órgãos correlatos), órgãos governamentais municipais (secretarias e departamentos) e de outras instituições (Oliveira et al., 2015).

O setor turístico, a partir da década de 1990, viu-se diante da necessidade de transformar o seu crescimento desenfreado para um novo processo, pautado no desenvolvimento responsável (Beni, 2006, como citado em Fritzen et al., 2015). A proposta foi de uma atividade menos massiva e danosa, e mais organizada, planejada e sustentável, que fez com que o setor se reorganizasse em seus discursos e práticas a nível global, visando o uso racional dos recursos naturais e culturais em uma perspectiva de longo prazo, os quais compreendem a matéria-prima do turismo. Lentamente, o fator economicista da atividade cedeu espaço para a valorização das dimensões social e ecológica, inserindo a questão da sustentabilidade no desenvolvimento do turismo. Se, por um lado, a atividade passou a ser vista como uma promissora alternativa de diversificação produtiva e de forte presença na economia global, capaz de contribuir para o desenvolvimento dos territórios, por outro, as práticas demonstram que nem todos apresentam potencial ou condições para inserção turística (Fritzen et al., 2015).

O planejamento pode desenvolver economicamente lugares, mas deve ser um instrumento pautado em ações dos governos em todos os níveis, dentro de um contexto sustentável e de preservação de recursos. O turismo no Lago de Furnas surge como possibilidade para o desenvolvimento dos municípios e da região, fortalecido por meio dos discursos governamentais. No item a seguir, será apresentado o histórico de Capitólio, bem como a contextualização da atividade turística.

Localização de Capitólio e Dados Históricos

Capitólio é um pequeno município localizado no sudoeste de Minas Gerais, entre a Serra da Canastra e o Lago de Furnas – as duas regiões, quando se encontram, formam algumas das paisagens mais imponentes e lindas do estado e do país, os Cânions de Furnas (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018). Localizada a cerca de 280 km de Belo Horizonte e a 480 km de São Paulo, a cidade vem saindo do anonimato.

Os cânions são canais, rodeados por paredões, que foram alagados, formando piscinas naturais de águas cristalinas, que fazem parte do imenso lago artificial de águas

verde-esmeralda que dão forma ao “mar de minas” (Lago de Furnas), o maior espelho d’água do mundo, com mais de 1.000 km² e quatro vezes maior que até mesmo a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (Juracy Melo Rezende, entrevista pessoal, 2018). Área alagada artificialmente nos anos de 1963 para a construção da usina hidrelétrica de Furnas, seus 1.440 km² de superfície são a maior extensão de água de Minas Gerais (Godoy, 2017, p. 71).

Outros 33 municípios estão nesse mesmo entorno, no entanto, somente Capitólio se destaca com o desenvolvimento da atividade turística (Juracy Melo Rezende, entrevista pessoal, 2018).

Antes da criação do Lago de Furnas, em relação à oferta de serviços e à organização industrial, o censo de 1950 descreve que o Capitólio contava com apenas dois estabelecimentos industriais e 23 estabelecimentos comerciais varejistas, dos quais 15 estavam situados na sede, caracterizando a baixa complexidade organizacional do centro urbano naquele momento (Godoy, 2017). Somente no ano de 1975, 12 anos após a constituição do lago, é proposto o primeiro plano de desenvolvimento do Lago de Furnas, elaborado pela empresa norte-americana Tennessee Valley Authority a pedido da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do estado de Minas Gerais.

O estudo apontou a porção norte do lago como tendo um maior potencial paisagístico a ser explorado, muito em virtude da proximidade com a represa de Furnas e o nível do lago (Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do estado de Minas Gerais, 1975, como citada em Godoy, 2017), região onde se situa Capitólio. Em relação à porção sul do lago, o plano apontava para o potencial dos solos, sendo mais apropriados para o desenvolvimento da agricultura (Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do estado de Minas Gerais, 1975, como citada em Godoy, 2017). Vale ressaltar que o processo de desenvolvimento do turismo em Capitólio tem sua gênese a partir da formação de um bairro às margens do lago no ano de 1978 (Juracy Melo Rezende, entrevista pessoal, 2018). O poder aquisitivo dos engenheiros e técnicos que chegavam à região nos primeiros anos de funcionamento da usina fomentou a construção do bairro Escarpas do Lago, que serviria de base para a estruturação do turismo no município (Antônio Carlos da Costa Lopes, proprietário da pousada Serra Verde, entrevista pessoal, 2018).

Contextualização da Atividade Turística em Capitólio e Dados Estatísticos

O governo federal firma o pacto federativo de 1988, fomentando o discurso da busca por atrativos e potencialidades que pudessem viabilizar o orçamento e arrecadação dos municípios e agregar a sua economia local, principalmente, os de pequeno porte, hierarquicamente fragilizados durante o processo de alagamento das áreas produtivas (Godoy, 2017). O surgimento do turismo com base no lago começa então a ser esboçado na década de 1990, fortalecido pela articulação dos municípios no apoio ao desenvolvimento dessas atividades, tendo grande influência do discurso do turismo como instrumento para o desenvolvimento local e regional (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

A exploração da atividade do turismo surge, neste sentido, como potencial gerador de receita para as economias dos pequenos municípios. Na esfera nacional, o Plano Nacional de Turismo (1992) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994) do governo federal exerceram um papel significativo sobre o processo discursivo do turismo como instrumento para o desenvolvimento local e regional (Godoy, 2017). No ano de 1996 foi elaborado um segundo plano para a região do Lago de Furnas, voltado especificamente para o desenvolvimento do turismo com base no lago (Juracy Melo Rezende, entrevista pessoal, 2018).

Realizado a pedido da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Turismo de Minas Gerais e em parceria com a Associação dos Municípios do Lago de Furnas, o plano fora intitulado de *Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado Para o Lago de Furnas* (Juracy Melo Rezende, entrevista pessoal, 2018). O enfoque desse planejamento era fortalecer as bases do turismo no lago. O documento apontava que seria necessário investir na promoção do turismo, das potencialidades da região, buscando fomentar e atrair um turismo regional e até mesmo microrregional, servindo de instância de lazer, com áreas de camping, pesca e alojamento nas localidades próximas às rodovias.

O bairro Escarpas do Lago atualmente funciona como balneário, atraindo investimentos imobiliários, como segunda residência em loteamentos de alto padrão nas margens do Lago de Furnas (Abelha, morador da cidade de Capitólio, entrevista pessoal, 2018).

De acordo com a prefeitura local, a atividade turística representa 65% do produto interno bruto, com mais 74 hotéis e pousadas, e cerca de 1.500 leitos, além de área de camping e casas para alugar. Com população local em torno de 8.612 habitantes, passa a receber 4.000 turistas nos finais de semana e 20.000 nos feriados prolongados. Ainda contam com 316 estabelecimentos de comércio, fora as indústrias que perfazem 80, segundo informação da Econodata (2018).

Outro dado importante é que o município de Capitólio conta hoje com 874 empresas ativas, para atender toda a demanda turística que chega na cidade. Observa-se um crescimento grandioso do município, se comparado com censo realizado em 1950, antes da criação do Lago de Furnas.

Desenvolvimento da Atividade Turística em Capitólio Através de Seus Atrativos

A região de Capitólio é rica em belezas naturais, mas ressalta-se que as mesmas não se devem somente à ação da natureza. A contribuição humana fez com que grande parte das belezas fossem construídas sobre o Lago de Furnas. Apesar de a desocupação da área do lago ter gerado sérios problemas a milhares de habitantes que residiam no local na época, bem como o alagamento de muitas áreas férteis de produção dos moradores, hoje traz crescimento para economia através do turismo e, é claro, deu origem não só ao Lago de Furnas, como ao incrível cenário dos cânions de Capitólio que atraem turistas de todo Brasil. Diante de entrevistas realizadas com a população local, iniciativa privada e poder público, que formam o tripé da atividade

do turismo, escreveu-se este artigo, baseado nos retornos adquiridos. Todos os atrativos turísticos existentes e que mais desenvolvem a atividade turística de Capitólio são apresentados a seguir, por Juracy Melo Rezende, ex-prefeito de Capitólio; Abelha, morador de Capitólio; e Kenio Rezende, proprietário de KR Passeios Turísticos.

O primeiro atrativo mais procurado de Capitólio é o mirante dos cânions, já que foi pelas belas fotos do lugar que a região ficou famosa. Do alto do mirante dá para se surpreender ao avistar os enormes paredões de 20 m de altura e, lá no fundo, a belo Lago de Furnas (Abelha, entrevista pessoal, 2018).

Perto do mirante dos cânions tem-se o segundo atrativo do local que é a Cachoeira Diquadinha e a Cachoeira Cascatinha. Elas ficam a uns 200 m da entrada do mirante, do outro lado da estrada. As duas cachoeiras possuem várias quedas, formando pequenas piscinas naturais. Por ali também dá para realizar atividades radicais, como trekking, escalada e rapel (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

O terceiro atrativo é a Cachoeira Lagoa Azul, formada por algumas quedas d'água que se transformam em várias piscinas naturais de água cristalina. São vários níveis de cachoeira. Ela está localizada bem próxima à rodovia MG-050 e fica dentro de uma propriedade particular. No sentido Capitólio–Passos, ela fica antes do mirante dos cânions, do lado esquerdo. Na entrada para a cachoeira tem o restaurante Empório Azul e a pousada Lagoa Azul (Antônio Carlos da Costa Lopes, entrevista pessoal, 2018).

O quarto atrativo é a Cascata EcoParque, um dos complexos turísticos mais conhecidos da região: são várias cachoeiras e piscinas naturais que se formam nessa região, que também é área particular. A Cascata EcoParque não é tão extensa quanto os outros parques, tem várias quedas d'águas (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

O quinto atrativo turístico é o Paraíso Perdido, localizado em uma região de cachoeiras no município de São João Batista do Glória, a 40 km de seu vizinho Capitólio. É uma área privada que funciona como complexo turístico, sendo uma das atrações mais procuradas da região. Por ali encontra-se pelo menos oito cachoeiras e várias piscinas naturais. O lugar é um verdadeiro paraíso. Tem uma área extensa, onde se caminha e sobe por diferentes níveis até chegar à última cachoeira. Para não se perder, basta seguir as marcas – uns pezinhos vermelhos – nas pedras (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

Outro complexo de propriedade privada é o sexto atrativo, denominado Retiro Viking, que parece ter sido aberto para visitaçã há menos tempo que os demais pontos. Ali a natureza parece ainda mais intacta que nos demais lugares. Com várias quedas d'água em diferentes pontos do parque (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

O sétimo atrativo é a Trilha do Sol, localizada num espaço particular dentro de uma pousada que leva o mesmo nome. A área da Trilha do Sol tem uma estrutura grande de lazer com piscinas e restaurante. Por lá também existe uma área para projetos de pesquisa e estudos sobre o ecossistema do cerrado mineiro. Para conhecer a Trilha do

Sol, deve-se caminhar uns 800 a 1.200 m (andando cerca de uns 3 km no total). Durante essa trilha tem-se várias paradas, sendo as principais: Cachoeira do Poço Dourado, Cachoeira no Limite e Cachoeira do Grito (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

O oitavo atrativo é a Cachoeira do Filó, que parece mais uma praia que cachoeira. A entrada para a área não é sinalizada e não está no mapa oficial de Capitólio. A Cachoeira do Filó está a 38 km do centro de Capitólio e a 4 km da usina hidrelétrica de Furnas. O acesso é feito pela MG-050. É preciso descer na rodovia e pegar uma trilha curta, porém íngreme, que leva até à cachoeira. O solo é basicamente de pedras e tem uma piscina natural cristalina e tipicamente gelada (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

O nono atrativo é o lugar de mais difícil acesso em Capitólio, onde funcionava uma pedreira para exploração e extração de quartzo, que foi desativada. Lá em cima, nas crateras que se formaram, foi surgindo uma “lagoa”: enquanto uns dizem ser água de chuva, outros dizem ser decorrente das explosões durante a exploração da pedreira, que fez a água brotar ali. Seja qual for a origem, ficou conhecida como Lagoa Azul. Para chegar, o ideal é por um veículo 4x4 (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

O décimo atrativo é o Lago de Furnas, um dos principais atrativos de Capitólio e mais conhecido como o “mar de minas”. Para quem não sabe, o lugar possui o maior número de embarcações de Minas Gerais que circulam na maior extensão de água do estado e é considerado um dos maiores lagos artificiais do mundo (Abelha, entrevista pessoal, 2018). Vale lembrar que os passeios de lancha passam pelo Lago de Furnas e param em algumas opções de lazer que são: os bares flutuantes, os tobogãs com queda no lago, o bar e boate Kanto da Ilha, que fica bem ao longo do Lago de Furnas, o mergulho nas piscinas naturais e a pesca esportiva (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018). Existem outras opções de lazer para os turistas mais radicais, tais como os passeios em veículos 4x4, os passeios de helicóptero, de balões, de triciclos, que circulam pelos atrativos apresentados, só que com aventuras nas montanhas ou então aéreas (Kênio Rezende, entrevista pessoal, 2018).

Considerações Finais

O cenário brasileiro demonstra que o turismo está conquistando espaço junto aos diversos setores da economia, e tem apresentado resultados excepcionais em termos de crescimento econômico. Tem colaborado de forma significativa com a geração de empregos, aumento de renda e geração de divisas, melhorando a qualidade de vida de populações.

Muitos são os exemplos de modelos integrados onde a atividade tornou-se, nalgumas regiões, a melhor alternativa para o desenvolvimento. E Capitólio pode ser um exemplo bem nítido disso. A atividade turística tem a premissa de beneficiar a todos, promovendo o desenvolvimento integrado entre as bases: a comunidade, o setor público e o setor privado. Essa relação propõe ações integradas para o desenvolvimento das localidades e exige certa postura do setor, através de sua rede de relações denominada por Silva (2000) como “rede turística”.

Nas relações comerciais compreendemos a conexão entre várias empresas com propósito mercantil, suas especificidades, seus produtos, sua relação de compra e venda, enfim, seu negócio. A rede turística trata o assunto sobre a perspectiva de uma rede de serviços, observando suas conexões e seu potencial que afirmará sua força econômica para o setor e em Capitólio essa rede é desenvolvida.

Fazendo uma análise comparativa do crescimento do município de Capitólio, antes da criação do Lago de Furnas, observando as falas dos entrevistados, o que se identifica é um comércio pequeno, poucas indústrias, e as pessoas viviam muito da agricultura. Após a criação do Lago de Furnas, inicia-se o discurso de crescimento da região com o desenvolvimento da atividade turística, mas somente 12 anos após é que foi proposto o primeiro plano de desenvolvimento do Lago de Furnas.

Vale ressaltar que o processo de desenvolvimento do turismo em Capitólio tem sua gênese a partir da formação de um bairro nas margens do lago no ano de 1978. O surgimento do turismo com base no lago começa então a ser esboçado na década de 1990, fortalecido pela articulação dos municípios no apoio ao desenvolvimento dessas atividades, tendo grande influência do discurso do turismo como instrumento para o desenvolvimento local e regional. Inicia-se então o diagnóstico de todos os atrativos naturais existentes, para, a partir de então, planejar ações, de divulgação dos mesmos, para acesso dos visitantes.

Tem-se, neste momento, o inventário da oferta turística apontando os principais atrativos turísticos naturais existentes e a elaboração de propostas de lazer para o município. O que se observou nesta pesquisa é que após o desenvolvimento do lago, para fins turísticos, houve um aumento de turistas no município, com interesse em conhecer os atrativos turísticos existente e aproveitar melhor o tempo livre disponível, para fins de lazer.

Este crescimento foi gradativo, e hoje podemos dizer que a atividade turística representa 65% do produto interno bruto. Houve um crescimento gigantesco no que tange também à qualidade e quantidade dos meios de hospedagem, representando uma média de 74 hotéis e pousadas somente no município, com cerca de 1.500 leitos, além de área de camping e casas para alugar.

Com população local em torno de 8.183 habitantes, passa a receber 4.000 turistas nos finais de semana e 20.000 nos feriados prolongados. Ainda contam com 316 estabelecimentos de comércio, fora as indústrias que perfazem 80. Conclui-se então que as ações do poder público, juntamente com a divulgação dos atrativos naturais existentes no local, bem como as opções de lazer, contribuíram para o crescimento do turismo no município, permitindo a geração de empregos diretos e indiretos, o desenvolvimento da economia, arrecadação de impostos no local, além dos benefícios em toda a infraestrutura de apoio turístico e melhoria da qualidade de vida do morador.

Referências

- Aquino, C. A. B., & Martins, J. C. de O. (2018). Ócio, lazer tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(2), 479-500. <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1595/3577%3E>
- Araújo, M., & Isayama, H. F. (2009). As fronteiras entre lazer e turismo. In H. F. Isayama, L. M. F. Oliveira, T. R. Souza, & S. R. Silva (Eds.), *Coletânea do X Seminário "O Lazer em Debate"* (pp. 145 - 150). CELAR; DEF; UFMG.
- Camargo, L. O. de L. (2017). O que é lazer? Brasiliense.
- Denardin, V. C. C., & Silva, A. P. (2011, 11-12 de novembro). Praças urbanas como espaços para o turismo e lazer um estudo preliminar na Praça General Osório na cidade de Santa Maria/RS. In *II Encontro Semintur Jr*. Universidade de Caxias do Sul. https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/06_pracas_urbanas.pdf
- Dias, R. (2008). *Planejamento turístico: Política de desenvolvimento do turismo no Brasil*. Atlas.
- Dumazedier, J. (1974). *Lazer e cultura popular - Debates* (M. de L. S. Machado, Trad.). Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1961)
- Econodata. (2018). *Lista de empresas em Capitólio, MG*. Retirado em 2018 de <https://www.econodata.com.br/lista-empresas/MINAS-GERAIS/CAPITOLIO>
- Fritzen, F. M., Rudzewicz, L., & Ceretta, C. C. (2015). Uma proposta de planejamento turístico e sua aplicação em Pelotas, RS. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 7(3), 423-439. <http://doi.org/10.18226/21789061.v7iss3p423>
- Godoy, M. J. (2017). *A reestruturação produtiva e territorial nos municípios de pequeno porte do entorno do Lago de Furnas (MG): (Re)funcionalização, transformações e novas dinâmicas* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24414>
- Godoy, M. J., & Araújo Sorinho, F. L. (2017). Os usos múltiplos das águas do lago reservatório de Furnas, Minas Gerais: Turismo, geração de energia elétrica e conflitos. *Cenário*, 5(8), 128-147.
- Hall, C. M. (2008). *Planejamento turístico: Políticas, processos e relacionamentos*. Contexto. (Trabalho original publicado em 2000)
- Oliveira, C., Minasse, M. H., & Marques, S. (2015). Processo de formatação de atrativos turísticos sustentáveis. *Revista Turismo em Análise*, 26(3), 639-667. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i3p639-667>
- Sancho, A. (2001). *Introdução ao turismo*. Roca.
- Silva, F. de P. S. da. (2000). Turismo em rede: Uma teia de múltiplas relações. In *XXIV Congresso da ABAV*. Faculdade de Turismo da Bahia.
- Pearce, P. L. (1991). Analyzing tourist attractions. *The Journal of Tourism Studies*, 1(1), 46-55.
- Rocha, L. C., & Silva, W. A. (2002). Tempo e lazer: Relações com o tempo livre. *Revista de Educação Física/UEM*, 13(2), 133-139.

Estudo Longitudinal da Adequabilidade da Estrutura Organizacional ao Negócio: O Caso da Petromoc, SA

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.22>

José Francisco Marcos Manjate

Universidade Politécnica, Maputo, Moçambique
jfmanjate@apolitecnica.ac.mz

J. M. Vilas-Boas da Silva

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal
jmvbs@iscte-iul.pt

Resumo

O tema enquadra-se no tópico “mobilidade, tecnologias e vida contemporânea”. Endereça a discussão da adequabilidade da estrutura organizacional ao negócio, focando-se nos sistemas de informação (SI), delimitados à cadeia de abastecimento (CA). Liga-se ao tópico guarda-chuva porque a CA permite a organizações independentes alinhar e coordenar actividades internas e criar relações de negócios. A situação-problema concerne à implementação de SI dos processos internos de negócio e a ligação destes aos sistemas homólogos dos fornecedores e clientes para ganhar vantagem competitiva à concorrência. A *soft systems methodology* (SSM) foi operacionalizada através de um estudo de caso na empresa Petróleos de Moçambique, tendo como unidades de análise o negócio, a estrutura e os SI. O resultado é uma lista de actividades correspondendo a alternativas desejáveis para melhorar a situação-problema. Esperam-se as seguintes contribuições: para a prática, uma lista de mudanças a efectuar no caso; para a teoria, uma representação mais defensável do que outras quanto à consistência e adequação dada pela validação do modelo; para a investigação, a operacionalização da SSM como metodologia credível. Como critérios de verificação da qualidade da pesquisa, têm-se a relevância do modelo e a competência na sua concepção.

Palavras-chave

sistemas de informação, rede CA, eficácia estrutural, *soft systems methodology*

Introdução

A situação-problema emergente concerne ao papel que os SI têm ao contribuir para a formalização da estrutura organizacional, facilitando o aumento do controlo centralizado ou, em alternativa, facilitando a descentralização da tomada de decisão, criando assim novos canais de informação. Neste sentido, a pergunta de partida é saber como se têm enquadrado, e que papéis têm vindo a apresentar os SI numa estrutura organizacional que tem vindo a evoluir de um posicionamento num paradigma de economia centralizada para um contexto de mercado aberto. As perguntas de investigação iniciais são: (a) como desenvolver e validar um modelo conceptual para discutir e orientar o desenvolvimento organizacional longitudinal?; (b) que mecanismos de concepção das ligações laterais da estrutura são afectados de modo relevante na implementação dos SI na estruturação do desenvolvimento organizacional?; e, (c) como se articula o planeamento estratégico dos SI com o desenvolvimento organizacional? Estas perguntas são fundamentadas no modelo de partida, dado pela revisão da literatura especializada, tendo subjacente o objectivo de identificar as lacunas deste face ao objecto de interesse.

Modelo de Partida

A revisão da literatura permitiu identificar o modelo de Silva (2009a) que foi tomado como referência inicial (Figura 1). Argumenta-se a favor da decisão de seguir este modelo, o seguinte: (a) prossegue a avaliação da organização como um todo; contempla um elevado número de potenciais variáveis, quer internas quer externas, as quais são referidas como tendo impactos relevantes na estrutura organizacional; (b) mostra uma tendência forte para a integração destas variáveis e uma orientação para uma perspectiva sistémica da abordagem organizacional, colocando ênfase nas interfaces funcionais; e, (c) tem um carácter genérico, o que permite acolher a diversidade epistemológica e de perspectivas de abordagem da estruturação organizacional reflectidas nas teorias das organizações.



Figura 1
Modelo de Vila-Boas (2009a).



Figura 2
Modelo de Vilas-Boas
(2009a) estendido

Lacunas e Proposições Teóricas

As lacunas identificadas na fundamentação das perguntas iniciais no modelo de partida são resumidas em dois pontos: (a) por um lado, a delimitação da visão da eficácia estrutural aos fluxos internos amputa a abordagem do assunto; cita-se o conceito de cadeia de valor (Porter, 1991), como exemplo desta potencial exclusão; este, para além de sublinhar os processos de negócio que acrescentam valor e as ligações internas em geral, inclui as ligações externas, com os fornecedores e clientes. Ainda mais, Mintzberg (1979) sugere a necessidade de coerência entre os parâmetros de concepção da estrutura e os factores de contingência, salientando-se a importância do desenvolvimento de um conjunto coeso e integrado de relações entre as dimensões interna e externa da organização para se obter a eficácia estrutural; (b) por outro lado, a existência de interfaces externas com os fornecedores e clientes, facilita o estabelecimento de redes de processos, de relações e de tecnologias, aumentando as suas interdependências e a partilha de objectivos, e desta forma, permite abandonar formas de actuação isoladas e limitativas (Cao & Zhang, 2011). Deste exercício foram deduzidas quatro proposições teóricas (p), como se segue:

- 1.o modelo conceptual para discutir e orientar o desenvolvimento organizacional pode ser desenvolvido e validado teoricamente por sujeição às condições das hipóteses de eficácia estrutural;
- 2.os mecanismos de ligação e os sistemas de planeamento e controlo constituem parâmetros de concepção da estrutura afectados de modo relevante na implementação das tecnologias de informação (TI), na concepção/estruturação do desenvolvimento organizacional;

3. os planeamentos do negócio e das TI são concebidos de forma articulada, implicando-se mutuamente;
4. os atributos da gestão *lean*¹ induzem agilidade, flexibilidade, rapidez e controlo, que se traduzem na maior competitividade de uma CA.

Esta última proposição resulta dos procedimentos de validação teórica do modelo sob orientação da SSM. Em termos práticos, estas proposições representam a extensão do modelo de partida (Silva, 2009a), como representado na Figura 2.

Extensão do Modelo de Partida

A premissa assumida é a de que as relações externas da empresa, consideradas em termos de estrutura organizacional, consistem numa extensão tal que as actividades logísticas da empresa podem ser relacionadas com as actividades logísticas dos fornecedores, a montante, e dos clientes, a jusante (Lambert et al., 1998). Efectivamente, trata-se da integração externa dos principais processos de negócio e sistemas da empresa com os de outras empresas independentes (Christopher, 1999), facilitada pelas TI numa rede de relacionamentos, correntemente denominada “cadeia de abastecimento”. Segundo Silva (2002), do ponto de vista de impacto na estruturação organizacional, a perspectiva seguida incide sobre os parâmetros de concepção, mais directamente sobre o parâmetro integração vertical, o qual acomoda a CA e vai suportar a extensão da empresa, em termos de estrutura, que é onde se decide sobre a integração vertical, ou seja, se definem as questões de *in/outsourcing*.

Metodologia

A metodologia, no essencial, mostrou os procedimentos seguidos na concepção e desenvolvimento da investigação, salientando-se a opção pela *soft systems methodology* (Checkland, 1981). Neste âmbito, a revisão da literatura facultou uma orientação, em termos da base teórica de suporte, incluindo a sua prática em contextos de investigação e de empresa e permitiu a fundamentação epistemológica da SSM, bem como das escolhas feitas, salientando-se, primeiro, as ideias centrais que estruturam o núcleo das concepções específicas da SSM, nomeadamente: o *soft systems thinking*, o *Weltanschauung*, a concepção da metodologia como um processo de aprendizagem contínua, bem como os modelos de sistemas de actividades humanas (Checkland & Poutler, 2006). Adicionalmente, o carácter sistémico da SSM está associado a três momentos fundamentais, nomeadamente, o processo cíclico das sete fases desta metodologia, a forma de utilização das concepções sistémicas na construção dos modelos conceptuais dos sistemas de actividades humanas e os modelos conceptuais dos sistemas de actividades humanas suportados nas noções gerais que estruturam o conceito de sistema (Checkland, 1988). Por outro lado, o desenvolvimento da SSM está suportado por quatro dimensões: (a) fenomenologia; (b) hermenêutica;

¹ Gestão baseada na procura, eliminação do custo de desperdício, padronização do processo, padronização da produção, mudança cultural (5 S's), colaboração inter-empresas e perfeição contínua.

(c) inquérito singeriano; e, (d) pesquisa no mundo real (Checkland, 1981). Em suma, a justificação do interesse pela SSM assenta em quatro argumentos, a saber: (a) pretendia-se seguir o *soft systems thinking*; (b) a SSM gera uma concepção emergente, conciliável e adaptável que leva em consideração múltiplas realidades na óptica de cada participante do processo (Checkland, 1993); (c) a SSM enquadra uma estratégia qualitativa do estudo de caso que segue uma perspectiva holística e sensível ao contexto, permitindo flexibilizar a definição do limite do estudo em profundidade (Karlsson, 2009); e, (d) pretendia-se, ainda, uma abordagem abductiva do estudo de caso com vista a uma explicação do fenómeno a ser estudado (Dubois & Gadde, 2002) que se adequa à lógica e processo da SSM.

A implementação da SSM foi feita em seis etapas, consistindo no seguinte:

1. situação-problema não estruturada;
2. situação-problema explicitada;
3. definição dos sistemas relevantes;
4. extensão, desenvolvimento e validação do modelo conceptual dos sistemas relevantes;
5. comparação do modelo conceptual com o caso;
6. apresentação de uma lista completa de actividades no modelo, representando as mudanças para melhorar a situação-problema estudada (Checkland, 1981).

O desenvolvimento do trabalho seguiu uma estratégia qualitativa, operacionalizada através de estudo de caso longitudinal (Pettigrew, 1990). A recolha de dados foi feita através da consulta documental, entrevistas e questionário. Na análise de dados foram consideradas a triangulação e a análise de conteúdo. Tomou-se como unidade

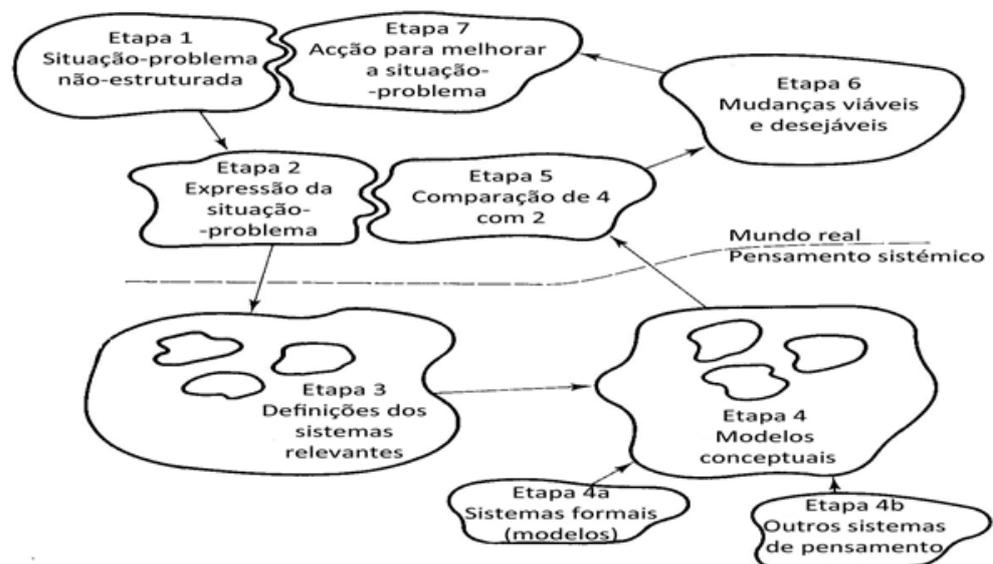


Figura 3
Etapas da aplicação do SSM.

de análise o negócio da organização, como sub-unidade a estrutura organizacional e como sub sub-unidade, os SI.

Na figura que se segue representa-se graficamente a operacionalização do processo de investigação, concebido no âmbito da SSM (Figura 4). Salienta-se que as perguntas de investigação estabelecidas no planeamento básico da investigação (Coluna 1) foram fundamentadas no modelo inicial através da revisão da literatura e dos procedimentos de validação do modelo (Coluna 2). Deste exercício resultaram as quatro proposições estruturantes, do ponto de vista da orientação dos procedimentos de investigação e enquadramento dos respectivos resultados (Coluna 3).

Validação do Modelo Estendido

A validação do modelo tomou como conhecimento relevante a teoria da contingência. Os procedimentos do mesmo são feitos sob orientação da SSM, de acordo com a sua semântica, sendo operacionalizados na Etapa 4. Neste âmbito, foram considerados dois procedimentos. O primeiro, Sub-etapa 4a, consistiu na sujeição do modelo às condições das hipóteses da eficácia estrutural – isto é, da congruência e configuração. O modelo de partida adoptado já tinha sido validado e comunicado à comunidade científica por Silva (2009b). Não obstante, continuou a ser aceite no modelo estendido que ambas as teorias da contingência e eficácia estrutural são um continuum, não fazendo sentido a abordagem de uma sem a outra. Os procedimentos de validação nesta etapa

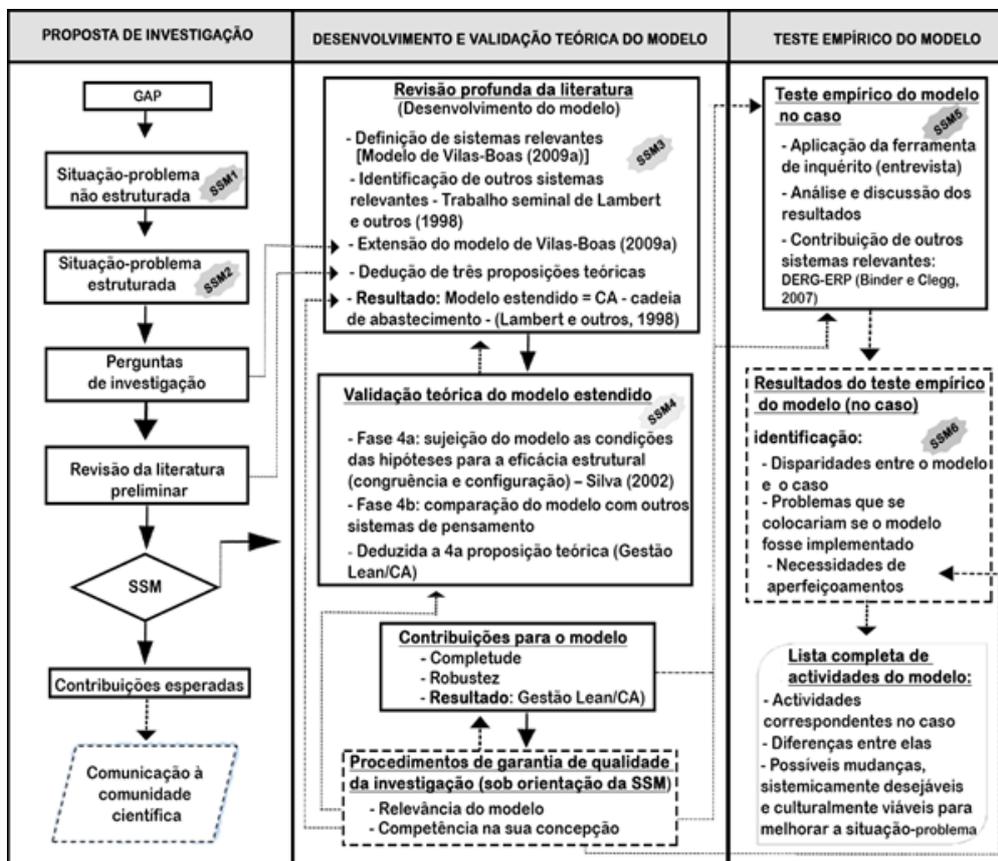


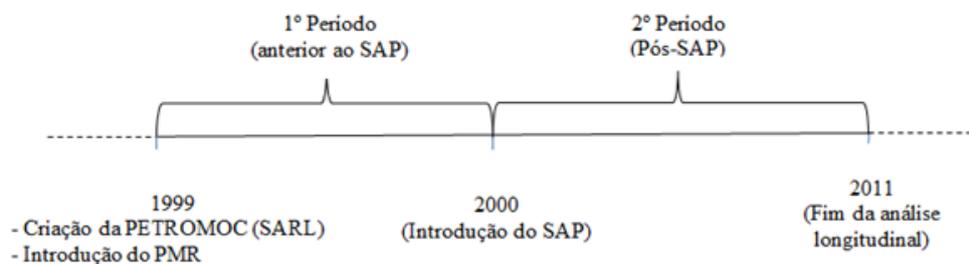
Figura 4
Mapeamento do processo e actividades da investigação sob orientação da SSM.

Nota. SSM - Soft Systems Methodology; CA – Cadeia de Abastecimento; DERG-ERP - Dynamic Enterprise Reference Grid for ERP; ERP - Enterprise Resource Planning.

Figura 5

Períodos temporais da análise longitudinal.

Nota. SAP - Software Application Product; PETROMOC – Petróleos de Moçambique; SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada; PMR – Petroninho, Magalhães, Ramalhete.



foram úteis em virtude de terem permitido verificar a consistência do modelo e os respectivos impactos. O resultado foi a identificação dos pontos críticos para verificar a completude do modelo e a robustez da sua fundamentação. As contribuições práticas deste procedimento são: (a) obtenção de um modelo mais defensável do que outros, quanto à consistência, adequação e inclusão de componentes críticos cuja ausência ou ineficiência é crucial para a existência da situação-problema, implicação que Checkland (1994) designa “torná-lo mais rico”; e, (b) indicação de caminhos melhor definidos e significativos para identificar problemas práticos, melhorando a qualidade e a tomada de decisão no domínio estudado (Silva, 2010, 2013). O segundo procedimento de validação do modelo, Sub-etapa 4b, consistiu na comparação com outros *systems thinking* que o autor considera relevantes (Checkland, 1981; Silva, 2002). Para este efeito, foi opção a gestão *lean*. Neste âmbito, os atributos da gestão *lean* da CA de Wincel (2004) – nomeadamente, a gestão baseada na procura, a redução do custo de desperdícios, a padronização de processos, a padronização da produção, a mudança cultural (5 S's²), a colaboração entre empresas – são comparados com o modelo estendido. Os resultados mostram que os seis atributos considerados estão, de alguma forma, presentes no modelo, excepto um último – isto é, a perfeição contínua. Por conseguinte, este é assumido como contribuição para a completude do modelo. Com base nesta conclusão foi deduzida a quarta proposição, já enunciada. Os procedimentos de validação foram úteis em virtude de terem permitido verificar o modelo quanto à validade, em termos de outros *systems thinking* cientificamente relevantes. O modelo estendido, completado e rico, segue para o teste empírico, através da aplicação da ferramenta de inquérito resultante do desenvolvimento e validação do modelo, no estudo de caso.

Estudo de Caso – Análise e Discussão de Resultados

O estudo de caso corresponde ao desenvolvimento da Etapa 5 da SSM. Em termos práticos, trata-se do teste empírico do modelo estendido, no caso, pela comparação

² A filosofia 5 S's é uma prática desenvolvida no Japão na década de 1960, durante a sua reconstrução após a II Guerra Mundial. Criados inicialmente pelos EUA, aos 3 S's iniciais foram acrescentados 2 S's pelos japoneses, o que lhes justifica a atribuição da filosofia. A denominação 5 S's deriva das cinco actividades sequenciais e cíclicas iniciadas pela letra “s” e significam: (a) *seiri* – senso de utilização; (b) *seiton* – senso de organização; (c) *seiso* – senso de limpeza; (d) *seiketsu* – senso de saúde; e, (e) *shitsuke* – senso de disciplina (Wincel, 2004).

entre ambos. O caso é desenvolvido por reconstrução de uma sequência de eventos no passado, confrontando-se com o que poderia acontecer se o modelo fosse implementado (Checkland, 1981). Os procedimentos inerentes são feitos longitudinalmente (Pettigrew, 1990), em dois períodos – isto é, de 1999–2000 e 2000–2013.

A pesquisa foi realizada na empresa Petróleos de Moçambique – Petromoc, SA. Esta é a maior empresa distribuidora de combustíveis líquidos e seus derivados às principais empresas industriais e comerciais do país e sectores sociais, bem como a companhias estrangeiras dos países vizinhos.

As principais tendências dos resultados, enquadrados pelas quatro proposições teóricas deduzidas, revelaram o exposto de seguida.

p1 – O modelo conceptual para discutir e orientar o desenvolvimento organizacional pode ser desenvolvido e validado por sujeição às condições das hipóteses da eficácia estrutural.

Constata-se que os processos de negócio da empresa não estão ligados com os dos fornecedores e clientes, como o modelo estendido sugere. Portanto, este resultado evidencia que o modelo foi útil em consequência do seu teste empírico no caso.



Figura 6
Grelha dinâmica de referência empresarial dos ERP.
Nota. EE – Empresa Estendida; EVI – Empresa Verticalmente Estendida.

Outrossim, considerando que a empresa possui e utiliza um ERP – isto é, um sistema *enterprise resource planning* (SAP R3), ela tem condições técnicas de, sendo opção, estabelecer interfaces externas, em termos de estrutura organizacional, tal como recomendam Binder e Clegg (2007). Estes autores afirmam que “os clientes dependem de nós para lhes dizer o que pensamos que vem no futuro”. Neste sentido, pode ser seguido um quadro de conhecimento relevante, nomeadamente a *dynamic enterprise reference grid for ERP* (DERG-ERP), ilustrada na figura da qual são adaptados, neste trabalho, apenas os quadrantes 2 e 3 (transição de uma geração de ERP tradicional para outra de 2.^a geração).

Os contributos, que emergem da DERG-ERP para o estudo de caso, podem ser resumidos nos seguintes pontos: no quadrante 2, está apresentado a *extended enterprise* (EEi). A suposição básica é a de que o mercado segue uma dinâmica competitiva e de mudança contínua. De facto, a concepção do “comportamento colaborativo” e da “estratégia do negócio” não se baseia apenas na procura do consumidor, mas também é influenciada pelos novos participantes e especificidades da indústria (Binder & Clegg, 2007). Nesta base, as empresas devem alargar o âmbito das suas parcerias estratégicas com os fornecedores e com os clientes em toda cadeia de valor do negócio, para prever estrategicamente a procura no mercado, gerir e controlar a oferta, tornarem-se mais flexíveis e mais sensíveis aos clientes e adaptarem-se às diferentes exigências do consumidor (Galliers, 1994). Saliencia-se que se deve ter em atenção que as EEi servem melhor as operações de médio a longo prazo que têm aspirações de formar parcerias estritas dentro de uma cadeia de valor estendida. No entanto, a “colaboração” dentro das EEi prosseguiria, por vezes, uma abordagem egocêntrica, diferente da inter-comunicação virtual dentro das *virtual enterprises* (VE; Fuchs, 1997; Katzy, 1999), estando subjacente o objectivo de uma previsão clara e orientada para o mercado. Por outro lado, as parcerias virtuais são normalmente lideradas e supervisionadas pelo membro mais estrategicamente influente, por exemplo, o produtor ou contratante principal (Binder & Clegg, 2007; Silva & Almeida, 2017). De facto, a Petromoc tem, na sua história, experiências muito próximas neste sentido. Com efeito, foi pioneira em Moçambique na aquisição e operação do SAP, e posteriormente, liderou um efeito de imitação, isto é, actualmente existem mais empresas a operar com ERP de tipo SAP, para suportar os seus SI. Nesta dinâmica, a empresa é consultada e, muitas vezes, solicitada, em termos de assistência técnica, formação e estágios. Portanto, ela tem credibilidade no mercado para se assumir como estrategicamente influente e, por isso, pode liderar o processo junto da rede, envolvendo e motivando outras empresas. Esta conclusão também atesta a qualidade da investigação sob orientação da SSM.

p2 – Os mecanismos de ligação e os sistemas de planeamento e controlo constituem parâmetros de concepção da estrutura afectados de modo relevante na implementação das TI, na concepção/estruturação do desenvolvimento organizacional.

A diferença relevante identificada refere-se ao facto de que estes parâmetros de concepção da estrutura serem significativamente afectados pela implementação das TI, sendo a descentralização horizontal da tomada de decisão o principal efeito a causar

diminuição nos cargos de ligação, nomeadamente, pela padronização de tarefas; pela formalização do comportamento predominando sobre o ajustamento mútuo; pelos meios que facilitam a fluidez da coordenação (e.g., *vendor-managed inventory system* [VMI], *quick response* [QR], *collaborative planning, forecasting and replenishment* [CPFR], *efficient consumer response* [ERC]), em lugar da compreensão mútua dos comportamentos. Estas são as principais contribuições do modelo resultantes do seu teste empírico no estudo de caso. Simultaneamente, atestam a qualidade da investigação sob orientação da SSM. Adicionalmente, outras diferenças foram identificadas. A primeira refere-se ao facto de as actividades de planeamento e controlo não contemplarem actividades homólogas nos fornecedores e clientes, ao contrário do que seria esperado, como também confirma a revisão da literatura para efeitos da discussão (Croxtton et al., 2001; Lambert et al., 1998). A segunda tem a ver com o facto de não serem utilizadas técnicas e/ou métodos baseados em TI adequados para gestão dos fluxos logísticos entre eles o VMI (Rotaru et al., 2014), o CPFR (Rotaru et al., 2014), ECR (Wood & Zuffo, 1998), sistemas de rastreamento (Liu et al., 2010), *customer relationship management* (CRM; Lambert et al., 1998), *supplier relationship management* (SRM; Lambert et al., 1998), *materials requirements planning* (MRP; Orlicky, 1975), *just in time* (JIT) ou *kanban* (Ohno, 1999). Estas descobertas são outras contribuições do modelo como resultado do seu teste empírico no caso, atestando a qualidade da investigação sob orientação da SSM.

p3 – Os planeamentos do negócio e das TI são concebidos de forma articulada, implicando-se mutuamente.

A diferença relevante identificada é a inexistência de actividades de planeamento das TI, resultando a sua utilização de iniciativas ad hoc no âmbito do planeamento do negócio. Para colmatar esta lacuna, optou-se por reforçar o que era expectável ser encontrado de acordo com a revisão da literatura feita – por exemplo, no modelo de Reich e Benbasat (1996), é favorável a dimensão intelectual da integração entre negócios e TI (estado em que os objetivos de negócio e da TI estão consistentes em relação ao ambiente externo). Porém, é desfavorável a dimensão social da integração entre negócios e TI (estado em que os gestores de negócio e de TI, mutuamente, entendem e estão comprometidos com a missão, objetivos e planos das áreas recíprocas) cuja orientação é influenciada pelo estado. Esta situação distingue-se da filosofia do modelo de Henderson e Venkatraman (1993), justamente, por estes defenderem o alinhamento à medida das necessidades do desenvolvimento organizacional nas várias etapas. O modelo de Ward e Griffiths (1996) assume, inequivocamente, que não faz sentido começar um planeamento de TI que não esteja posicionado como uma iniciativa de negócio. Este último posicionamento corrobora a visão largamente defendida na literatura especializada, designadamente, de reconhecimento de que “os gestores empresariais, em especial os das TI, consistentemente citam o alinhamento de TI/negócio no desenvolvimento organizacional como prioridade” (Chan & Reich, 2007). Por fim, o alinhamento subjacente a este posicionamento não é coerente com o que foi encontrado empiricamente no caso, aspecto já citado, podendo ser contrário à orientação dada pela revisão da literatura – por exemplo, a *technology push*, de acordo com Gausemeie et al. (2012), uma estratégia de inovação na qual os processos de negócio são desencadeados por aquisição de

competências de uma determinada tecnologia pela empresa. Esta tecnologia pode consistir na actualização/expansão da existente ou estar baseada em novas valências. Do ponto de vista dos resultados, estes podem ser melhorados/expandidos ou completamente novos. Esta é uma contribuição do modelo como resultado do seu teste empírico no caso.

p4 – Os atributos da gestão lean induzem agilidade, flexibilidade, rapidez e controlo, que se traduzem na maior competitividade de uma CA.

As diferenças relevantes identificadas referem-se à inexistência de evidências das práticas dos seis atributos da gestão *lean* da cadeia de abastecimento, no estudo de caso. Contudo, foram encontradas outras práticas de redução e eliminação de desperdício numa lógica diferente, nomeadamente, as práticas de redução do custo de desperdícios suportados por sistemas informatizados com interfaces com o SAP e, ainda, outras práticas de redução de custos decorrentes da implementação do próprio SAP, tais como o redimensionamento das unidades hierárquicas, do pessoal e dos custos associados ao tempo de resposta, do fluxo de expediente, das deslocações para contactos físicos, das comunicações (telefone, fax, outros). De facto, Womack et al. (1990), partindo dos princípios da gestão *lean*, afirmam que a sua implementação requereria um processo de aplicação sucessiva de ferramentas, técnicas e mudanças organizacionais, iniciando-se o processo na base e terminando no topo; Shingo (1996) adiciona os 5S's e o conceito "*autonomotion*". Neste sentido, estas práticas, igualmente se afiguram como oportunidades face ao objecto de interesse. Esta é uma evidência da utilidade prática do modelo; nesta condição, também atesta a qualidade da investigação sob orientação da SSM.

Em suma, os procedimentos de discussão e verificação das quatro proposições permitiram identificar diferenças relevantes entre as actividades do estudo de caso e o modelo. Neste sentido, o caso serviu de teste empírico do modelo, evidenciando a sua valia prática face à intenção de estender a estrutura. Em simultâneo, cumpre-se um requisito da qualidade da investigação sob orientação da SSM.

Conclusões

Identificação das Mudanças Desejáveis e Culturalmente Viáveis

As conclusões mais importantes, enquadradas pelas proposições de investigação, representam a Etapa 6 na semântica da SSM. Assim sendo, tem-se o exposto de seguida.

p1 – A mais importante disparidade encontrada na comparação do modelo com as actividades no caso é a inexistência de uma estrutura estendida na qual os processos de negócio da empresa estejam ligados numa rede de criação de valor, correntemente designada "cadeia de abastecimento". De facto, se o modelo completado fosse implementado, proporcionaria benefícios, designadamente na integração externa

dos processos de negócio pelo estabelecimento das ligações com os fornecedores a jusante e com os clientes a montante, isto é, uma gestão conjunta de fornecedores, empresa-foco e distribuidores. Contudo, a possibilidade de implementação do modelo também teria outras implicações, como por exemplo: o aumento de custos de aquisição, manutenção e actualizações; a necessidade de criação de plataformas infra-estruturais e de treino de pessoal; a reestruturação da empresa e as mudanças nas relações com o meio ambiente. Portanto, o estabelecimento da rede seria uma determinante estratégica da sub-unidade estrutura organizacional, como imperativo da cadeia de abastecimento, sendo que as TI deveriam viabilizar este tipo de estrutura, se esta fosse opção, por parte dos gestores da empresa. Esta condição é representativa de um aperfeiçoamento, face à intenção de estabelecer interfaces externas, pois permitiria a sua aceitação, sustentação e desenvolvimento, adicionando valor aos fornecedores e clientes, e maior retorno do investimento para os accionistas, afirmando-se, desta forma, como suporte à criação de vantagem competitiva.

p2 – O teste empírico do modelo revelou, também como disparidade, a eliminação ou significativa diminuição de importância de parte dos cargos de ligação não baseados em TI. Em consequência, emergiriam outros mecanismos induzidos pela TI e potenciados pelos analistas da tecnoestrutura que no processo de substituição poderiam perturbar a parte social da estrutura organizacional, por esta se sentir ameaçada no esvaziamento dos seus poderes tradicionais. Outra disparidade revelada, como consequência da estrutura não estendida, são as actividades de planeamento da empresa que não estão estendidas para as actividades homólogas dos fornecedores e clientes. Portanto, se o modelo fosse implementado, haveria benefícios a vários níveis, por exemplo: (a) nos mecanismos de ligação, a consolidação do poder formal dos gestores, com melhor controlo de recursos importantes; e, o reforço da tradicional autoridade hierárquica sobre o pessoal pelos gestores operacionais de linha; (b) no reforço dos sistemas formais de planeamento e controlo gerados pela tecnoestrutura suportada pelos SI/TI e consequente esvaziamento dos núcleos de retenção perniciosos de poder dos gestores intermédios na hierarquia organizacional. Tornava-se, assim, o exercício da gestão mais transparente e dinâmico, como resultado do achatamento da pirâmide hierárquica. Um resultado desejável seria uma maior reactividade às solicitações da envolvente competitiva. Desta forma, também se asseguraria a fluidez da eficácia da comunicação da cultura organizacional (missão, objectivos organizacionais e valores essenciais), a par com uma maior eficácia na coordenação do trabalho; (c) ao nível do planeamento e controlo externos viabilizar-se-ia o CPFR e as formas colaborativas mediante, obviamente, a aplicação de ferramentas baseadas em TI, por exemplo, para a gestão dos fluxos logísticos. VMI, QR e ERC são outros dos mecanismos favorecidos pelas TI neste domínio que poderiam advir como consequência desejável da implementação do modelo. Por fim, os benefícios para a unidade de análise negócio da organização, seriam a sincronização da CA em função da procura do cliente final; a obtenção de melhores níveis de serviço a um menor custo total; o aumento de vendas em função de melhores serviços; a redução de stock ao longo da CA. Finalmente, a esperada redução de custos operacionais afirma-se, deste modo, como suporte à criação de vantagem competitiva.

p3 – A principal disparidade encontrada na comparação do modelo com as actividades no estudo de caso é que o planeamento do negócio condiciona o planeamento das TI. Por conseguinte, se o modelo fosse implementado, emergiriam benefícios relevantes, como sejam, a consistência dos objectivos de negócio e das TI. Nesta base, na formulação e implementação da estratégia empresarial, além da definição da infra-estrutura e processos organizacionais, seriam também equacionados os requisitos da infra-estrutura e processos de TI. Por consequência, o desenvolvimento de estratégias da sub sub-unidade de análise TI aconteceria em resposta à estratégia de negócios, reforçando a consistência entre as duas dimensões do planeamento, isto é, negócio e TI (*top down effect*). O modelo também amplia as possibilidades de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da articulação do binómio em apreço (negócio/TI), por exemplo, a prerrogativa de exploração de novas características de potencialidades da sub sub-unidade de análise SI e a consequente redefinição da estratégia de negócios, infra-estrutura e processos organizacionais (*bottom up effect*). Mais ainda, existe a possibilidade de alicerçar a consistência entre o negócio e a TI na qualidade e quantidade de serviços de TI prestados à organização e, se for opção estratégica, por exemplo, criar uma empresa de TI. Assim, o início do processo de planeamento das TI poderia estar posicionado como uma iniciativa autónoma de negócio. Esta simplificaria a estrutura organizacional, pelo outsourcing de uma actividade que, embora crítica no suporte às operações, não faz parte núcleo estratégico de actividades da organização. Por último, e do ponto de vista dos benefícios para a unidade de análise negócio da organização, essencialmente, seriam melhoradas as possibilidades de identificação de novas oportunidades de negócios e a obtenção de vantagens competitivas baseadas em soluções avançadas de TI sem compromisso do *business core*. Por outro lado, seria esperada e desejada uma redução de custos pelas sinergia e consistência do negócio e respectivas TI de apoio, anteriormente inexistentes. Finalmente, pelas duas categorias de razões enumeradas, espera-se uma melhoria da operacionalidade e, portanto, da rentabilidade da empresa.

p4 – A principal disparidade encontrada é a ausência de práticas da gestão *lean* na empresa, embora existam outras práticas de redução de custos baseadas numa lógica diferente. Neste âmbito, a implementação do modelo completado proporcionaria benefícios importantes, por exemplo, ao nível da organização da produção, seriam melhorados os processos, assim como os fluxos, quer de materiais, quer de informação. Em consequência seriam criadas capacidades para reduzir e depois eliminar os desperdícios fundamentais. Em termos práticos, a organização da produção passaria a focar-se na criação de valor para o cliente, procurando a eliminação das actividades que não acrescentam valor ao produto e à entrega atempada destes, contribuindo, desta forma, para o aumento da eficácia em acréscimo a uma igualmente desejada redução de custos, o que constitui uma competência operacional distinta face à concorrência que se afirma como suporte à criação de vantagem competitiva.

Em suma, esta sistematização e explicação dos resultados desejados e viáveis provenientes do teste empírico do modelo caso estudado é representativa de um programa único de intervenção que pretende listar, de forma completa, as actividades do modelo e as actividades correspondentes no caso, as suas diferenças, bem como as

propostas de mudança para melhorar a situação-problema. De facto, a lista completa e detalhada é um instrumento para discutir de forma suportada as mudanças na sub-unidade estrutura organizacional relativas às mudanças na sub sub-unidade SI, no contexto do caso estudado. A lista possibilita ainda que se explicitem os impactos ocorridos no negócio da organização, fechando-se assim o ciclo da pesquisa sobre a unidade de análise.

Não constituindo este o único programa de intervenção possível, nem mesmo “o melhor”, é, com certeza, uma proposta de mudança organizacional relevante, suportada, validada e que almeja uma razoável completude. Esta é a resposta que este estudo, profundo e complexo, dá de uma forma conclusiva às perguntas de investigação iniciais sobre um fenómeno com muitas variáveis e múltiplas ocorrências, a saber: (a) como desenvolver e validar um modelo conceptual para discutir e orientar o desenvolvimento organizacional longitudinal; (b) que mecanismos de concepção das ligações laterais da estrutura são afectados de modo relevante na implementação dos SI na estruturação do desenvolvimento organizacional; e, (c) como se articula o planeamento estratégico dos SI com o desenvolvimento organizacional.

Verificação da Qualidade do Estudo de Caso Sob Orientação da SSM

A verificação da qualidade do estudo de caso seguiu dois critérios, nomeadamente, a relevância do modelo e a competência na sua concepção (Checkland, 1981; Pala, 2003). Assim, o primeiro critério foi respondido pelo próprio processo metodológico, designadamente: (a) o desenvolvimento do estudo de caso percorreu seis das sete etapas de implementação da SSM, isto é, explicitação da situação-problema, determinação dos sistemas relevantes, validação do modelo, comparação do modelo com o caso estudado, reunião das mudanças possíveis, desejáveis e culturalmente viáveis; (b) desenvolvimento da investigação seguindo um quadro de referência cientificamente credível (teorias da contingência e da eficácia estrutural), trabalhos seminais de Lambert et al. (1998), Binder e Clegg (2007), Silva (2009b), Checkland (1981), entre outros; (c) ter enfatizado a aprendizagem (Checkland, 1981). O segundo critério é verificável através da defensabilidade do modelo e da identificação das diferenças entre o modelo conceptual e a realidade presente no caso; foi satisfeito pelos procedimentos de desenvolvimento e validação do modelo e pela sua comparação com as actividades no caso. Adicionalmente, estes procedimentos conduziram a uma lista de possíveis mudanças sistematicamente desejáveis para a situação-problema estudada.

Contribuições do Trabalho de Investigação

As contribuições relevantes da investigação, sob orientação da SSM, são: (a) para a prática, o trabalho de investigação pretende oferecer uma lista completa das actividades do modelo conceptual desenvolvido e, as correspondentes, no caso empírico, bem como, as suas respectivas diferenças. Esta lista é resultante dos exercícios de validação teórica e empírica do modelo. O trabalho proporciona ainda uma lista de

mudanças desejáveis a efectuar no caso estudado, se o modelo fosse implementado; (b) para a teoria, a principal contribuição da investigação é o desenvolvimento do modelo de partida e a validação do modelo estendido. Este procedimento consistiu em três etapas, a saber: concepção do modelo, sua sujeição às condições da teoria da eficácia estrutural e sua comparação com outros *systems thinking*. Estes dois últimos procedimentos forneceram um modelo mais rico, mais defensável do que outros, quanto à sua consistência e adequação, bem como uma base robusta para o teste empírico do modelo no caso estudado. Este último procedimento proporcionou uma lista de mudanças a efectuar no caso, se o modelo fosse implementado. (c) Para a investigação, a principal contribuição dos resultados do trabalho é a operacionalização da SSM. Salienta-se que esta é um recurso metodológico cientificamente credível.

Referências

- Binder, M., & Clegg, B. T. (2007). Enterprise management: A new frontier for organizations. *International Journal Production Economics*, 106, 409–430. <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2006.07.006>
- Cao, M., & Zhang, Q. (2011). Supply chain collaboration: Impact on collaborative advantage and firm performance. *Journal of Operations Management*, 29(4), 163–180. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2010.12.008>
- Checkland, P. B. (1981). Rethinking a systems approach. *Journal of Applied Systems Analysis*, 8(3), 3–14.
- Checkland, P. B. (1988). Soft systems methodology: An overview. *Journal of Applied Systems analysis*, 15, 27–30.
- Checkland, P. B. (1993). *Systems thinking, systems practice*. John Wiley & Sons.
- Checkland, P. B. (1994). Systems theory and management thinking. *American Behavioural Scientist*, 38(1), 75–91. <https://doi.org/10.1177/0002764294038001007>
- Checkland, P. B., & Poutler, J. (2006). *Learning for action, a short definitive account of soft systems methodology and its use for practioners, teachers and students*. John Wiley & Sons.
- Christopher, M. & Ryals, L. (1999). Supply chain strategy: Its impact on shareholder value. *International Journal of Logistics Management*, 10(1), 1–10.
- Dubois, A., & Gadde, L. (2002). Systematic combining: An abductive approach. *Journal of Business Research*, 52(5), 553–560. [https://doi.org/10.1016/S0148-2963\(00\)00195-8](https://doi.org/10.1016/S0148-2963(00)00195-8)
- Fuchs, M. (1997). Design and implementation of value systems: The lifecycle perspective. In B. Katzy, K. Kumar, K. Crowston, & P. Fenema (Eds.), *Workshop on virtual operations and agile organizations*.
- Galliers, R. D. (1994, setembro). Information systems, operational research and business reengineering. *International transactions in operational research*. 16th Cambridge International Manufacturing Symposium, University of Cambridge, Cambridge, Reino Unido.
- Karlsson, C. (Ed.). (2009). *Researching operations management*. Routledge.
- Katzy, B. (1999). The value system designer – an infrastructure for building the virtual enterprise. In L. M. Camarinha-Matos & H. Afsarmanesh (Eds.), *Infrastructures for Virtual Enterprises* (pp. 409–420). Springer.
- Lambert, D. M., Cooper, M. C., & Pagh, J. D. (1998). Supply chain management: Implementation issues and research opportunities. *International Journal of Logistics Management*, 9(2), 1–19. <https://doi.org/10.1108/09574099810805807>
- Mintzberg, H. (1979). *The structuring of organizations: A synthesis of the research*. Prentice-Hall International Editions.

- Ohno, T. (1999). *O sistema Toyota de produção*. Bookman.
- Orlicky, J. (1975). *Material requirements planning*. McGraw-Hill.
- Pala, Ö., Jam, V., & Mullekom, T. V. (2003). Validity in SSM: Neglected areas. *Journal of the Operational Research Society*, 54(7), 706–712. <https://www.jstor.org/stable/4101719>
- Pettigrew, A. M. (1990). Longitudinal field research on change. Theory and practice. *Organization Science*, 1(3), 267–292. <https://www.jstor.org/stable/2635006>
- Porter, M. E. (1991). Towards a dynamic theory of strategy. *Strategic Management Journal*, 12(S2), 95–117. <https://doi.org/10.1002/smj.4250121008>
- Silva, J. M. V.-B. (2002). *Development and testing of a process of enquiry to identify relevant production planning and control procedures* [Tese de doutoramento, Cranfield University].
- Silva, J. M. V.-B. (2009a, junho). Validation of a conceptual model to find adequate organisational structures. In M. Johansson & P. Jonsson (Eds.), *16th International Annual Conference of the EurOMA*. EurOMA-European Operations Management Association.
- Silva, J. M. V.-B. (2009b, novembro). Empirical test of a conceptual model to find relevant PPC procedures to strategic entrepreneurship. In K. Balaton & L. Hortovanyi (Eds.), *RENT 23rd - Research in Entrepreneurship and Small Business*. Corvinus University; ECSB.
- Silva, J. M. V.-B. (2010, 24–27 de junho). *Process of validation of complex conceptual models after soft systems* [Apresentação de comunicação]. The International Council for Small Business (ICSB) 2010 Conference – Entrepreneurship: Bridging Global Boundaries, Cincinnati, Ohio, Estados Unidos.
- Silva, J. M. V.-B. (2013). A systems approach to test the usefulness of a model to challenge organisational change. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 6(1), 1079–1092. <http://hdl.handle.net/10071/7226>
- Silva, J. M. V.-B., & Almeida, I. D. (2017). Collaborative networks as incubators of dynamic virtual organizations: A case study of the emerging MAP sector. *International Journal of Manufacturing Technology and Management*, 31(1/2/3), 192–216. <https://doi.org/10.1504/IJMTM.2017.082008>
- Wincel, J. P. (2004). *Lean supply chain management: A handbook for strategic procurement*. Productivity Press.



À medida que as práticas turísticas levam os povos a entrar em contacto uns com os outros e se estabelecem relações entre as populações, logo emergem as questões da identidade e da alteridade. Até que ponto os indivíduos que vivem nos lugares visitados pelos turistas são influenciados, nas suas práticas culturais e artísticas e nas representações que têm de si mesmos, pelas experiências que os turistas lhes transmitem? De que modo os turistas absorvem, transformam e incorporam o que veem e experimentam? Quais os impactos culturais, sociais e económicos desta relação?

Discutindo estas e outras questões, *Culturas e Turismo: Reflexões Sobre o Património, as Artes e a Comunicação Intercultural*, reúne 21 artigos, selecionados do conjunto de trabalhos apresentados no congresso internacional “Cultura e Turismo: Desenvolvimento Nacional, Promoção da Paz e Aproximação Entre Nações” (2018, Moçambique). Com contribuições de investigadores oriundos de vários continentes, esta obra encontra-se dividida em quatro secções, subordinadas aos temas “Turismo, Cultura e Arte”, “Turismo, Desenvolvimento e Comunicação”; “Património Cultural: Festividades, Artesanato e Gastronomia” e “Roteiros e Paisagens Turísticas”.



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-8974-56-3



9 789898 974563